



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	423
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL SOBRE OS MODELOS DE EDUCAÇÃO EM PERÍODO INTEGRAL EXISTENTES NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

TCA nº 17.941/026/15 (TC - 3.554/026/15)

Conselheiro Relator: Sidney Estanislau Beraldo

Modalidade: Desempenho operacional

Objetivo: Fiscalizar os dois modelos de educação integral existentes na rede pública estadual de Ensino: o Projeto Escolas de Tempo Integral (ETI) e o Programa Educação Integral (PEI), centrando-se na análise da disponibilidade, adequação e organização dos recursos físicos e humanos em ambos, além de, no caso específico das PEI, apurar os impactos da instalação de suas unidades nas demais instituições de ensino da rede.

Período abrangido pela fiscalização: 2012 a 2015

Período de realização da fiscalização: planejamento de 15 de maio a 30 de outubro de 2015; execução de 1º de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016; e relatório de 1º de março a 20 de abril de 2016.

Responsáveis:

Fases	Responsáveis	
	Matrícula	Nome
Planejamento	4126	Mário Henrique Farbelow
	3063	Lilian Cristina M. Robles
Execução	4126	Mário Henrique Farbelow
	3063	Lilian Cristina M. Robles
Relatório	4126	Mário Henrique Farbelow
	3063	Lilian Cristina M. Robles

Unidade: Secretaria de Estado da Educação - SEE

Vinculação no TCE/SP: 8ª DF



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	424
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Resumo

O presente trabalho de fiscalização objetivou averiguar os impactos e os resultados do Programa Educação Integral (PEI), além de apurar a disponibilidade, adequação e organização dos recursos físicos e humanos não apenas nas unidades do PEI, como também dos estabelecimentos vinculados ao projeto Escola de Tempo Integral (ETI) - os dois modelos da rede pública estadual de ensino em que a jornada diária de aula é superior a sete horas.

A estratégia metodológica adotada envolveu a aplicação de questionários eletrônicos estruturados a professores, coordenadores pedagógicos e diretores de unidades vinculadas ao Programa Educação Integral desde 2012 e 2013. Além disso, envolveu o envio de requisições de documentos e informações às escolas selecionadas (unidades do ETI, do PEI e escolas convencionais localizadas nas imediações destas), às suas respectivas Diretorias de Ensino e à Secretaria de Estado da Educação.

As informações coligidas revelaram que já no primeiro ano de funcionamento, aproximadamente 70% das escolas cujo ingresso no PEI ocorreu em 2012 ou 2013 obtiveram um IDESP pelo menos 10% superior ao que haviam alcançado no ano anterior, tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, o que é especialmente relevante nesta última etapa da Educação Básica, em que o desempenho nas avaliações externas das redes públicas de ensino de todo o país, em geral, e do Estado de São Paulo, em particular, tem se mantido estável ao longo dos últimos anos, apresentando variações extremamente discretas. Ainda que o IDESP obtido na edição de 2014 do SARESP por cerca de 30% dessas escolas tenha involuído desde então, todas as demais alcançaram índices ainda mais elevados.

Não menos relevante que os resultados colhidos nas avaliações externas, o modelo organizacional e pedagógico introduzido pelo Programa Educação Integral suscitou, de acordo com os participantes das pesquisas, mudanças nas práticas pedagógicas adotadas pelos professores em sala de aula. Além disso, a parte diversificada da proposta curricular do PEI contribui, segundo professores, coordenadores pedagógicos e diretores, para o desenvolvimento das



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	425
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

habilidades e competências perseguidas pelas disciplinas da base curricular nacional, revelando que as matérias e conteúdos de ambos os segmentos curriculares estabelecem entre si relações substantivas de complementariedade.

O modelo pedagógico e de gestão introduzido pelo PEI obteve ampla aprovação pelos profissionais que atuam em suas unidades. Mais de 70% dos respondentes da pesquisa consideraram-no excelente. Do ponto de vista profissional, que envolve, entre outras questões, a satisfação com as condições materiais de trabalho, as práticas de organização do cotidiano escolar e a política remuneratória, o modelo PEI logrou, outrossim, ampla aprovação de professores e membros das equipes de gestão escolar.

Entretanto, o desempenho das PEI no SARESP não representa, propriamente, uma evolução em relação aos resultados alcançados pelos mesmos estabelecimentos em edições anteriores, pois não apenas as instalações físicas, como também as próprias comunidades escolares foram profundamente modificadas desde o primeiro ano de funcionamento do programa.

O corpo discente dessas unidades reúne, em proporções superiores ao observado em escolas localizadas na mesma região, características que normalmente associam-se a desempenhos acadêmicos mais elevados. De acordo com os docentes das unidades PEI abrangidas pela pesquisa, os alunos nelas matriculados são, desde o início, mais motivados e comprometidos com seu próprio desenvolvimento acadêmico do que os estudantes das demais unidades da rede. Ademais, aproximadamente 80% dos respondentes da pesquisa avaliam que os pais desses estudantes participam de maneira mais ativa da formação acadêmica de seus filhos e do desenvolvimento da respectiva comunidade escolar, se comparados aos responsáveis pelos alunos que frequentam as escolas convencionais da rede pública estadual.

Outro fator que pode explicar parte da evolução no IDESP das unidades do PEI é o compromisso assumido pela maioria delas com o desempenho de seus alunos no SARESP. Aproximadamente metade das PEI a cuja equipe escolar foi dirigida a pesquisa promove mais de cinco simulados por ano, o que corresponde a mais de um por bimestre. Esta frequência revela a intensidade com que o resultado da avaliação externa concentra as preocupações das respectivas comunidades escolares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	426
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

O presente trabalho verificou, ainda, que as PEI concentram, proporcionalmente, um número menor de alunos cujas famílias beneficiam-se de programas de transferência de renda. Em 2015, o percentual consolidado desses estudantes foi de pouco mais de 13% do corpo discente, enquanto nas escolas convencionais, 20% - ou seja, 35% a mais do que nas primeiras. Além disso, no momento da absorção das escolas abordadas por esta fiscalização, a fração dos alunos em situação de defasagem idade-série que permaneceu na unidade (38,7%) foi inferior a dos que preferiram continuar seus estudos em outras escolas, de período parcial de aula (50%, aproximadamente).

Os dados coletados revelaram, outrossim, que parte significativa dos alunos que iniciam o ano letivo em unidades do PEI deixa de frequentá-las nos meses seguintes. Nos dois primeiros anos de funcionamento do programa, esse contingente correspondia a 20% do total de estudantes matriculados. Nos dois anos seguintes, o percentual de transferidos sofreu um ligeiro decréscimo, fixando-se na casa dos 17%.

Parte das solicitações de transferência para outras escolas decorreu da inadaptação desses educandos às exigências e dinâmicas de funcionamento do programa. Mais do que a resistência específica a qualquer das tecnologias pedagógicas introduzidas pelo PEI, estes casos refletem as dificuldades desses alunos em corresponder às expectativas de aprendizagem estabelecidas pela comunidade escolar. Tanto que o desempenho acadêmico da maior parte dos transferidos esteve aquém do limite mínimo de aproveitamento em, pelo menos, uma das duas disciplinas consideradas para cálculo do IDESP: Língua Portuguesa e Matemática.

As análises acerca da distribuição espacial das unidades vinculadas ao PEI cingiram-se ao município de São Paulo, tendo em vista que só para este dispúnhamos das informações necessárias para tanto. A partir da consideração da renda per capita e da escolaridade dos moradores dos distritos onde se localizam seus estabelecimentos, concluímos que o PEI não alcança, ou o faz apenas marginalmente, as regiões mais vulneráveis da cidade de São Paulo, afastando-se acentuadamente da estratégia do Plano Nacional de Educação que versa sobre a instalação de escolas para atendimento em período integral (Estratégia 6.2).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	427
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Os estabelecimentos vinculados ao PEI reúnem uma série de recursos pedagógicos e de instalações prediais que os distinguem de todas as demais unidades da rede pública estadual. Mantê-las exige, evidentemente, o aporte de recursos adicionais, além daqueles que são normalmente destinados aos serviços de conservação de qualquer estabelecimento de ensino. Além disso, os docentes e os integrantes da equipe de gestão escolar de suas unidades, em razão do RDPI, recebem vencimentos 75% superiores ao que é percebido pelos docentes que atuam nas demais escolas. Por essas razões, o custo médio anual por aluno no PEI, R\$ 6.0914,00, é sensivelmente superior tanto ao do Projeto ETI, R\$ 4.802,00, quanto das unidades de período parcial, R\$ 4,540,54.

As escolas do PEI são privilegiadas, ainda, na distribuição de outros tipos de recursos, além dos destinados a cobrir seus custos operacionais. No ano de 2015 a média geral de visitas às unidades vinculadas ao Programa Educação Integral, realizadas pelos supervisores de ensino das Diretorias abrangidas por esta fiscalização, foi aproximadamente duas vezes maior que a registrada nos dois outros grupos de escola da rede pública estadual: as de turno parcial de aula e as do projeto ETI; superior, inclusive, às realizadas nas escolas que, até o final de 2014, eram consideradas "prioritárias", isto é, figuravam entre as que registraram os piores desempenhos nas provas do SARESP. Ademais, o número de eventos de formação e aperfeiçoamento profissional dirigidos especificamente aos membros das equipes escolares dos estabelecimentos PEI foi, no mesmo período, muitas vezes superior aos reservados a docentes e gestores que atuam nas escolas do Projeto ETI. Enquanto aproximadamente 40% das DE ofereceram 15 ou mais oportunidades de aperfeiçoamento profissional aos professores designados para o PEI, metade delas não desenvolveu qualquer evento dessa natureza para os que lecionam no projeto ETI.

As informações recolhidas nesta fiscalização, embora não demonstrem inequivocamente, revelam a existência de indícios de que a instalação de unidades do PEI reflete negativamente sobre os resultados de aprendizagem logrados pelas unidades localizadas em suas imediações. Enquanto o IDESP consolidado do Ensino Médio, nas Diretorias de Ensino a que se vinculam as escolas abordadas por esta fiscalização, manteve-se estável nas três últimas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

428

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

edições do SARESP, 70% das escolas para as quais se dirigiram os alunos que preferiram ou não puderam permanecer nas PEI, obtiveram, em 2014, IDESP inferior ao que haviam registrado dois anos antes. Entre as escolas de cujas equipes provieram os professores designados para atuar no programa, as que registraram desempenho declinante no mesmo período perfazem 55% das unidades abordadas no presente trabalho.

Além disso, observamos que, tanto no PEI quanto do projeto ETI, as unidades cujo desenvolvimento da proposta pedagógica envolveu, em 2015, o estreitamento das interações estabelecidas com a comunidade da qual é parte - seja através da realização de atividades pedagógicas em espaços externos (públicos ou privados), seja através da participação de agentes comunitários em projetos desenvolvidos nas dependências da própria escola - representaram uma fração bastante limitada da amostragem selecionada para esta fiscalização. O número de alunos envolvidos nas dinâmicas de ensino-aprendizagem desenvolvidas além dos muros da escola, em 60% das PEI, não correspondeu sequer a duas vezes o de matriculados em 2015. Nas ETI dos anos finais do Ensino Fundamental, esse percentual foi ainda maior: 78,26%.

Em relação à distribuição espacial dos alunos atendidos pela rede PEI, verificamos que a distância média, em linha reta, entre a residência daqueles e o endereço das unidades do programa onde estão matriculados foi de 4,80 km. Ou seja: a área média abrangida por cada uma delas é de aproximadamente 72,34 km² - espaço muitas vezes superior ao de diversos bairros da Capital paulista e, inclusive, de alguns municípios do Estado. Destarte, o corpo discente de diversas instituições vinculadas ao PEI não é constituído, predominantemente, por alunos que residem no mesmo bairro onde se situa a escola - e, menos ainda, em suas imediações.

As informações transmitidas pelas unidades ETI abrangidas por esta fiscalização, consolidadas, indicam que, dentre as que oferecem matrículas para as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, as taxas de rotatividade registradas nos períodos 2012-13, 2013-14 e 2014-2015 foram de 39,03%, 40,94%, 41,61%, respectivamente. Ou seja, durante todo o intervalo considerado, 40% dos professores que integravam o corpo docente desses estabelecimentos no



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

429

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

início de um ano letivo deixaram de fazê-lo até o princípio do seguinte. Nas unidades dedicadas às séries dos anos iniciais do Ensino Fundamental, embora envolvam um número menor de docentes por turma, a taxa de rotatividade observada foi apenas ligeiramente inferior: 34,06%, 39,49% e 36,89%, nos mesmos períodos indicados acima (2012-13, 2013-14 e 2014-15). Ademais, entre os anos de 2012 e 2015, tanto nas ETI dos anos iniciais quanto nas dos anos finais, os professores não estáveis representavam aproximadamente um terço do quadro geral. Em 2014, nas unidades dedicadas unicamente às primeiras séries do Ensino Fundamental, os temporários correspondiam a pouco menos da metade dos docentes que lecionavam nesses estabelecimentos (44,12%).

Em relação às unidades do PEI, embora as taxas de rotatividade registradas sejam, no geral, significativamente inferiores às das demais unidades da rede pública estadual de ensino, o percentual de professores substituídos entre anos letivos consecutivos tem se elevado continuamente desde o início do programa, atingindo, em 2015, a taxa de 16,76%. Neste ano, em uma a cada quatro escolas do programa mais de 25% dos docentes que figuravam em seu quadro no início do período letivo tiveram sua designação cessada até o seu encerramento.

A respeito da estruturação da grade curricular das escolas vinculadas aos modelos de educação integral, as informações reunidas neste trabalho revelam que em todas as unidades do PEI as aulas da parte diversificada são ministradas de maneira intercalada com as das disciplinas que integram a base curricular nacional. Nas instituições do projeto ETI, no entanto, prevalece a divisão dos componentes curriculares em turnos distintos, a despeito da orientação expressa no § único, art. 3º, da Resolução SE-85/13. Enquanto em 43,48% das unidades dedicadas exclusivamente aos anos finais do Ensino Fundamental as oficinas curriculares foram ministradas, em 2015, em um único período (sempre no vespertino), entre as que atendem alunos dos anos iniciais essa organização foi observada por 86,36% das escolas abordadas nesta fiscalização.

Tendo em vista os apontamentos acima, a equipe de fiscalização formulou as seguintes propostas de encaminhamento, dirigidas à Secretaria de Estado da Educação: (1) Estabelecer as próximas unidades do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

430

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

Programa Educação Integral em bairros e distritos caracterizados pela elevada vulnerabilidade socioeconômica de seus moradores; (2) estudar a elaboração de outras estratégias, auxiliares das tecnologias pedagógicas já introduzidas pelo programa, que garantam a permanência de todos os estudantes matriculados em suas unidades, sobretudo dos que apresentam dificuldades em corresponder às exigências acadêmicas estabelecidas pelo modelo; (3) estudar a viabilidade de políticas de concessão de bolsas que impeçam a transferência dos alunos que, premidos pela necessidade de contribuir com sua renda familiar, passam a dedicar-se a atividades de natureza profissional, inviabilizando sua permanência nos estabelecimentos do programa; (4) estabelecer como critério principal para a atribuição das matrículas nas unidades do PEI, quando o número de interessados for superior ao de vagas disponíveis, a distância mínima entre a residência daqueles e a localização da escola; (5) introduzir nas unidades do projeto ETI, quando possível, as tecnologias e métodos pedagógicos que integram o modelo do Programa Educação Integral, como a Tutoria, o Projeto de Vida, as disciplinas eletivas, o Clube Juvenil etc.; (6) e, finalmente, estudar a promoção de estratégias que viabilizem a distribuição alternada, nos dois turnos de aula, das disciplinas da base comum e da parte diversificada do currículo, em todas as unidades do projeto ETI.

Com a implantação destas medidas, espera-se que as unidades do PEI desempenhem um relevante papel no combate às desigualdades educacionais e sociais do Estado, e que o modelo pedagógico do projeto ETI, a partir da incorporação das experiências bem-sucedidas do PEI, seja aprimorado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

431

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

Lista de Siglas

- ATPC** - Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
ATPL - Aula de Trabalho Pedagógico Livre
CIE - Código de Identificação Escolar
CIMA - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONAE - Conferências Nacionais de Educação
DCG - Diretoria das Contas do Governador
DE - Diretoria de Ensino
ETI - Escola de Tempo Integral (projeto)
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDESP - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GDPI - Gratificação de Dedicção Plena e Integral
LC - Lei Complementar
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC - Ministério da Educação
OFA - Ocupante de Função-Atividade (professor)
OT - Orientação Técnica
PEI - Programa Educação Integral
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE - Plano Nacional de Educação
PPV - Pesquisa sobre Padrões de Vida
RDPI - Regime de Dedicção Plena e Integral
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEE - Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo
TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Lista de Gráficos

Gráfico 01: Evolução do IDESP no primeiro ano de funcionamento das escolas no âmbito do PEI (Anos Finais).....	459
Gráfico 02: Evolução do IDESP no primeiro ano de funcionamento das escolas no âmbito do PEI (Ensino Médio).....	460
Gráfico 03: Evolução do IDESP entre o primeiro ano de funcionamento e 2014 (Anos Finais)- PEI.....	461
Gráfico 04: Evolução do IDESP entre o primeiro ano de funcionamento e 2014 (Ensino Médio)-PEI.....	461
Gráfico 05: Questão 5.1 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	462
Gráfico 06: Questão 06 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	463
Gráfico 07: Questão 06 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	463
Gráfico 08: Questão 07 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	465
Gráfico 09: Questão 08 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	465
Gráfico 10: Questão 05 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	466
Gráfico 11: Questão 05 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	467
Gráfico 12: Questão 5.2 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	467
Gráfico 13: Questão 18 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	468
Gráfico 14: Questão 17 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	469
Gráfico 15: Questão 16 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	469
Gráfico 16: Questão 19 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	470
Gráfico 17: Questão 18 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	471
Gráfico 18: Questão 17 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	471
Gráfico 19: Participação de professores que já lecionavam na escola na composição do corpo docente da PEI em seu primeiro ano de funcionamento.....	478



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	433
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Gráfico 20: Professores que lecionavam na própria escola antes de sua inclusão no PEI (2015).....	479
Gráfico 21: Alunos oriundos de outros estabelecimentos de ensino (primeiro ano de funcionamento da unidade no PEI).....	481
Gráfico 22: Tempo de experiência no magistério (média) - PEI.....	487
Gráfico 23: Questão 10 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	488
Gráfico 24: Questão 09 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	489
Gráfico 25: Questão 08 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	489
Gráfico 26: Questão 11 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	490
Gráfico 27: Questão 10 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	491
Gráfico 28: Questão 09 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	491
Gráfico 29: Questão 15 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	493
Gráfico 30: Questão 11 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI.....	494
Gráfico 31: Questão 10 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI.....	495
Gráfico 32: Questão 12 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI.....	495
Gráfico 33: Alunos que solicitaram transferência para outras escolas (média).....	506
Gráfico 34: Tipos de escolas que registraram, em 2015, a maior média de visitas de supervisores por unidade escolar.....	532
Gráfico 35: Quantidade de eventos de formação para professores das unidades do PEI (2015).....	535
Gráfico 36: Quantidade de eventos de formação para integrantes das equipes de gestão escolar das unidades PEI (2015).....	535
Gráfico 37: Quantidade de eventos de formação para professores das unidades do ETI.....	536
Gráfico 38: Quantidade de eventos de formação para integrantes das equipes de gestão escolar das unidades ETI.....	536



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	434
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Gráfico 39: Turmas com mais de 30 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Fundamental - Anos Finais)- Escolas Próximas.....	547
Gráfico 40: Turmas com mais de 40 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Fundamental - Anos Finais) - Escolas Próximas.....	548
Gráfico 41: Turmas com mais de 30 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Médio)- Escolas Próximas.....	548
Gráfico 42: Turmas com mais de 40 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Médio) - Escolas Próximas.....	549
Gráfico 43: Turmas com mais de 50 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Médio)- Escolas Próximas.....	549
Gráfico 44: Turmas com mais de 50 alunos matriculados no ano seguinte à instalação de, pelo menos, uma unidade PEI na região - Escolas Próximas.....	550
Gráfico 45: Evolução média do IDESP das Diretorias de Ensino selecionadas.....	551
Gráfico 46: Atividades pedagógicas desenvolvidas em espaços externos à escola - PEI.....	565
Gráfico 47: Percentual de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas em espaços externos à escola - PEI.....	567
Gráfico 48: Atividades pedagógicas que contaram com a participação de agentes externos - PEI.....	568
Gráfico 49: Percentual de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas em espaços externo à escola (PEI).....	569
Gráfico 50: Atividades pedagógicas desenvolvidas em espaços externos à escola (ETI).....	571
Gráfico 51: Percentual de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas em espaços externos à escola (ETI).....	572
Gráfico 52: Atividades pedagógicas que contaram com a participação de agentes externos (ETI).....	572
Gráfico 53: Rotatividade de professores 2012-2013 (Anos Finais) - ETI.....	580
Gráfico 54: Rotatividade de professores 2013-2014 (Anos Finais) - ETI.....	580
Gráfico 55: Rotatividade de professores 2014-2015 (Anos Finais)- ETI.....	581
Gráfico 56: Rotatividade de professores 2013-2014 (Anos Iniciais) - ETI.....	581



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	435
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Gráfico 57: Rotatividade de professores 2014-2015 (Anos Iniciais) - ETI.....	582
Gráfico 58: Participação de Professores temporários na composição do corpo docente das unidades ETI (Anos Iniciais).....	583
Gráfico 59: Participação de Professores temporários na composição do corpo docente das unidades ETI (Anos Finais).....	584
Gráfico 60: Percentual de professores que tiveram sua designação cessada (2012-2015) - PEI.....	587
Gráfico 61: Percentual de professores que tiveram sua designação cessada em 2015 - PEI.....	588
Gráfico 62: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2012 - Anos Finais - ETI.....	596
Gráfico 63: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2013 - Anos Finais - ETI.....	597
Gráfico 64: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2014 - Anos Finais - ETI.....	597
Gráfico 65: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2015 - Anos Finais - ETI.....	598
Gráfico 66: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2012 - Anos Iniciais - ETI.....	598
Gráfico 67: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2013 - Anos Iniciais - ETI.....	599
Gráfico 68: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2014 - Anos Iniciais - ETI.....	599
Gráfico 69: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2015 - Anos Iniciais - ETI.....	600



Lista de Quadros

Quadro 01: Taxa de participação em pesquisa dirigida a professores, coordenadores pedagógicos e diretores de unidades do PEI.....446

Quadro 02: Jornada Diária de Aula em Outros Países...450

Quadro 03: Carga horária para as escolas com anos iniciais do projeto ETI.....456

Quadro 04: Carga horária para as escolas com anos finais do projeto ETI.....456

Quadro 05: Razões que justificaram a cessação da designação de professores das PEI cujas atividades iniciaram-se em 2012 e 2013.....480

Quadro 06: Escolaridade dos pais dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino (SARESP 2013)- PEI e Demais Unidades da Rede.....485

Quadro 07: Escolaridade das mães dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino (SARESP 2013)- PEI e Demais Unidades da Rede.....486

Quadro 08: Alunos beneficiários de programas de transferência de renda - unidades incorporadas ao programa no biênio 2012/13 - PEI.....496

Quadro 09: Alunos beneficiários de programas de transferência de renda - escolas localizadas nas proximidades das unidades incorporadas ao programa no biênio 2012/13.....498

Quadro 10: Alunos beneficiários de programas de transferência de renda - 2015 - PEI e Escolas Próximas.....500

Quadro 11: Escola onde foram matriculados no seguinte à inclusão da unidade no PEI.....501

Quadro 12: Alunos matriculados nos anos finais (Ensino Fundamental + Ensino Médio) no ano imediatamente anterior à sua absorção pelo Programa Educação Integral.....503

Quadro 13: Alunos transferidos para outras escolas.....506

Quadro 14: Motivos da transferência dos alunos do PEI para outros estabelecimentos de ensino.....508

Quadro 15: Notas médias dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (1º e 2º bimestres).....510



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	437
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Quadro 16: Notas médias dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (3º e 4º bimestres).....510

Quadro 17: Alunos transferidos que apresentavam nota abaixo de cinco em pelo menos uma das duas disciplinas consideradas - PEI.....511

Quadro 18: Grade curricular das escolas do Programa Educação Integral (Anos Finais da Educação Básica)...512

Quadro 19: Média de faltas dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (1º e 2º bimestres).....513

Quadro 20: Média de faltas dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (3º e 4º bimestres).....513

Quadro 21: Rendimento médio e o tempo de escolarização dos responsáveis por domicílios particulares permanentes nos distritos onde foram instaladas todas as unidades do PEI na Capital (2010).....521

Quadro 22: Escolas localizadas na Capital paulista que rejeitaram o convite para ingressar no PEI.....525

Quadro 23: Instalações e espaços indisponíveis nas unidades do Projeto ETI.....528

Quadro 24: Custo médio anual por aluno na rede pública estadual de ensino (2015).....529

Quadro 25: Média de visitas por unidade (2015).....531

Quadro 26: Resultados do SARESP registrados por escolas convencionais localizadas nas imediações das unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2013.....552

Quadro 27: Resultados do SARESP registrados por escolas convencionais localizadas nas imediações das unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2012.....553

Quadro 28: Resultados do SARESP registrados por escolas que perderam professores para unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2013.....554

Quadro 29: Resultados do SARESP registrados por escolas que perderam professores para unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2012.....554

Quadro 30: Distância média da residência dos alunos em relação às escolas onde estão matriculados (PEI).....574

Quadro 31: Distância média da residência dos alunos em relação às escolas onde estão matriculados (escolas próximas).....575



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	438
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Quadro 32: Taxa de rotatividade segundo o vínculo empregatício do professor - ETI.....583

Quadro 33: Participação de professores temporários na composição do corpo docente das unidades do Projeto ETI (Anos Finais).....585

Quadro 34: Participação de professores temporários na composição do corpo docente das unidades do Projeto ETI (Anos Iniciais).....585

Quadro 35: Participação de professores temporários por segmento curricular (ETI).....586

Quadro 36: Taxa de rotatividade - por segmento curricular - ETI.....587

Quadro 37: Professores das PEI que lecionam disciplinas da parte diversificada.....593

Quadro 38: Professores das oficinas que também ministram aulas de disciplinas da base curricular nacional - ETI.....595

Quadro 39: Características resumidas dos modelos de educação em tempo integral da rede pública estadual de ensino.....601



Sumário

1. Introdução.....	441
1.1. Identificação simplificada do objeto da fiscalização.....	441
1.2. Antecedentes.....	441
1.3. Escopo da Fiscalização.....	441
1.3.1. Limitações.....	442
1.4. Metodologia.....	444
1.4.1. Planejamento da fiscalização.....	444
1.4.2. Execução.....	445
1.4.3. Seleção da amostragem utilizada.....	446
2. Visão Geral.....	449
3. Resultados no SARESP e percepção dos docentes acerca do modelo de ensino integral do PEI.....	458
3.1. Resultados no SARESP.....	459
3.2. Transformação das práticas docentes.....	461
3.3. Percepção de professores e membros da equipe de gestão escolar acerca da proposta pedagógica e organizacional do Programa Educação Integra.....	468
3.4. Satisfação Profissional.....	470
4. Presença de características que, segundo estudos em eficácia escolar, favorecem a obtenção de resultados superiores de aprendizagem, nos corpos discentes das unidades do Programa Educação Integral.....	473
4.1. Constituição dos corpos docentes e discentes.....	477
4.2. Renda e Escolaridade dos pais.....	483
4.3. Motivação dos alunos e participação dos pais no desenvolvimento acadêmico de seus filhos.....	487
4.4. Realização de simulados das provas do SARES.....	493
4.5. Beneficiários de programas de transferência de renda.....	495
4.6. Defasagem idade-série.....	501
4.7. Estabilidade dos corpos discentes das unidades do Programa Educação Integral.....	505
5. O Programa Educação Integral como instrumento de combate às desigualdades educacionais da rede pública estadual de São Paulo.....	515
5.1. Localização das unidades ETI no município de São Paulo.....	518
5.2. Distribuição de recursos entre as unidades da rede pública estadual de ensino, segundo o modelo	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	440
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

pedagógico e a extensão do turno diário de aula.....	526
5.3. Visitas dos supervisores de ensino às unidades da rede pública estadual sob sua responsabilidade.....	529
5.4. Eventos de formação e aperfeiçoamento profissional.....	534
6. Impactos das PEI nas escolas de tempo parcial localizadas em suas proximidades.....	538
6.1. Número de alunos por turma.....	545
6.2. Desempenho no SARESP.....	551
7. Utilização de recursos comunitários no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das instituições vinculadas ao PEI e ao Projeto ETI...	557
7.1. Realização de atividades pedagógicas em espaços externos às escolas e participação de integrantes da comunidade em projetos desenvolvidos em suas próprias dependências.....	565
7.2. Distância entre o endereço das escolas e o de residência dos alunos nelas matriculados.....	572
8. Taxas de Rotatividade nos modelos ETI e PEI e participação de seus professores no planejamento e magistério das disciplinas de ambos os segmentos curriculares.....	576
8.1. Rotatividade e participação de professores temporários na composição dos corpos docentes das unidades vinculadas ao Projeto ETI.....	578
8.2. Rotatividade nas unidades vinculadas ao PEI.....	587
9. Organização da grade horária dos dois modelos de educação integral e participação dos professores das PEI no desenvolvimento das disciplinas da parte diversificada do currículo.....	589
9.1. Professores designados para unidades do PEI que não ministram disciplinas da parte diversificada do currículo.....	593
9.2. Estruturação da grade horária das unidades vinculadas ao PEI e ao Projeto ETI.....	594
10. Conclusão.....	604
11. Proposta de encaminhamento.....	607



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	441
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

1. Introdução

1.1. Identificação simplificada do objeto da fiscalização

Este trabalho tem como objeto o funcionamento das unidades vinculadas a ambos os modelos de educação em período integral existentes na rede pública estadual de ensino: o relativo ao Programa Educação Integral (PEI) e o introduzido pelo Projeto Escolas de Tempo Integral (ETI).

1.2. Antecedentes

A presente fiscalização de natureza operacional sobre os modelos de educação em período integral da rede pública estadual de ensino decorre do plano anual de fiscalização determinado pelo Conselheiro Relator das Contas do Governador do exercício de 2015.

Nos últimos sete anos, a Diretoria das Contas do Governador (DCG) efetuou diversos trabalhos de fiscalização de natureza operacional acerca de programas, ações e projetos sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação. Os dois últimos, elaborados entre os anos de 2014 e 2015, abordaram (1) a garantia das condições ideais para a formação do quadro docente e a disponibilidade das instalações prediais e dos recursos pedagógicos considerados essenciais pelo Conselho Nacional de Educação nas unidades da rede pública estadual; e (2) a Ação 6172 - Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica no âmbito do Programa 815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica.

1.3. Escopo da Fiscalização

A presente fiscalização pretendeu investigar as seguintes questões:

- A. Os impactos e os resultados do Programa Educação Integral (PEI);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	442
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

B.A disponibilidade, adequação e organização dos recursos físicos e humanos nas PEI e nas ETI.

Para tanto, foram abordados os seguintes aspectos dos modelos de educação em período integral existentes na rede pública estadual de ensino:

- ✓ Resultados no SARESP e percepção dos docentes acerca do modelo de ensino integral do PEI;
- ✓ Presença de características que, segundo estudos em eficácia escolar, favorecem a obtenção de resultados superiores de aprendizagem, nos corpos discentes das unidades do PEI;
- ✓ O papel exercido pelo programa no combate às desigualdades educacionais da rede pública estadual de São Paulo;
- ✓ Impactos das PEI nas escolas de tempo parcial localizadas em suas proximidades;
- ✓ Utilização de recursos comunitários no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das instituições vinculadas ao PEI e ao Projeto ETI;
- ✓ Taxas de Rotatividade nos modelos ETI e PEI e participação de seus professores no planejamento e magistério das disciplinas de ambos os segmentos curriculares;
- ✓ E, finalmente, a organização da grade horária dos dois modelos de educação integral e a participação dos professores das PEI no desenvolvimento das disciplinas da parte diversificada do currículo.

1.3.1. Limitações

O alcance das análises e conclusões da fiscalização foi restringido pelas seguintes circunstâncias, sem embargo de outras que, menos evidentes, não foram detectadas durante o processo de elaboração do trabalho:

- 1) Os efeitos do *background* familiar e de insumos e práticas pedagógicas sobre os resultados da aprendizagem escolar não encerram relações de causa e consequência. Não basta que as condições



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

443

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

reputadas ideais por prestigiadas entidades técnicas sejam satisfeitas para que o desempenho dos estudantes em exames externos se eleve exponencialmente. Tampouco a incidência de fatores socioeconômicos e culturais considerados desfavoráveis por pesquisas em eficácia escolar implica, automaticamente, em baixos níveis de aprendizagem (LEHIRE, 1997). Em Educação, são raros os padrões irrestritamente válidos, cuja observância conduz, necessariamente, ao cumprimento das metas perseguidas pelas políticas públicas da área. Por essas razões, algumas dos apontamentos esboçados neste relatório não representam conclusões definitivas sobre as realidades abordadas, mas apenas sinalizam tendências à luz dos estudos e documentos técnicos consultados e das informações colhidas nas entrevistas realizadas durante a fase de planejamento desta fiscalização;

- 2) Nem todas as escolas selecionadas responderam a Requisição de Informações e Documentos formulada por esta Diretoria. Algumas delas deixaram de atender apenas parte das solicitações, outras, embora parte considerável de seus docentes tenha participado da pesquisa, não entregaram nenhum dos itens requisitados até o encerramento dos trabalhos;
- 3) Finalmente, parte das respostas não pôde ser considerada na consolidação dos dados que subsidiaram o relatório final, seja em virtude de inconsistências internas, seja em razão de equívocos na interpretação dos termos das Requisições. A reiteração da necessidade de atendimento dos itens inicialmente omitidos, bem como as solicitações de correções e complementações dos fornecidos (quando necessárias), foram limitadas em função de duas circunstâncias concorrentes: 1) o prazo definido para a conclusão do relatório da fiscalização e 2) o período de recesso escolar, ocorrido entre os meses de dezembro e janeiro, durante o qual nem sempre foi possível contatar dirigentes e/ou outros servidores envolvidos no atendimento das Requisições. De qualquer maneira, a despeito de tais dificuldades, o número de respostas reunidas, em todos os casos, representou algo em torno de 75% a 90% do universo de escolas selecionadas, patamar que, s.m.j., não



compromete de maneira significativa as conclusões elaboradas pela fiscalização.

1.4. Metodologia

1.4.1. Planejamento da fiscalização

Buscando apurar as principais características dos objetos fiscalizados, bem como os mais relevantes óbices ao pleno desenvolvimento das propostas pedagógicas e de gestão de ambos os modelos de educação integral da rede pública estadual de ensino, o período de planejamento da fiscalização envolveu a execução das seguintes atividades:

- 1) Pesquisa à legislação e aos documentos elaborados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo acerca de suas duas redes de escolas em período integral de aula;
- 2) Consultas a artigos acadêmicos, livros e documentos produzidos por outros órgãos governamentais que abordam as características, os desafios e os resultados logrados por outras experiências de educação integral;
- 3) Reuniões com seguintes profissionais:
 - Dirigentes e supervisores das Diretorias de Ensino de Santo André, Centro-Sul (na Capital Paulista) e Araraquara;
 - Integrantes das equipes da Secretaria da Educação responsáveis pela coordenação do PEI e do Projeto ETI;
 - Técnicos da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA);
 - Diretores, coordenadores pedagógicos e professores das seguintes unidades do PEI:
 - ✓ Dr. Nestor Sampaio Bittencourt (Catanduva);
 - ✓ Professora Amira Homsí Chalella (São José do Rio Preto);
 - ✓ Professor Urias Braga Costa (Araraquara);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	445
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

- ✓ Reverendo Tércio Moraes Pereira (Capital paulista);
- ✓ Alberto Torres (Capital paulista);
- ✓ Professor Antônio Dutra (Itatiba);
- ✓ Conde de Parnaíba (Jundiaí);
- ✓ Dr. Antônio Ablas Filho (Santos)
- ✓ MMDC (Capital Paulista)
- Diretores e coordenadores pedagógicos das seguintes instituições vinculadas ao projeto ETI:
 - ✓ Professora Antônia Eugênia Martins (Araraquara);
 - ✓ Ernesto Masselani (Matão);
 - ✓ Fernando Nobre (Cotia);
 - ✓ Deputado Guilherme de Oliveira Gomes (Osasco);
 - ✓ Professor Ceciliano José Ennes (Capital paulista);
 - ✓ Professor José Nigro (São Vicente);
 - ✓ Professora Annita Atalla (Capital paulista)

4) Realização de testes-pilotos nas Escolas Dr. Antônio Ablas Filho, Tércio Moraes Pereira e Conde de Parnaíba para validação dos questionários estruturados e demais instrumentos de coleta de informações elaborados pela equipe de fiscalização.

1.4.2. Execução

As informações necessárias às análises propostas no presente trabalho foram recolhidas mediante:

- 1) Pesquisa dirigida a professores, coordenadores pedagógicos e diretores que atuam em escolas cuja incorporação ao PEI ocorreu em 2012 e 2013. Para



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	446
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

realizá-la, utilizamo-nos do *software* de pesquisas *Lime Survey*, através do qual remetemos aos e-mails dos integrantes do público-alvo cadastrados nos bancos de dados da Secretaria os **questionários estruturados** elaborados pela equipe de fiscalização. As taxas de participação alcançadas encontram-se especificadas no quadro abaixo:

Quadro 01: Taxa de participação em pesquisa dirigida a professores, coordenadores pedagógicos e diretores de unidades do PEI

Público-alvo	Convidados	Respondentes	
Professore(a)s	845	534	63,20%
Coordenadore(a)s Pedagógico(a)s	198	158	79,80%
Diretore(a)s	51	40	78,43%
TOTAL	1.094	770	70,38%

Fonte: *Lime Survey*

- 2) Requisições de documentos e informações dirigidas às escolas selecionadas, às respectivas Diretorias de Ensino e à Secretaria de Estado da Educação;
- 3) Coleta de dados nos arquivos eletrônicos do IDESP e do Censo Escolar, disponíveis em sites mantidos pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e pelo INEP, respectivamente.

Após reuni-los, os dados foram submetidos a análises críticas - que visaram à identificação de inconsistências e/ou incongruências nas respostas fornecidas por escolas e Diretorias de Ensino - e, posteriormente, consolidados em tabelas e quadros resumidos, que facilitaram sua interpretação e permitiram apresentá-los neste relatório.

1.4.3. Seleção da amostragem utilizada

As questões a que este trabalho se propôs responder demandou o envolvimento de quatro grupos distintos de escolas:

- As unidades que foram integradas pelo PEI logo em seus dois primeiros anos de funcionamento (2012 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	447
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

2013) tendo em vista que nestas as propostas pedagógicas e de gestão do programa encontram-se, em tese, mais consolidadas - e, portanto, as qualidades e vulnerabilidades eventualmente identificadas não podem ser atribuídas às vicissitudes que normalmente acompanham a introdução de um novo modelo de educação, assaz distinto do que anteriormente orientava o funcionamento dessas escolas. Para este grupo, foram selecionadas cinquenta escolas: todas as vinte e quatro que oferecem matrículas nos anos finais no Ensino Fundamental e vinte e seis dedicadas exclusivamente ao Ensino Médio;

- Tendo em vista que às anteriores foram requisitadas diversas informações, nem sempre imediatamente disponíveis nos arquivos eletrônicos atualizados por suas equipes administrativas, solicitamos a unidades incorporadas ao PEI em 2014 o histórico escolar dos alunos que, nelas matriculados em 2013, optaram por prosseguir seus estudos em instituições de ensino convencionais, ou seja, declinaram a oportunidade de concluir sua formação escolar em uma das unidades do programa. Vale enfatizar que, neste caso, não é relevante o tempo transcorrido desde o início das operações da unidade no âmbito do programa, pois as informações solicitadas não se referem às suas dinâmicas de funcionamento quer antes, quer depois da extensão de da jornada diária de aula, mas à transição entre esses dois períodos. Foram selecionadas vinte escolas, independentemente da etapa da Educação Básica para as quais disponibilizam suas vagas.
- Escolas de período parcial de aula para as quais se dirigiram os alunos que não puderam¹ ou não quiseram permanecer nas escolas em que estavam matriculados a partir de sua incorporação pelo Programa Educação Integral. A seleção recaiu sobre as vinte escolas que receberam os maiores contingentes de estudantes oriundos das PEI instituídas nos anos de 2012 e 2013;

¹ Estes casos se referem aos alunos promovidos a séries que foram suprimidas a partir da conversão da escola em unidade do PEI. Por exemplo, discentes do quinto ao oitavo ano do Ensino Fundamental que frequentavam escolas que, ao ingressarem no programa, passaram a oferecer matrículas apenas para o Ensino Médio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	448
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

- Finalmente, a fiscalização envolveu cinquenta escolas cujo ingresso no Projeto ETI se deu logo em seu primeiro ano de funcionamento, 2006. Metade delas dedicadas exclusivamente aos anos iniciais do Ensino Fundamental e as restantes, à etapa seguinte.

A seleção dos grupos de escolas referidos acima não objetivou conferir-lhes representatividade estatística, mas apenas garantir a aleatoriedade da definição dos integrantes da amostragem. Os procedimentos adotados foram os mesmos em todos os casos, exceto no das unidades que receberam alunos oriundos das PEI. Para ilustrá-los, basta descrever o processo de seleção de apenas um deles, como realizado nos tópicos abaixo, que se referem às unidades dedicadas aos anos iniciais do Projeto ETI:

- ✓ A divisão do número de unidades ETI exclusivas de anos iniciais (68) pelo total de elementos da amostragem (25) resulta em 2,72. Assim, após ordenar a relação de escolas em ordem crescente, a partir do **código de identificação escolar** (CIE), foi selecionada a primeira unidade;
- ✓ As duas seguintes foram descartadas, recaindo a escolha da segunda integrante da amostragem sobre a quarta escola da listagem;
- ✓ A seleção das restantes reproduziu a mesma operação: exclusão das duas seguintes à escola sobre a qual recaiu a escolha;
- ✓ Como o procedimento resultou na definição de 23 escolas, a definição das duas faltantes foi efetuada mediante o reagrupamento das escolas não selecionadas na primeira rodada, novamente em ordem crescente do CIE;
- ✓ A seguir, o mesmo procedimento de seleção e exclusão foi empregado, completando-se, enfim, o número de integrantes da amostragem previamente definido.

Por fim, parte dos dados utilizados neste trabalho foi fornecida pelas vinte e nove Diretorias de Ensino às quais se vinculam as instituições de ensino referidas acima. A relação completa das unidades



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	449
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

abordadas por esta finalização encontra-se nos Quadros às fls. 615 a 620 do Apêndice.

2. Visão Geral

A extensão do período de permanência dos estudantes do Ensino Fundamental na escola encontra-se prevista na LDB:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei. §

2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Vale ressaltar que essa previsão legal não abrange o Ensino Médio, mas apenas os dois segmentos em que se subdivide a Educação Fundamental (anos iniciais e anos finais). Entretanto, a Meta 6² do Plano Nacional de Educação³ não exclui dos esforços de extensão

² Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. Disponível em:

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf -

Acesso em 07/04/16

³ A elaboração do plano nacional de educação está previsto na art. 214 da CF/88:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	450
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

da jornada escolar o Ensino Médio, porquanto estabelece que o Poder Público deverá promover a ampliação do número de matrículas e de estabelecimentos em tempo integral na Educação Básica, que envolve, além do ensino fundamental, a educação infantil, o ensino médio, a educação profissional técnica de nível médio e, ainda, a educação de jovens e adultos (LDB, Capítulo II, art. 22 a 38).

A importância da ampliação da jornada escolar é defendida, igualmente, pelo Conselho Nacional de Educação, para o qual "a implantação gradual de uma escola de tempo integral deve fazer parte de uma agenda das políticas públicas para a educação em nosso país" (Parecer CNE nº 08/2010, p. 17). Em diversos países ocidentais, sobretudo nos de maior desenvolvimento econômico, mas não apenas nestes, a jornada diária de aula é significativamente superior às quatro horas que predominam na grande maioria das redes públicas de ensino do país. Barros (2008), em estudo sobre as escolas de tempo integral do município de Goianésia - GO, apresentou "uma visão panorâmica da organização da educação básica em outros países, em relação ao tempo (diário e anual) na atualidade destinado ao processo educativo" (p. 56), conforme o quadro abaixo:

Quadro 02 - Jornada Diária de Aula em Outros Países

País	Ensino Fundamental I (anos)	Horas diárias de trabalho	Dias letivos anuais
Alemanha	9	Entre 6 e 8	185
Argentina	10	5	180
Austrália	10	6,5	200
Bolívia	8	6	200
Cuba	9	Entre 5 e 8,5	200
Chile	12	Entre 5 e 8,5	200
Espanha	10	Entre 6 e 8	175
Estados Unidos	10	8	180
Finlândia	9	7 (em média)	190

Fonte: Adaptado de BARROS (2008, p. 57)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	451
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Atualmente, no Estado de São Paulo, há dois modelos de escolas que funcionam em período integral na rede pública estadual de ensino de São Paulo. Um deles, iniciado em 2006⁴, é conhecido como Escolas de Tempo Integral (ETI), o outro, introduzido seis anos mais tarde, denominado Programa de Ensino Integral (PEI⁵).

Programa de Educação Integral - PEI

O Programa de Educação Integral foi instituído pela Lei Complementar nº 1.164 de 04/01/2012, alterada pela Lei Complementar nº 1.191 de 28/12/2012, disciplinado pelas Resoluções SE nºs 52 e 58 de 02/10/2014 e 17/10/2014, respectivamente, e iniciado em Escolas de Ensino Médio - 2012, sendo expandido a partir de 2013 para Escolas de Ensino Fundamental Anos Finais e, recentemente, implantado em unidades dedicadas exclusivamente aos Anos Iniciais.

O objetivo do Programa é a "formação de indivíduos autônomos, solidários e competentes, com conhecimentos, valores e habilidades dirigidas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania, mediante conteúdo pedagógico, método didático e gestão curricular e administrativa próprios"⁶.

O conteúdo pedagógico, os métodos didáticos e de gestão curricular e administrativa introduzidos pelo programa envolvem os seguintes elementos⁷:

- **Carga horária multidisciplinar** - conjunto de horas em atividades com os alunos e de horas de trabalho pedagógico na escola, exercido exclusivamente em Escola Estadual do Programa de Ensino Integral, de forma individual e coletiva, na integração das áreas de conhecimento da Base Nacional Comum, da parte diversificada específica e atividades complementares;

⁴ Resolução SE 89, de 09/12/2005.

⁵ Lei Complementar nº 1164 de 04/01/2012, alterada pela Lei Complementar nº 1.191 de 28/12/2012.

⁶ Item I do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.164 de 04/01/2012 alterado pela Lei Complementar nº 1.191 de 28/12/2012

⁷ Artigo 2º da Lei Complementar nº 1.164 de 04/01/2012 alterado pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 1.191 de 28/12/2012



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

452

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

- **Carga horária de gestão especializada** - conjunto de horas em atividade de gestão, suporte e eventual atuação pedagógica, exercida exclusivamente por diretores e vice-diretores nas Escolas Estaduais de Período Integral, conforme plano de ação estabelecido;
- **Plano de ação** - documento de gestão escolar, de elaboração coletiva, coordenado pelo Diretor das Escolas Estaduais do Programa de Ensino Integral, contendo diagnóstico, definição de indicadores e metas a serem alcançadas, estratégias a serem empregadas e avaliação dos resultados;
- **Programa de ação** - documento de gestão a ser elaborado por toda a equipe escolar, com os objetivos, metas e resultados de aprendizagem a serem atingidos pelos seus alunos, conforme o plano de ação estabelecido;
- **Projeto de vida** - documento elaborado pelo aluno, que expressa metas e define prazos, com vistas à realização das aptidões individuais, com responsabilidade individual, responsabilidade social e responsabilidade institucional em relação à Escola Estadual do Programa de Ensino Integral;
- **Protagonismo juvenil** - processo pedagógico em que o aluno é estimulado a atuar criativa, construtiva e solidariamente na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social;
- **Guias de aprendizagem** - documentos elaborados semestralmente pelos professores para os alunos, contendo informações acerca dos componentes curriculares, objetivos e atividades didáticas, fontes de consulta e demais orientações pedagógicas que se fizerem necessárias;
- **Clubes juvenis** - grupos temáticos, criados e organizados pelos alunos, com apoio dos professores e da direção da escola;
- **Tutoria** - processo didático pedagógico destinado a acompanhar, orientar o projeto de vida do aluno, bem como, propiciar atividades de recuperação, se necessário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	453
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

A carga horária semanal de estudos e atividades pedagógicas dos alunos da escola do PEI terá jornada diária de até:⁸

- 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, para os alunos do ensino médio; e
- 8 (oito) horas e 40 (quarenta) minutos, para os alunos do ensino fundamental.

Dentre as atividades do professor está a proposta e a elaboração das disciplinas eletivas, de organização semestral, por ao menos dois professores de disciplinas distintas. O tema é de livre escolha dos mesmos e deve tratar de assunto relevante visando aprofundar os conteúdos da Base Nacional Comum.⁹ As eletivas devem ser oferecidas todas no mesmo horário a fim de incentivar à convivência e à troca de experiências dos diversos anos/séries.

Vale enfatizar que, a introdução das disciplinas eletivas no Ensino Médio corresponde a uma das estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para cumprimento da Meta 3, que objetiva universalizar o atendimento escolar a adolescentes de 15 a 17 anos, bem como atingir pelo menos 85% de taxa líquida de matrículas no Ensino Médio. A mencionada estratégia visa:

3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de *currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados* em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais; (grifos nossos)

⁸ Artigo 13 da Resolução SE 52 de 02/10/2014

⁹ Diretrizes do Programa Ensino Integral, p.29



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	454
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

A carga horária dos docentes das escolas do PEI será de 8 (oito) horas diárias, correspondendo a 40 (quarenta) horas semanais, constituída de carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, compreendendo obrigatoriamente disciplinas da Base Nacional Comum, da Parte Diversificada e das Atividades Complementares.¹⁰ Assim, as atividades de trabalho pedagógico coletivo - ATPC deverão ser cumpridas, em sua totalidade, no âmbito da escola do PEI

Poderão participar dos processos de seleção para atuar nas Escolas Estaduais do Programa de Ensino Integral os servidores que atendam às seguintes condições:¹¹

- sejam titulares de cargo de Diretor de Escola ou se encontrem designados nesta situação; ou sejam docentes titulares de cargo ou ocupantes de função-atividade;
- estejam em efetivo exercício do seu cargo ou função-atividade ou da designação em que se encontrem;
- possuam experiência mínima de 3 (três) anos de exercício no magistério público estadual;
- venham a aderir voluntariamente ao Regime de Dedicção Plena e Integral - RDPI em uma das Escolas.

Nas Escolas Estaduais do Programa de Educação Integral não será permitida a contratação de professor por tempo determinado, exceto para atendimento de alunos portadores de necessidades especiais.¹²

O corpo docente das Escolas Estaduais do PEI será composto exclusivamente pelos Professores Coordenadores e por professores portadores de licenciatura plena e a permanência nas designações aos integrantes do quadro de pessoal será disciplinada em regulamento e estará condicionada a aprovação em avaliações de desempenho, periódicas e específicas das

¹⁰ Artigo 14 da Resolução SE nº 52 de 02/10/14

¹¹ Artigo 9º da Lei Complementar nº 1.164 de 04/01/2012 e disciplinado pelo artigo 2º da Resolução SE-58 de 17/10/14

¹² Parágrafo Único do artigo 9º da Lei Complementar nº 1.164 de 04/01/2012 disciplinado pelo parágrafo 2º do artigo 2º da Resolução SE 58 de 17/10/2014



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	455
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

atribuições desenvolvidas nas escolas, avaliações estas que visam, também, a formação continuada do quadro.¹³

A cessação da designação dos referidos servidores poderá ocorrer a qualquer momento, caso não estejam correspondendo à atuação específica do Programa de Ensino Integral.

Para os integrantes do Quadro do Magistério foi instituída a Gratificação de Dedicção Plena e Integral - GDPI, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função atividade, submetido ao Regime de Dedicção Plena e Integral - RDPI, em exercício nas Escolas Estaduais do Programa Ensino Integral.¹⁴

As escolas sob este modelo devem estar dotadas com salas temáticas, sala de leitura, laboratórios de ciências e de informática.

Escolas de Tempo Integral - ETI

O Projeto Escolas de Tempo Integral foi instituído pela Resolução SE nº 89 de 09/12/2005 "com o objetivo de prolongar a permanência dos alunos de ensino fundamental na escola pública estadual, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem, com o enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural"¹⁵ e reorganizado o currículo escolar pela Resolução SE-85 de 19/12/2013.

Inicialmente o Projeto prevê o atendimento de escolas da rede pública estadual de ensino fundamental que atendam os seguintes critérios de adesão:¹⁶

- a) espaço físico compatível com o nº de alunos e salas de aula para funcionamento em período integral; e
- b) intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao Projeto, ouvido o Conselho de Escola.

¹³ Item II do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.191 de 28/12/2012

¹⁴ Item VII do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.191 de 28/12/2012

¹⁵ Artigo 1º da Resolução SE nº 89 de 09/12/2005

¹⁶ Artigo 3º da Resolução SE nº 89 de 09/12/2005



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	456
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Devem estar distribuídas pelas 90 Diretorias de Ensino, inseridas preferencialmente, em regiões de baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - e nas periferias urbanas.

A organização curricular da ETI inclui o currículo básico do ensino fundamental e ações curriculares direcionadas para: orientação de estudos, atividades artísticas e culturais, desportivas, de integração social e de enriquecimento curricular.¹⁷

A reorganização curricular definiu, entre outros itens, que a carga horária para os anos iniciais ou finais pode ser de 40 (quarenta) ou 45 (quarenta e cinco) aulas semanais, se ajustando à realidade escolar, conforme a seguir demonstrado:

Quadro 03 - Carga horária para as escolas com anos iniciais do projeto ETI

Aulas	40 aulas semanais	45 aulas semanais
Base nacional Comum	25 aulas semanais	25 aulas semanais
Oficinas curriculares	15 aulas semanais	20 aulas semanais

Fonte: Resolução SE-85 de 19/12/2013 - item II do artigo 2º

Quadro 04 - Carga horária para as escolas com anos finais do projeto ETI

Aulas	40 aulas semanais	45 aulas semanais
Base nacional Comum	28 aulas semanais	28 aulas semanais
Oficinas curriculares	02 aulas semanais destinadas à disciplina Língua Estrangeira Moderna	02 aulas semanais destinadas à disciplina Língua Estrangeira Moderna
	10 aulas semanais destinadas às oficinas curriculares obrigatórias com temáticas definidas e opcionais constantes da resolução	11 a 15 aulas semanais destinadas às oficinas curriculares obrigatórias com temáticas definidas

Fonte: Resolução SE-85 de 19/12/2013 - item II do artigo 2º

¹⁷ Artigo 5º da Resolução SE nº 89 de 09/12/2005



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	457
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

A atribuição das classes e aulas far-se-á na seguinte conformidade:¹⁸

- a) pelo Diretor de Escola, na unidade escolar, e em nível de Diretoria de Ensino, se necessário, com relação às disciplinas da base nacional comum e à disciplina Língua Estrangeira Moderna da parte diversificada do currículo, atendendo às disposições da legislação referente ao processo anual de atribuição de classes e aulas;
- b) pela equipe gestora da unidade escolar, com relação às oficinas curriculares, assistida pelo Supervisor de Ensino da unidade escolar, a docentes e candidatos à contratação que estejam devidamente inscritos e classificados no processo regular de atribuição de classes e aulas e que também tenham, paralelamente, efetuado inscrição específica para participar do processo seletivo referente ao Projeto Escola de Tempo Integral.

Constituem-se componentes do processo seletivo, objeto da inscrição paralela para o Projeto Escolas de Tempo Integral:¹⁹

- ✓ a análise do currículo do candidato, avaliando-se as ações de formação vivenciadas, o histórico das experiências e as práticas educacionais bem sucedidas;
- ✓ a pertinência e a qualidade da proposta de trabalho apresentada pelo candidato;
- ✓ a avaliação dos resultados obtidos na entrevista individual realizada.

Durante o ano letivo, o docente que, por qualquer motivo, deixar de corresponder às expectativas do desenvolvimento das atividades da oficina curricular, cujas aulas lhe tenham sido atribuídas, perderá essas aulas, a qualquer tempo, por decisão da equipe gestora da unidade escolar, ouvido o Supervisor de Ensino.²⁰

As ATPC deverão ocorrer em dia e horário fixados pelo Diretor da Escola, com a colaboração da equipe gestora, de modo a assegurar a participação dos

¹⁸ Artigo 6º da Resolução SE-85 de 19/12/2013

¹⁹ Parágrafo 1º do artigo 6º da Resolução SE-85 de 19/12/2013

²⁰ Artigo 10 da Resolução SE-85 de 19/12/2013



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	458
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

docentes que atuem na parte diversificada, inclusive daqueles que possuem aulas atribuídas em mais de uma unidade escolar e/ou que não tenham Sede de Controle de Frequência (SCF) na Escola de Tempo Integral.²¹

Com relação à estrutura física das escolas do Projeto Escola de Tempo Integral não há na legislação indicador do que deve constar em uma dessas unidades escolares.

Por fim vale ressaltar que o objeto abordado nesta fiscalização não corresponde a nenhum programa orçamentário específico, embora apresente vinculações com pelo menos dois deles: o programa **813 - Avaliação do Sistema Educacional**, que concentra os recursos necessários à contratação da entidade responsável pela elaboração, aplicação e sistematização dos resultados do exame, e o **800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica**, cujas Ações destinam-se, basicamente, a aprimorar a qualidade do ensino público estadual.

3. Resultados no SARESP e percepção dos docentes acerca do modelo de ensino integral do PEI

A satisfação profissional e o assentimento em relação às propostas do programa pelos agentes diretamente engajados em sua execução são fundamentais, ainda que insuficientes, para a obtenção dos resultados desejados. Por essa razão, a presente questão buscou avaliar a aceitação do PEI por parte de professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola e supervisores de ensino. A simples constatação da aprovação das ferramentas pedagógicas e gerenciais do modelo por estes profissionais representa, por si só, um relevante indicador das possibilidades de êxito do programa.

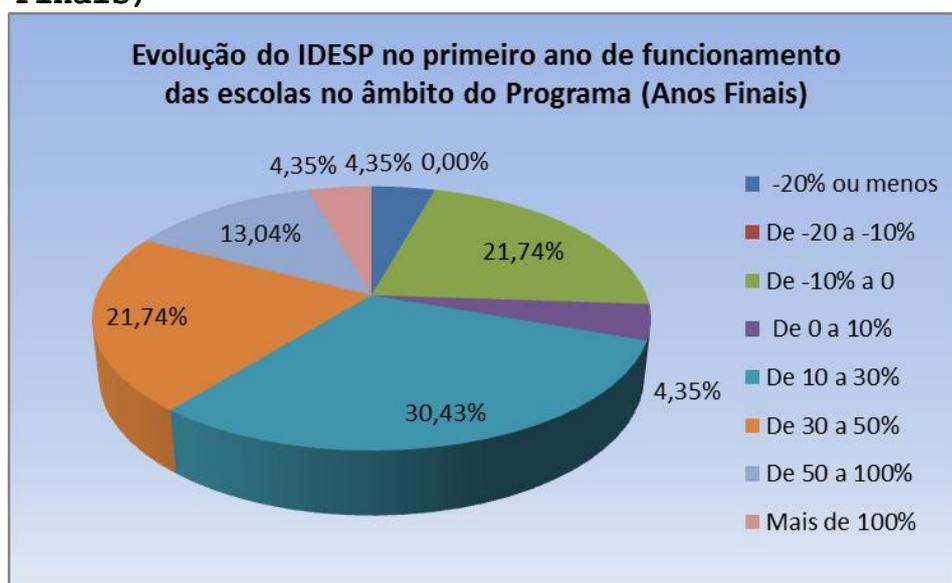
²¹ Artigo 8º da Resolução SE-85 de 19/12/2013



3.1. Resultados no SARESP

Primeiramente, é necessário indicar os resultados logrados pelas escolas do PEI nas avaliações externas do SARESP, que refletem, ainda que parcialmente, a eficácia do modelo de ensino introduzido pelo programa. Como podemos observar no gráfico seguinte, já no primeiro ano de funcionamento, aproximadamente 70% das escolas cujo ingresso no PEI ocorreu em 2012 e 2013 obtiveram um IDESP pelo menos 10% superior ao que haviam alcançado no ano anterior, tanto no Ensino Médio quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Nesta etapa, como indicado no gráfico abaixo, quase 20% das unidades consideradas elevaram seu IDESP em mais de 50%, enquanto no Ensino Médio, a proporção das que atingiram o mesmo patamar de evolução corresponde a mais de 27% das escolas. À primeira vista, estes resultados são especialmente significativos se considerarmos que, nos anos finais da Educação Básica – sobretudo no Ensino Médio – o desempenho nas avaliações externas das redes públicas de ensino de todo o país, em geral, e do Estado de São Paulo, em particular, tem se mantido estável ao longo dos últimos anos, apresentando variações extremamente discretas.

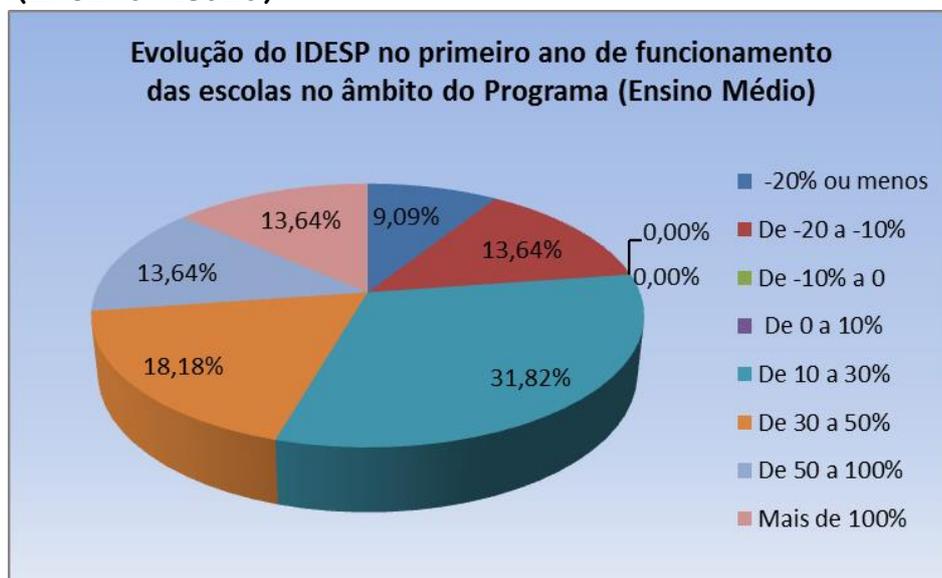
Gráfico 01: Evolução do IDESP no primeiro ano de funcionamento das escolas no âmbito do PEI (Anos Finais)



Fonte: Boletim das escolas no IDESP (disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2012.asp?ano=2012)



Gráfico 02: Evolução do IDESP no primeiro ano de funcionamento das escolas no âmbito do PEI (Ensino Médio)

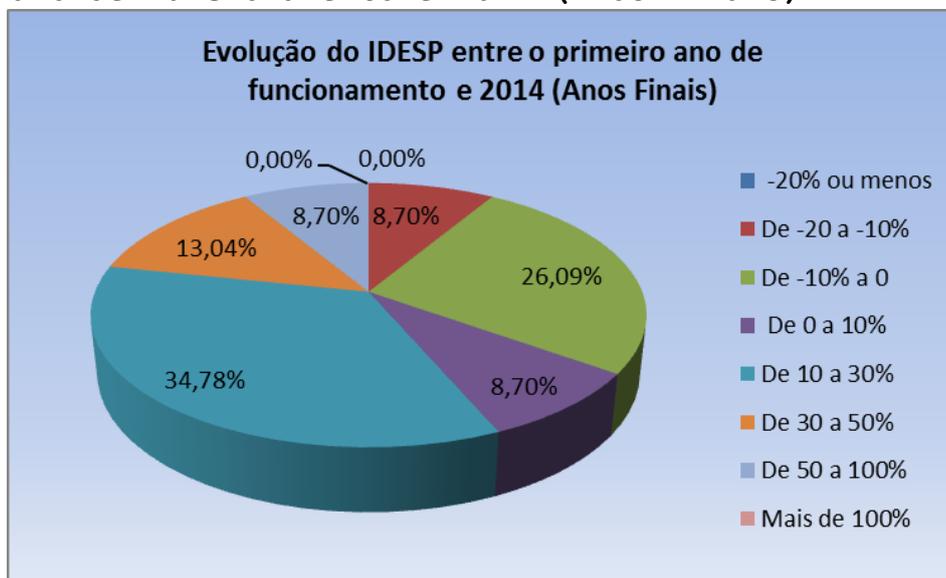


Fonte: Boletim das escolas no IDESP (disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2012.asp?ano=2012)

Ainda que o IDESP obtido na edição de 2014 do SARESP - última cujos resultados foram divulgados até o momento da elaboração deste relatório - por um número relevante de escolas tenha envolvido desde o primeiro ano de seu funcionamento sob o Programa Educação Integral, a maioria delas alcançou índices ainda maiores desde então, tanto no Ensino Fundamental quanto do Médio, o que revela a sustentabilidade das dinâmicas de aprendizagem desenvolvidas por essas comunidades escolares.

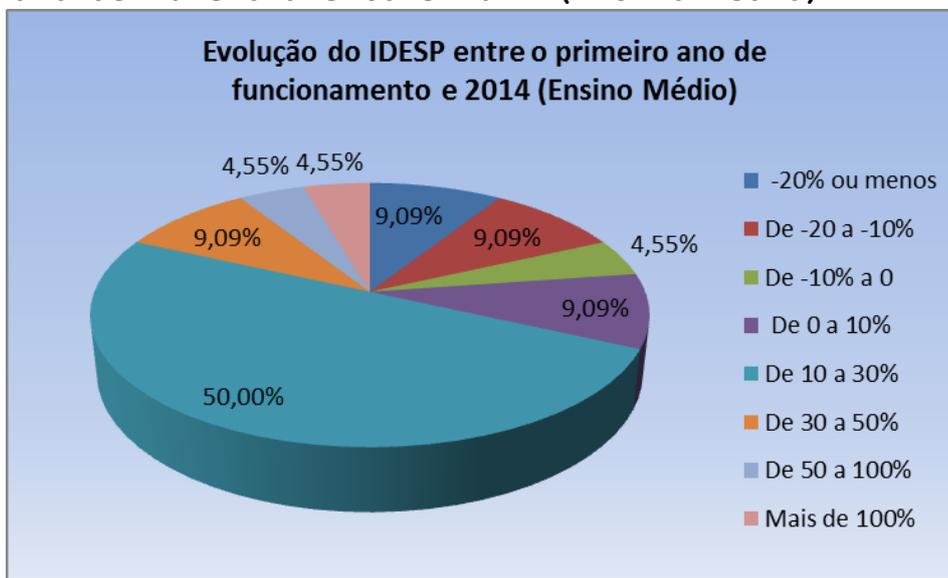


Gráfico 03: Evolução do IDESP entre o primeiro ano de funcionamento e 2014 (Anos Finais)- PEI



Fonte: Boletim das escolas no IDESP (disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2012.asp?ano=2012)

Gráfico 04: Evolução do IDESP entre o primeiro ano de funcionamento e 2014 (Ensino Médio)-PEI



Fonte: Boletim das escolas no IDESP (disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2012.asp?ano=2012)

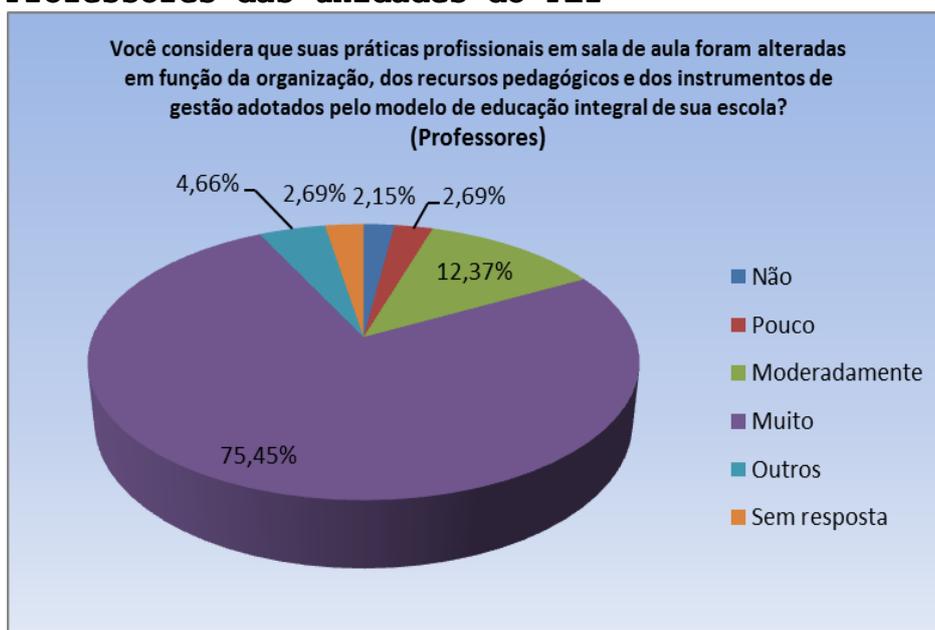
3.2. Transformação das práticas docentes

Não menos relevante que os resultados colhidos nas avaliações externas, o modelo organizacional e pedagógico introduzido pelo Programa



Educação Integral suscitou, de acordo com os participantes das pesquisas, mudanças nas práticas pedagógicas adotadas pelos professores. Tal fato reveste especial relevância neste contexto, tendo em vista que o maior tempo de exposição dos estudantes a dinâmicas de ensino-aprendizagem, focadas no desenvolvimento da proposta curricular da escola, exige a redução do tempo dedicado às aulas expositivas tradicionais, alheias à exploração de recursos didáticos diversificados, cujos conteúdos, à primeira vista, não se relacionam, ou o fazem apenas precariamente, com aspectos da vida cotidiana dos estudantes e com suas ambições e perspectivas profissionais. Ou seja, aulas desestimulantes, ainda que ministradas em período ampliado, podem não concorrer para a elevação dos níveis de aprendizagem daqueles a quem se destinam, sobretudo nos anos finais da Educação Básica. Por essas razões, as transformações e, sobretudo, a ampliação do repertório didático-pedagógico dominado pelos docentes, são um dos fatores ao qual se associa o sucesso da proposta de educação integral. Como podemos observar no gráfico seguinte, mais de 70% dos professores das unidades envolvidas nesta fiscalização consideram que suas práticas profissionais em sala de aula foram sensivelmente alteradas em razão da proposta e dos insumos pedagógicos disponibilizados pelo programa.

Gráfico 05: Questão 5.1 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI

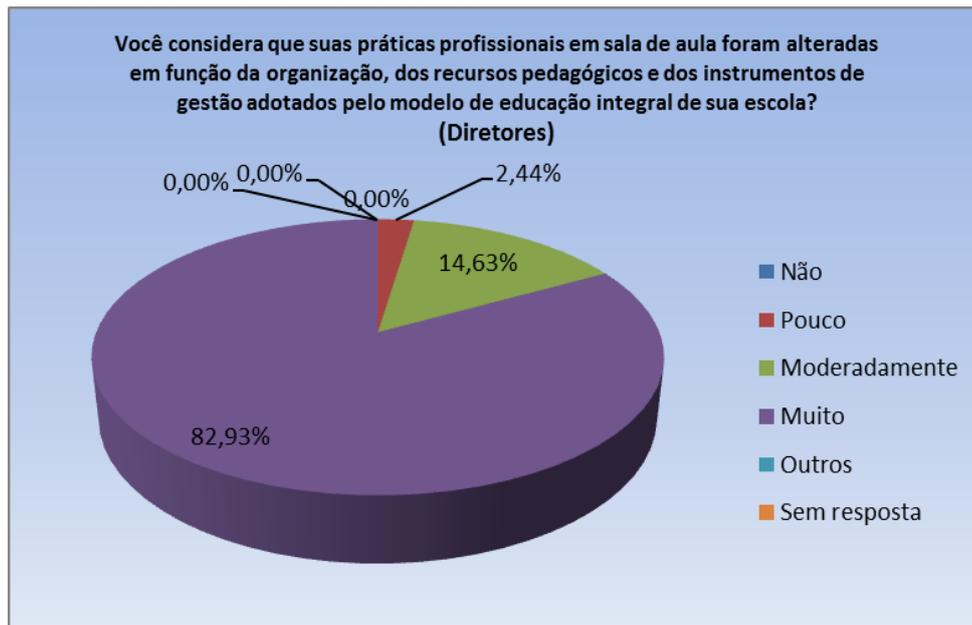


Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas



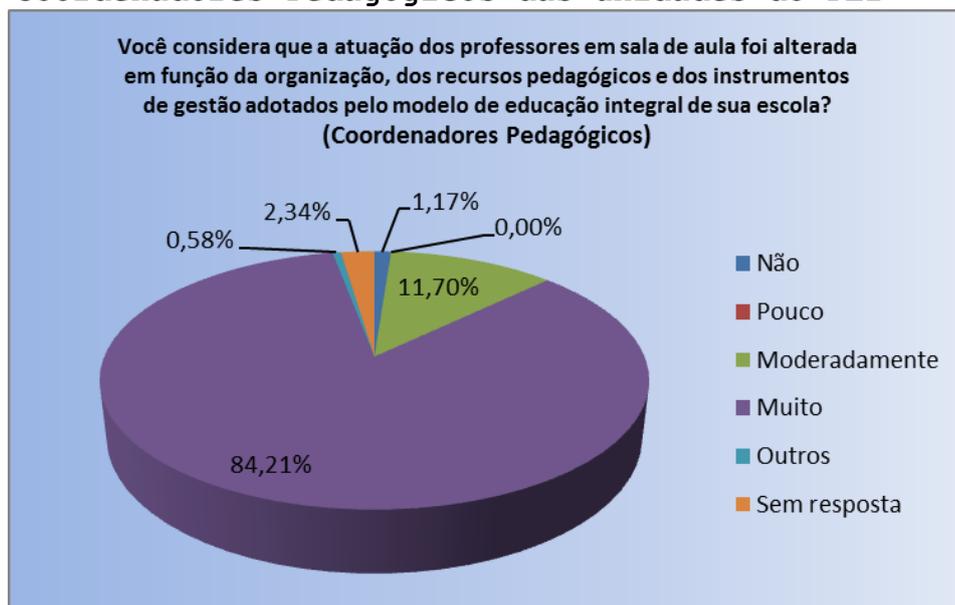
Os percentuais dos diretores e de coordenadores pedagógicos que manifestaram a mesma percepção foram ainda maiores: ambos acima de 80% dos respondentes.

Gráfico 06: Questão 06 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

Gráfico 07: Questão 06 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

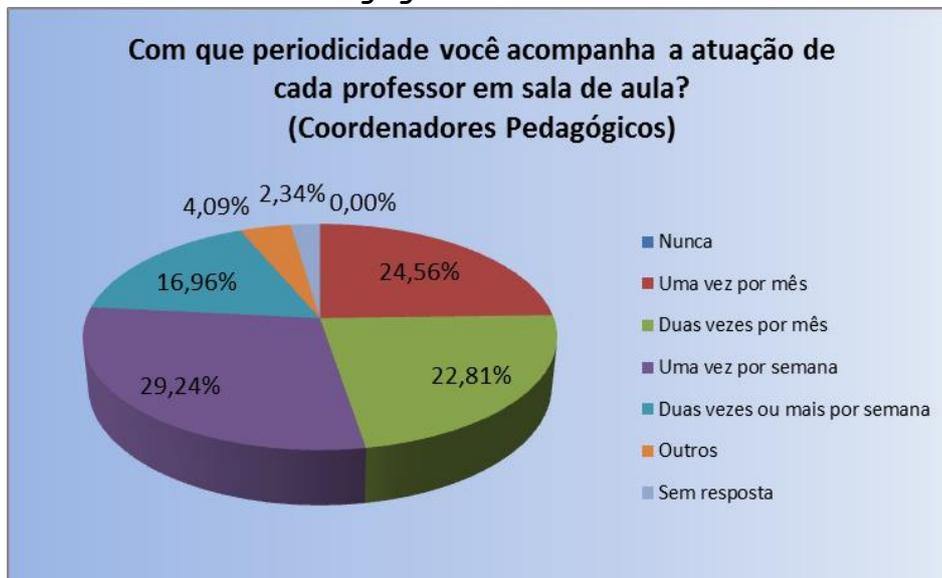
	464
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Os coordenadores pedagógicos das PEI encontram-se, efetivamente, em condições privilegiadas para avaliar as vicissitudes da atuação dos professores, tendo em vista que acompanham periodicamente seu desempenho em sala de aula, com o intuito de identificar suas principais deficiências e necessidades de aperfeiçoamento profissional, auxiliando-os a superá-las através, inclusive, das atividades de formação continuada desenvolvidas nas ATPC. Essa atribuição não é estranha aos coordenadores pedagógicos das escolas de período parcial, que, entretanto, enfrentam maiores dificuldades para cumpri-la adequadamente, pois, enquanto os corpos docentes das unidades PEI são integrados, em geral, por não mais de trinta professores (dependendo, sempre, do número de alunos matriculados - ver fls. 7744/45 do Anexo), as demais escolas da rede, que atendem alunos dos anos finais da Educação Básica, reúnem, por vezes, mais de cem docentes, parte dos quais, em razão do reduzido número de aulas semanais de que são incumbidos, sequer participam das sessões de ATPC dessas unidades. Ou seja, nesses casos, ainda que acompanhem o desempenho dos professores em sala de aula, fazem-no, quase inevitavelmente, em intervalos sensivelmente superiores aos que são observados pelos coordenadores pedagógicos das unidades PEI.

Em aproximadamente 40% destas últimas, de acordo com os resultados da pesquisa, todos os docentes são acompanhados em sala de aula por seus coordenadores pelo menos uma vez por semana. Vale ressaltar que, de acordo com Carnoy (2007), a supervisão constante exercida sobre os professores, enquanto conduzem dinâmicas de ensino-aprendizagem, é uma prática que concorre para o incremento da eficácia de sua atuação e, conseqüentemente, para a elevação dos níveis de aprendizagem alcançados pelos estudantes.



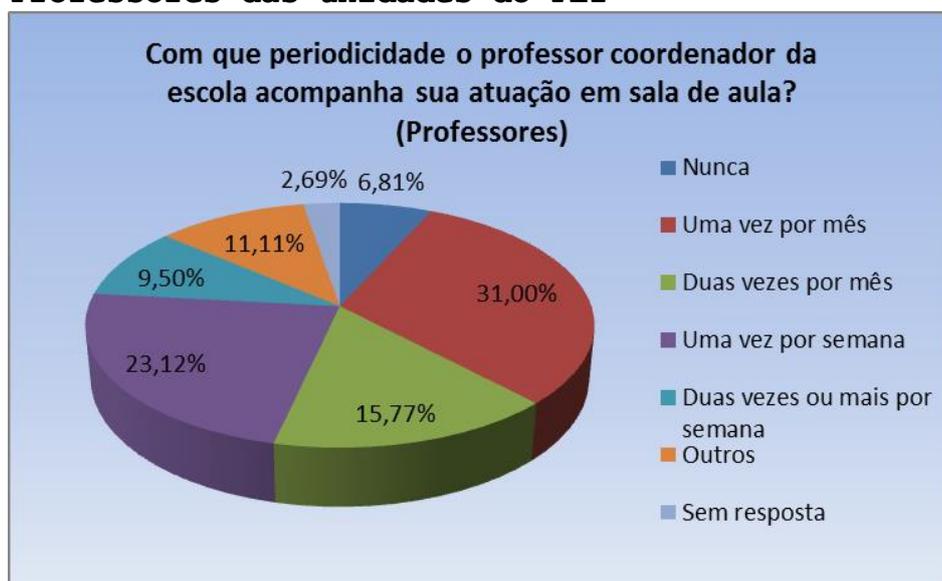
Gráfico 08: Questão 07 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

As respostas atribuídas a esta questão pelos professores participantes da pesquisa divergem ligeiramente das dos coordenadores. Ainda assim, em uma a cada três escolas PEI a presença destes últimos em sala de aula, na condição de observadores, ocorre pelo menos uma vez por semana.

Gráfico 09: Questão 08 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

466

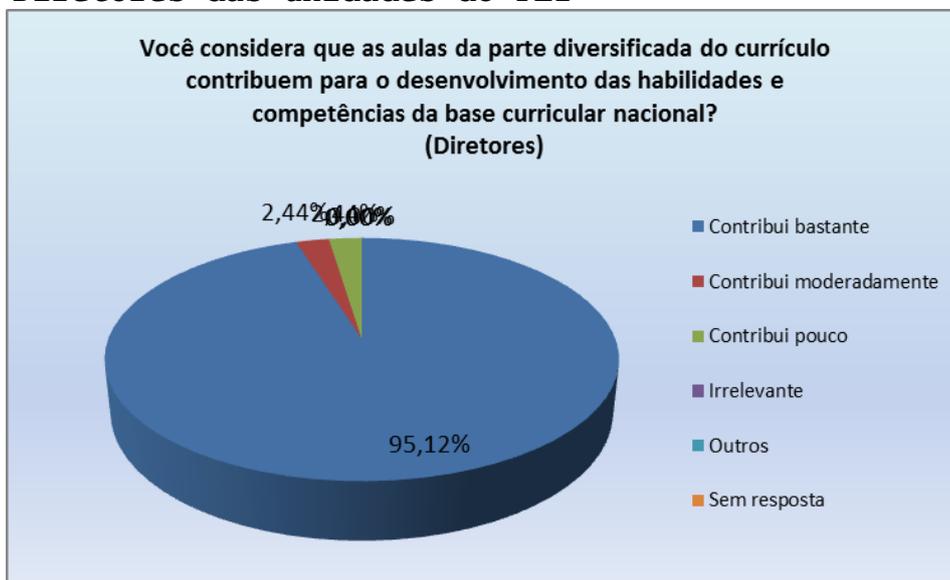
Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Vale ressaltar ainda que, além de induzir a transformação das práticas profissionais adotadas pelos professores, a parte diversificada da proposta curricular do PEI contribui, segundo os três grupos de respondentes da pesquisa, para o desenvolvimento das habilidades e competências perseguidas pelas disciplinas da base curricular nacional, revelando que as matérias e conteúdos de ambos os segmentos curriculares estabelecem entre si relações substantivas de complementariedade. Este foi, pelo menos, o entendimento manifestado por mais de 80% dos professores, coordenadores pedagógicos e diretores. Este último grupo, como indicado no gráfico seguinte, foi quase unânime na seleção da alternativa que melhor correspondia às suas perspectivas sobre a questão: a parte diversificada contribui de maneira expressiva para a consecução dos objetivos da base curricular nacional. Ademais, enquanto nenhum dos diretores e coordenadores tenha entendido irrelevante tal contribuição, menos de 1% dos professores o fizeram.

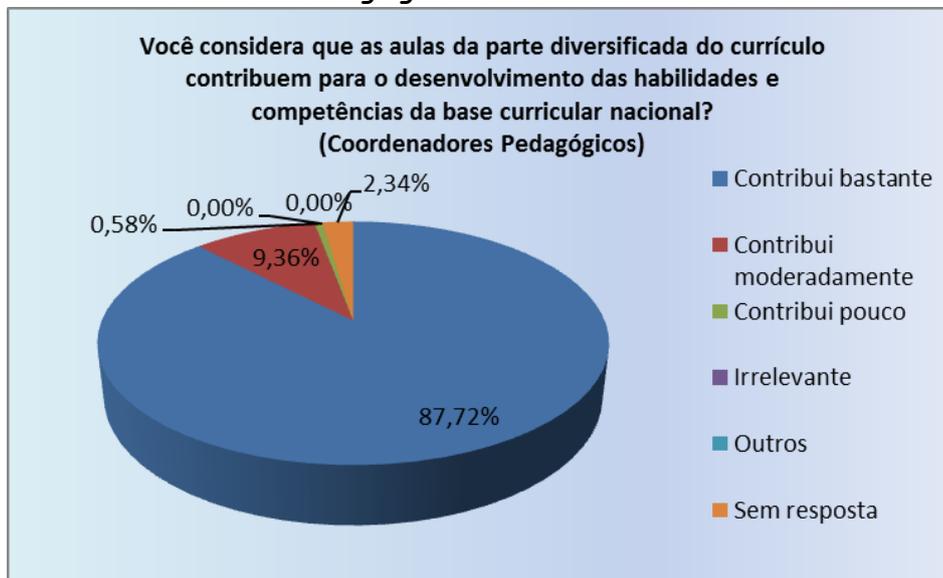
Gráfico 10: Questão 05 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

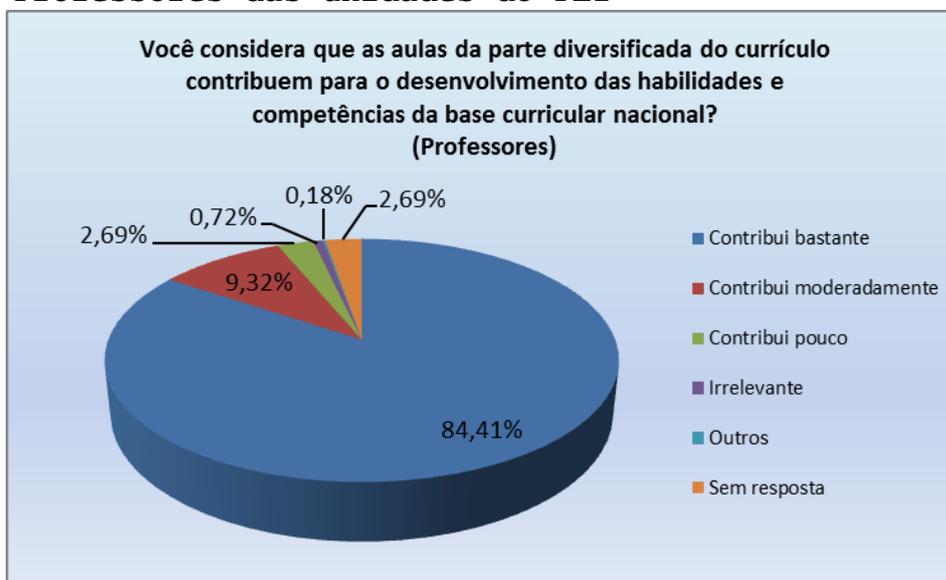


Gráfico 11: Questão 05 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

Gráfico 12: Questão 5.2 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



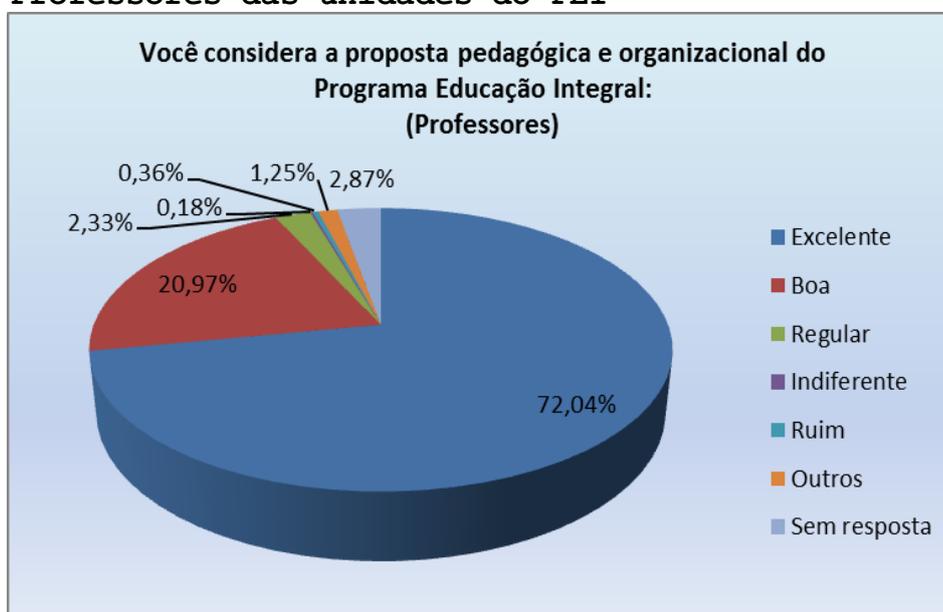
Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas



3.3. Percepção de professores e membros da equipe de gestão escolar acerca da proposta pedagógica e organizacional do Programa Educação Integral

As manifestações acima estão em consonância com a avaliação que tanto professores quanto coordenadores pedagógicos e diretores fazem acerca da qualidade pedagógica e organizacional do modelo adotado pelo Programa Educação Integral. Em nenhum dos grupos aos quais se dirigiram a pesquisa o percentual dos que consideram regular ou ruim o modelo PEI foi superior a 3% dos respondentes. Entre professores e coordenadores pedagógicos, 72% consideram-no excelente, ao passo que pouco menos 90% dos diretores manifestaram a mesma opinião. As informações obtidas através da pesquisa, e representadas nos gráficos abaixo, atestam, por conseguinte, uma indubitável aprovação do programa pelos agentes diretamente engajados em sua execução.

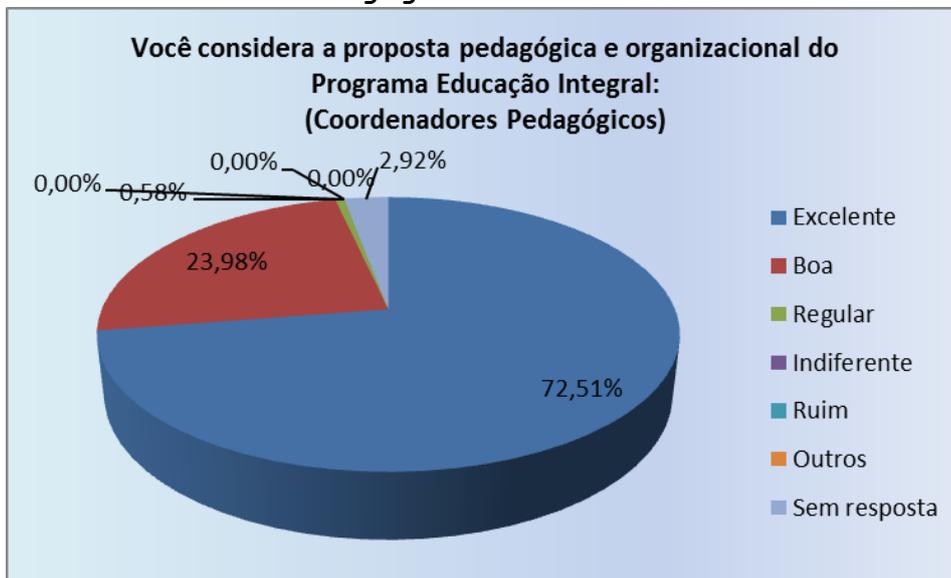
Gráfico 13: Questão 18 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas

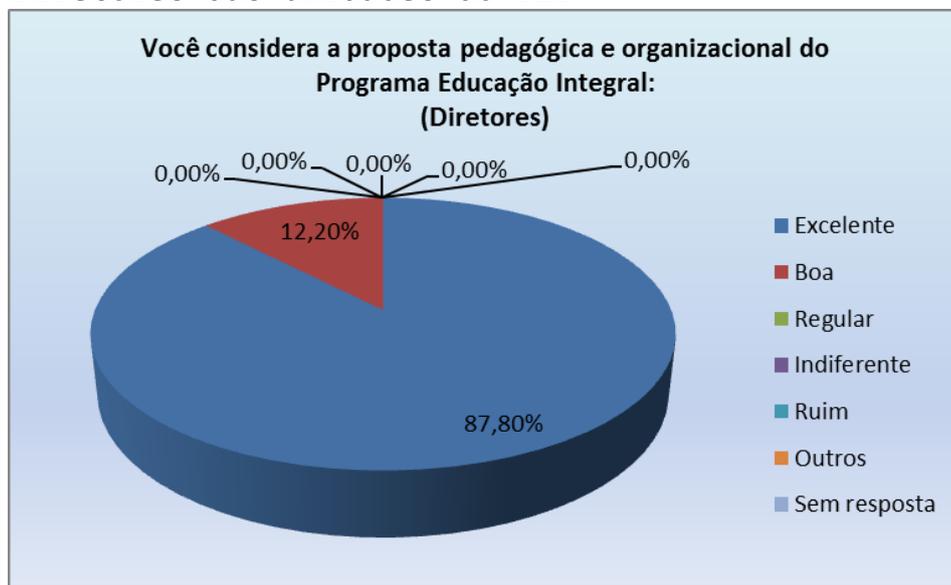


Gráfico 14: Questão 17 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

Gráfico 15: Questão 16 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas



3.4. Satisfação Profissional

Além disso, do ponto de vista profissional, que envolve, entre outras questões, a satisfação com as condições materiais de trabalho, as práticas de organização do cotidiano escolar e a política remuneratória, o modelo PEI conquistou ampla aprovação de professores e membros das equipes de gestão escolar. Em que pese as eventuais discordâncias dos docentes que, insatisfeitos com os contornos assumidos pela proposta, solicitaram a cessação de sua designação - e, por essa razão, não foram alcançados pela pesquisa realizada nesta fiscalização -, os níveis de satisfação logrados pelo programa entre os profissionais que atuam sob suas diretrizes são, outrossim, extremamente elevados, respondendo os insatisfeitos por um percentual reduzidíssimo dos participantes da pesquisa.

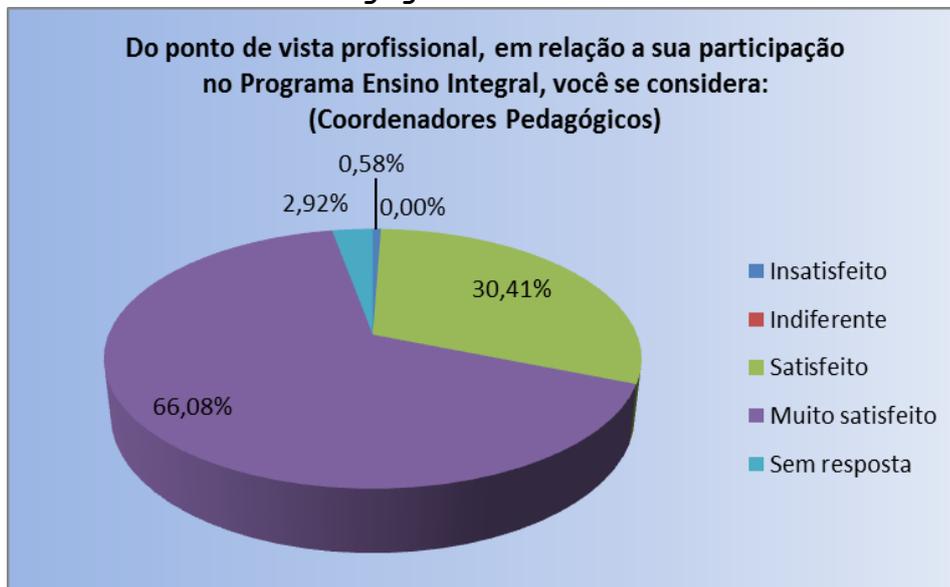
Gráfico 16: Questão 19 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas



Gráfico 17: Questão 18 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

Gráfico 18: Questão 17 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

Não é possível exagerar a importância, para o sucesso de quaisquer políticas públicas, da aprovação de seu desenho organizacional e de suas ações pelos agentes diretamente encarregados de executá-las. Quanto maior o convencimento dos docentes acerca da pertinência da proposta pedagógica do programa, maior



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	472
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

sua disposição para implementá-la segundo as diretrizes e expectativas que fundamentaram sua elaboração. Como observam Meyers e Vorsanger (2010, p. 257), "os objetivos das políticas podem ser deslocados ou distorcidos quando os trabalhadores de linha de frente concentram energias na gestão de trabalho, no trato das demandas de tarefas ou na busca de seus próprios interesses políticos, ideológicos ou relativos a políticas". Por essa razão, parece-nos, os gráficos anteriores sinalizam que o PEI tem garantido, até o momento, a satisfação de uma das condições essenciais para que os resultados desejados sejam atingidos.

Vale ressaltar, por outro lado, sem menoscabo aos resultados acima apresentados, que o ingresso de professores e membros da equipe de gestão escolar em estabelecimentos vinculados ao PEI não ocorre de modo aleatório. Como já mencionado alhures, os interessados, além de satisfazerem uma série de condições, são submetidos a um processo seletivo, conduzido pelas respectivas Diretorias de Ensino, que objetiva identificar aqueles cujas qualidades profissionais favorecem sua adaptação às injunções pedagógicas e organizacionais do programa. Destarte, aqueles que não as possuem são, a princípio, desaprovados e impedidos de integrar o corpo docente de um de seus estabelecimentos. Ademais, é bastante provável que os docentes, ao se disporem a ingressar no PEI, já estejam razoavelmente informados acerca de suas especificidades, e, portanto, só o fazem porque chancelam, ainda que tacitamente, a proposta pedagógica e organizacional assumida pelo modelo.

Estas considerações, s.m.j., contribuem para o delineamento do contexto sob o qual os índices de aprovação e de satisfação profissional acima mencionados foram obtidos, os quais, ainda que não necessários - tendo em vista que a operacionalização cotidiana do modelo pode, por diversas razões, frustrar as expectativas dos agentes diretamente envolvidos - eram, em alguma medida, esperados, em razão justamente do processo seletivo que condiciona o ingresso de professores, coordenadores pedagógicos e diretores na rede de educação Integral do programa.



4. Presença de características que, segundo estudos em eficácia escolar, favorecem a obtenção de resultados superiores de aprendizagem, nos corpos discentes das unidades do Programa Educação Integral

A absorção de uma unidade escolar pelo Programa Educação Integral implica uma transformação profunda em seu funcionamento e, possivelmente, na composição de sua comunidade escolar, visto que grande parte dos professores que atuavam na unidade deixará de fazê-lo por não satisfazer os requisitos estabelecidos pelo programa para a seleção de professores e gestores - os quais exigem determinado período de experiência no magistério público estadual (três anos para professores, cinco para vice-diretores e oito para diretores) e vínculo de trabalho estável, entre outras condições. Além disso, o ingresso dos docentes no programa é condicionado à análise de seu perfil profissional por supervisores e dirigentes de ensino, que avaliam se o interessado reúne as qualidades indispensáveis ao desenvolvimento da proposta pedagógica e de gestão do PEI - como, por exemplo, a disposição para estabelecer vínculos mais estreitos com os educandos. Por fim, a introdução do programa resulta necessariamente na diminuição do número de integrantes do quadro docente, tendo em vista que nas escolas convencionais, a distribuição dos estudantes em turnos distintos permite que os professores que atuam em um período não sejam, necessariamente, os mesmos que lecionam nos outros. Docentes que assumem aulas no período matutino em uma determinada escola, por exemplo, poderão completar sua jornada de trabalho, nos períodos vespertino e/ou noturno, em outra unidade, ou atuar em outras redes de ensino, ou ainda dedicar-se a atividades de natureza diversa, profissionais ou não, votando um número reduzido de horas semanais ao exercício do magistério. Por outro lado, o Programa Ensino Integral, ao instituir a obrigatoriedade do regime de dedicação exclusiva, garante que todos os seus docentes atuem exclusivamente na unidade para a qual foram designados, lecionando em ambos os períodos, tanto disciplinas da base curricular nacional quanto da parte diversificada do currículo (eletivas).

O quadro docente das PEI poderá, ainda, ser constituído, desde o início, por professores oriundos de outras unidades escolares, porquanto os que



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	474
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

já atuavam nessas escolas, antes de sua absorção pelo programa, podem não reunir todos os atributos objetivos e subjetivos requeridos pelo modelo ou, ainda que o façam, preferiram não permanecer na unidade, a despeito do acréscimo da remuneração decorrente da Gratificação de Dedicção Plena e Integral - GDPI (art. 11, LC nº 1.164/12, alterada pela LC nº 1.191/12), não restando número suficiente de interessados para o preenchimento completo do corpo docente da unidade. Nesses casos, portanto, as vagas remanescentes são atribuídas a outros professores da rede, inscritos e aprovados no processo seletivo conduzido pela respectiva Diretoria de Ensino.

Efetivamente, no que concerne à constituição do corpo docente, o PEI foi engendrado de modo a afastar de suas unidades parte dos problemas que são amiúde apontados como responsáveis pela baixa qualidade da educação pública: professores sem formação acadêmica adequada, alta incidência de docentes temporários, taxas elevadas de rotatividade e absenteísmo, etc. Como pudemos constatar em outros trabalhos realizados por esta diretoria de fiscalização (TCESP, 2015), todas essas características estão presentes na maior parte das escolas da rede estadual de ensino, sobretudo nas periferias da Região Metropolitana de São Paulo. Ao suprimir ou, ao menos, mitigar sua ocorrência, as chances de que os resultados das escolas do novo modelo nas avaliações externas sejam significativamente superiores ao registrado por essas mesmas unidades nos anos que precederam sua inserção no programa são significativamente elevadas, independentemente da transformação das práticas pedagógicas, da exploração de espaços físicos e recursos pedagógicos variados e da reformulação do currículo.

Entretanto, se a introdução do modelo implica, necessariamente, uma reconfiguração considerável do quadro docente, é possível que o perfil socioeconômico e acadêmico do corpo docente seja, outrossim, substancialmente modificado. No Ensino Médio - etapa para a qual o programa foi inicialmente desenvolvido -, sobretudo a partir da segunda série, a jornada escolar integral torna-se inviável para grande parte dos estudantes de baixa renda, premidos pela necessidade de contribuir com o sustento material de seu núcleo familiar. No âmbito dos estudos sobre eficácia escolar - que objetivam identificar quais fatores extra e intraescolares concorrem para o desenvolvimento da aprendizagem - há, aparentemente, pouca controvérsia



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	475
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

acerca da relevância das condições socioeconômicas e do *background* familiar no progresso acadêmico dos estudantes, ainda que restem controvérsias acerca de sua magnitude. Em seu estudo comparativo sobre o sistema de ensino de diversos países latino-americanos, Carnoy et al. (2007) conclui que "O impacto da origem socioeconômica média de cada turma é grande e estatisticamente significativo no desempenho individual de cada aluno na Argentina, no Brasil e no Chile; o quanto o aluno trabalha fora de casa afeta negativamente seu desempenho na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México;" (p. 103). Nesse mesmo sentido, Alves e Franco (2008) ressaltam que "qualquer análise sobre os efeitos das escolas e os fatores associados à eficácia escolar só faz sentido após o controle da influência externa do nível socioeconômico e cultural das famílias no desempenho dos alunos" (p. 491). Em estudo acerca da influência das condições socioeconômicas na qualidade da educação na região norte-fluminense, Ney, Totti e Reid (2010) concluem que:

É notável o forte efeito da renda domiciliar na qualidade da formação básica dos alunos. Na medida que ela cresce, o desempenho dos participantes do ENEM, nas provas objetivas, melhora substancialmente, sobretudo de 1 a 10 salários mínimos. Entre os participantes com renda familiar até 1 SM, mais de 80,0% tiveram desempenho insuficiente a regular (até 40 pontos). Essa proporção cai para 53,6%, entre aqueles que declararam ter renda entre 2 e 5 SM, para 30,5%, entre os que informaram ter renda na faixa de 5 a 10 SM, e para 16,6%, entre aqueles cuja renda familiar é de 10 a 30 SM. (p. 113)

Adiante, os autores apresentam algumas explicações sobre as razões da associação entre a escolaridade dos pais ou responsáveis e o desempenho escolar dos estudantes:

Existem diversas razões para a qualidade da educação dos filhos estar fortemente associada com o nível de escolaridade dos pais. Um dos motivos é que pais com maior escolaridade tendem a ter um nível de renda superior ao de pais com baixa escolaridade, podendo investir em uma educação de qualidade para os filhos. Outros motivos, porém, não estão associados à renda familiar e seus efeitos podem ser até mais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	476
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

importantes. Pais com maiores níveis de escolaridade tendem a apoiar mais seus filhos a continuarem estudando, seja porque consideram o investimento na educação de seus filhos algo importante para o futuro, seja pelo prazer de ver seus filhos ingressarem nas melhores instituições de ensino superior. O apoio dos pais pode ser assim muito importante para a qualidade da educação básica adquirida por cada indivíduo.” (p. 114)

E finalmente, vale mencionar os apontamentos de Felício (s/d), segundo a qual:

utilizando-se das informações sobre escolaridade dos pais e nível sócio-econômico das famílias, os estudos feitos para o Brasil encontram, de modo geral, que a parcela do desempenho escolar explicada pela família está em torno de 70%. Esses resultados são compatíveis com os estudos internacionais em que se utilizam dados por estudante. (p. 15)

Conquanto as condições socioeconômicas e o *background* familiar não determinem as possibilidades de sucesso escolar dos estudantes - como sugerido pelo estudo pioneiro conduzido por Coleman na década de sessenta²² - tendo em vista que os esforços envidados pela comunidade escolar são essenciais para a promoção do aprendizado - é certo que seu impacto é bastante relevante. Por essa razão, públicos significativamente distintos, submetidos a condições idênticas de escolarização - projeto pedagógico, currículo, corpo docente, instalações físicas e insumos pedagógicos - certamente lograrão resultados significativamente diferentes.

Destarte, à luz das considerações acima, esta e as três próximas questões pretendem verificar se as PEI não estão involuntariamente produzindo, em função

²² “A primeira descoberta é que as escolas são extraordinariamente similares no efeito que elas exercem no desempenho de seus alunos, quando o *background* socioeconômico é levado em consideração. É sabido que fatores socioeconômicos possuem uma grande relação com o desempenho acadêmico. Entretanto, quando esses fatores são controlados estatisticamente, parece que as diferenças entre as escolas são responsáveis somente por uma pequena fração das diferenças no desempenho dos alunos” (COLEMAN, 2008, p. 29).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	477
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

de seus próprios êxitos, um aprofundamento das desigualdades existentes na rede pública de ensino, na medida em que não absorvem justamente os segmentos populacionais mais vulneráveis, cujo desenvolvimento acadêmico requer maiores investimentos e a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas, além do concurso de políticas públicas vinculadas a outras esferas da atuação estatal.

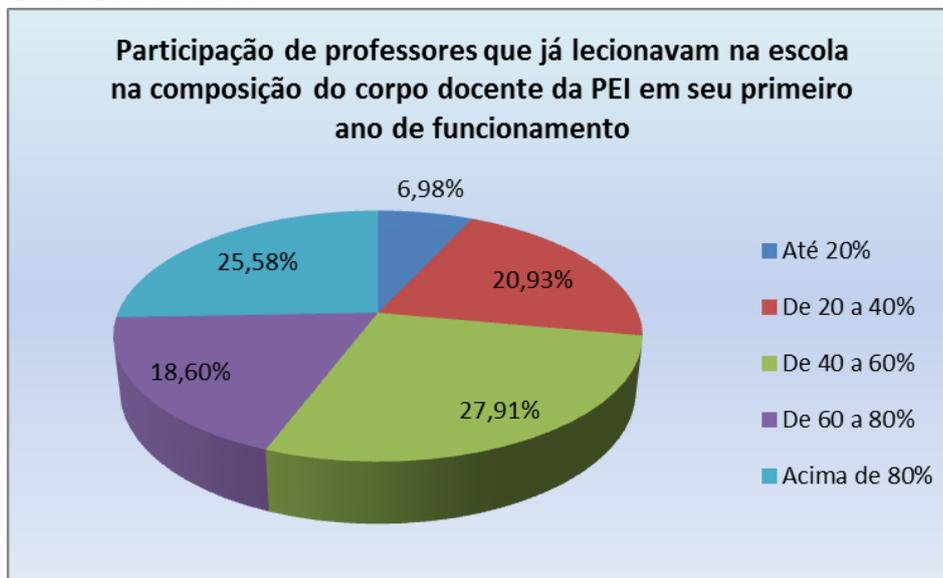
4.1. Constituição dos corpos docentes e discentes

Inicialmente, procuraremos demonstrar que a comparação entre os resultados registrados antes e depois da inclusão das escolas no Programa Educação Integral não são apropriadas, já que, embora se trate da mesma unidade, não apenas as instalações físicas, mas as próprias comunidades escolares foram profundamente modificadas já em seu primeiro ano de funcionamento no âmbito do PEI. Ou seja, a pronunciada elevação dos resultados nas avaliações externas, observada, como indicado anteriormente, em praticamente todas as unidades abordadas por esta fiscalização, não representa, propriamente, uma evolução, na medida em que as escolas que se constituem a partir do PEI são, na maior parte dos casos, substancialmente distintas das que funcionavam anteriormente no mesmo endereço - e não apenas em razão das tecnologias e dos recursos pedagógicos introduzidos pelo programa ou da extensão da jornada diária de trabalho.

A respeito da composição do corpo docente dessas escolas, como já indicado na introdução do presente capítulo, o PEI estabelece algumas condições para que os interessados sejam designados para atuar em uma de suas unidades. Parte dos professores que nestas lecionavam, por não satisfazê-las, não puderam integrar seu corpo docente após a incorporação do estabelecimento pelo programa. Mas, além destes, muitos outros que poderiam, preferiam não permanecer, sendo transferidos para outras instituições da rede.



Gráfico 19: Participação de professores que já lecionavam na escola na composição do corpo docente da PEI em seu primeiro ano de funcionamento



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

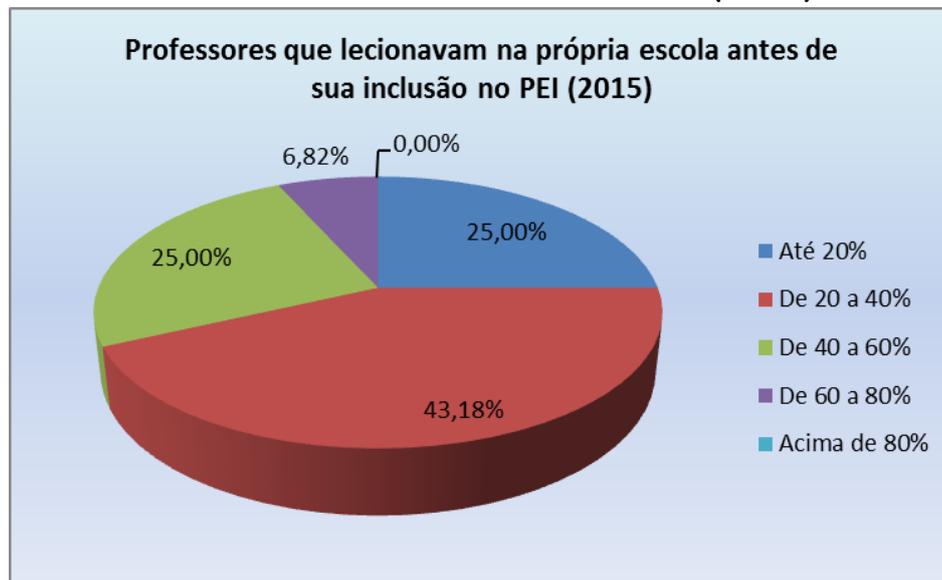
Como o gráfico acima demonstra, em mais da metade das unidades abordadas pela fiscalização, o corpo docente foi constituído, em seu primeiro ano de funcionamento, por pelo menos 40% de professores oriundos de outras instituições de ensino públicas. Em pouco menos de 30% dos casos, a participação destes profissionais foi superior a 60%. Isto é, seja por não satisfazerem as exigências estabelecidas pelo programa, seja por terem preterido a possibilidade de atuar em escolas de turno estendido, a composição inicial do corpo docente das unidades do PEI não pôde prescindir do concurso de professores que não lecionavam no próprio estabelecimento, ainda que o total dos que o faziam perfizesse, na maior parte dos casos, um número significativamente superior ao necessário para o início das atividades das unidades do programa.

Se, logo em seu primeiro ano de funcionamento (2012 ou 2013, para a amostragem selecionada), os professores que já atuavam na própria escola representavam, em algumas delas, menos da metade dos integrantes do respectivo corpo docente, ao longo dos três anos seguintes essa participação foi se tornando cada vez menor. Em 2015, já não havia unidades em que mais de 80% dos professores fossem remanescentes do período anterior ao advento do programa. Por outro lado, aquelas cuja equipe docente era constituído, em



2015, por 80% ou mais de professores oriundos de outras escolas correspondiam a 25% da amostragem. No geral, enquanto no primeiro ano de funcionamento a participação de professores que já lecionavam nesses estabelecimentos era de 58%, três anos mais tarde, já não representavam senão um terço do total.

Gráfico 20: Professores que lecionavam na própria escola antes de sua inclusão no PEI (2015)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

As causas que motivaram a cessação das designações encontram-se indicadas no quadro abaixo, de acordo com as informações fornecidas pelas escolas. As decorrentes dos resultados das Avaliações 360 - que, a despeito de destinarem-se, primordialmente, a identificar as deficiências da atuação profissional dos membros da equipe escolar e a orientar o desenvolvimento de ações de aperfeiçoamento que lhes ajudem a superá-las, podem redundar na cessação da designação dos considerados ineptos para as atribuições específicas da educação integral - respondem apenas por pouco mais de 10% dos casos. Entretanto, as designações "A pedido do professor" e "Motivos particulares", responsáveis, somadas, por quase dois terços das cessações, não esclarecem efetivamente as condições que determinaram o egresso dos docentes das unidades para as quais haviam sido designados. É possível que ao menos parte desses casos refira-se a professores insatisfeitos ou cujo perfil profissional não se harmonize com as injunções do modelo PEI, e sua solicitação de desligamento tenha apenas abreviado um processo que, de qualquer maneira,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	480
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

teria se efetivado através da Avaliação 360. Se, entretanto, considerarmos, como o fizemos na nota de rodapé 34, que as qualidades profissionais requeridas pelo programa não são específicas de seu modelo pedagógico, mas atinentes ao exercício do magistério de maneira geral, independentemente da extensão da jornada diária de aula, é possível que as cessações das designações não reflitam senão um processo de "depuração" dos quadros docentes das PEI de seus professores menos eficazes.

De qualquer maneira, seria importante conhecer mais acuradamente as causas dos desligamentos - o que, infelizmente, não foi possível efetuar no âmbito desta fiscalização - tendo em vista que, como se verá no capítulo 08, a rotatividade dos docentes das PEI tem se elevado a cada ano, aproximando-se, em 2015, das taxas observadas em diversas escolas de período parcial. Determinar as razões que justificaram tais desligamentos pode subsidiar a adoção de estratégias que evitem a sua ocorrência, afastando eventuais prejuízos ao desenvolvimento regular dos projetos pedagógicos assumidos pelas comunidades escolares.

Quadro 05: Razões que justificaram a cessação da designação de professores das PEI cujas atividades iniciaram-se em 2012 e 2013

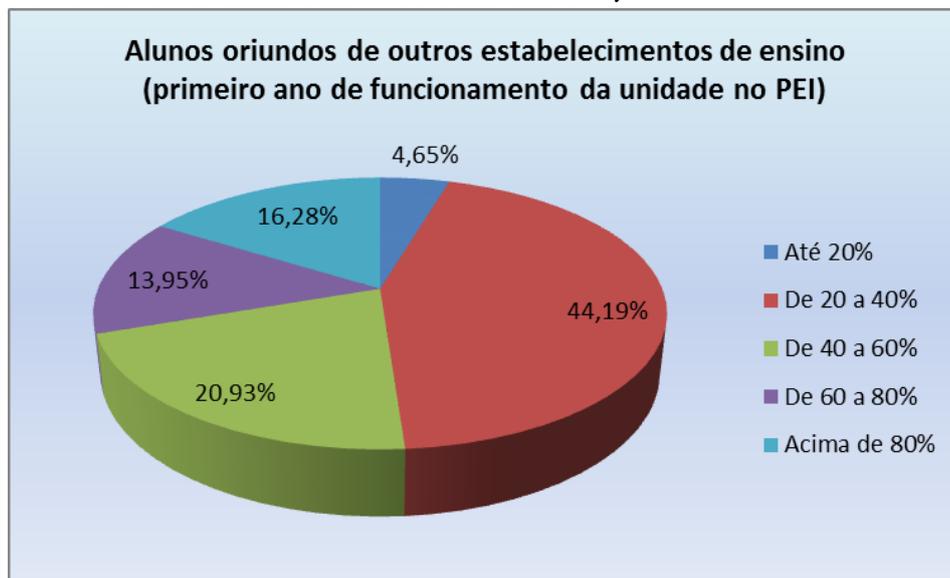
Motivo do desligamento	Total de professores	
A pedido do docente	178	44,84%
Motivos particulares	82	20,65%
Avaliação 360	45	11,34%
Outro	29	7,30%
Diminuição do módulo	17	4,28%
Inadaptação ao modelo	16	4,03%
Designação para outro cargo na Educação	14	3,53%
Aposentadoria	9	2,27%
Problemas de saúde	7	1,76%
Total	397	100,00%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A



Quanto aos alunos, em diversas escolas selecionadas para este trabalho, parcela expressiva do corpo discente foi, desde o início do ano letivo, constituída por estudantes que nelas não estiveram matriculados no ano imediatamente anterior à sua inclusão no Programa Educação Integral, como podemos observar abaixo:

Gráfico 21: Alunos oriundos de outros estabelecimentos de ensino (primeiro ano de funcionamento da unidade no PEI)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

No primeiro ano de funcionamento dessas unidades do PEI, aproximadamente metade dos alunos concluíram o ano letivo anterior em outros estabelecimentos de ensino. Ou seja, apenas um em cada dois alunos matriculados no PEI já as frequentava anteriormente. Tal como indicado no gráfico acima, o corpo discente de cerca de um terço dessas instituições era integrado por, pelo menos, 60% de estudantes oriundos de outras escolas, estaduais (19%), municipais (26,3%) e particulares (2,6%). Este último grupo, conquanto, no geral, não corresponda senão a uma pequena fração das PEI analisadas, representou um percentual não desprezível em quatro escolas: Comendador Emílio Romi, Altair Gonçalves, Professor Antônio Alves Cruz e Antônio Ablas Filho, cujos índices foram, respectivamente, 10,3%, 11,0%, 14,1% e 28,5%. Parece-nos relevante chamar a atenção para tais casos, pois, em 2012, a escola Professor Antônio Alves Cruz alcançou o maior IDESP entre as unidades do programa, com exceção do registrado pelas unidades Professora Suely Maria Cação Ambiel Batista e Ryoiti Yassuda, não consideradas no gráfico



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	482
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

acima em razão do corpo discente de ambas ter sido constituído integralmente por alunos oriundos de outras escolas, tendo em vista que a primeira iniciou seu funcionamento no próprio ano de 2012 e a segunda, atendeu, em 2011, apenas alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já entre os estabelecimentos absorvidos pelo PEI em 2013, no **Ensino Médio**, a Antônio Ablas Filho registrou o melhor desempenho no sistema de avaliação externo da rede estadual de ensino, entre outras quatorze unidades, ao passo que a Comendador Emílio Romi logrou o sexto maior índice. Já a escola Professor Altamir Gonçalves, cujas matrículas concentram-se nos **anos finais do Ensino Fundamental**, obteve, em seu primeiro ano de funcionamento no PEI, um IDESP inferior ao de outras 17 unidades do programa, num total de 24. Entretanto, se considerarmos o contraste dessas escolas em relação ao desempenho observado no ano anterior, a Professor Altamir Gonçalves alcançou o segundo melhor índice relativo, aproximadamente 80% maior que o anterior, superada apenas pela Professor Ênio Villas Boas.

Alunos oriundos de escolas particulares desfrutam, normalmente, condições socioeconômicas mais favoráveis do que a experimentada pela grande maioria dos discentes da rede pública de ensino. Ou seja, quanto mais alunos nessas condições, maior a concentração de um dos fatores mais intimamente associados ao sucesso escolar, quer seja, o nível de renda.

Como pudemos observar acima, as PEI são escolas profundamente distintas das que funcionavam no prédio em que foram instaladas. Por essa razão, não é possível afirmar que o programa promoveu o incremento dos resultados daqueles estabelecimentos. É certo que suas unidades, dados os recursos pedagógicos que lhes foram atribuídos e as características das respectivas comunidades escolares, obtiveram resultados de aprendizagem sensivelmente superiores aos que são registrados, nas avaliações externas, por quase todas as unidades da rede estadual pública cujas turmas estudam em período parcial. Entretanto, não é possível atribuir integral e automaticamente tal evolução à extensão da jornada de aula ou, mesmo, às tecnologias pedagógicas introduzidas pelo programa, sem embargo de seus méritos e, conseqüentemente, de sua contribuição para a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos atendidos - o que se pode presumir com base nas percepções manifestadas por professores, coordenadores pedagógicos e diretores



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	483
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

na pesquisa. Ainda assim, para afirmá-lo inequivocamente, seria necessário, ao menos, que os corpos discentes permanecessem inalterados - ou sofressem apenas as transformações que se processam regularmente nas demais escolas da rede -, tanto no momento da transição para o programa, quanto ao longo do ano letivo. Esta condição básica para a comparação entre os resultados alcançados pelas escolas no SARESP, antes e depois de sua inclusão no PEI, não restou, como se buscou demonstrar acima, atendida, o que, por si só, não testemunha contra a qualidade e o potencial do programa, evidentemente.

4.2. Renda e Escolaridade dos pais

Para a apuração tanto dos rendimentos mensais quanto da escolaridade dos integrantes do núcleo familiar dos alunos, recorreremos às informações recolhidas pelos questionários socioeconômicos do SARESP, edição de 2013 - última para o qual dispomos deste tipo de informação -, respondidos pelos pais ou responsáveis dos concluintes da última série do Ensino Médio. Dentre as diversas questões que integravam a pesquisa, a vigésima quarta solicitava que os respondentes informassem "a renda familiar de seu domicílio, ou seja, a soma dos salários dos que trabalham e moram" consigo. As alternativas, além das cinco faixas de renda pré-estabelecidas, permitiam aos respondentes declarar que não recebem salários nem dispõem de outras fontes de rendimentos estáveis e regulares, ou ainda, que não sabem ou não desejam responder à questão.

Entretanto, a renda per capita nos oferece, sem dúvida, uma aproximação mais fidedigna das efetivas condições socioeconômicas dos estudantes atendidos pelas escolas da rede pública estadual. Duas famílias cuja renda mensal equivale a três salários-mínimos estarão em condições drasticamente distintas se uma delas for composta por dez membros, e a outra, apenas três. Para calculá-la lançamos mão das respostas atribuídas à questão 25, que solicita a indicação do número de pessoas que moram na mesma residência dos respondentes. Esta operação exigiu, todavia, a realização de algumas adaptações prévias, a seguir discriminadas:

- Para transformar as faixas de renda das alternativas da questão 24 em uma cifra única,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	484
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

permitindo-nos dividi-la pelo número de integrantes do núcleo familiar dos respondentes, somamos os dois valores extremos das faixas e dividimos o resultado por dois. Assim, para a alternativa B ("De R\$ 851,00 a R\$ 1.275,00"), por exemplo, efetuamos a seguinte equação: $(851,00+1.250,00)/2 = R\$ 1.050,50$;

- Descartamos os respondentes que assinalaram a alternativa G da questão 24: "Não sabe/não quer responder";
- Somamos aos números indicados nas alternativas da questão 25 mais uma pessoa, já que o enunciado solicita a indicação dos que residem com o próprio participante da pesquisa;
- Consideramos que os grupos familiares dos respondentes que assinalaram a última alternativa da questão 25 (K: "Mais de 10 pessoas") eram formados por doze indivíduos, o que corresponde à soma de mais uma pessoa aos dez mencionados - além, evidentemente, do pai ou responsável que participou da pesquisa;
- E, finalmente, calculamos a média de todas as rendas per capita obtidas através do emprego dos procedimentos descritos nos tópicos anteriores.

As informações obtidas mediante tais procedimentos revelam que a renda per capita média nos grupos familiares dos matriculados nas unidades absorvidas pelo Programa Educação Integral em 2012 e 2013 era de R\$ 339,14, enquanto em todas as demais unidades da rede equivalia a R\$ 329,89, ou seja, aproximadamente R\$ 10,00 a menos, o que corresponde a uma diferença de 3% apenas.

Ainda que, à primeira vista, este resultado não seja expressivo o bastante para explicar, independentemente de outros fatores, desempenhos acadêmicos significativamente díspares entre si, é importante enfatizar, por outro lado, que, se as PEI não têm concentrado alunos de renda consideravelmente superior à média dos atendidos pelos demais estabelecimentos públicos de ensino, tampouco têm alcançado os que se encontram submetidos às condições socioeconômicas mais vulneráveis e, menos ainda, os que apresentam maiores riscos de descontinuidade de sua formação escolar. A questão relativa à localização espacial das escolas vinculadas ao PEI será aprofundada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

485

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

no capítulo 05 deste relatório. De qualquer forma, vale ressaltar, desde já, que o Plano Nacional de Educação (PNE) preconiza que as instituições de ensino de tempo integral atendam prioritariamente "comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social" (Estratégia 6.2).

De maneira semelhante, os questionários socioeconômicos do SARESP não revelaram, para o ano de 2013, divergências significativas em relação à escolaridade dos pais ou responsáveis dos alunos. Como podemos observar nos quadros seguintes, os percentuais de respondentes que assinalaram cada uma das alternativas das questões 18 e 21 - "Qual é o grau de escolaridade do pai (ou responsável)?" e "Qual é o grau de escolaridade da mãe (ou responsável)?" - foram aproximadamente os mesmos em ambos os grupos considerados: as instituições do PEI instituídas em 2012 e 2013 e todas as demais escolas da rede pública estadual de ensino (inclusive as unidades das ETI).

Quadro 06: Escolaridade dos pais dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino (SARESP 2013)- PEI e Demais UE da Rede

Escolaridade	Unidades PEI (2012 e 2013)	Demais UE da rede
Não estudou	2,63%	3,05%
Ensino Fundamental incompleto	14,12%	13,98%
Ensino Fundamental completo	10,10%	10,77%
Ensino Fundamental incompleto	12,36%	12,66%
Ensino Fundamental completo	9,80%	10,06%
Ensino Médio incompleto	7,90%	6,43%
Ensino Médio completo	27,07%	26,09%
Ensino Superior incompleto	4,17%	3,43%
Ensino Superior completo	4,90%	6,22%
Não sabe	6,95%	7,30%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: SARESP - Questionário dirigido aos pais ou responsáveis pelos alunos do 3º ano do Ensino Médio



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

486

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Quadro 07: Escolaridade das mães dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino (SARESP 2013)- PEI e Demais Unidades da Rede

Escolaridade	Unidades PEI (2012 e 2013)	Demais unidades da rede
Não estudou	2,68%	2,55%
Ensino Fundamental incompleto	11,53%	11,39%
Ensino Fundamental completo	10,59%	10,88%
Ensino Fundamental incompleto	14,29%	13,47%
Ensino Fundamental completo	10,66%	10,89%
Ensino Médio incompleto	8,27%	7,37%
Ensino Médio completo	29,66%	28,41%
Ensino Superior incompleto	3,63%	3,92%
Ensino Superior completo	5,95%	7,58%
Não sabe	2,76%	3,55%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: SARESP - Questionário dirigido aos pais ou responsáveis pelos alunos do 3º ano do Ensino Médio

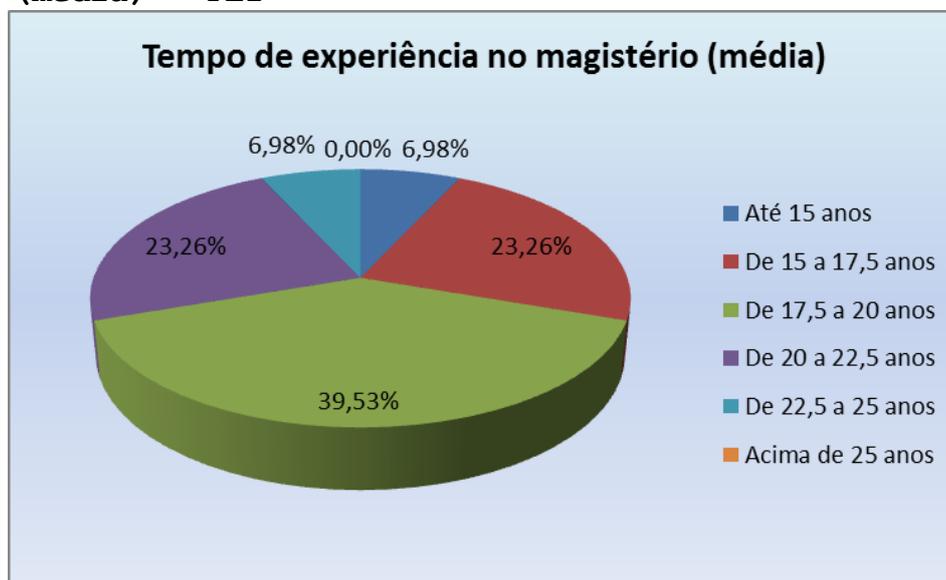
Contudo, os dados recolhidos neste trabalho revelam que, de maneira geral, os corpos discentes das PEI concentram outras características que favorecem o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, as quais não decorrem dos efeitos engendrados pelas ferramentas pedagógicas e organizacionais do modelo senão indiretamente - apenas na medida em que estas contribuem para atrair alunos oriundos de grupos familiares não submetidos a condições severas de vulnerabilidade social e/ou que valorizam e incentivam a formação escolar de seus jovens integrantes. Tais características encontram-se discriminados nos subitens seguintes.



4.3. Motivação dos alunos e participação dos pais no desenvolvimento acadêmico de seus filhos

De acordo com os docentes das unidades PEI abrangidas pela pesquisa, os alunos nelas matriculados são, **desde o início**, mais motivados e comprometidos com seu próprio desenvolvimento acadêmico do que os estudantes das demais unidades da rede. É importante enfatizar que todos esses profissionais, ao obterem sua designação para atuar no Programa Educação Integral, já contavam com, no mínimo, três anos de experiência no magistério público estadual. Na verdade, a carreira profissional da maioria deles iniciou-se há mais de 17,5 anos. Em 2015, aproximadamente um a cada três professores das unidades PEI selecionadas já atuavam mais de 20 anos no magistério:

Gráfico 22: Tempo de experiência no magistério (média) - PEI



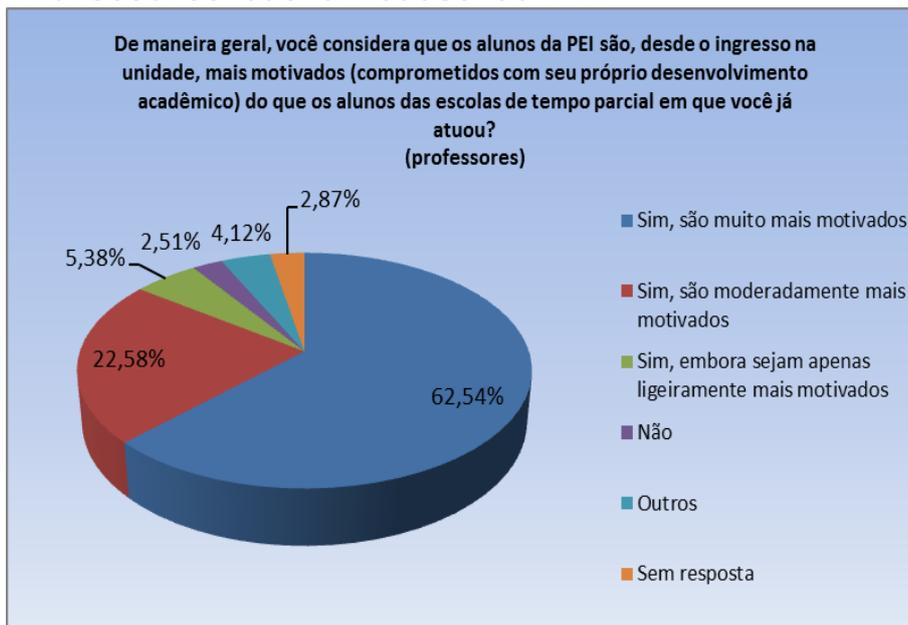
Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Tendo em vista sua vivência acumulada na área, os respondentes da pesquisa detêm condições privilegiadas para apreciar as disposições e os padrões comportamentais assumidos pelos alunos das PEI, contrastando-os com os adotados pelos estudantes das escolas onde haviam lecionado anteriormente. Por essa razão, as informações indicadas nos gráficos abaixo permitem-nos, s.m.j., efetuar uma aproximação mais acurada em relação às características dos corpos discentes das escolas do programa. A folgada maioria



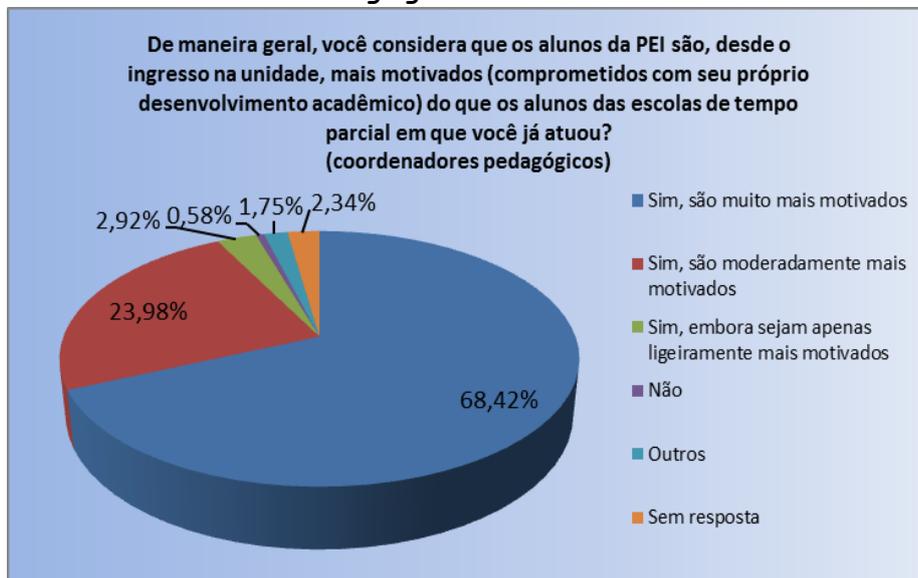
tanto de professores quanto coordenadores pedagógicos e diretores considera que os alunos da rede PEI são, no geral, muito mais motivados do que os das escolas onde lecionavam anteriormente. Entre os diretores, os que manifestaram essa percepção correspondem a pouco menos de 75% dos participantes da pesquisa. É importante enfatizar que as perguntas se referiam às disposições dos estudantes **no início do primeiro ano letivo em que estiveram matriculados nessas unidades**, ou seja, inquiriam sobre o comportamento que aqueles ostentavam antes mesmo de alcançados pelos efeitos das ferramentas pedagógicas do programa. Estas, como já destacado anteriormente, destinam-se justamente a aprofundar o compromisso assumido pelos alunos com seu próprio desenvolvimento acadêmico.

Gráfico 23: Questão 10 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



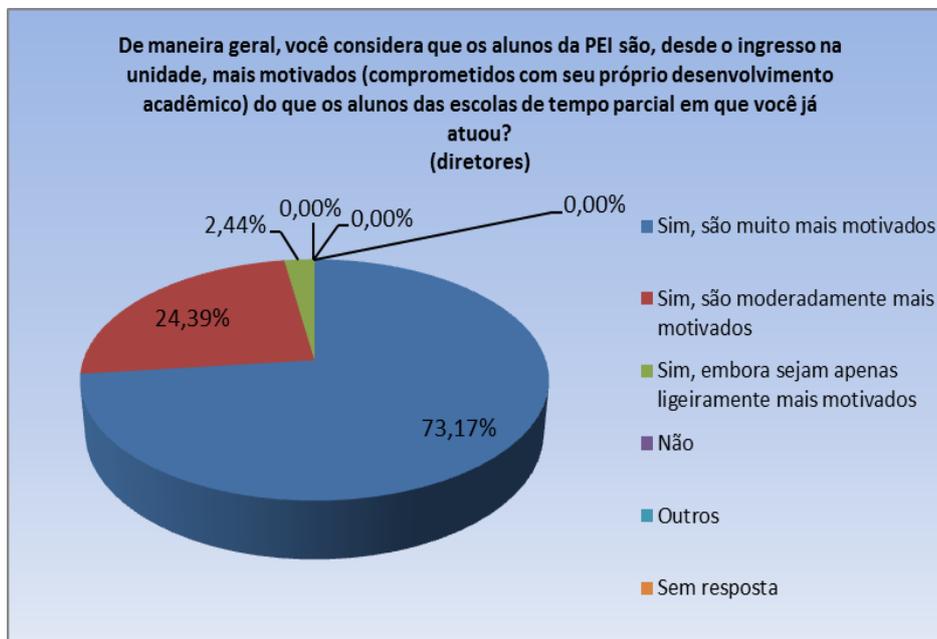
Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas

Gráfico 24: Questão 09 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

Gráfico 25: Questão 08 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



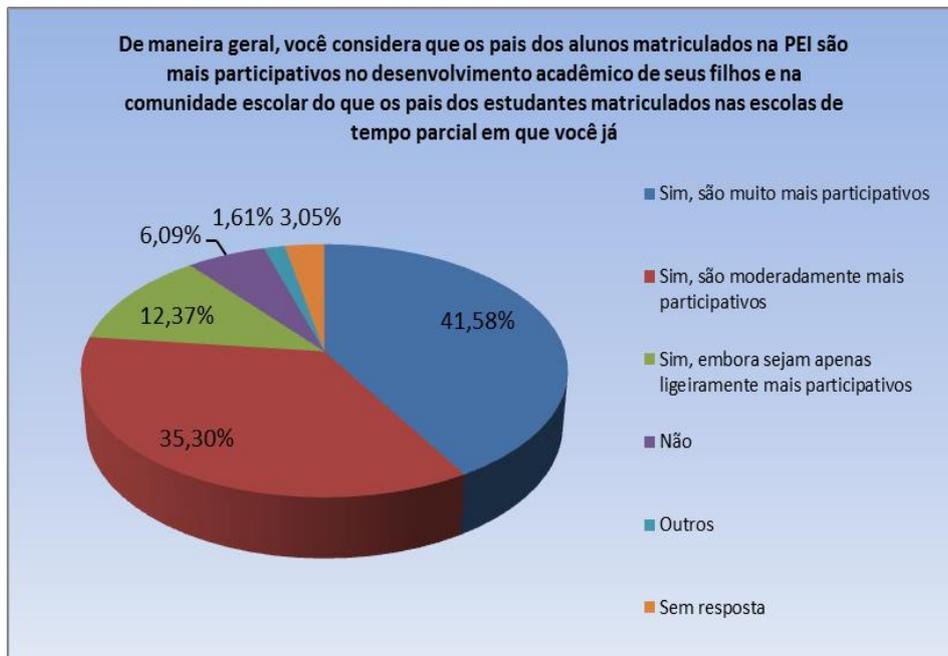
Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

Além disso, ainda de acordo com a pesquisa, aproximadamente 80% dos respondentes dos três grupos avaliam que os pais dos estudantes matriculados nas PEI participam de maneira mais ativa da formação



acadêmica de seus filhos e do desenvolvimento da respectiva comunidade escolar, se comparados aos responsáveis pelos alunos que frequentavam as escolas de período parcial da rede pública estadual. Embora o percentual dos que os consideram **muito mais participativos** seja significativamente inferior ao registrado na questão relativa à motivação próprios dos alunos, apenas 6,09% dos professores e diretores, e 3,51% dos coordenadores pedagógicos, avaliam inexistir diferenças entre o grau de envolvimento dos pais no cotidiano escolar de seus filhos nas duas modalidades de ensino.

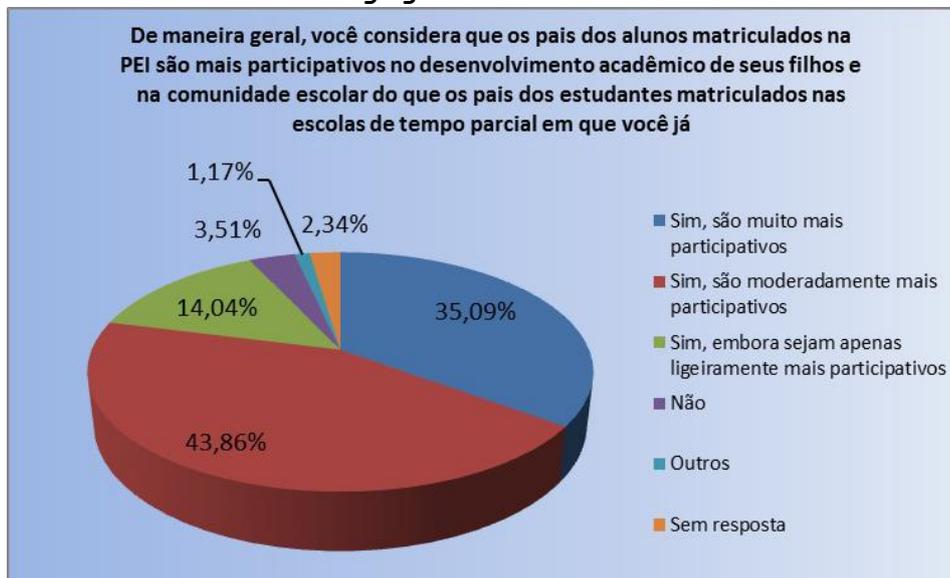
Gráfico 26: Questão 11 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas

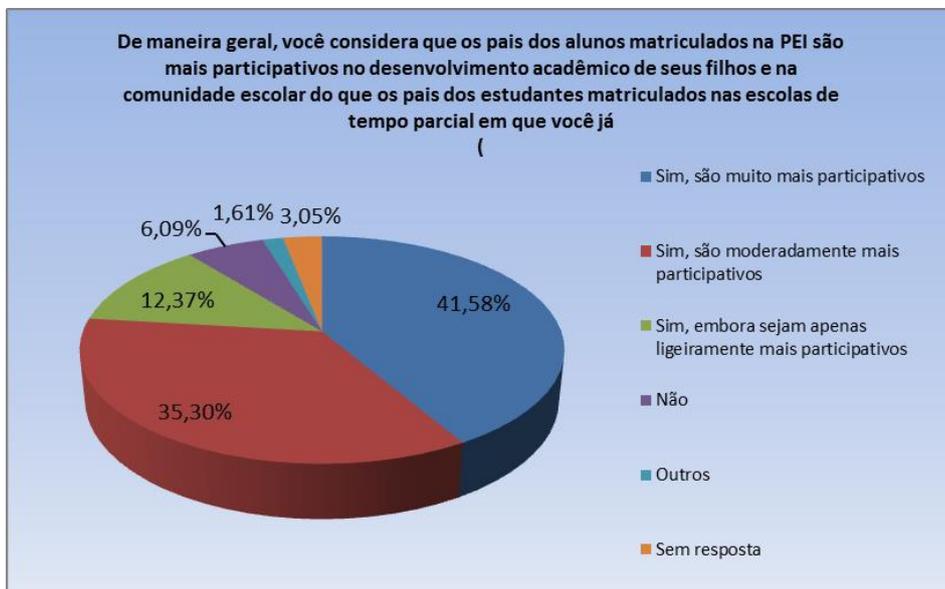


Gráfico 27: Questão 10 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

Gráfico 28: Questão 09 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

Inegavelmente, os estabelecimentos vinculados ao PEI distinguem-se dos demais em razão da diversidade dos espaços, do mobiliário e dos insumos pedagógicos de que dispõem, os quais ensejam a diversificação e o aprofundamento das experiências de aprendizagem. Além disso, reúnem um corpo docente qualificado, submetido a um processo seletivo interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

492

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

cujo objetivo é, justamente, apurar se os candidatos detêm as qualidades profissionais necessárias ao pleno desenvolvimento da proposta pedagógica do programa. Caso, embora aprovados, revelem posteriormente não as possuir, ou em virtude de qualquer conduta incompatível com o perfil profissional requerido pelo programa, podem ter sua designação cessada, a partir dos resultados apurados pela Avaliação 360. Ou seja, as escolas do PEI estão entre as que dispõem das melhores estruturas físicas e reúnem os docentes mais proficientes. Os resultados da pesquisa comentados acima revelam que, em razão das condições superiores de desenvolvimento escolar proporcionados pelo PEI, a suas unidades têm ocorrido predominantemente alunos oriundos de ambientes familiares que valorizam a educação escolar, o que favorece, quase inevitavelmente, a assunção pelos estudantes de atitudes menos refratárias às injunções dos processos educativos desenvolvidos nas escolas. Esta reunião de fatores, que concorrem para a obtenção de resultados de aprendizagem superiores, é amplamente documentada por pesquisas de eficácia escolar. Como indicam Hargreaves e Fink (2007, p. 11), as melhores escolas "podem brilhar, mas, não raro, elas atraem professores destacados e, às vezes, até os melhores estudantes de outras instituições ao seu redor, deixando estas outras escolas espreitando nas sombras"

Entretanto, cabe-nos destacar, este resultado não decorre da aplicação de processos seletivos ou qualquer outra forma de mensuração das habilidades e competências dos discentes que se candidatam às vagas disponíveis nas unidades PEI, mesmo quando estas são insuficientes para atender a todos os interessados. Confirmando as informações recolhidas durante a fase de planejamento do presente trabalho, as respostas assinaladas pelos diretores das escolas abarcadas pela pesquisa revelam que nenhuma delas condiciona a admissão dos candidatos à participação em exames de conhecimento ou à análise de histórico escolar. O critério mais comumente utilizado é o da ordem cronológica de manifestação de interesse dos estudantes, empregado por pouco mais da metade das escolas. A distância espacial entre a residência dos candidatos e o endereço das unidades, presente em 46,34% dos casos, parece-nos o mais pertinente, à luz da diretriz, instituída pelo PNE, que preconiza a mobilização extensiva dos recursos comunitários pelas propostas pedagógicas das escolas de tempo integral, como se verá abordado no capítulo 07 deste trabalho.

**Gráfico 29: Questão 15 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI**

Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

4.4. Realização de simulados das provas do SARESP

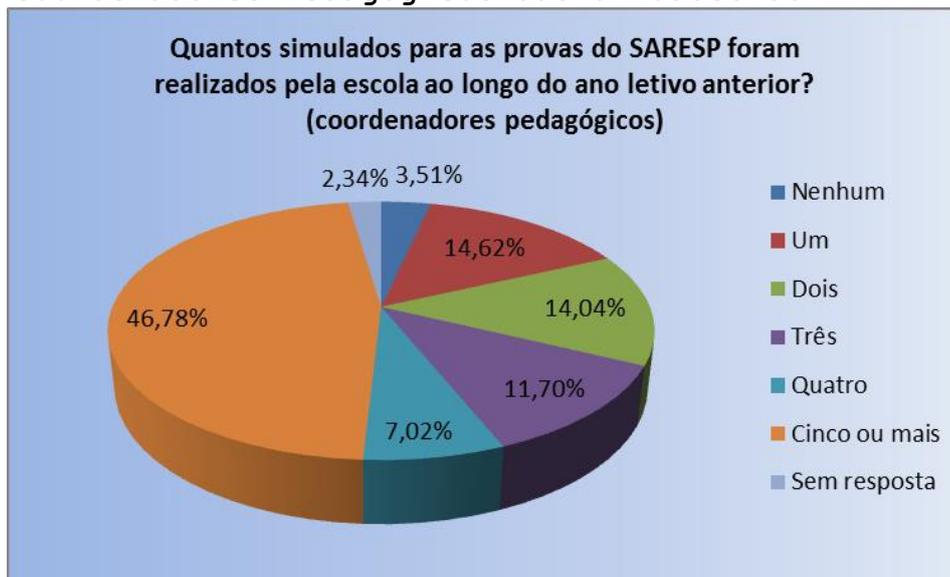
Outro fator que pode explicar parte da evolução no IDESP das unidades do PEI é o compromisso assumido pela maioria delas com o desempenho de seus alunos no SARESP. Perguntados a respeito da realização de provas que simulem esta avaliação externa, tanto professores quanto coordenadores pedagógicos e diretores afirmaram que eventos dessa natureza foram realizados constantemente em 2014. Conquanto não totalmente coincidentes, os resultados obtidos permitem-nos concluir que aproximadamente metade das PEI a cuja equipe escolar foi dirigida a pesquisa promove mais de cinco simulados por ano, o que corresponde a mais de um por bimestre. Esta frequência revela a intensidade com que o resultado da avaliação externa concentra as preocupações da comunidade escolar, resultando no planejamento de atividades que revestem a **finalidade específica de preparar os alunos para a realização das provas do SARESP.**

A princípio, as avaliações externas visam a refletir os resultados do desenvolvimento regular da proposta pedagógica das escolas da rede, sem interferir ou direcionar os planos e compromissos que, na sua ausência, seriam assumidos pela comunidade escolar. Entretanto, a monopolização das atenções em função deste objetivo único, embora se desdobre em atividades que efetivamente promovam a melhoria dos resultados nas



provas, podem negligenciar outros aspectos fundamentais da formação escolar dos alunos, caso estes não integrem os programas das provas. “Existe um número limitado de horas e minutos no dia escolar [em que pese a ampliação do turno de aula nas PEI], e se mais tempo é devotado a testagem e preparação para testes, então menos tempo estará disponível para ensinar matérias que não estão nos testes estaduais” (RAVITCH, 2011, p. 129). No limite, a concentração de esforços em razão dos resultados de um exame pode comprometer o principal objetivo que o justifica, quer seja: aferir as competências e habilidades efetivamente desenvolvidas pelos estudantes ao longo de um determinado período – muitas vezes escamoteadas pela capacidade de identificar a alternativa correta em testes padronizados.

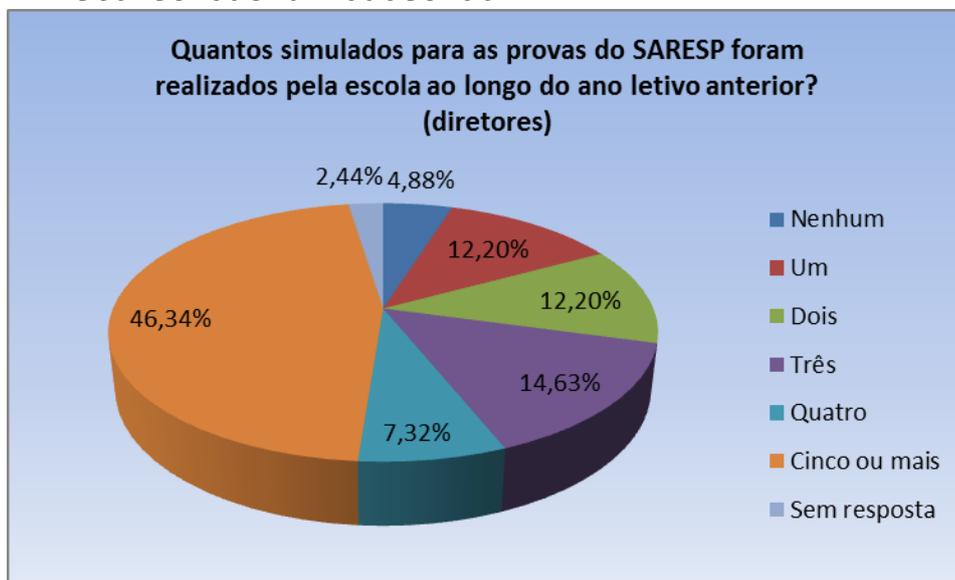
Gráfico 30: Questão 11 da Pesquisa dirigida aos Coordenadores Pedagógicos das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos coordenadores pedagógicos das escolas PEI selecionadas

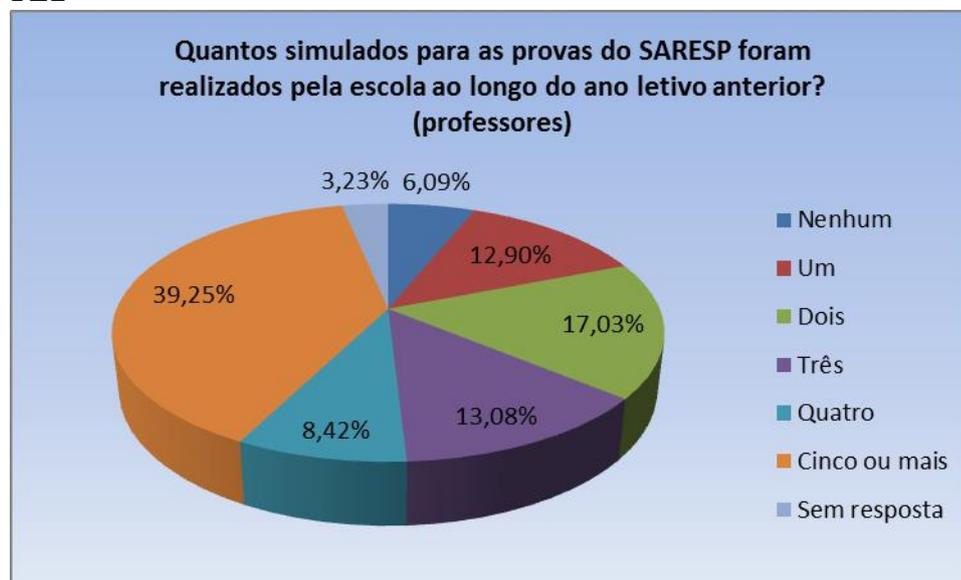


Gráfico 31: Questão 10 da Pesquisa dirigida aos Diretores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos diretores das escolas PEI selecionadas

Gráfico 32: Questão 12 da Pesquisa dirigida aos Professores das unidades do PEI



Fonte: Pesquisa dirigida aos professores das escolas PEI selecionadas

4.5. Beneficiários de programas de transferência de renda

Os dois quadros seguintes revelam que as PEI concentram, proporcionalmente, um número menor de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	496
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

alunos cujas famílias beneficiam-se de programas de transferência de renda, se comparadas às unidades localizadas em suas proximidades. Como podemos observar, em 2015, nas unidades do programa envolvidas na presente fiscalização, o percentual consolidado desses estudantes foi de pouco mais de 13%, enquanto nas escolas cujos turnos de aula são inferiores a sete horas diárias, 20%, ou seja, 35% a mais do que nas primeiras.

Quadro 08: Alunos beneficiários de programas de transferência de renda - unidades incorporadas ao programa no biênio 2012/13 - PEI

Escola	Alunos matriculados (2015)	Beneficiários	
		Quantidade	Porcentagem
ALEXANDRE VON HUMBOLDT	404	42	10,40%
ALICE MARQUES DA SILVA ROCHA	333	113	33,93%
ALTAMIR GONÇALVES	237	29	12,24%
ANTONIO ABLAS FILHO DR	257	7	2,72%
ANTONIO ALVES CRUZ PROF	336	20	5,95%
ANTONIO BERRETA PROF	236	18	7,63%
ARLINDO VIEIRA PADRE	208	81	38,94%
AYRES DE MOURA PROF	531	61	11,49%
CAROLINA AUGUSTA SERAPHIM PROFA	248	16	6,45%
CELSO HENRIQUE TOZZI PROF	379	24	6,33%
CONDE DE PARNAÍBA	393	13	3,31%
EDGARD DE MOURA BITTENCOURT DESEMBARGADOR	290	51	17,59%
EMILIO ROMI COMENDADOR	418	22	5,26%
ENIO VILAS BOAS PROF	303	48	15,84%
ILZA ILMA MOELLER COPPIO PROFA	320	35	10,94%
JARDIM RIVIERA	313	59	18,85%
JAYME DE BARROS CAMARA DOM	323	18	5,57%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.nº	497
Proc.	TCA-17.941/026/15

JOAQUIM FERREIRA PEDRO PROF	261	97	37,16%
JOEL ANTONIO DE LIMA GENESIO PROF	310	67	21,61%
JOSE LEVY CEL	185	32	17,30%
LAURO GOMES DE ALMEIDA	406	0	0,00%
LEILA MARA AVELINO PROFESSORA	302	40	13,25%
MANOEL GRANDINI CASQUEL DR	409	105	25,67%
MARIA JOSE MAIA DE TOLEDO PROFA	191	74	38,74%
NESTOR DE CAMARGO PREFEITO	364	56	15,38%
OACYR ANTONIO ELLERO PROF	233	34	14,59%
OLIVEIRA GOMES COMENDADOR	183	63	34,43%
PAULO DE CASTRO FERREIRA JUNIOR JORNALISTA	255	81	31,76%
PRICILLA FERNANDES DA ROCHA	406	42	10,34%
RAUL FERNANDES CHANCELER	280	13	4,64%
RAUL PILLA DEPUTADO	238	68	28,57%
RUDGE RAMOS	269	22	8,18%
RYOITI YASSUDA	356	24	6,74%
SUELY MARIA CAÇÃO	403	9	2,23%
VALOIS SCORTECCI	257	43	16,73%
ZULMIRA DE ALMEIDA LAMBERT PROFA	336	17	5,06%
TOTAL	11.173	1.544	13,82%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	498
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

Quadro 09: Alunos beneficiários de programas de transferência de renda - escolas localizadas nas proximidades das unidades incorporadas ao programa no biênio 2012/13

Escola	Total de alunos matriculados	Beneficiários	
		Quantidade	Porcentagem
Ananguera	796	114	14,32%
Antenor Gandra Doutor	850	68	8,00%
João Pedro Cardoso Doutor	374	74	19,79%
Arnolfo Azevedo	1033	421	40,76%
Silvestre de Lima Cel.	636	99	15,57%
Raul Venturelli Doutor	1271	490	38,55%
Fioravente Zampol	969	233	24,05%
Jamil Saad	982	170	17,31%
João Batista Leme	1537	115	7,48%
Maria Luiza Medeiros	781	265	33,93%
Oscália Góes Correa Santos	950	83	8,74%
Oswaldo dos Santos Soares Prof.	310	33	10,65%
Pio Telles Prof.	739	101	13,67%
Ulisses de Oliveira Valente Prof.	848	99	11,67%
Júlia Calhau Rodrigues Profa.	764	109	14,27%
Maria Ivone M. Rosa Profa.	1170	360	30,77%
Roberto Garcia Losz	650	82	12,62%
Tide Setubal	869	212	24,40%
TOTAL	15529	3128	20,14%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

499

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

O Quadro às fls. 621 do Apêndice alinha e compara as escolas PEI com as unidades de período parcial que se localizam na mesma região, selecionadas para este trabalho por terem recebido elevados contingentes de alunos que estudavam naquelas anteriormente a sua absorção pelo PEI. Das 18 escolas de tempo parcial consideradas, em 4 (22,22%) o percentual de discentes beneficiários de programas de transferência de renda foi, em 2015, ligeiramente inferior ao observado nas respectivas unidades PEI. Se observarmos os índices registrados por essas instituições no IDESP de 2014, última edição cujos dados foram divulgados até o momento, verificamos que, com exceção da escola de educação integral Dr. Manoel Grandini Casquel, cujo índice alcançado no nono ano do Ensino Fundamental foi sensivelmente superior ao da escola estadual Fioravante Zampol (3,14 contra 1,8), verificamos que a diferença de desempenho no sistema de avaliação externa do Estado entre as unidades do Programa e as escolas que lhes são geograficamente próximas é consideravelmente menos expressiva do que a observada na grande maioria dos casos considerados nesta fiscalização. Nas unidades PEI Padre Arlindo Vieira, Deputado Raul Pilla e Valois Scortecci, os índices registrados foram (a primeira no Ensino Médio, e as duas últimas nos anos finais do Ensino Fundamental): 2,74, 2,88 e 3,30, enquanto nas respectivas escolas de turnos parciais, Dr. Raul Venturelli, Tide Setubal e Coronel Silvestre de Lima, o IDESP da edição 2014 do SARESP foi, respectivamente: 2,4, 2,81 e 3,30.

Por outro lado, as maiores diferenças foram registradas justamente entre escolas em que se verificou a maior desproporção de alunos alcançados por ações de políticas redistributivas. No ensino médio - etapa para a qual a maioria dos dois grupos de escolas selecionadas oferece vagas - os desempenhos nas provas do SARESP que encerram os maiores contrastes entre si foram registrados justamente por pares de unidades em que o percentual de alunos beneficiários deste tipo de programa em uma delas é, pelo menos, duas vezes superior ao observado na que lhe corresponde. A título ilustrativo, podemos mencionar o caso da unidade do PEI Professora Ilza Irma Moeller Coppio, cujo IDESP, relativo à edição de 2014 do SARESP, foi de 3,88, ao passo que o da escola Maria Luiza Guimarães Medeiros, localizada a aproximadamente quatro quilômetros da primeira, foi de apenas 0,99. O percentual dos estudantes matriculados nesta última que se beneficiavam



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.nº	500
Proc.	TCA-17.941/026/15

de programas de transferência de renda, porém, correspondia a cerca de um terço de seu corpo discente, três vezes mais do que o registrado pela outra (10,94%)²³.

Quadro 10: Alunos beneficiários de programas de transferência de renda - 2015 - PEI e Escolas Próximas

Escolas PEI	Beneficiários (2015)	IDESP 2014 (EM)	Escolas próximas	Beneficiários (2015)	IDESP 2014 (EM)
Ilza Irma Moeller Coppio Profa.	10,94%	3,88	Maria Luiza De Guimarães Medeiros	33,93%	0,99
Ryoiti Yassuda	6,74%	3,72	João Pedro Cardoso Doutor	19,79%	1,08
Emilio Romi Comendador	5,26%	4,01	Ulisses De Oliveira Valente Prof.	11,67%	1,85
Jose Levy Cel	17,30%	4,91	Jamil Abrahão Saad	17,31%	2,5
Raul Fernandes Chanceler	4,64%	4,24	Roberto Garcia Losz	12,62%	2,19
Raul Fernandes Chanceler	4,64%	4,24	Oscália Góes Correa Santos	8,74%	2,25
Alexandre Von Humboldt	10,40%	3,93	Anhanguera	14,32%	2,27
Celso Henrique Tozzi Prof.	6,33%	3,92	Júlia Calhau Rodrigues Profa.	14,27%	2,31
Conde de Parnaíba	3,31%	3,96	Antenor S. Gandra Doutor	8,00%	2,55
Raul Fernandes Chanceler	4,64%	4,24	Joao Batista Leme	7,48%	2,89
Zulmira de Almeida Lambert Profa.	5,06%	3,08	Oswaldo Dos Santos Soares Prof.	10,65%	2,2
Arlindo Vieira Padre	38,94%	2,74	Raul Venturelli Doutor	38,55%	2,4

Fonte: Respostas às Requisições de Documentos nº 01/2015-A e nº 01/2016-C

²³ Cabe-nos ressaltar, estas comparações encerram uma impropriedade que, em razão dos dados disponíveis até o encerramento deste relatório, não pôde ser totalmente superada. Os índices utilizados se referem às provas do SARESP realizadas em 2014 - pois os resultados da edição de 2015 ainda não haviam sido divulgados até o encerramento deste relatório -, enquanto os números de alunos matriculados e de beneficiários de programas de transferência de renda, informados pelas escolas, correspondem ao ano letivo de 2015.



4.6. Defasagem idade-série

Diversos alunos cujas escolas foram absorvidas pelo Programa Educação Integral não poderiam, ainda que desejassem, permanecer matriculados nessas unidades, já que a maior parte delas atendia alunos de etapas do Ensino Básico que deixaram de ser oferecidas após a ampliação de sua jornada diária de aulas. Entre as que se transformaram em unidades PEI em 2013, por exemplo, as escolas Alice Marques da Silva Rocha e Professor Ênio Vilas-Boas, embora acolhessem alunos do Ensino Médio, ao ingressarem no programa passaram a oferecer matrículas apenas nas séries finais do Ensino Fundamental. Dessa forma, os alunos que, em 2012, estiveram matriculados no nono ano do Fundamental e não foram retidos em razão de baixo aproveitamento acadêmico, assim como todos os estudantes que frequentavam as séries do Ensino Médio, tiveram de ser matriculados em outros estabelecimentos de ensino em 2013. Além disso, parte dos que cursariam séries para as quais essas unidades ofereceriam vagas, em seu primeiro ano como PEI, preferiu não mais frequentá-las, por diversas razões. Este segundo grupo correspondeu, nas PEI cujas atividades iniciaram-se em 2012 e 2013, a aproximadamente 45% dos discentes, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 11: Escola onde foram matriculados no seguinte à inclusão da unidade no PEI

Na própria escola	%	Outra unidade	%	Total
8.258	54,34%	6.938	45,66%	15.196

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

É importante consignar que, entre os alunos transferidos para outras escolas, o percentual dos que se encontravam em situação de defasagem idade-série é superior ao verificado entre os que permaneceram nas unidades recém-transformadas em PEI. Ou seja, proporcionalmente, mais estudantes que contavam idade superior à correspondente à série em que estavam matriculados preferiram continuar seus estudos em unidades de turno parcial de aula.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

502

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

A defasagem idade-série ocorre quando a criança inicia a primeira série no ensino fundamental obrigatório com mais de seis anos de idade²⁴; ou, após iniciá-lo no período correto, abandona-o temporariamente, permanecendo excluído de qualquer instituição formal de ensino por um ou mais anos letivos; ou, finalmente, quando é impedida de avançar para os ciclos subsequentes por não ter logrado o rendimento acadêmico mínimo exigido pelo respectivo sistema de ensino. Evidentemente, há a possibilidade de que uma mesma trajetória escolar seja marcada por todos esses fatores, resultando não apenas em distorções severas, como também, no limite, em abandono precoce do processo de formação escolar. Seja qual for a razão, a defasagem idade-série associa-se de maneira estreita a rendimentos acadêmicos insuficientes, aquém dos níveis de aprendizado que, espera-se, os estudantes atinjam em cada uma das séries da Educação Básica. Por essa razão, a menor concentração de alunos nessas condições pode favorecer o incremento dos resultados auferidos nas avaliações externas, como o SARESP.

Segundo os dados coletados nesta fiscalização, indicados no quadro seguinte, a participação de discentes em situação de defasagem idade-série entre os que, podendo, preferiram não permanecer na escola após sua inclusão no PEI, foi de pouco menos de 50%, enquanto os que continuaram seus estudos nas PEI representaram 38,7% do total. Tal como indicado no quadro abaixo, essa diferença foi especialmente pronunciada nas escolas Professora Leila

²⁴ O art. 32 da LDB, a partir da redação estabelecida pela Lei nº 11.274/06, instituiu o ensino fundamental obrigatório de nove anos, iniciado a partir dos seis anos de idade:

Art. 32 - O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

503

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Mara Avelino, Jornalista Paulo de Castro Ferreira Júnior e Professor Oacyr Antônio Ellero.

Quadro 12: Alunos matriculados nos anos finais (Ensino Fundamental + Ensino Médio) no ano imediatamente anterior à sua absorção pelo Programa Educação Integral

Escola	Total	Escola onde foram matriculados				Defasagem idade-série			
		Nesta	%	Outra	%	Nesta	%	Outra	%
Afonso Cafaro	608	321	52,8%	230	37,8%	126	39,3%	94	40,9%
Alexandre Von Humboldt	2168	579	26,7%	1321	60,9%	67	11,6%	417	31,6%
Alice Marques da Silva Rocha	316	239	75,6%	68	21,5%	67	28,0%	36	52,9%
Altamir Gonçalves	185	95	51,4%	88	47,6%	53	55,8%	56	63,6%
Antonio Ablas Filho Dr.	163	52	31,9%	111	68,1%	24	46,2%	71	64,0%
Antonio Berreta Prof.	258	66	25,6%	189	73,3%	38	57,6%	117	61,9%
Arlindo Vieira Padre	472	241	51,1%	207	43,9%	85	35,3%	99	47,8%
Ayres De Moura Prof.	415	308	74,2%	106	25,5%	55	17,9%	23	21,7%
Carlos Maximiliano Pereira Dos Santos	250	189	75,6%	60	24,0%	62	32,8%	32	53,3%
Carolina Augusta Seraphim Profa.	209	177	84,7%	32	15,3%	41	23,2%	8	25,0%
Celso Henrique Tozzi Prof.	375	121	32,3%	253	67,5%	51	42,1%	140	55,3%
Conde de Parnaíba	292	125	42,8%	167	57,2%	35	28,0%	70	41,9%
Edgard de Moura Bittencourt Desembargador	399	275	68,9%	124	31,1%	90	32,7%	50	40,3%
Emilio Romi Comendador	335	91	27,2%	246	73,4%	50	54,9%	150	61,0%
Enio Vilas-Boas	153	102	66,7%	43	28,1%	86	84,3%	32	74,4%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

504

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Prof.									
Eunice Bueno Romeiro Profa.	225	194	86,2%	31	13,8%	55	28,4%	14	45,2%
Faustina Pinheiro Silva Profa.	207	171	82,6%	29	14,0%	47	27,5%	11	37,9%
Ilza Irma Moeller Coppio Profa.	546	104	19,0%	382	70,0%	43	41,3%	193	50,5%
Isaias Luiz Matiazzo	271	241	88,9%	30	11,1%	64	26,6%	12	40,0%
Jayme De Barros Camara Dom	532	389	73,1%	127	23,9%	214	55,0%	65	51,2%
Joaquim Ferreira Pedro Prof.	135	119	88,1%	14	10,4%	74	62,2%	9	64,3%
Joaquim Marques Da Silva Sobrinho Tte.	715	514	71,9%	80	11,2%	253	49,2%	35	43,8%
Jose Levy Cel.	367	151	41,1%	178	48,5%	74	49,0%	113	63,5%
Lauro Gomes De Almeida	340	254	74,7%	82	24,1%	69	27,2%	34	41,5%
Leila Mara Avelino Professora	294	239	81,3%	52	17,7%	80	33,5%	32	61,5%
Manoel Grandini Casquel Dr	315	184	58,4%	124	39,4%	44	23,9%	42	33,9%
Manuel Cabral	610	331	54,3%	282	46,2%	206	62,2%	227	80,5%
Maria Jose Maia de Toledo Profa	177	125	70,6%	46	26,0%	31	24,8%	15	32,6%
Narciso Bertolino Cap	230	177	77,0%	52	22,6%	94	53,1%	34	65,4%
Nestor de Camargo Prefeito	788	460	58,4%	329	41,8%	327	71,1%	267	81,2%
Nestor Sampaio Bittencourt Dr.	279	94	33,7%	168	60,2%	37	39,4%	71	42,3%
Newton Câmara Leal Barros	340	193	56,8%	145	42,6%	135	69,9%	120	82,8%
Oacyr Antonio Ellero Prof.	291	76	26,1%	197	67,7%	11	14,5%	101	51,3%
Oliveira Gomes Comendador	124	69	55,6%	54	43,5%	28	40,6%	23	42,6%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	505
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Paulo De Castro Ferreira Junior Jornalista	320	244	76,3%	76	23,8%	59	24,2%	41	53,9%
Raul Fernandes Chanceler	768	34	4,4%	690	89,8%	13	38,2%	172	24,9%
Raul Pilla Deputado	251	117	46,6%	120	47,8%	33	28,2%	51	42,5%
Rudge Ramos	228	187	82,0%	40	17,5%	42	22,5%	13	32,5%
Valois Scortecci	207	153	73,9%	54	26,1%	55	35,9%	32	59,3%
Walter Ribas de Andrade	434	302	69,6%	103	23,7%	118	39,1%	34	33,0%
Zulmira de Almeida Lambert Profª.	329	155	47,1%	174	52,9%	56	36,1%	108	62,1%
TOTAL	16.346	8.258	50,5%	6.938	42,4%	3.192	38,7%	3.298	47,5%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

4.7. Estabilidade dos corpos discentes das unidades do Programa Educação Integral

Além da composição inicial das turmas das unidades absorvidas pelo PEI, é importante analisarmos a estabilidade dos corpos discentes ao longo dos anos letivos transcorridos desde a introdução do programa. Para tanto, requisitamos às escolas selecionadas a relação dos alunos que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino, durante o ano letivo ou ao final dele. O quadro consolidado abaixo revela que, no geral, nos dois primeiros anos de funcionamento do programa, um a cada cinco estudantes matriculados em unidades PEI deixaram de frequentá-las, optando por prosseguir seus estudos em outras unidades de ensino - das redes municipal, estadual ou privada. Nos dois anos seguintes, a quantidade relativa de transferências sofreu um ligeiro decréscimo, fixando-se na casa dos 17%.

**Quadro 13: Alunos transferidos para outras escolas**

Ano	Matriculados	Transferidos	
2012	4.678	889	19,00%
2013	10.912	2.138	19,59%
2014	14.511	2.478	17,08%
2015	15.186	2.597	17,10%
Total	45.287	8.102	17,89%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Convém observar, entretanto, que o corpo discente de algumas escolas, ao final do ano letivo, distinguia-se significativamente daquele que o havia iniciado. Em uma a cada quatro delas, por exemplo, a quantidade de alunos que optaram por concluir seus estudos em unidades não integrantes do PEI equivalia a, pelo menos, 25% dos matriculados. Ou seja, numa turma frequentada, no primeiro bimestre de aula, por quarenta estudantes - número bastante frequente para os anos finais da Educação Básica na rede pública estadual (TCESP, 2015), inclusive nos estabelecimentos do PEI - apenas 30, ou menos, nela permaneceriam matriculados até o final do ano letivo.

Gráfico 33: Alunos que solicitaram transferência para outras escolas (média)

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	507
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Evidentemente, em todas as escolas da rede pública estadual, parte dos alunos matriculados no início do ano letivo é transferida para outras unidades, independentemente da extensão da jornada diária de aula. A causa de transferência mais comumente mencionada pelas unidades PEI, a *mudança de endereço*, incide indistintamente sobre qualquer escola, ou, melhor dizendo, as dinâmicas sociais que favorecem a ocorrência do fenômeno afetam amiúde determinadas regiões, sem que as características das escolas nelas instaladas tenham qualquer influência sobre o processo. Entretanto, ao menos uma das razões que justificaram a saída de parte dos estudantes das unidades PEI é específica deste tipo de estabelecimento de ensino, não se reproduzindo nas demais unidades da rede pública estadual. Como indicado no quadro abaixo, pouco menos de 20% das transferências informadas foram motivadas pelas dificuldades de adaptação dos estudantes às exigências e dinâmicas de funcionamento do Programa Educação Integral. Parece-nos que, mais do que a resistência específica a qualquer das tecnologias pedagógicas introduzidas pelo programa, estes casos refletem as dificuldades desses alunos em corresponder às expectativas de aprendizagem estabelecidas pela comunidade escolar, a despeito das atividades de Nivelamento e de outras ações de reforço. Se assim não fosse, parece-nos pouco provável que a justificativa apresentada para fundamentar a solicitação de transferência recairia sobre a inadaptação ao modelo de educação integral.

É possível, ainda, que o percentual apurado não reflita fidedignamente a fração de alunos cuja solicitação de transferência fora motivada pelas dificuldades em corresponder às exigências acadêmicas do programa, tendo em vista que aproximadamente 30% dos casos foram registrados como "pedido de transferência para outra escola" e "motivos pessoais ou desconhecidos" e, portanto, não especificam, na realidade, as causas da transferência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	508
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Quadro 14: Motivos da transferência dos alunos do PEI para outros estabelecimentos de ensino

Motivo da transferência ²⁵	%
Mudança de endereço	23,19%
Não se adaptou ao programa	18,06%
Pedido de transferência para outra escola	16,34%
Motivos pessoais ou desconhecidos	13,85%
Trabalhar	13,53%
Transferência para escola mais próxima de casa	4,51%
Frequentar outros cursos	4,13%
Outro	2,14%
Incompatibilidade de horário	2,13%
Dificuldade de deslocamento entre sua residência e a escola	0,82%
Problema de saúde	0,70%
Cuidar de irmão ou outro parente	0,23%
Transferência para escola mais próxima do trabalho dos pais	0,14%
Abandono	0,08%
Problemas familiares	0,08%
Problemas de relacionamento com outros alunos	0,08%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

A interpretação sobre a inadaptação às exigências do programa, acima aventada, parece

²⁵ Como as escolas informaram livremente as causas das solicitações de transferência de seus alunos, a elaboração do quadro acima exigiu a interpretação e a classificação das informações recebidas. Vale ressaltar que, para diversos alunos, não havia a indicação dos motivos que os impulsionaram, já que estes, presumivelmente, deixaram de ser consignados nos respectivos registros escolares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

509

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

corroborada pela análise do desempenho acadêmico nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (únicas cujos resultados nas provas do SARESP são considerados para o cálculo do IDESP) dos alunos transferidos das unidades selecionadas, desde que estas iniciaram seu funcionamento no âmbito do programa. Como demonstram os dois quadros seguintes, no primeiro bimestre as **notas médias** em Língua Portuguesa obtidas pelos estudantes de aproximadamente um quarto das escolas foi igual ou inferior a cinco: nota mínima para a aprovação às séries seguintes da Educação Básica na rede pública estadual de ensino. A nota registrada na maioria dos casos, porém, (63,04%) oscilou entre cinco e seis e, em nenhum deles, foi superior a sete. Já em Matemática, os desempenhos alcançados nesse mesmo período revelaram-se ainda piores, porquanto em pouco mais de 60% das unidades abordadas a nota média de seus discentes foi igual ou inferior a cinco.

Conquanto os números registrados no segundo bimestre tenham permanecido similares aos do anterior, no terceiro, o aproveitamento acadêmico dos alunos que ainda não haviam solicitado sua transferência para outros estabelecimentos declinou ainda mais. O percentual das escolas cujos alunos lograram notas inferiores a cinco elevou-se para 65% em Língua Portuguesa e 80%, em Matemática. Além disso, vale ressaltar o crescimento expressivo das unidades em que a nota média foi inferior a quatro, reunindo 31,11% e 51,11% da amostragem, nas duas disciplinas consideradas.

No último bimestre, ainda que os resultados obtidos sejam superiores aos do anterior, a quantidade de escolas envolvidas foi significativamente menor, tendo em vista que a maior parte dos alunos que optaram por concluir sua formação escolar em outras unidades já havia concretizado seu desligamento do estabelecimento PEI em que se encontravam matriculados nos bimestres anteriores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	510
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Quadro 15: Notas médias dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (1º e 2º bimestres)

Notas - Média								
Nota	1º Bimestre				2º Bimestre			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
Até 4	1	2,17%	5	10,87%	1	2,17%	3	6,52%
De 4 a 5	10	21,74%	23	50,00%	13	28,26%	24	52,17%
De 5 a 6	29	63,04%	17	36,96%	26	56,52%	15	32,61%
De 6 a 7	6	13,04%	1	2,17%	5	10,87%	4	8,70%
Acima de 7	0	0,00%	0	0,00%	1	2,17%	0	0,00%
Total	46	100,00%	46	100,00%	46	100,00%	46	100,00%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Quadro 16: Notas médias dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (3º e 4º bimestres)

Notas - Média								
Nota	3º Bimestre				4º Bimestre			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
Até 4	14	31,11%	23	51,11%	5	33,33%	6	40,00%
De 4 a 5	15	33,33%	13	28,89%	1	6,67%	2	13,33%
De 5 a 6	10	22,22%	8	17,78%	4	26,67%	5	33,33%
De 6 a 7	5	11,11%	1	2,22%	2	13,33%	2	13,33%
Acima de 7	1	2,22%	0	0,00%	3	20,00%	0	0,00%
Total	45	100,00%	45	100,00%	15	100,00%	15	100,00%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

O quadro seguinte oferece-nos, ainda, a indicação das escolas em que o desempenho acadêmico dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	511
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

alunos transferidos, enquanto nelas permaneceram matriculados, esteve aquém do limite mínimo de aproveitamento em, pelo menos, uma das duas disciplinas ora consideradas. Em todos os casos, com exceção do último bimestre, as escolas em que mais da metade dos discentes obteve nota média inferior a cinco em Língua Portuguesa ou Matemática, ou em ambas, correspondem a mais de 85% da amostragem. No último bimestre, em aproximadamente 50% delas, os que satisfaziam esta condição representavam mais de 90% dos alunos que, até o final do período, optariam por concluir seus estudos em outros estabelecimentos de ensino.

Quadro 17: Alunos transferidos que apresentavam nota abaixo de cinco em pelo menos uma das duas disciplinas consideradas - PEI

Nota	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre	
Até 50%	3	6,52%	4	8,70%	6	13,33%	5	33,33%
De 50 a 60%	8	17,39%	7	15,22%	3	6,67%	1	6,67%
De 60 a 70%	16	34,78%	16	34,78%	6	13,33%	1	6,67%
De 70 a 80%	14	30,43%	15	32,61%	11	24,44%	0	0,00%
De 80 a 90%	5	10,87%	4	8,70%	8	17,78%	0	0,00%
Acima de 90%	0	0,00%	0	0,00%	11	24,44%	8	53,33%
Total	46	100,00%	46	100,00%	45	100,00%	15	100,00%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Além de notas baixas, os dois próximos quadros demonstram que uma fração não desprezível dos alunos que solicitaram transferência para outras escolas incorreram em um número elevado de faltas ao longo dos bimestres em que permaneceram matriculados em unidades do PEI. Primeiramente, vale esclarecer que, nos anos finais do Ensino Fundamental, são ministradas semanalmente seis aulas de Língua Portuguesa e seis de Matemática em todas as séries, exceto no nono ano, em que a esta última são dedicadas cinco aulas semanais. Já no Ensino Médio, o número de aulas de ambas as disciplinas coincide em todos os anos: cinco nos dois primeiros e seis, no último.

**Quadro 18: Grade curricular das escolas do Programa Educação Integral (Anos Finais da Educação Básica)**

Quantidade de aulas semanais							
Disciplina	Ensino Fundamental				Ensino Médio		
	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	1º ano	2º ano	3º ano
Língua Portuguesa	6	6	6	6	5	5	6
Matemática	6	6	6	5	5	5	6

Fonte: Resolução SE-52, de 02 de outubro de 2014

No primeiro bimestre, em pouco menos de 20% das escolas selecionadas, a quantidade média de ausências incorridas pelos alunos que, posteriormente, seriam transferidos para outras unidades de ensino, esteve compreendida na faixa de dez a quinze faltas. Ou seja, nesses casos, das cerca de oito semanas e meia que compõem um bimestre, aqueles não acompanharam o equivalente a duas semanas de aula, o que corresponde a pouco menos de 25% da carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. No terceiro bimestre, entretanto, o número de ausências elevou-se acentuadamente, havendo, inclusive, um percentual expressivo de escolas cujos estudantes transferidos registram mais de quinze faltas em ambos os períodos. No terceiro, convém ressaltar, em pouco menos de 30% das unidades selecionadas, a quantidade média de ausências por aluno foi superior a 20, o que equivale, aproximadamente, a metade das aulas ministradas nesse intervalo.

O absenteísmo discente dificulta o desenvolvimento da aprendizagem (Carnoy, 2007, p. 152/53), comprometendo a performance acadêmica e o estreitamento dos vínculos estabelecidos entre os membros das comunidades escolares. Por essa razão, casos tais estudantes não tivessem solicitado sua transferência para outras escolas ao longo do ano letivo, sua participação nas provas dos sistemas de avaliação externa, ao final do último bimestre, poderia comprometer os resultados logrados pelas escolas vinculadas ao Programa Educação Integral, onde estiveram matriculados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

513

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Quadro 19: Média de faltas dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (1º e 2º bimestres)

Faltas - Média								
Faltas	1º Bimestre				2º Bimestre			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
Até 5	5	10,87%	2	4,35%	2	4,35%	2	4,35%
De 5 a 10	31	67,39%	34	73,91%	18	39,13%	14	30,43%
De 10 a 15	9	19,57%	8	17,39%	20	43,48%	25	54,35%
De 15 a 20	0	0,00%	1	2,17%	5	10,87%	4	8,70%
Acima de 20	1	2,17%	1	2,17%	1	2,17%	1	2,17%
Total	46	100,00%	46	100,00%	46	100,00%	46	100,00%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Quadro 20: Média de faltas dos alunos do PEI que solicitaram transferência para outros estabelecimentos de ensino (3º e 4º bimestres)

Faltas - Média								
Faltas	3º Bimestre				4º Bimestre			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
Até 5	3	6,82%	2	4,55%	4	26,67%	5	33,33%
De 5 a 10	12	27,27%	9	20,45%	7	46,67%	3	20,00%
De 10 a 15	7	15,91%	9	20,45%	1	6,67%	4	26,67%
De 15 a 20	10	22,73%	11	25,00%	1	6,67%	2	13,33%
Acima de 20	12	27,27%	13	29,55%	2	13,33%	1	6,67%
Total	44	100,00%	44	100,00%	15	100,00%	15	100,00%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Ou seja, além de efetuar uma seleção inicial - não intencional, é importante enfatizar - dos alunos atendidos, concentrando em proporções superiores



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	514
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

às observadas nas demais escolas da rede, em geral, e nas que se localizam na mesma região, em particular, os que reúnem caracteres associados, segundo estudos de eficácia escolar, a desempenhos acadêmicos superiores, dos corpos discentes das PEI são subtraídos, involuntariamente, parte significativa dos alunos que enfrentam dificuldades para acompanhar as exigências acadêmicas inerentes ao modelo pedagógico do programa e, conseqüentemente, para atingir os níveis de aprendizado esperados. Há evidências consistentes de que o modelo é capaz de alavancar o desempenho de alunos comprometidos - ao menos moderadamente - com seu próprio desenvolvimento escolar. Os resultados das avaliações externas e a aprovação quase irrestrita do modelo por professores e gestores escolares são eloquentes a este respeito. Entretanto, os apontamentos acima revelam, s.m.j., que o recrudescimento de sua **capacidade inclusiva** é uma das dimensões em que o programa pode avançar, mediante a introdução de outras estratégias que concorram para a permanência dos estudantes que oferecem maiores resistências às injunções do cotidiano escolar das PEI, tendo em vista que justamente estes - considerando-se, mais uma vez, os apontamentos da literatura sobre eficácia escolar - estão normalmente submetidos às condições socioeconômicas mais vulneráveis, cuja superação é fortemente condicionada pelas oportunidades educacionais a que tiverem acesso durante sua infância e juventude. Tarefa nada simples, evidentemente, mas que as PEI, em razão da maior qualificação de seus recursos humanos e dos maiores investimentos de que são objeto, são as unidades da rede pública de ensino em melhores condições cumpri-la.

Neste momento, vale mencionar mais uma vez, que o modelo pedagógico do programa possui um mecanismo concebido especificamente para estimular o comprometimento dos estudantes com sua própria formação acadêmica, conferindo sentido aos conhecimentos e habilidades estabelecidos pelo currículo. Esta é, sem dúvida, umas das principais finalidades do *Projeto de Vida*, que encoraja os educandos a desenvolverem ambições acadêmicas e profissionais cuja satisfação requeira a assunção de perspectivas de médio e longo prazos, assim como o cumprimento diligente das respectivas obrigações escolares. Ademais, o instituto da Tutoria, entre outros objetivos, visa a orientar os estudantes a trilharem caminhos congruentes com a realização de seus projetos, mitigando a influência de interesses que os desestimulem a persistir em seus esforços. Ou seja, estes dois



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

515

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

instrumentos, além das próprias disciplinas eletivas, demonstram que o modelo pedagógico do PEI não descurou do enfrentamento do desafio de conferir significado à educação nos anos finais da Educação Básica. Entretanto, além dos que não se dispõem a frequentar escolas de período integral - possivelmente em razão de obstáculos mais simbólicos do que materiais, que obliteram as perspectivas de promoção social por meio da escola -, parte dos alunos inicialmente matriculados abandonam-nas ao longo de seu primeiro ano letivo, não em virtude de fatores externos que, afrontando seus interesses, constroem-nos a transferir-se para outros estabelecimentos de ensino, mas em razão das obrigações acadêmicas adicionais que acompanham o modelo, as quais se destinam, justamente, a alavancar o desempenho e os níveis de aprendizagem dos estudantes atendidos. Ou seja, os desligamentos acima referidos evidenciam casos em os efeitos tanto da Tutoria quanto do Projeto de Vida, além do de outras tecnologias instituídas pelo programa com a finalidade de estreitar os vínculos entre os membros da comunidade escolar, não lograram cumprir uma de suas principais finalidades. O risco inerente ao comprometimento da eficácia destes instrumentos, como já indicado acima, é justamente o de afastar as PEI dos alunos mais vulneráveis, cujas perspectivas, sejam elas quais forem, não divisam a escola como veículo de autopromoção e de desenvolvimento social, sujeitando-os a condições permanentes de pobreza e exclusão social.

5. O Programa Educação Integral como instrumento de combate às desigualdades educacionais da rede pública estadual de São Paulo

De acordo com uma das estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, vinculada ao atingimento da Meta 6 (ampliação do número de matrículas e de instituições públicas de ensino em período integral), as escolas de tempo integral devem ser instaladas, prioritariamente, em regiões de alto índice de vulnerabilidade social, constituindo-se, portanto, em instrumentos de combate às desigualdades educacionais e sociais:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	516
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, *prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social*; (grifos nossos)

Para que este desiderato seja satisfeito, convém que as vagas disponibilizadas nessas instituições sejam preenchidas, preferencialmente, por estudantes que residam em suas imediações, evitando que alunos oriundos de bairros distantes, caracterizados pela menor vulnerabilidade social de seus moradores, capturem a maior parte das matrículas disponibilizadas pelas escolas de educação integral.

No documento referência para o debate nacional sobre Educação Integral (MOLL *et al*, 2009), no tópico "Por que educação integral no contexto brasileiro contemporâneo?", o texto responde a essa questão referindo-se às profundas desigualdades sociais e de desempenho escolar que caracterizam as redes de ensino no país. Nesse sentido, de acordo com os autores do texto, os projetos de Educação Integral devem concorrer, sobretudo, para a superação dessas dissimetrias:

Em 2006, em uma escala de 0 a 10, o IDEB identificou sistemas de ensino com índices que variavam de 1,8 a 6,0 e escolas que variavam de 0,7 a 8,5. Essa discrepância revela profundas desigualdades nas condições de acesso, permanência e aprendizagem na educação escolar, refletindo a complexidade de um processo em que se entrelaçam diversos fatores relativos tanto à estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira, quanto ao trabalho pedagógico realizado no cotidiano por professores e demais profissionais das escolas públicas.

É importante assumir que a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares. Há estudos que permitem identificar forte correlação entre situação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	517
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

pobreza, distorção idade/série e dificuldades para a permanência na escola, violência e risco social, o que acaba contribuindo para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza. Não se trata aqui de criminalizar ou patologizar a pobreza, mas de construir soluções políticas e pedagógicas criativas e consequentes para o combate às desigualdades sociais e para a promoção da inclusão educacional. (p. 11/12)

Ademais, Carnoy *et al* (2007) associa o surgimento da Educação Integral aos esforços de combate à exclusão social que aflige amplos segmentos populacionais :

a educação integral é inscrita no campo das políticas de ação afirmativa, prioritariamente, não exclusivamente, para as classes sociais historicamente excluídas ou com acesso restrito aos bens culturais e materiais, em função de suas condições concretas de existência. [...] está associada às lutas para que a ação afirmativa seja vivenciada como um processo de inserção societária. (p. 78)

Considerando-se que o investimento em educação amplia consideravelmente as possibilidades de inserção bem-sucedida no mercado de trabalho, e que os segmentos mais vulneráveis da população, além de reunirem as condições socioeconômicas mais intimamente associadas ao fracasso escolar, não têm acesso senão a escolas caracterizadas pela precariedade de sua estrutura física e pela instabilidade e despreparo de sua equipe docente, é extremamente provável que a pobreza seja transmitida através de gerações, perpetuando as condições de vulnerabilidade social a que grande parte da população encontra-se submetida. Esta é a conclusão apresentada por Barros (2001), a partir da análise de dados extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1996 e da PPV (Pesquisa Sobre Padrões de Vida) de 1996/97, ambas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	518
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

No Brasil, a combinação de um sistema educacional público precário com graves imperfeições no mercado de crédito tem feito com que o nível de investimentos em capital humano esteja sistematicamente abaixo dos padrões internacionais [ver Behrman (1995a e b), Duryea (1997) e Barros e Mendonça (1997b)]. Este fato surpreende na medida em que todas as estimativas existentes para as taxas de retorno desse tipo de investimento apresentam valores bastante atraentes.

“Mais preocupante que o subinvestimento em capital humano é o fato de este ser tão mais acentuado quanto mais pobre é a família. Como o grau de pobreza de um indivíduo é fortemente determinado por seu nível educacional, essa natureza diferenciada do subinvestimento em educação leva à transmissão intergeracional da pobreza. Os indivíduos nascidos em famílias pobres hoje tenderão a ter escolaridade inferior e serão, com maior probabilidade, os pobres de amanhã. (p. 01)

Assim sendo, o rompimento deste processo reiterativo depende, sobretudo, da promoção de políticas públicas que mitiguem as desvantagens educacionais que normalmente recaem sobre os setores mais empobrecidos da população. As PEI são unidades que, pelos elevados investimentos de que são objeto, podem concorrer justamente para reverter o quadro acima descrito, proporcionando aos segmentos populacionais mais vulneráveis do Estado oportunidades educacionais capazes de equipará-los, no que concerne ao desenvolvimento acadêmico, aos integrantes de faixas de renda superiores.

5.1. Localização das unidades ETI no município de São Paulo

As análises acerca dos locais onde as escolas do PEI foram instaladas cingiram-se ao município de São Paulo, abstendo-se de investigar as condições socioeconômicas dos moradores dos bairros e distritos atendidos pelas unidades localizadas nos demais municípios da Região Metropolitana da Capital e no



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	519
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Interior. A adoção desta alternativa baseou-se nas seguintes razões:

- A Capital paulista caracteriza-se pela forma desigual com que a renda se distribui entre seus moradores. O índice de GINI²⁶ - que reflete o nível de concentração da renda domiciliar per capita em um determinado território - registrado pela cidade em 2010²⁷, 0.6453, foi o quinto maior de todo o Estado, sendo superado apenas pelos municípios de Santana de Parnaíba (0,6858), Santa Cruz da Conceição (0,6755), Igarapava (0,6747) e Mombuca (0,6513), nos quais não havia, até o final de 2015, unidades do PEI. Por essa razão, a questão do papel desempenhado pelo programa no enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais do Estado é especialmente sensível em sua Capital. Mais do que em qualquer outro município isoladamente considerado, a concentração de estabelecimentos PEI - cujo custo per capito é sensivelmente superior ao das demais escolas da rede pública estadual, como se verá adiante - em regiões de alto índice de desenvolvimento humano, pode favorecer ainda mais o desequilíbrio das oportunidades educacionais experimentadas pelos diferentes segmentos da população;
- A concentração da renda no município de São Paulo reverbera uma nítida organização espacial, tendo em vista que os estratos mais elevados da população reúnem-se predominantemente nos distritos que

²⁶ No site do IPEA encontramos a seguinte definição: "O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda". Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Consulta realizada em 30/03/2016.

²⁷ Informação disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginisp.def>. Consulta realizada em 30/03/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

520

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

orbitam sua região central, enquanto os segmentos socialmente mais vulneráveis concentram-se sobretudo nas regiões periféricas, especialmente das Zonas Leste e Sul. Como observam Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003, p. 99/100), "no caso de São Paulo, a pobreza urbana não é só uma questão de nível, ou índice, mas também de concentração espacial e social, envolvendo desigualdade, separação e homogeneidade espacial. Esse problema também está ligado às políticas públicas, que deveriam ser criadas para melhorar a situação dessas pessoas";

- Informações acerca das características socioeconômicas dos distritos e bairros dos municípios paulistas não se encontram imediatamente disponíveis nos bancos de dados disponibilizados gratuitamente pelas instituições oficiais que promovem pesquisas dessa natureza (como o IBGE, por exemplo). Entretanto, a Prefeitura de São Paulo, a partir dos dados recolhidos pelos Censos de 2000 e 2010, elaborou - e disponibilizou em seu *site* - o perfil socioeconômico de todos os seus 96 distritos administrativos, reunindo informações como: rendimento médio por raça/cor, anos de estudos dos responsáveis por domicílios particulares permanentes, distribuição etária da população etc., o que nos permite uma aproximação mais acurada em relação às condições sociais dos locais onde se situam os estabelecimentos do PEI;

- Por fim, até o final de 2015, a Capital paulista concentrava 39 estabelecimentos vinculados ao PEI, o que corresponde a 15% do total. Ou seja, como reúne um contingente significativo de unidades, eventuais distorções na forma como se distribuem pelo território paulistano, se acentuadas, repercutiriam de maneira não desprezível nas possibilidades do programa efetivamente concorrer para a consecução dos objetivos estabelecidos pela Meta 6 do PNE. Destarte, as conclusões esboçadas abaixo são, s.m.j., relevantes ainda que desacompanhadas da análise dos demais municípios pelos quais se distribui a rede de Educação Integral.

O quadro seguinte indica o rendimento médio e o tempo de escolarização dos responsáveis por domicílios particulares permanentes nos distritos onde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

521

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

foram instaladas todas as unidades do programa na Capital. As análises seguintes limitaram-se a abordar essas duas dimensões, pois, conquanto a caracterização das respectivas realidades socioeconômicas e urbanas não dispense a consideração de uma série de outras informações, renda e escolaridade dos pais são frequentemente apontadas, como já mencionado anteriormente, como os fatores mais intimamente associados às possibilidades de sucesso escolar dos estudantes.

Quadro 21: Rendimento médio e o tempo de escolarização dos responsáveis por domicílios particulares permanentes nos distritos onde foram instaladas todas as unidades do PEI na Capital (2010)

Escola	Diretoria de Ensino	Distrito onde se localiza	Rendimento médio no Distrito (2010)	% das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com até 3 anos de estudo (2000)
OSWALDO ARANHA	Centro-Oeste	Itaim Bibi	R\$ 6.004,91	3,45%
COSTA MANSO MINISTRO	Centro-Oeste	Itaim Bibi	R\$ 6.004,91	3,45%
ANTONIO ALVES CRUZ PROF	Centro-Oeste	Pinheiros	R\$ 5.466,61	2,98%
CARLOS MAXIMILIANO PEREIRA DOS SANTOS	Centro-Oeste	Pinheiros	R\$ 5.466,61	2,98%
BRASILIO MACHADO	Centro-Oeste	Pinheiros	R\$ 5.466,61	2,98%
ARCY MAJOR	Centro-Sul	Vila Mariana	R\$ 5.339,15	3,50%
LASAR SEGALL	Centro-Sul	Vila Mariana	R\$ 5.339,15	3,50%
MAURO DE OLIVEIRA PROF	Centro	Perdizes	R\$ 4.780,31	3,94%
MARIA RIBEIRO GUIMARAES BUENO PROF	Centro-Oeste	Saúde	R\$ 3.810,18	5,31%
LOURENCO FILHO	Centro-Oeste	Saúde	R\$	5,31%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

522

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

			3.810,18	
ALEXANDRE VON HUMBOLDT	Centro-Oeste	Lapa	R\$ 3.689,18	6,78%
REINALDO RIBEIRO DA SILVA DR	Centro-Oeste	Lapa	R\$ 3.689,18	6,78%
ALFREDO PAULINO	Centro-Oeste	Lapa	R\$ 3.689,18	6,78%
ALBERTO TORRES	Centro-Oeste	Butantã	R\$ 3.185,22	7,13%
FRONTINO GUIMARAES	Centro	Santana	R\$ 3.159,52	6,35%
ORLANDO HORÁCIO VITA	Centro	Santana	R\$ 3.159,52	6,35%
MMDC	Centro-Sul	Mooca	R\$ 2.931,70	7,61%
JOSE GERALDO DE LIMA PROF	Sul 3	Socorro	R\$ 2.873,05	12,03%
OSCAR THOMPSON	Centro-Sul	Cambuci	R\$ 2.668,57	9,23%
TEOTONIO ALVES PEREIRA	Centro-Sul	Ipiranga	R\$ 2.469,80	12,61%
ISABEL PRINCESA	Centro-Sul	Cursino	R\$ 2.389,66	13,00%
RAUL HUMAITA VILLA NOVA CORONEL	Centro-Sul	Cursino	R\$ 2.389,66	13,00%
ALVINO BITTENCOURT PROFESSOR	Leste 5	Carrão	R\$ 2.020,23	13,57%
IRENE RIBEIRO PROFESSORA	Leste 5	Carrão	R\$ 2.020,23	13,57%
OLGA BENATTI PROFA	Centro-Sul	Vila Prudente	R\$ 1.954,13	16,31%
REPUBLICA DO PARAGUAY	Centro-Sul	Vila Prudente	R\$ 1.954,13	16,31%
CASIMIRO DE ABREU	Centro	Vila Guilherme	R\$ 1.934,62	12,42%
RAUL ANTONIO FRAGOSO PROFESSOR	Norte 1	Pirituba	R\$ 1.666,66	16,72%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

523

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

MARISA DE MELLO PROFA	Leste 4	Vila Matilde	R\$ 1.643,15	14,67%
AYRES DE MOURA PROF	Norte 1	Jaguara	R\$ 1.642,51	15,30%
MILTON DA SILVA RODRIGUES PROF	Norte 1	Freguesia Do O	R\$ 1.626,98	15,73%
PLINIO DAMASCO PENNA	Norte 1	Freguesia Do O	R\$ 1.626,98	15,73%
DULCE FERREIRA BOARIN	Centro	Limão	R\$ 1.593,00	15,84%
MARIA ANTONIETTA DE CASTRO PROFA	Norte 2	Vila Medeiros	R\$ 1.266,05	19,78%
TERCIO MORAES PEREIRA REVERENDO	Leste 2	São Miguel	R\$ 1.139,74	22,67%
MANOEL DA NÓBREGA DEP	Leste 2	São Miguel	R\$ 1.139,74	22,67%
RAUL PILLA DEPUTADO	Leste 1	Vila Jacuí	R\$ 1.062,61	25,44%
FEITIÇO DA VILA	Sul 2	Capão Redondo	R\$ 1.034,82	25,10%
CELIA RIBEIRO LANDIM	Leste 2	Itaim Paulista	R\$ 914,45	25,87%

Fonte: Prefeitura municipal de São Paulo

Se dividirmos os distritos em dois grupos com o mesmo número de integrantes, concentrando em um deles os 48 cujos moradores perceberam, em 2010, os maiores rendimentos mensais, verificaremos que o último deles, ordenados em ordem crescente de rendimentos, é o distrito de Jaguara, com R\$ 1.642,51 (ver Quadro às fls. 622 e 623 do Apêndice). O primeiro do outro grupo, dos 48 de menor rendimento médio, é o da Freguesia do Ó, que registrou, no mesmo ano, R\$ 1.626,98. Considerando a distribuição das escolas PEI pelo território paulistano, verificamos que 29 delas, isto é 75% do total, localizam-se em distritos do primeiro grupo, enquanto apenas 10 (25%) nos do outro. Se examinarmos a presença desses estabelecimentos apenas nos distritos que ocupam as extremidades da relação, detendo-nos somente nos dez mais abastados e nos dez mais pobres²⁸, observamos que

²⁸ Os distritos com o maior rendimento médio mensal eram, em 2010, os seguintes: Moema (R\$ 7.384,73), Morumbi (R\$ 6.959,73), Jardim



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	524
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

estes últimos contam com apenas uma unidade PEI, localizada em Itaim Paulista, e os primeiros, sete (duas no Itaim Bibi, três em Pinheiros e duas na Vila Mariana).

Aplicando os mesmos procedimentos para a análise da distribuição espacial das PEI segundo o tempo de estudo do(a)s responsáveis por domicílios particulares permanentes, obtemos resultados ainda mais concentrados do que os indicados no parágrafo anterior. Consideramos, nesse caso, apenas o percentual dos que possuem no máximo três anos de estudo em estabelecimentos oficiais de ensino. O último distrito dentre os que integram o grupo dos de maior escolarização é o de Vila Prudente, com 16,31% dos responsáveis por domicílios particulares nessa condição, enquanto o de Arthur Alvim encontra-se na melhor posição (16,65%) entre os do segundo grupo (ver Quadro às fls. 624 a 626 do Apêndice). Nos deste último há, até o momento, apenas sete unidades do Programa Educação Integral, o que corresponde a 18% do total, enquanto todas as demais situam-se nos distritos do primeiro grupo. Além disso, se, mais uma vez, direcionarmos as análises para as extremidades da relação, verificamos que os distritos cujos moradores possuem maior escolarização concentram dez estabelecimentos PEI (aos mencionados no parágrafo anterior somam-se um em Perdizes e dois na Saúde), ao passo que nenhum outro, além da de Itaim Paulista, localiza-se nos distritos menos favorecidos²⁹.

Vale mencionar, ainda, das 37 escolas que, convidadas pela Secretaria da Educação ou por suas

Paulista (R\$ 6.647,48), Alto de Pinheiros (6.169,36), Itaim Bibi (R\$ 6.004,91), Pinheiros (R\$ 5.466,61), Vila Mariana (5.339,15), Consolação (R\$ 5.164,51), Campo Belo (R\$ 5.133,28) e Santo Amaro (R\$ 4.834,04). Já os dez mais pobres eram: São Rafael (R\$ 950,63), Itaim Paulista (R\$ 914,45), Iguatemi (R\$ 911,68), Grajaú (R\$ 909,62), Jardim Helena (R\$ 897,78), Parelheiros (R\$ 888,32), Jardim Ângela (R\$ 887,97), Cidade Tiradentes (R\$ 868,24), Lajeado (R\$ 861,38) e Marsilac (R\$ 772,15).

²⁹ Os distritos com a menor participação de responsáveis por domicílios particulares permanentes com três ou menos anos de estudo eram, em 2010, os seguintes: Jardim Paulista (1,70%), Moema (1,76%), Pinheiros (2,98%), Consolação (3,37%), Itaim Bibi (3,45%), Vila Mariana (3,50%), Perdizes (3,94%), Alto de Pinheiros (3,95%), Santo Amaro (4,50%) e Saúde (5,31%). Já os dez com o maior percentual eram: Brasilândia (25,61%), Itaim Paulista (25,87%), Vila Andrade (26,08%), Jardim Helena (27,84%), Grajaú (28,54%), Lajeado (29,71%), Iguatemi (30,00%), Jardim Ângela (30,02%), Parelheiros (30,96%) e Marsilac (40,16%).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	525
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

respectivas Diretorias de Ensino, rejeitaram a possibilidade de aderir ao Programa Educação Integral, quatro localizam-se na Capital paulista - nenhuma delas instalada nos distritos cuja população caracteriza-se, predominantemente, pela vulnerabilidade de suas condições socioeconômicas. Aliás, como indicado no quadro abaixo, as duas primeiras situam-se em um dos Distritos mais privilegiados da cidade, tanto no que se refere aos rendimentos médios quanto ao tempo de escolarização de seus moradores.

Quadro 22: Escolas localizadas na Capital paulista que rejeitaram o convite para ingressar no PEI

Escola	Endereço	Bairro	Distrito	Rendimento	% da população com até 3 anos de estudo
Pereira Barreto	Rua Nossa Senhora da Lapa, 615	Lapa	Lapa	R\$ 3.689,18	6,78%
Prof. Manuel Ciridião Buarque	Cerro Corá, 770	Vila Romana	Lapa	R\$ 3.689,18	6,78%
Esther Frankel Sampaio	Rua Tujuba, 1475	Penha de França	Penha	R\$ 1.679,35	13,62%
Prof. Carlos de Laet	Rua Albertina V. da Silva Gordo, 147	Vila Aurora	Mandaqui	R\$ 2.101,77	12,29%

Fonte: Resposta à Requisição de Documentos nº 01/2016-A e Prefeitura municipal de São Paulo

Destarte, é possível concluir que o PEI não alcança, ou o faz apenas marginalmente, as regiões mais vulneráveis da cidade de São Paulo, afastando-se acentuadamente da estratégia do Plano Nacional de Educação que versa sobre a instalação de escolas para atendimento em período integral (Estratégia 6.2).

Conquanto não tenhamos efetuado análises semelhantes para os demais municípios abrangidos pelo programa, em razão da indisponibilidade das informações necessárias para tanto, as respostas dos pais dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio às perguntas do questionário socioeconômico do SARESP, permitem-nos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	526
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

outrossim, vislumbrar em que medida a distribuição espacial dos estabelecimentos do PEI beneficia, prioritariamente, as comunidades mais vulneráveis do Estado.

De acordo com esta fonte, em 2012, a renda per capita média das escolas³⁰ que, no ano seguinte, seriam incorporadas ao PEI era de R\$ 325,24, enquanto a de todas as demais unidades da rede pública estadual, excluídos os doze estabelecimentos que já funcionavam, naquele ano, no âmbito do programa, perfazia R\$ 312,22. Ainda que a diferença entre ambas seja de apenas 4,17%, o resultado obtido revela, mais uma vez, que as escolas selecionadas pela Secretaria para participar do programa não atendiam, predominantemente, o público submetido às condições socioeconômicas mais precárias do Estado.

5.2. Distribuição de recursos entre as unidades da rede pública estadual de ensino, segundo o modelo pedagógico e a extensão do turno diário de aula

Vale insistir na caracterização da distribuição desigual dos recursos pelas unidades de ensino da rede pública estadual, pois, num contexto que conjuga **recursos escassos** e deficiências cuja superação depende não apenas da ampliação dos investimentos, mas também do refinamento das diretrizes que orientam sua alocação espacial, o favorecimento de alguns estabelecimentos se faz, em alguma medida, em prejuízo de todos os demais. Evidentemente, não se trata de defender a distribuição igualitária dos recursos disponíveis entre todas as escolas da rede - ou que a cada uma delas seja destinado o mesmo valor per capita de investimentos. Evidentemente, a rede pública de ensino, dada as diversidades socioeconômica, cultural e ambiental que caracterizam o Estado de São Paulo, é extremamente heterogênea, demandando cada uma de suas unidades soluções específicas, nem sempre pertinentes às demais. Há regiões cujas escolas efetivamente dependem, como condição *sine qua non* para a superação de suas fragilidades, do aporte de volumes adicionais de investimentos, traduzidos, conforme o caso, em capacitação de professores e membros das equipes de

³⁰ A forma de cálculo da renda per capita dos pais ou responsáveis pelos alunos participantes da edição de 2013 do SARESP encontra-se descrita no capítulo 04 deste relatório, fls. 483.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	527
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

gestão escolar, aquisição de recursos pedagógicos, adoção de estratégias que favoreçam a estabilidade do corpo docente, ampliação e qualificação das instalações prediais etc. A garantia da igualdade de oportunidades educacionais é condicionada, efetivamente, pela assunção de medidas que redundem na diferenciação das condições (materiais e humanas) sob as quais operam as comunidades escolares da rede pública estadual. Este, s.m.j., é o sentido que subjaz à já mencionada estratégia do Plano Nacional de Educação e, por essa razão, dentre as dimensões que orientam o desenvolvimento das políticas públicas, a abordada nesta questão de fiscalização é a da equidade.

Como indicado na Visão Geral deste relatório, os estabelecimentos vinculados ao PEI reúnem uma série de recursos pedagógicos e de instalações prediais que os distinguem de todas as demais unidades da rede estadual pública de ensino. Além de salas de leitura e de informática, presentes em praticamente todas as escolas, as PEI contam com laboratórios de Química e Biologia e salas-ambiente de Matemática, Física e Robótica, equipados com um abrangente conjunto de aparelhos, instrumentos e insumos, como, por exemplo, voltômetro de Hoffmann, estufa de esterilização e secagem, micrótomo manual, microscópio biológico trinocular, estufa de cultura bacteriológica etc.³¹, que proporcionam a realização de diversas experiências pedagógicas diferenciadas.

A natureza diferenciada das dependências das PEI torna-se ainda mais manifesta quando comparada às disponíveis nas demais instituições de ensino da rede pública estadual. As do projeto ETI selecionadas para esta fiscalização, por exemplo, não dispõem de diversas instalações consideradas essenciais pelo Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 08/10), para que o desenvolvimento das propostas político-pedagógicas das escolas não sofram restrições que comprometam o resultado final da aprendizagem. 28% das que atendem alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme indicado no quadro abaixo, não dispõem sequer de sala de leitura ou biblioteca. Além disso, não há laboratório de ciência - cuja instalação é requisito indispensável para a absorção de qualquer estabelecimento pelo PEI - em 64% das escolas ETI dedicadas às séries finais do Ensino

³¹ A relação completa dos ambientes e insumos de natureza pedagógica disponíveis nos estabelecimentos vinculados ao PEI encontra-se às fls. 7730/32 do Anexo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	528
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

Fundamental, enquanto nas da etapa anterior apenas uma, de vinte e cinco, dispõe deste tipo de instalação. A ausência destes itens, bem como de outros tipos de insumos pedagógicos, estabelecem condições deveras desiguais de funcionamento entre as unidades de ambos os modelos de educação integral, conferindo às do PEI condições privilegiadas de planejamento e execução de seus programas de ação.

Quadro 23: Instalações e espaços indisponíveis nas unidades do Projeto ETI

Instalações ³²	Anos Iniciais		Anos Finais	
Sala de leitura/biblioteca	7	28,00%	0	0,00%
Sala de grêmio	*	*	23	92,00%
Laboratório de ciências	24	96,00%	16	64,00%
Refeitório alunos	4	16,00%	7	28,00%
Sala de TV/DVD	13	52,00%	11	44,00%
Parque infantil	17	68,00%	*	*

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

A manutenção das instalações e a reposição dos insumos atribuídos às PEI exigem, evidentemente, o aporte de recursos adicionais, além daqueles que são normalmente destinados aos serviços de conservação de qualquer estabelecimento de ensino. Além disso, os docentes e os integrantes da equipe de gestão escolar de suas unidades, em razão do Regime de Dedicação Plena e Integral, recebem vencimentos 75% superiores ao que é percebido pelos docentes que atuam nas demais escolas. Por essas razões, o custo médio anual por aluno no Programa Educação Integral é sensivelmente superior tanto ao do Projeto Escola de

³² Os itens mencionados no quadro acima não esgotam os recursos que o CNE entende indispensáveis para qualquer instituição de ensino dedicada à Educação Básica. Os que foram omitidos estavam presentes em quase todos os estabelecimento considerados nesta fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	529
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Tempo Integral, quanto das unidades de período parcial, de acordo com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria da Educação:

Quadro 24: Custo médio anual por aluno na rede pública estadual de ensino (2015)

Modalidade de Ensino	Custo médio por aluno
Programa Educação Integral (PEI)	R\$ 6.091,00
Projeto Escola de Tempo Integral (ETI)	R\$ 4.802,00
Escolas de período parcial	R\$ 4.540,54

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-A

Cabe-nos destacar que a extensão do turno de aula não implica, necessariamente, elevação acentuada no custo médio por alunos, tendo em vista que cada discente matriculado nas ETI exige o dispêndio de um montante apenas 5,76% superior ao que é consumido pelos atendidos nas unidades convencionais. Em relação a estes, porém, o custo anual nas PEI absorve 34,15% a mais.

A análise do custo por aluno reforça, outrossim, a disparidade de condições garantidas às unidades de ambos os modelos de educação em período integral: o volume de recursos absorvidos pelas PEI é 27% maior do que o consumido pelas ETI, conquanto ambas atendam, desde o início de 2015, os mesmos segmentos da Educação Básica.

5.3. Visitas dos supervisores de ensino às unidades da rede pública estadual sob sua responsabilidade

Entretanto, a consideração acerca da distribuição dos recursos disponíveis na rede não se cingi ao custo operacional de suas unidades, segundo a modalidade e a extensão da jornada de aula. Às escolas são dirigidas, ainda, ações e ferramentas externas de assistência, que objetivam contribuir para o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	530
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

aperfeiçoamento das competências profissionais dos docentes e dos instrumentos de planejamento e gestão empregados pelas comunidades escolares.

Uma dessas atividades é a exercida pelos supervisores de ensino das Diretorias de Ensino Regional, aos quais compete:

prestar assessoria, orientação e acompanhamento do planejamento, desenvolvimento e avaliação do ensino e da aprendizagem nas escolas públicas e privadas, tendo como referência a realidade das escolas, teorias e práticas educacionais e as normas legais pertinentes à educação nacional e à educação básica oferecida pelo Sistema de Ensino Estadual de São Paulo. Cabe ao Supervisor participar da organização, desenvolvimento e avaliação dos trabalhos na Diretoria de Ensino direcionados às escolas. Sua atuação é fundamental para assegurar a organização de condições que propiciem estudos de teorias e práticas educacionais e orientações sobre as normas que regulamentam a universalização da educação escolar: o acesso e a permanência do aluno na escola e a qualidade do ensino ofertado. O Supervisor é um dos responsáveis pela consolidação de políticas e programas desse Sistema, por meio de ações coletivas, que envolvam um movimento de ação, reflexão e ação. É um dos participantes do processo de construção da identidade da Diretoria de Ensino e da escola, tendo em vista: a) a contribuição para o envolvimento da equipe técnicopedagógica da DER e da escola com os processos de ensino e de aprendizagem dos alunos e b) o compartilhamento de responsabilidades sobre a efetividade das propostas pedagógicas pertinentes ao acompanhamento, intervenção e avaliação da implementação de ações integradas nas escolas da rede pública estadual. Compete-lhe orientar, fundamentado na concepção de gestão democrática e participativa, a promoção de um ensino de qualidade a todos os alunos e, conseqüentemente, para a melhoria do desempenho das escolas. (Resolução SE 52, de 14 de agosto de 2013)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	531
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

As atribuições confiadas a este profissional, como de infere no trecho acima, envolvem a participação direta no desenvolvimento, implementação e avaliação das propostas pedagógicas das escolas incluídas em seu raio de ação. Carnoy ressalta a relevância do exercício da supervisão sobre a atuação dos professores - sobretudo dos iniciantes - e dos demais profissionais que integram a equipe escolar, como coordenadores pedagógicos e diretores, para o incremento da eficácia das escolas. Destarte, tendo em vista os pronunciados contrastes de desempenho e aprendizagem diagnosticados pelo Sistema de Avaliação Externa da SEE (SARESP), bem como a necessidade de estratégias e investimentos que permitam mitigá-los, parece-nos que as escolas menos eficazes reclamam, entre outras formas de assistência, um engajamento mais estreito dos respectivos supervisores de ensino no planejamento e na execução de seus planos pedagógicos, exigindo, quase inevitavelmente, que esses profissionais as visitem com maior frequência, em detrimento, em alguma medida, das unidades cujos alunos atingiram níveis mais elevados de desempenho acadêmico - como é o caso da grande maioria das escolas PEI.

Entretanto, como indicado no quadro seguinte, no ano de 2015 a média geral de visitas às unidades vinculadas ao Programa Educação Integral, realizadas pelos supervisores de ensino das Diretorias abrangidas por esta fiscalização, foi aproximadamente duas vezes maior que a registrada nos dois outros grupos de escola da rede pública estadual: as de turno parcial de aula e as do projeto ETI.

Quadro 25: Média de visitas por unidade (2015)

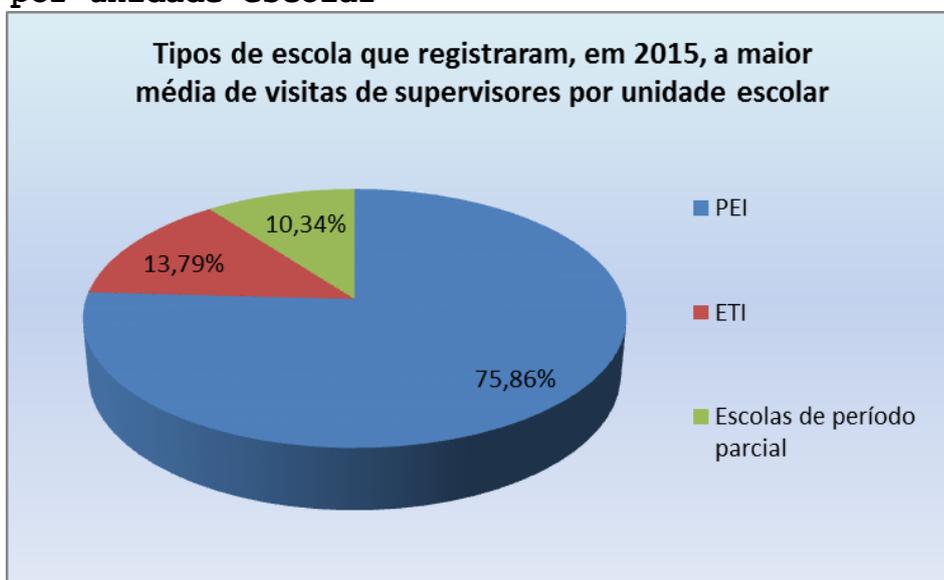
Visitas por unidade	Média
PEI	26,96
ETI	12,26
Período parcial	13,31
Geral	14,19

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-B



Em apenas sete (24%) das vinte e nove Diretorias de Ensino consideradas, a maior parte das diligências *in loco* efetuadas pelos respectivos supervisores não foi dirigida aos estabelecimentos vinculados ao PEI: Catanduva, Guaratinguetá, Itapeverica da Serra, Leste 1, São José do Rio Preto, Santos e Sorocaba (ver Quadro às fls. 627 do Apêndice).

Gráfico 34: Tipos de escolas que registraram, em 2015, a maior média de visitas de supervisores por unidade escolar



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-B

É importante notar que a maior presença física dos supervisores nas PEI não decorre, necessariamente, da introdução de novas unidades do programa em 2015 - as quais, possivelmente, demandariam um acompanhamento mais assíduo das Diretorias de Ensino, tendo em vista que a utilização das ferramentas de gestão e o desenvolvimento das tecnologias pedagógicas introduzidas pelo PEI podem, ao menos nos primeiros meses de funcionamento, provocar dúvidas e ensejar conflitos entre os integrantes das comunidades escolares. Das cinco Diretorias cujos supervisores efetuaram as maiores médias de visitas às escolas do programa, em três não houve, em 2015, a instalação de novas unidades: São Bernardo do Campo, Capivari e Fernandópolis. Já na área de abrangência da DE Campinas Leste foi instalada apenas mais uma escola PEI, e na Norte 1, duas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

533

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

As visitas de supervisores às instituições do programa excedem, amiúde, às realizadas nas escolas que, até o final de 2014, eram consideradas "prioritárias", isto é, figuravam entre as que registraram os piores desempenhos nas provas do SARESP. A título ilustrativo, podemos mencionar a Diretoria de Barretos, cujas escolas PEI - três no total - foram visitadas 111 vezes ao longo de 2015 por supervisores de ensino, o que corresponde a uma média de 37 visitas por unidade. Em contrapartida, nas escolas José Marcelino de Almeida e Mário Vieira Marcondes, que, um ano antes, integravam a relação das consideradas prioritárias pela SEE, as visitas de supervisão ocorreram 7 e 18 vezes, respectivamente. Da mesma forma, na DE de Capivari, as quatro escolas que reuniam a maior proporção de alunos com desempenho acadêmico abaixo do básico, de acordo com os resultados da edição de 2013 do SARESP, Camilo Marques de Paula, Cônego Cyriaco S. Pires, Professora Joana de Aguirre Peixoto e Governador Mário Covas, contaram com a presença de seus supervisores de ensino, ao longo de 2015, em 28, 15, 27 e 11 oportunidades, respectivamente. O acompanhamento exercido sobre o único estabelecimento vinculado ao PEI da Diretoria, Professora Suely Maria Cação Ambiel Batista, entretanto, foi significativamente mais estreito do que o realizado nos casos anteriores, já que foi objeto de 60 visitas de supervisão durante o mesmo período.

As disparidades acima mencionadas decorrem, em alguma medida, da participação confiada aos supervisores no desenvolvimento do Programa Educação Integral, que lhes atribui o cumprimento de funções que não desempenham - ou não o fazem necessariamente - nas demais escolas da rede. De acordo com a Resolução SE-68, de 12 de dezembro de 2014, compete a esses profissionais acompanhar a execução de cada uma das etapas em que se desdobra o processo de avaliação dos membros da equipe escolar (Avaliação 360), além de participar diretamente da aferição do desempenho do diretor das escolas sob sua responsabilidade e da calibragem das competências profissionais dos ocupantes dos cargos de professor-coordenador geral e vice-diretor. Para que o façam de maneira satisfatória, os supervisores, além de acompanhar regularmente os indicadores de resultado dos programas de ação da escola e o preenchimento de outras ferramentas de gestão inerentes ao programa, devem conhecer com profundidade as dificuldades, desafios e vicissitudes experimentadas pelas comunidades escolares, de sorte a desincumbir-se de suas responsabilidades com



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	534
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

discernimento e fundamentação. A Avaliação 360 assoma como um dos instrumentos essenciais à sustentabilidade do programa, porquanto, além de contribuir para o desenvolvimento permanente das competências profissionais dos agentes avaliados, fundamenta a cessação da designação daqueles cujo desempenho não corresponder às expectativas sobre eles depositadas, à luz dos critérios que sustentam a proposta pedagógica da educação integral. Destarte, é fundamental que os supervisores não negligenciem sua participação na Avaliação 360, sob pena de, por um lado, comprometer o desenvolvimento dos programas de ação das unidades PEI e, por outro, cancelar interrupções de designação que não estejam estritamente lastreadas na apuração das competências dos profissionais avaliados. Por essas razões, este tipo de avaliação - ausente não apenas das escolas de período parcial, como também das ETI - exige que os supervisores efetuem visitas frequentes às escolas do PEI, ainda que o resultado destas no SARESP seja sensivelmente superior ao alcançado pelas demais unidades vinculadas à mesma Diretoria de Ensino.

5.4. Eventos de formação e aperfeiçoamento profissional

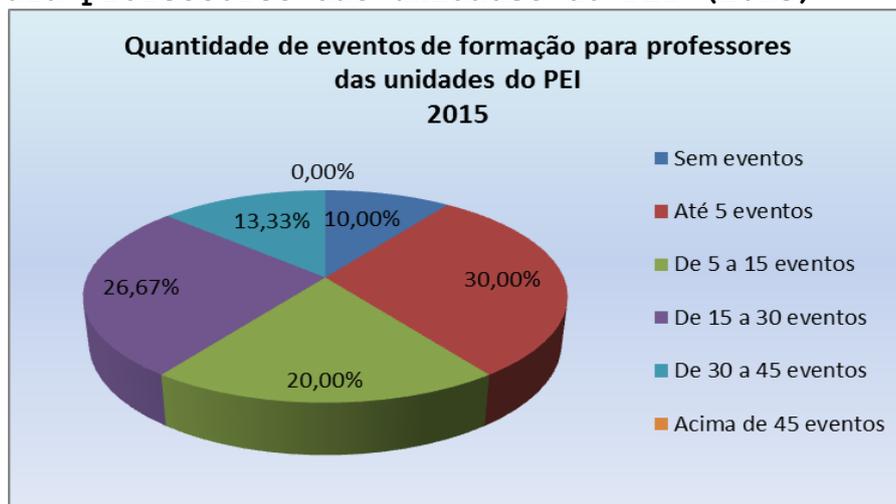
Com relação aos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pelas Diretorias de Ensino abordadas por esta fiscalização, observamos que o número de eventos dirigidos especificamente aos membros das equipes escolares dos estabelecimentos PEI foi, em 2015, muitas vezes superior aos reservados a docentes e gestores que atuam nas escolas do Projeto ETI³³. De acordo com os gráficos abaixo, enquanto aproximadamente 40% das DE ofereceram 15 ou mais oportunidades de aperfeiçoamento profissional aos professores designados para o PEI, metade delas não desenvolveu qualquer evento dessa natureza para os que lecionam no projeto ETI.

³³ Referimo-nos, neste caso, apenas aos eventos dirigidos específica e exclusivamente aos professores, coordenadores pedagógicos, diretores e vice-diretores de ambos os modelos de educação em tempo integral da rede pública estadual. Isto é: os cursos, orientações técnicas e outras ações formativas, planejadas e executadas pelas Diretorias de Ensino, que abordaram dimensões e vicissitudes inerentes às propostas pedagógicas das redes PEI e ETI. Além destas, as DE abordadas por esta fiscalização ofereceram diversas outras oportunidades de capacitação profissional, cujo público-alvo não se restringiu aos profissionais de nenhum modelo de ensino específico, reunindo docentes e gestores que atuam tanto em escolas convencionais como em unidades de período integral.



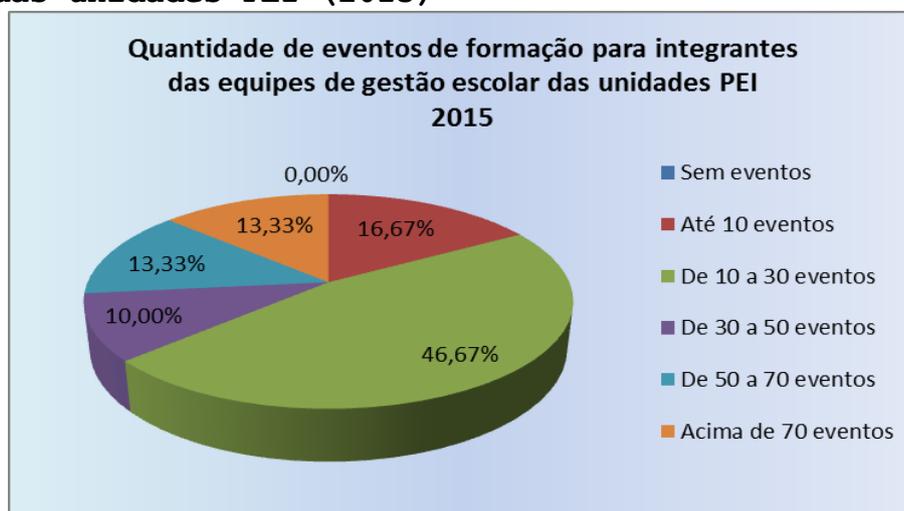
O contraste é ainda mais acentuado entre os destinados aos integrantes das equipes de gestão escolar de ambos os modelos. Assim como no caso anterior, uma em cada duas Diretores não proporcionaram aos coordenadores pedagógicos, diretores e vices de suas unidades ETI qualquer curso ou orientação técnica pertinente às particularidades do exercício do magistério neste tipo de instituição. Por outro lado, em pouco menos de 85% das DE selecionadas, a quantidade de eventos franqueados aos integrantes das equipes das PEI foi igual ou superior a dez. Em 26% delas, maior de cinquenta.

Gráfico 35: Quantidade de eventos de formação para professores das unidades do PEI (2015)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-B

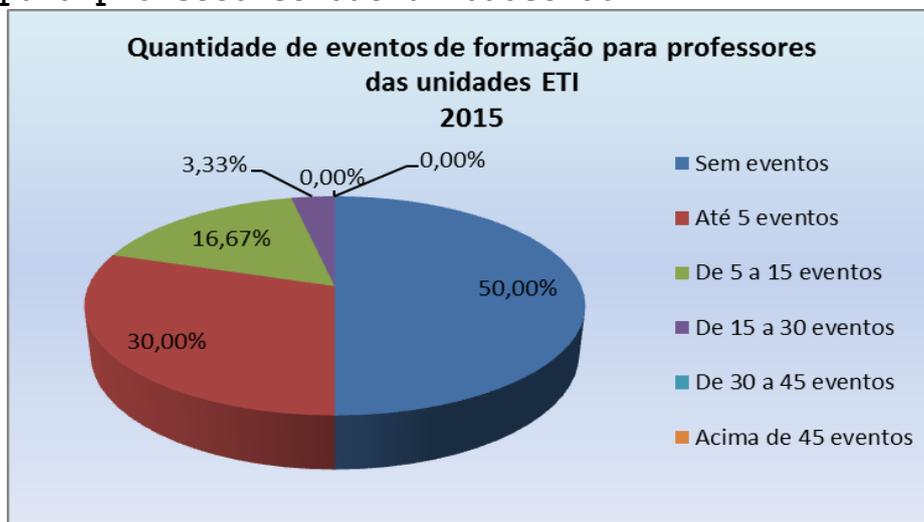
Gráfico 36: Quantidade de eventos de formação para integrantes das equipes de gestão escolar das unidades PEI (2015)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-B

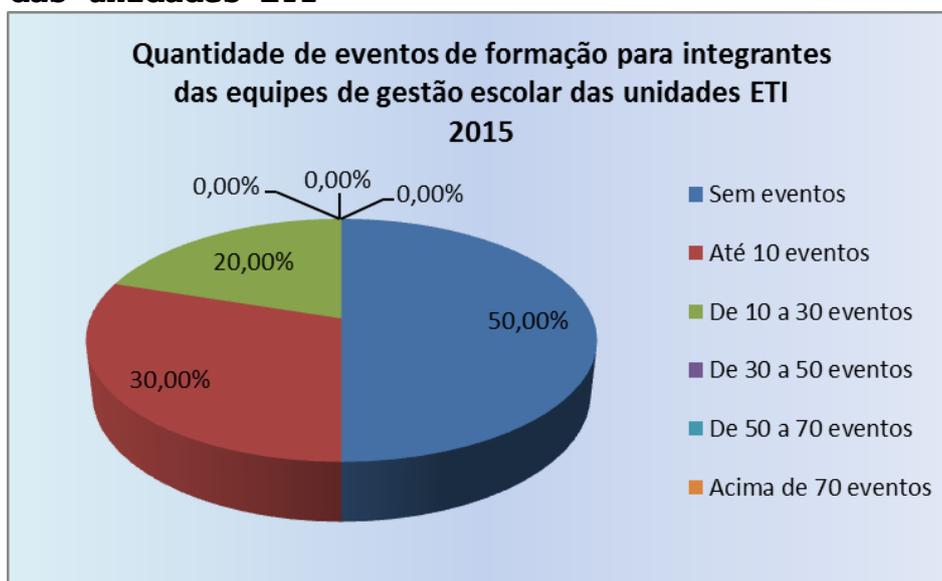


Gráfico 37: Quantidade de eventos de formação para professores das unidades do ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-B

Gráfico 38: Quantidade de eventos de formação para integrantes das equipes de gestão escolar das unidades ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-B

Como se vê, considerando-se exclusivamente os eventos voltados às especificidades dos modelos de educação em período integral existentes na rede pública estadual, aos docentes e gestores escolares das PEI foram proporcionadas maiores oportunidades de capacitação profissional. Em que pese o fato de, em 2015, 75 unidades do PEI tenham iniciado seu funcionamento, enquanto apenas oito do ETI o fizeram,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	537
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

convém ressaltar, (ver capítulo 08 deste relatório), que as taxas de rotatividade de docentes deste segundo modelo são significativamente mais elevadas do que do outro, inclusive entre os professores responsáveis pelas oficinas pedagógicas. Ou seja, ainda que as unidades já operem há anos, parte expressiva dos professores que nela lecionaram em 2015 jamais haviam atuado neste tipo de instituição de ensino.

A necessidade de orientação técnica específica assoma, à primeira vista, especialmente relevante para o desenvolvimento das disciplinas da parte diversificada do currículo, já que tanto o conteúdo quanto as dinâmicas de ensino-aprendizagem não coincidem - ou, considerando a pertinência da diversificação das situações de aprendizagem, sobretudo para alunos expostos a jornadas mais extensas de aula, não deveriam coincidir - estritamente com os que são amiúde adotados nas aulas voltadas ao currículo da base nacional comum. Entretanto, mesmo a atuação dos que se dedicarão exclusivamente ao desenvolvimento deste último segmento curricular não corresponde integralmente à dos professores que lecionam em unidades de período parcial. Orientações acerca das especificidades do modelo de educação integral do Projeto ETI, por essa razão, parecem-nos especialmente relevantes, já que, na sua ausência, ampliam-se as possibilidades de autonomização recíproca entre as disciplinas da base curricular nacional e as da parte diversificada, atuando os professores de uma de maneira completamente alheia às dinâmicas que os da outra desenvolvem.

Evidentemente, a realização deste tipo de integração é, de alguma maneira, exercido pelos docentes veteranos dessas instituições, ainda que de forma não planejada e incidental, o que, entretanto, não dispensa a participação do Núcleo Pedagógico da respectiva Diretoria de Ensino, mediante a promoção de eventos de formação específicos. Além disso, mesmo que outras unidades ETI não fossem introduzidas, e que as comunidades escolares permanecessem inalteradas, o próprio desenvolvimento perfunctório das existentes, a par das iniciativas e experiências pedagógicas produzidas pelos educadores que nelas atuam, ensejam a constituição de conhecimento institucional: matéria-prima para o planejamento de novos eventos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, destinados a mitigar as deficiências identificadas e a replicar as experiências bem-sucedidas. Por essa razão, s.m.j., não



há justificativas evidentes para que os profissionais de um dos modelos de educação integral sejam alvo de diversos eventos, enquanto aos do outro não é oferecido nenhum.

As desproporções acima indicadas podem ser ilustradas pela Diretoria de Ensino de Santo André, que, em 2015, ministrou aos integrantes das equipes escolares de suas seis unidades do PEI 65 eventos de formação e aperfeiçoamento profissional, enquanto aos dos dezessete estabelecimentos ETI a ela vinculados não foram franqueadas senão três oportunidades.

6. Impactos das PEI nas escolas de tempo parcial localizadas em suas proximidades

Como já mencionado anteriormente, a possibilidade de atuação em uma unidade do Programa Educação Integral é condicionada ao atendimento de uma série de exigências, como tempo mínimo de experiência no magistério público estadual, licenciatura plena e vínculo empregatício estável na rede pública de ensino, conforme estabelece a Lei Complementar nº 1.164/12, alterada pela LC 1.191/12:

Artigo 9º - Poderão participar dos processos de seleção para atuar nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral os servidores que atendam às seguintes condições:

I - com relação à situação funcional:

a) sejam titulares de cargo de Diretor de Escola ou se encontrem designados nesta situação; ou

b) sejam titulares de cargo ou ocupantes de função-atividade de Professor de Educação Básica II, inclusive os que se encontrem em situação de readaptação, neste caso apenas para exercício de atividades específicas, a serem definidas em regulamento;

II - estejam em efetivo exercício do seu cargo ou função-atividade ou da designação em que se encontrem;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

539

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

III - possuam experiência mínima de 3 (três) anos de exercício no magistério público estadual;

IV - estejam abrangidos pelo disposto no § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, e tenham sido aprovados em Processo Seletivo Simplificado, no caso dos ocupantes de função-atividade e dos estáveis nos termos da Constituição Federal de 1988 e nos termos da Consolidação das Leis de do Trabalho - CLT;

V - venham a aderir voluntariamente ao Regime de Dedicção Plena e Integral - RDPI em uma das Escolas;

Parágrafo único - Nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral não será permitida a contratação de professor temporário, prevista na Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009.

Evidentemente, nem todos os integrantes do corpo docente das escolas assimiladas pelo programa reuniam todos esses requisitos, sobretudo em razão da presença expressiva de professores temporários na rede pública - nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, profissionais sem vínculo empregatício estável respondem por aproximadamente um quarto dos professores em atividades no Estado (TECSP, 2014). Além disso, mesmo entre os habilitados a ingressar no programa, nem todos se dispõem a fazê-lo, tendo em vista que muitos atuam em outras redes de ensino - municipal e particular - e a assunção de um posto em uma das unidades PEI importaria, em razão do regime de dedicação exclusiva exigido pelo programa, na renúncia, praticamente incontornável, a esses outros cargos.

Alguns professores da própria escola inicialmente selecionados podem, ainda, não permanecer muito tempo em atividade no programa, seja porque optaram pelo retorno às escolas regulares em razão de sua inadaptação às injunções pedagógicas e/ou organizacionais do modelo, seja porque os resultados da Avaliação 360 ou a quantidade de ausências ao trabalho tenham precipitado seu desligamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	540
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Diversas pesquisas apontam que nos dois ou três primeiros anos de experiência profissional, os professores apresentam um nível de desempenho muito inferior ao que conquistarão ao longo dos anos seguintes de exercício no magistério³⁴. Ravitch (2011) menciona alguns desses estudos, realizados por pesquisadores americanos: "Eles [pesquisadores norte-americanos] citaram estudos demonstrando que os professores em seu primeiro ano de ensino, e até certo ponto em seu segundo ano também, 'desempenham-se significativamente pior na sala de aula' do que professores mais experientes" (p. 201). Nesse mesmo sentido, "Goldhaber também concluiu que a consistência da performance e produtividade no trabalho se tornava maior conforme os professores se tornavam mais experientes" (p. 210). E, por fim:

Thomas J. Kane, Jonah E. Rockoff, e Douglas O. Staiger estudaram diferentes recortes de professores da cidade de Nova York (certificados, não certificados, TFA e Teaching Fellows) e concluíram que a certificação não faz uma diferença nos escores de testes dos estudantes, mas a experiência sim, especialmente para os novos professores. Eles escreveram que os professores da cidade de Nova York "não são diferentes de outros professores do país. Os professores realizam grandes progressos nos seus primeiros três anos, com pouca melhoria relacionada à experiência depois disso".

A maior parte dos estudos concluiu que os professores novos são menos efetivos do que os professores experientes e que os primeiros dois

³⁴ Efetivamente, algumas competências profissionais não podem ser adquiridas senão através da prática, das vivências cotidianas de sala de aula, do contato diário com a muitas vezes desconcertante diversidade das turmas. Como afirma Perrenoud (2000), "sabe-se, por exemplo, que os professores experientes desenvolveram uma competência valiosa, como a de perceber simultaneamente os múltiplos processos que se desenrolam em sua turma (Carbonneau e Héту, 1996; Durand, 1996). O professor especialista 'tem olhos nas costas', é capaz de aprender o essencial do que se passa em várias cenas paralelas, sem ficar 'siderado' ou estressado com nenhuma" (p. 16). Esse tipo de habilidade, conquanto fundamental para a condução das atividades de ensino-aprendizagem, dificilmente pode ser desenvolvido por cursos de formação de professores, ainda que fundamentalmente orientados para a prática docente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	541
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

anos de ensino são os menos bem-sucedidos. (p. 214)

Ademais, verifica-se um alto índice de defecção de professores ao longo de seus primeiros anos de experiência no magistério, em razão de diversos motivos, inclusive a falta de aptidão para o desempenho qualificado das atribuições docentes:

Até certo ponto, a profissão de professor é autosseletiva. Entre 40% e 50% dos novos professores não sobrevivem aos primeiros cinco anos. Talvez eles não pudessem administrar as turmas; talvez eles estivessem desapontados pelas condições de trabalho; talvez a pedagogia não fosse para eles; talvez eles tenham sentido que não eram bem-sucedidos; ou talvez eles decidissem entrar em outra profissão. Por algum motivo, o trabalho é tão exigente que quase metade dos que começam a ensinar abandonam a profissão nos primeiros estágios de suas carreiras. (p. 200)

Por essas razões, as escolas regulares que têm um ou mais de seus docentes designados para atuar em unidades PEI podem ser privadas justamente de seus profissionais mais efetivos, não apenas pela experiência acumulada no magistério público, mas também pelas demais características objetivas e subjetivas que os interessados devem satisfazer para ingressar no programa. A disponibilidade para o atendimento aos alunos segundo suas necessidades de aprendizagem específicas, o estímulo constante a seu desenvolvimento acadêmico, a interdisciplinaridade, etc. não são características desejáveis apenas para os professores que atuam nas PEI, tendo em vista as especificidades de sua proposta pedagógica e de gestão; são qualidades que concorrem para a qualificação da atuação de qualquer professor e, portanto, pertinentes inclusive aos que atuam apenas nas escolas regulares. Ou seja: ao menos parte das qualidades que conformam o perfil profissional exigido para o ingresso nas PEI não diz respeito às configurações do modelo, mas se referem às competências fundamentais para o exercício do magistério de maneira



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	542
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

geral, independentemente da extensão da jornada escolar³⁵.

Ademais, a muitas dessas escolas se dirigiram os alunos que optaram por não permanecer na unidade em que estudavam a partir de sua absorção pelo Programa Educação Integral, assim como os que, por não se adaptarem ao ritmo e às exigências do modelo, decidiram abandoná-lo. Acrescem-se, ainda, os que, embora desejando permanecer, não puderam fazê-lo em virtude da necessidade de ingressar no mercado de trabalho para contribuir com o sustento material de seu lar³⁶. Ora, é possível que todos esses grupos reúnam algumas das principais características normalmente associadas ao desempenho educacional insatisfatório. A decisão do primeiro grupo de não ingressar em uma unidade do programa, e a do segundo, de nela não permanecer até a conclusão da respectiva etapa do ensino básico, pode exprimir escassa motivação e reduzida

³⁵ Perrenoud (2000) propõe uma série de competências fundamentais ao exercício do magistério, a partir das transformações a que a profissão docente tem sido submetida nas últimas décadas. Dentre elas, considerando os elementos que estruturam as propostas pedagógica e organizacional do PEI, podemos mencionar: trabalhar a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem; envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento; abrir, ampliar a gestão de classe para um espaço mais vasto; oferecer atividades opcionais de formação; favorecer a definição de um projeto pessoal do aluno; instituir e fazer funcionar um conselho de alunos (conselho de classe ou de escola) e negociar com eles diversos tipos de regras e de contratos; elaborar, negociar um projeto de instituição; organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos, etc. Evidentemente, nada obsta que professores que não lecionam em escolas de tempo integral orientem seu desenvolvimento profissional a partir destes referenciais.

³⁶ Conforme indica Carnoy *et. al* (2007), "O impacto da origem socioeconômica média de cada turma é grande e estatisticamente significativo no desempenho individual de cada aluno na Argentina, no Brasil e no Chile; o quanto o aluno trabalha fora de casa afeta negativamente seu desempenho na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México;" (p. 103) Este comentário ressalta que, ao perder um aluno para o mercado de trabalho, a PEI transfere para outra escola da rede um estudante cujo desempenho acadêmico deverá, pelo simples fato de trabalhar - além das influências do efeito-par no novo ambiente escolar -, declinar sensivelmente. Esta é, pelo menos, a perspectiva sugerida pelos estudos dos fatores externos que influenciam o nível de aprendizagem dos alunos. Ou seja, o patamar de desempenho agregado da PEI é preservado, ao passo que a uma das escolas de tempo parcial da rede - que não contam com nenhum dos benefícios assegurados pelo Programa Educação Integral - é incumbida a tarefa de educar mais um aluno que enfeixa em si algumas das condições mais desfavoráveis ao êxito acadêmico (baixa renda e exercício regular de atividades profissionais).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	543
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

expectativa em relação aos benefícios proporcionados pela educação escolar. Com relação aos do terceiro grupo, são compelidos a trabalhar, nessa faixa etária, os alunos situados nas faixas de renda mais baixas, tendo em vista que os rendimentos auferidos pelo(s) adulto(s) do grupo familiar são insuficientes para o custeio das necessidades básicas de todos os seus membros. Destarte, os estudantes recebidos pelas escolas de tempo parcial, oriundos de unidades PEI, podem apresentar características - reduzida motivação, baixa renda, acúmulo da jornada escolar com a de trabalho - que desafiam os esforços das comunidades escolares no sentido da promoção do aprendizado de todos os seus estudantes.

Estas possibilidades são corroboradas pelos apontamentos de diversas pesquisas, que revelam a tendência de que tanto os alunos mais motivados, quanto os professores mais preparados confluem para as escolas que reúnem elevadas quantidades de insumos pedagógicos e dispõem das melhores instalações físicas. Nesse sentido, Carnoy (2007) afirma que "...os estudantes de famílias com mais recursos acadêmicos decidem, em geral, frequentar escolas que também tem mais recursos acadêmicos. Geralmente, os 'melhores' professores terminam trabalhando em escolas com estudantes que apresentam melhor desempenho" (p. 78), e acrescenta, adiante, que "...pais mais motivados colocam seus filhos em escolas com mais recursos" (p. 104)

Tais comentários sugerem, ainda, a possibilidade de que as escolas localizadas na mesma região das unidades do PEI - além de, eventualmente, perderem alguns de seus professores mais proficientes e acolherem os alunos que, por desmotivação ou injunções econômicas, abandonam ou sequer ingressam nas escolas de tempo integral -, percam parte de seus estudantes mais empenhados justamente para essas unidades. A tendência à homogeneização das características dos alunos reunidos em uma mesma turma ou escola suscita o chamado efeito dos pares, de acordo com o qual os estudantes cujos atributos e disposições diferem significativamente dos da grande maioria dos alunos matriculados na mesma escola/turma tendem a apresentar desempenho acadêmico equivalente ao dos demais. Assim, discentes inicialmente predispostos a atingir níveis elevados de proficiência deixarão de fazê-lo se inseridos em turmas cujos integrantes enfrentam maiores dificuldades de desenvolvimento cognitivo. Da mesma forma, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

544

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

dificuldades de aprendizagem podem ser mais facilmente superadas quando os estudantes que as apresentam participam de turmas de alunos altamente motivados. O efeito dos pares trata-se de uma inclinação amplamente conhecida e documentada pelos estudos em eficácia escolar, desde o pioneiro estudo conduzido por Coleman (2008), segundo o qual:

se um aluno branco, de família que valoriza profundamente a educação, é colocado em uma escola em que a maioria dos alunos não vem de tais famílias, seu desempenho será muito pouco diferente daquele que ele teria se estivesse frequentando uma escola com alunos como ele. Mas se um aluno de minoria, proveniente de uma família sem muita tradição educacional, é colocado com colegas com um forte background educacional, seu desempenho irá provavelmente melhorar. (p. 31)

Mais recentemente, Carnoy *et al.* (2007), em estudo centrado em sistemas de ensino latino-americanos, ressalta a influência do efeito dos pares no desenvolvimento acadêmico dos estudantes, sugerindo que seus impactos podem suplantar os de outras condições normalmente consideradas, pelas pesquisas em eficácia escolar, como de maior relevo para explicar as diferenças de desempenho em testes externos padronizados:

Esses fatores externos abrangem os recursos comunitários e o sistema de apoio público para as crianças. Eles podem ser tão ou mais importantes que as características dos pais ou os recursos escolares, afetando o grau de motivação dos jovens para se sair bem academicamente. Esses fatores associados ao 'contexto social' foram caracterizados como 'efeitos entre os pares' ou a influência que o conjunto dos estudantes em uma escola tem sobre comportamentos individuais. (p. 79)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	545
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Ademais, acrescenta que:

Outras medidas, mais indiretas, dos impactos do capital social familiar são o grau de variação do NSE [nível socioeconômico] médio familiar através dos bairros e escolas e a concentração de estudantes com desempenho academicamente baixo e alto em escolas ou salas de aula específicas. Em geral, isso é chamado de 'efeito dos pares' (peer effect, no jargão em inglês), que tem elementos do capital social. Também pode ser o efeito das redes dos pais (ou da ausência dessas redes), quando pais altamente instruídos ou menos instruídos estão concentrados em diferentes escolas. (p. 86)

Por todas as razões acima mencionadas, é possível que a instalação de unidades do Programa Educação Integral produza impactos significativos nas escolas convencionais instaladas na mesma região daquelas, provocando a instabilidade de seu corpo docente e reduzindo os resultados da aprendizagem e do desempenho nas avaliações externas (SARESP e Prova Brasil), além de ampliar as assimetrias entre as unidades que compõem a rede pública estadual de ensino. A presente questão objetiva, portanto, apurar se as escolas do PEI, em razão de suas próprias qualidades, produzem externalidades que prejudiquem os esforços envidados pelas comunidades escolares de unidades que funcionam em período parcial.

6.1. Número de alunos por turma

Primeiramente, tendo em vista que as escolas para as quais se dirigiram dezenas de estudantes que não desejaram ou não puderam permanecer nas unidades onde estudavam, assim que absorvidas pelo Programa Educação Integral, não foram submetidas a obras de ampliação de suas instalações prediais, a presente questão de fiscalização buscou apurar se a média de alunos por sala de aula dessas instituições foi significativamente afetada pelo ingresso desse novo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	546
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

contingente de estudantes. É importante enfatizar que, segundo o Conselho Nacional de Educação, salas de aula de turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental não podem abrigar mais de 24 estudantes (Parecer CNE nº 08/10), sob pena de comprometimento da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem que nelas se desenvolvem. Já para as duas etapas seguintes da Educação Básica, o limite recomendado é de 30 alunos. Os padrões preconizados pelas Conferências Nacionais de Educação (CONAE) de 2010 e 2014, embora coincidam em relação ao Ensino Médio, são ainda mais exigentes para o Ensino Fundamental, visto que não admitem mais de 20 discentes por turma nos anos iniciais e 25, nos finais. De acordo com ambas as entidades, portanto, a garantia da atenção individualizada a que fazem jus todos os alunos cuja aprendizagem se desenvolve em ritmos diferentes dos seguidos pelos demais, torna-se cada vez menos viável na medida em que mais estudantes são admitidos à mesma turma.

A esse respeito, TARDIF e LESSARD (2005, p. 131/32), a despeito das dificuldades em "tirar conclusões precisas do conjunto dos dados apresentados (...) sobre a carga de trabalho dos professores nos diversos países da OCDE", reconhecem que:

O tamanho das classes é uma questão importante em todos os países da OCDE. De maneira geral, as classes menos numerosas são privilegiadas pelos professores porque sua carga de trabalho torna-se menor e, sobretudo, eles podem dar mais atenção a cada aluno. Onde os pais podem escolher o estabelecimento, as classes menores constituem, geralmente, o fator que eles consideram.

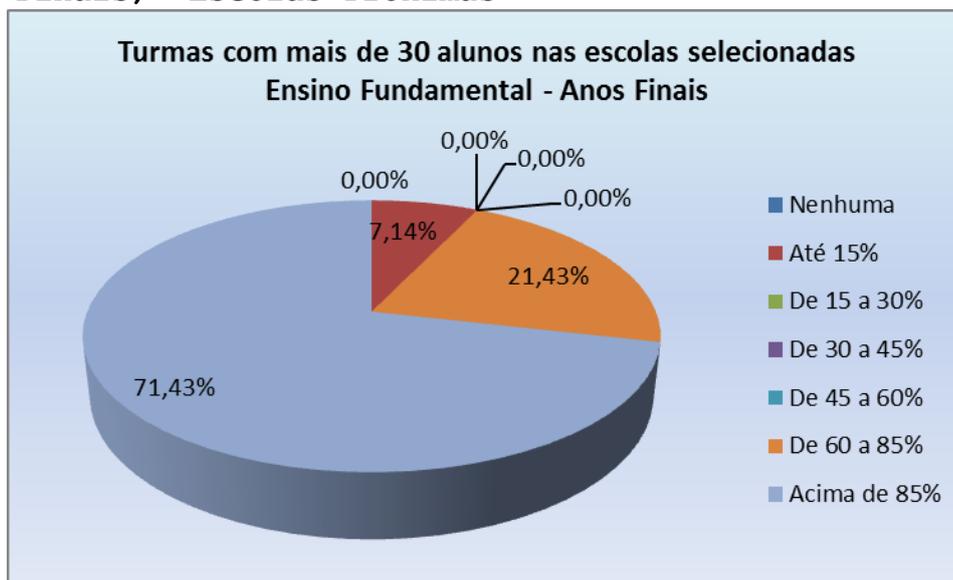
De acordo com as informações transmitidas pelas escolas selecionadas, no ano imediatamente anterior à instalação de uma das unidades do Programa Educação Integral em sua região, a média geral de alunos por turma nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio era de 29,50, 35,40 e 38,85, respectivamente (ver Quadro às fls. 628 do Apêndice). Como se vê, em qualquer dos casos, a quantidade de estudantes reunidos em uma mesma sala de



aula era, de maneira geral, significativamente superior aos padrões acima referidos.

A fim de conferir maior especificidade aos dados recolhidos, os gráficos seguintes representam a quantidade de turmas dos anos finais do Ensino Fundamental³⁷ com mais de trinta e mais de quarenta estudantes nas escolas de período parcial abrangidas por esta fiscalização. Como podemos observar, em 71,43% delas as salas frequentadas por um número de alunos superior ao limite estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação correspondiam a mais 85% das turmas instituídas. Já as que reuniam quarenta ou mais estudantes representavam pelo menos 30% do total em 28,57% das escolas selecionadas:

Gráfico 39: Turmas com mais de 30 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Fundamental - Anos Finais) - Escolas Próximas

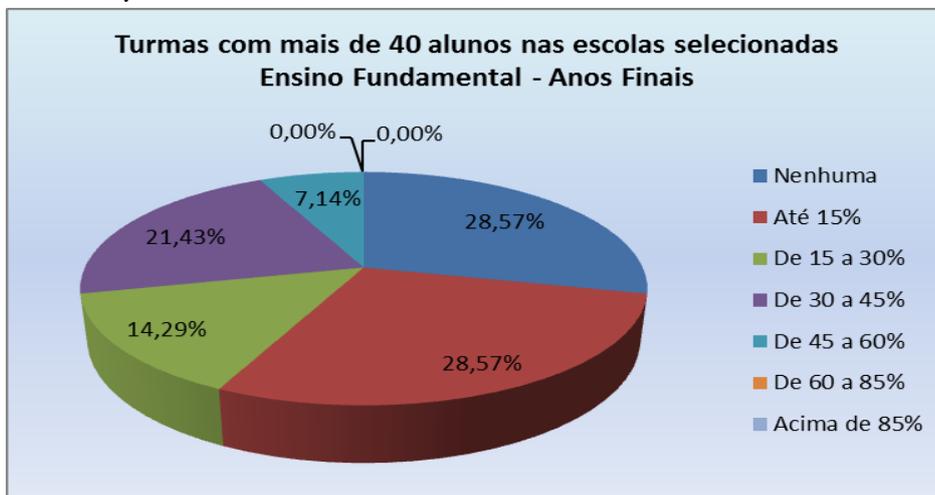


Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-C

³⁷ Não elaboramos gráficos para os anos iniciais, pois as escolas selecionadas mantinham apenas quatro turmas nesse segmento do ensino.



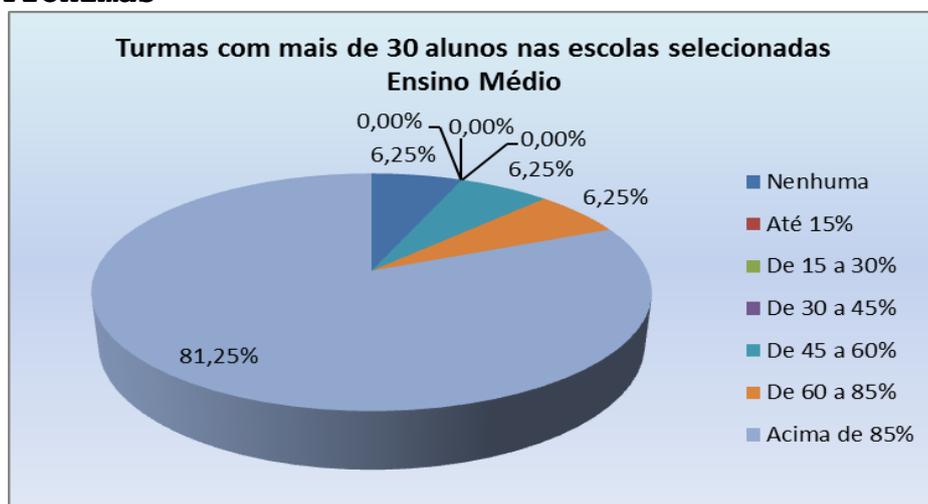
Gráfico 40: Turmas com mais de 40 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Fundamental - Anos Finais) - Escolas Próximas



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-C

Já para o Ensino Médio os gráficos destacam, ainda, o percentual de turmas com mais de 50 integrantes. Nesta etapa, uma fração pouco expressiva de salas de aula era constituída por menos de trinta alunos. Ademais, em metade das unidades em apreço o percentual de salas que reuniam mais de quarenta discentes correspondia a 45% do total. E, finalmente, de 15 a 30% das turmas de uma a cada quatro escolas abrigava pelo menos 51 matriculados.

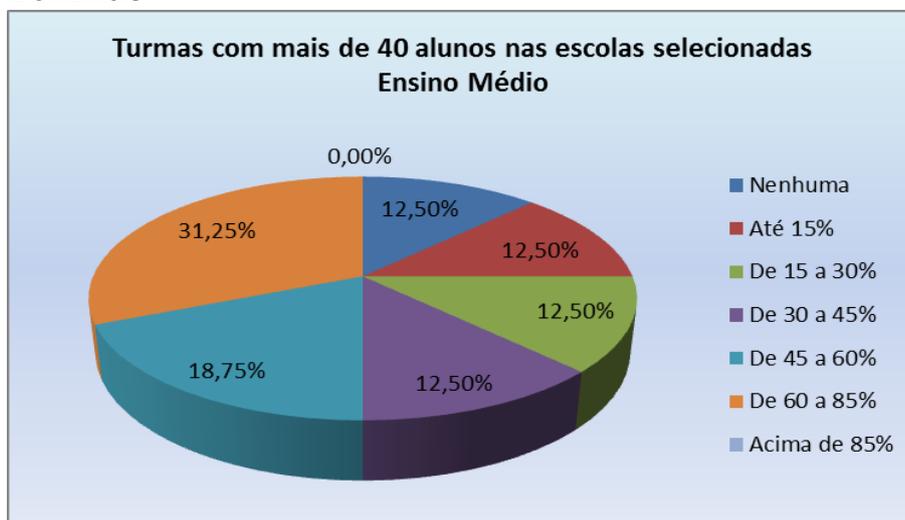
Gráfico 41: Turmas com mais de 30 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Médio)- Escolas Próximas



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-C

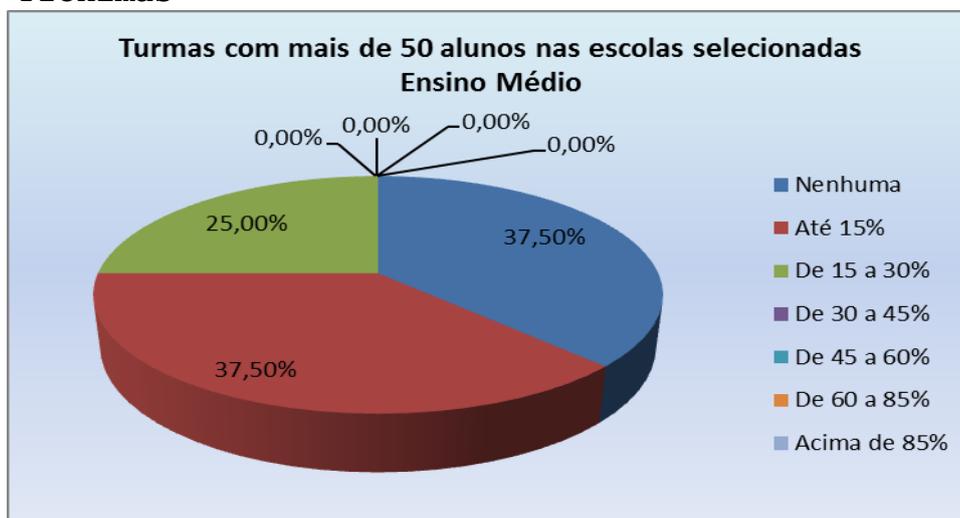


Gráfico 42: Turmas com mais de 40 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Médio) - Escolas Próximas



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-C

Gráfico 43: Turmas com mais de 50 alunos nas escolas selecionadas (Ensino Médio)- Escolas Próximas



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-C

Se a quantidade de alunos por turma nessas escolas já não se submetiam às recomendações do CNE e das CONAE, no ano imediatamente seguinte à instalação das unidades PEI em suas imediações a superlotação de suas aulas de aula tornou-se ainda mais pronunciada. De maneira geral, nas duas etapas do Ensino Fundamental e no Médio, as turmas passaram a abrigar, em média, 37,06, 37,59 e 40,72, o que corresponde a acréscimos de 25,63%, 6,19% e 4,81%, respectivamente.

Como se vê, a maior elevação ocorreu nos anos iniciais, para os quais foram instituídas 14 novas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

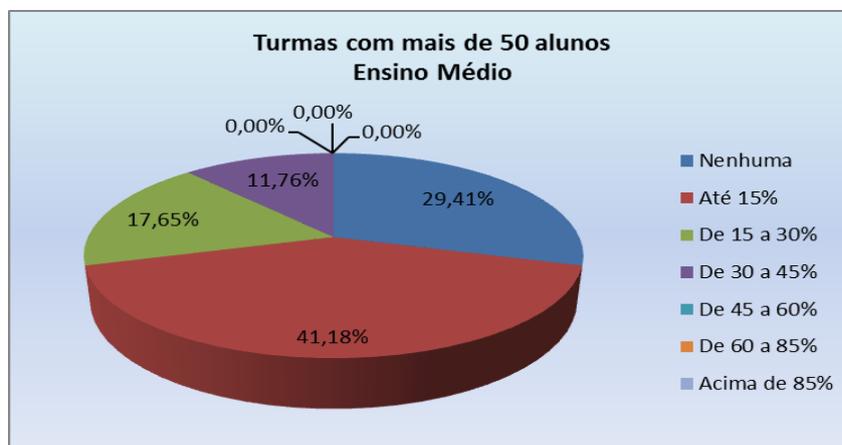
DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	550
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

turmas, distribuídas em apenas três estabelecimentos: Anhanguera, Doutor João Pedro Cardoso e João Batista Leme³⁸. Enquanto nas duas únicas salas do primeiro a quantidade de alunos matriculados não excedeu ao limite estabelecido no Parecer CNE/CEB nº 08/10, nas dos dois outros, nenhuma abrigava menos de 30 estudantes, o que excede inclusive o limite recomendado para o Ensino Médio. Em duas turmas, tanto da João Pedro Cardoso quanto da João Batista Leme, foram reunidos, no ano imediatamente posterior ao início do funcionamento das unidades PEI que lhes são próximas, mais de 40 discentes.

Nas duas outras etapas da Educação Básica, os acréscimos foram muito menos expressivos. Ainda assim, vale enfatizar, incidiram sobre realidades já deveras distantes das condições consideradas ideais tanto pelo CNE como pelas CONAE. Ademais, no Ensino Médio, o número de turmas cujos corpos discentes contavam com mais de cinquenta integrantes elevou-se 32%, passando de 25 para 33 classes (ver Quadro às fls. 629 do Apêndice). Em duas escolas, Dr. João Pedro Cardoso e Fioravante Zampol (11,76% da amostragem considerada), mais de 30% de suas turmas neste segmento do ensino reuniram, ao menos durante parte do ano letivo de 2012, no primeiro caso, e 2013, no outro, mais de cinquenta estudantes.

Gráfico 44: Turmas com mais de 50 alunos matriculados no ano seguinte à instalação de, pelo menos, uma unidade PEI na região - Escolas Próximas



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-C

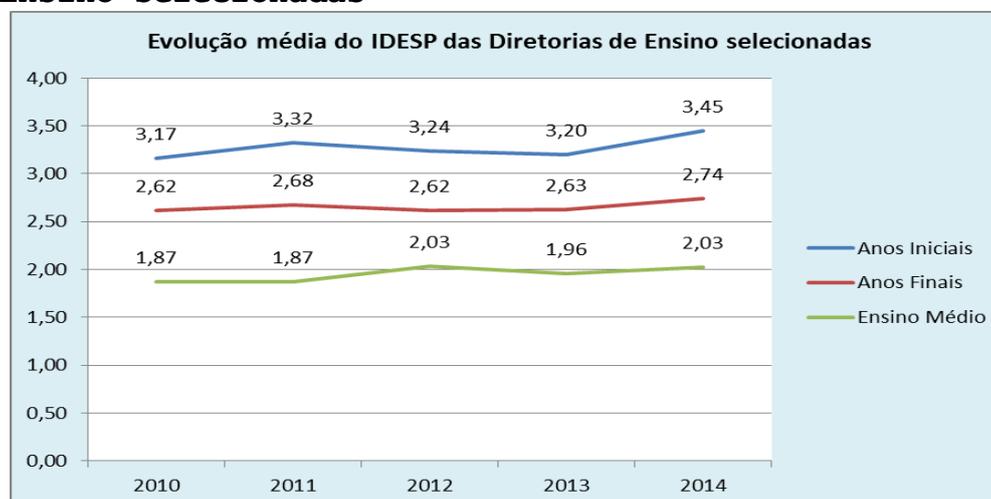
³⁸ Em nenhum deles havia, até então, turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.



6.2. Desempenho no SARESP

O gráfico seguinte revela a evolução do IDESP consolidado das Diretorias de Ensino às quais se vinculam as unidades de ensino abordadas neste trabalho - tanto das que integram o PEI e o projeto ETI, quanto daquelas cujos turnos diários de aula são inferiores a sete horas. Os índices abaixo foram obtidos mediante o cálculo da média do IDESP de cada uma dessas Diretorias.

Gráfico 45: Evolução média do IDESP das Diretorias de Ensino selecionadas



Fonte: Boletim das escolas no IDESP (disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2012.asp?ano=2012)

No Ensino Médio, segmento que, comparativamente às duas outras etapas da Educação Básica - especialmente aos anos iniciais - registra as taxas menos expressivas de evolução nos resultados das avaliações externas, após um crescimento de aproximadamente 8,5% entre 2010 e 2012, o índice geral não voltou a crescer nos dois anos seguintes, alcançando em 2014 o mesmo resultado obtido em 2012: 2,03. Se, entretanto, considerarmos somente as escolas para as quais se dirigiram os alunos que preferiram ou não puderam permanecer nas PEI, verificamos que, entre o ano imediatamente anterior ao advento do programa (2012 para dezesseis das unidades selecionadas, e 2011, para as demais) e o ano de 2014 (último para o qual dispomos dos resultados do SARESP), o IDESP de quatorze (70%) delas **declinou**. Em três casos, o índice de 2014 foi inferior em mais de 30% ao registrado dois anos antes: escolas Maria Luiza de Guimarães Medeiros, Pastor Alberto Augusto e Professor Ulisses de Oliveira Valente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

552

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Quadro 26: Resultados do SARESP registrados por escolas convencionais localizadas nas imediações das unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2013

Escola	Quantidade de alunos recebidos	2012		2014		Evolução			
		EF	EM	EF	EM	2012 a 2014			
		IDESP	IDESP	IDESP	IDESP	EF		EM	
Arnolfo Azevedo	123	1,51	0,72	1,98	1,66	0,47	31,13%	0,94	130,56%
Cel. Silvestre de Lima	126	2,85	1,73	2,96	1,64	0,11	3,86%	-0,09	-5,20%
Dr. Raul Venturelli	256	3,13	2,58	3,15	2,4	0,02	0,64%	-0,18	-6,98%
Fioravante Zampol	135	2,04	1,47	1,8	1,28	-0,24	-11,76%	-0,19	-12,93%
Jamil A.Saad	414	2,63	2,53	2,96	2,5	0,33	12,55%	-0,03	-1,19%
Joao B. Leme	171	2,5	2,64	3,27	2,89	0,77	30,80%	0,25	9,47%
Maria Luiza de G Medeiros	290	*	1,54	*	0,99	*	*	-0,55	-35,71%
Oscália Góes Correa Santos	103	2,7	2,45	2,56	2,25	-0,14	-5,19%	-0,2	-8,16%
Pastor Alberto Augusto	101	2,04	1,25	1,99	0,77	-0,05	-2,45%	-0,48	-38,40%
Profa. Maria Ivone M. Rosa	183	2,68	2,04	2,5	1,92	-0,18	-6,72%	-0,12	-5,88%
Profa. Júlia C. Rodrigues	132	*	2,51	*	2,31	*	*	-0,2	-7,97%
Prof. Oswaldo dos S. Soares	101	2,31	2,3	3,01	2,2	0,7	30,30%	-0,1	-4,35%
Prof. Pio Telles Peixoto	183	2,1	1,71	2,64	1,59	0,54	25,71%	-0,12	-7,02%
Prof. Ulisses De Oliveira Valente	246	3,59	2,76	3,94	1,85	0,35	9,75%	-0,91	-32,97%
Roberto Garcia Losz	275	1,99	1,4	1,88	2,19	-0,11	-5,53%	0,79	56,43%
Tide Setubal	101	2,2	1,34	2,81	1,51	0,61	27,73%	0,17	12,69%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/15-A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.nº	553
Proc.	TCA-17.941/026/15

Quadro 27: Resultados do SARESP registrados por escolas convencionais localizadas nas imediações das unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2012

Escola	Qtd. de alunos receb.	2011		2014		Evolução			
		EF	EM	EF	EM	2011 a 2014			
		IDESP	IDESP	IDESP	IDESP	EF		EM	
Anhanguera	182	2,48	1,91	2,58	2,27	0,1	4,03%	0,36	18,85%
Dr. Antenor Soares Gandra	138	*	2,21	*	2,55	*	*	0,34	15,38%
Dr. João Pedro Cardoso	279	1,98	1,55	1,99	1,08	0,01	0,51%	-0,47	-30,32%
Prof. Sebastião de O. Gusmão	230	2,6	1,53	*	1,31	*	*	-0,22	-14,38%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/15-A

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, as escolas que, na edição de 2014 do SARESP, obtiveram um desempenho inferior ao alcançado dois anos antes representam aproximadamente um terço da amostragem, sugerindo que, neste segmento da Educação Básica, a instalação de instituições vinculadas ao PEI não repercutiu significativamente nas dinâmicas de funcionamento da maioria das escolas situadas em suas imediações.

Com relação às escolas de cujas equipes provieram os professores designados para atuar nas unidades do programa abordadas por esta fiscalização, as análises centraram-se nas que perderam, entre 2012 e 2014, pelo menos quatro docentes. Entre elas, as que alcançaram em 2014 índices de desempenho no Ensino Médio inferiores aos obtidos no ano imediatamente anterior ao início do funcionamento da respectiva PEI correspondem a 55% do total, conforme indicado nos dois próximos Quadros. A queda registrada nesse período foi especialmente acentuada nas unidades Ubaldo Costa Leite (41, 41%) e Dina Anita Costa (36,34%) - esta última, a que mais perdeu professores para um estabelecimento PEI (Capitão Narciso Bertolino).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	554
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Quadro 28: Resultados do SARESP registrados por escolas que perderam professores para unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2013

Escola	Profs. designados para o PEI	2012		2014		2012 a 2014			
		EF	EM	EF	EM	2012 a 2014			
		IDESP	IDESP	IDESP	IDESP	EF	EM		
Jardim das Camélias II	4	1,9	1,85	2,1	1,28	0,2	10,53%	-0,57	-30,81%
Joaquim Silvado	4	2,64	1,84	2,69	2,09	0,05	1,89%	0,25	13,59%
Ubaldo Costa Leite	4	2,13	1,98	1,78	1,16	-0,35	-16,43%	-0,82	-41,41%
Saturnino Leon Arroyo	4	2,7	2,29	2,74	2,46	0,04	1,48%	0,17	7,42%
Dr. Álvaro Guião	5	4,26	3,39	4,47	3,18	0,21	4,93%	-0,21	-6,19%
Joaquim Antonio Pereira	6	3,52	2,8	3,3	3,35	-0,22	-6,25%	0,55	19,64%
Prof. João Baptista do Amaral Vasconcellos	6	2,02	1,68	2,95	1,85	0,93	46,04%	0,17	10,12%
Dona Anita Costa	10	4,06	3,55	4,13	2,26	0,07	1,72%	-1,29	-36,34%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/15-A

Quadro 29: Resultados do SARESP registrados por escolas que perderam professores para unidades do PEI cujas operações iniciaram-se em 2012

Escola	Professores designados para o PEI	2011		2014		2011 a 2014			
		EF	EM	EF	EM	2011 a 2014			
		IDESP	IDESP	IDESP	IDESP	EF	EM		
Dr. Honorino Fabbri	4	3,67	3,02	3,02	2,37	-0,65	-17,71%	-0,65	-21,52%
Aurora Scodro Groff	4	3,29	2,32	3,47	3,54	0,18	5,47%	1,22	52,59%
Prof. Theodoro C. Cintra	6	*	1,76	*	1,74	*	*	-0,02	-1,14%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/15-A

Mais uma vez, na segunda etapa da Educação Básica, 70% das escolas relacionadas acima lograram, em 2014, IDESP superiores aos registrados dois anos antes. Uma delas, inclusive, cujo corpo docente perdeu seis de seus professores para a PEI Padre Arlindo Vieira, alcançou um crescimento deveras expressivo, elevando seu índice em mais de 45% em apenas duas edições do SARESP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	555
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Evidentemente, mesmo no Ensino Médio, não é possível associar inequivocamente o decréscimo do IDESP observado nos últimos anos aos impactos provocados pelas escolas do PEI nas unidades localizadas em suas imediações. É possível que muitos outros fatores, totalmente independentes, tenham concorrido de maneira decisiva para os decréscimos acima indicados. É possível inclusive que, ao menos em alguns casos, as oscilações reverberem um padrão comum a muitas outras escolas da rede, que, a despeito de qualquer evento extraordinário - e, mesmo, malgrado os esforços envidados pelas comunidades escolares - intercalam avanços e recuos, sem sustentar, a médio prazo, qualquer melhoria significativa no desempenho alcançado por seus alunos no sistema de avaliação externa da SEE. Nunca é supérfluo enfatizar a complexidade do metabolismo que rege o funcionamento de uma unidade escolar, condicionado por uma indefinível gama de processos sociais - que se desenvolvem em seu interior e além dele. Determinar, portanto, as causas precisas de qualquer resultado de aprendizagem encontra-se muito além das possibilidades e do escopo desta fiscalização. Entretanto, tendo em vista as observações tecidas nos capítulos anteriores, segundo as quais:

- ✓ Às unidades do PEI acorrem, predominantemente, alunos cujo compromisso com sua própria formação escolar é superior ao da maioria dos estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino;
- ✓ Grande parte dos que enfrentam dificuldades em corresponder às exigências acadêmicas do modelo não prossegue matriculada em suas unidades por muito tempo, não obstante as ferramentas de nivelamento da aprendizagem e de aprofundamento dos vínculos entre os estudantes e a comunidade escolar de que são parte, introduzidas pelo PEI. A estes se juntam, ainda, os alunos que, a partir sobretudo do segundo ano do Ensino Médio, são compelidos a abandoná-las para ingressar no mercado de trabalho, em razão da insuficiência dos rendimentos mensais auferidos pelos demais membros de seu grupo familiar. Ao fazê-lo, em razão das exigências impostas pelas atividades produtivas a que passam a se dedicar, grande parte deles é obrigada a transferir-se para o período noturno, que historicamente registra índices de desempenho nas avaliações externas significativamente inferiores aos dos demais períodos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	556
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

- ✓ Os estabelecimentos vinculados ao PEI são objeto de um acompanhamento mais assíduo e rigoroso, exercido pelas respectivas Diretorias de Ensino, que, além disso, franqueiam a seus profissionais maiores oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

Enfim, tendo em vista os fatores acima relacionados, s.m.j., das causas responsáveis pelas quedas no IDESP das instituições selecionadas - especialmente no Ensino Médio - não pode ser afastada, peremptoriamente, a desestabilização de suas comunidades escolares, provocada pela introdução de unidades do PEI em sua região. Vale ressaltar que a rede do programa possui um alcance bastante limitado até o momento: suas 257 unidades correspondem a 4,7% das instituições de ensino públicas do Estado, e os 44.047 discentes atendidos não representam senão 2,12% do total de matriculados³⁹. Entretanto, o PNE estabelece que, em dez anos, contados da data da promulgação da lei que o aprovou, 50% das escolas das redes públicas de ensino do país devem oferecer matrículas em período integral, atendendo a, pelo menos, 25% dos estudantes matriculados. Ou seja, o cumprimento desta diretriz exige uma drástica ampliação do número deste tipo de estabelecimento no Estado de São Paulo. A introdução de outras escolas do PEI, sem que as demais unidades sejam objeto de investimentos equivalentes (regime de dedicação exclusiva para professores e membros da equipe de gestão escolar, instalação de laboratórios e outros espaços de experimentação pedagógica, restrição do número de profissionais com vínculo de trabalho temporário etc.) poderá, s.m.j., agravar o quadro acima descrito - a menos que as novas unidades do PEI sejam instaladas, preponderantemente, nas regiões mais carentes do Estado (que justificam, pelas desvantagens educacionais a que a seus moradores estão submetidos, o empenho de maiores investimentos públicos aos equipamentos que os atendem).

³⁹ As PEI atendiam, até o final de 2015, 5.470 estudantes dos anos iniciais e 38.577, dos finais da Educação Básica. A quantidade de alunos matriculados nas demais instituições da rede, no mesmo período, excluídos os frequentadores do EJA, de atividades complementares, internos da Fundação CASA e de outras instituições prisionais, era de 2.072.043 (662.895 nos anos iniciais e 1.409.148 nos anos finais), conforme informação transmitida pela SEE (ver fls. 7728/30 do Anexo).



7. Utilização de recursos comunitários no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das instituições vinculadas ao PEI e ao Projeto ETI

Primeiramente, é importante notar que a promoção de experiências pedagógicas em locais distintos do próprio estabelecimento escolar é uma das estratégias por meio das quais o Plano Nacional de Educação pretende viabilizar a ampliação das matrículas e das unidades escolares de tempo integral:

Estratégia 6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

Além disso, um dos aspectos mais insistentemente enfatizado pelo texto-referência elaborado pelo MEC (MOLL *et. al.*, 2009), para o debate nacional sobre educação integral, é justamente a necessidade de integração, desde a proposta político-pedagógica, entre a escola e a comunidade onde ela se localiza, recorrendo a outros espaços e equipamentos públicos como recurso de aprofundamento e de diversificação das experiências de ensino-aprendizagem, de modo a estabelecer nexos substantivos entre os conteúdos curriculares e as realidades particulares vivenciadas pelos alunos e por outros agentes da comunidade. Os excertos abaixo nos permitem demonstrar essa perspectiva:

Em algumas dessas experiências, mais do que em outras, na perspectiva de ampliação de territórios escolares, percebe-se a potencialidade de extensão de atividades para além da instituição e fora do espaço escolar e, nesse caso, com a preocupação de favorecer as aprendizagens escolares de leitura, da escrita e produção de outros saberes. (p. 20)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

558

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

...para garantir a qualidade da educação básica é preciso considerar que a concretude do processo educativo compreende, fundamentalmente, a relação da aprendizagem das crianças e dos adolescentes com a sua vida e com sua comunidade. (p. 27)

Ao se enfrentar a distância que hoje caracteriza as relações entre escola e comunidade é que se pode ampliar a dimensão das experiências educadoras na vida dos estudantes, promovendo a qualificação da educação pública brasileira. Para isso, as diversas experiências comunitárias precisam estar articuladas aos principais desafios enfrentados por estudantes e professores." (p. 33)

...a instituição escolar é desafiada a reconhecer os saberes da comunidade, além daqueles trabalhados nos seus currículos, e com eles promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares quanto da vida social.

A relação escola e comunidade pode ser marcada pela experiência de diálogo, de trocas, de construção de saberes e pela possibilidade de, juntas, constituírem-se em uma comunidade de aprendizagem, de modo que a interação entre as pessoas que atuam na escola e as que vivem na comunidade pode auxiliar a superação de preconceitos, muitos deles calcados em estereótipos de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual, geração, dentre outros. (p. 33)

Historicamente, o projeto de Educação Integral está enraizado na instituição escolar, o que a pressupõe como espaço privilegiado da formação completa do aluno sem, no entanto, considerar-se como o único espaço dessa formação. Em outras palavras, a escola - por meio de planejamento, projetos integrados e também de seu projeto pedagógico - pode proporcionar experiências, fora de seu espaço formal, que estão vinculadas a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

559

Fl.nº _____
TCA-17.941/026/15
Proc. _____

esses seus projetos institucionais, elaborados pela comunidade escolar. Encontram-se, nesse caso, por exemplo, as visitas a museus, parques e idas a outros espaços socioculturais, sempre acompanhadas por profissionais que, intencionalmente, constroem essas possibilidades educativas em outros espaços educativos que se consolidam no projeto maior - o do espaço formal de aprendizagens. (p. 34)

Em relação ao currículo, para enfrentar o desafio de superar a fragmentação do conhecimento escolar, é preciso investir na articulação entre as atividades pedagógicas da sala de aula e as da vida na família, no bairro e na cidade, por meio do uso dos equipamentos públicos e das práticas universitárias. A atuação dos profissionais da educação não se deve limitar aos espaços tradicionais da escola e, nesse sentido, ganha relevância a valorização do trabalho e da cultura como princípios educativos. (p. 37)

E, finalmente:

Essa integração não passa apenas pela possibilidade de deslocamento das atividades de dentro da escola para fora da escola. Sair da escola não significa simplesmente aprender os conteúdos curriculares em outro lugar, com uma aparência mais atrativa e moderna - significa ir além e abrir possibilidades concretas para que os assuntos que interessam às crianças e aos jovens e aqueles assuntos que preocupam a comunidade sejam objeto do trabalho sistemático da escola.

Para isso, é importante que a escola reconheça os outros territórios do exercício da vida, do conhecer e do fazer. Assim, a Educação Integral, em questão, não se restringe à possibilidade de ampliação do tempo que a criança ou o jovem passa na escola, mas à possibilidade de integração com outras ações educativas, culturais e lúdicas presentes no território e vinculadas ao processo formativo. Dessa forma, busca garantir a eles o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	560
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

direito fundamental à circulação pela cidade, como condição de acesso às oportunidades, espaços e recursos existentes, como direito à ampliação contínua do repertório sociocultural e à expressão autônoma e crítica da sociedade e como possibilidade de projeto mais generoso de nação e de país. (p. 37)

Gadotti (2013), por sua vez, entende que o estreitamento das interações entre escola e comunidade não proporciona benefícios apenas à primeira, porquanto favorece o desenvolvimento local a partir da prospecção das potencialidades econômicas, culturais, políticas, etc. da comunidade:

A educação integral em tempo integral pode contribuir também com o desenvolvimento local já que ela busca descobrir e reconhecer todas as potencialidades das comunidades, integrando atividades sociais, culturais, econômicas, políticas e educativas. Para iniciar um processo de implantação do tempo integral nas escolas é necessário, antes de mais nada, mapear o potencial educativo da comunidade e integrá-lo à sala de aula, combinando urbanismo e educação, por meio de uma verdadeira "pedagogia do lugar", uma pedagogia da cidade, da cidade educadora e do "município que educa". (p. 39/40, grifos do autor)

Ravitch (2011) exalta, ainda, o papel da escola como polo a partir do qual os integrantes da comunidade se reúnem não apenas para discutir questões imediatamente relacionadas à elaboração e à implantação do projeto pedagógico da escola, mas também para debater outras questões sociais que afetam a qualidade de vida no bairro onde se localiza a unidade. Para a autora, o estreitamento dos vínculos entre os integrantes da comunidade escolar e, conseqüentemente, o adensamento do debate público estimulado por experiências compartilhadas em âmbito estritamente local, faz da *escola de bairro* um instrumento de aprofundamento das relações democráticas e de estímulo ao espírito público:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	561
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

A escola de bairro é o lugar onde os pais se encontram para compartilhar preocupações sobre seus filhos e o lugar onde eles aprendem a prática da democracia. Elas criam um senso de comunidade entre estranhos. Conforme nós perdemos as escolas públicas de bairro, nós perdemos a instituição local onde as pessoas se congregam e se mobilizam para resolver problemas locais, onde os indivíduos aprendem a erguer a voz, debater e engajar-se em negociações democráticas com seus vizinhos. Por mais de um século, elas foram um elemento essencial em nossas instituições democráticas. Nós a estamos abandonando.

...Os pais não devem receber o encargo de localizar uma escola adequada para seus filhos. Eles deveriam poder levar os seus filhos para a escola pública do bairro como algo óbvio e esperar que ela tenha bons professores e um sólido programa educacional (p. 247)

De maneira geral, embora comunidade seja um conceito esquivo, ao qual são atribuídos diversos sentidos distintos nas ciências sociais, o que subjaz às citações acima envolve uma dimensão territorial⁴⁰, que não se restringe ao espaço físico de uma instituição específica, tampouco se satisfaz com a permanência temporária e alheia às realidades sociais que caracterizam seu entorno. A comunidade que emerge dos excertos anteriores reveste caráter totalizador, abrangendo múltiplas dimensões da vida social, e não apenas as vinculadas às relações de ensino-aprendizagem entretidas no interior das escolas, entre docentes, alunos e, quando muito, seus pais e/ou responsáveis. Por essa razão, para que as propostas pedagógicas de ensino integral sejam fecundadas pela integração substantiva entre escola e comunidade, parece-nos conveniente que o público atendido seja composto majoritariamente por estudantes residentes nas imediações da escola.

⁴⁰ De acordo com SHORE (2003), "comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência" (p. 115)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	562
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

A observância desta diretriz está associada, ainda, ao atendimento de outro eixo que sustenta a proposta de educação integral defendida pelo MEC, quer seja: a integração das políticas educacionais com outras áreas da ação governamental, destinadas a suprir necessidades dos alunos e suas famílias, que, embora não possam ser satisfeitas pelas próprias escolas, incidem negativamente sobre o resultado da aprendizagem e do desenvolvimento acadêmico dos estudantes, se negligenciadas. Conforme sustenta MOLL (2009):

Considerando-se a complexidade e a urgência das demandas sociais que dialogam com os processos escolares, o desafio que está posto, na perspectiva da atenção integral e da Educação Integral, é o da articulação dos processos escolares com outras políticas sociais, outros profissionais e equipamentos públicos, na perspectiva de garantir o sucesso escolar. (p.13)

O contexto legal apresentado aponta, como desafio para a educação, a necessidade de promover articulações e convivências entre programas e serviços públicos, a fim de expandir sua ação educativa, o que demanda um compromisso ético com a inclusão social, por meio da gestão democrática e integrada. (p. 21)

A articulação entre Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte, dentre outras políticas públicas, poderá se constituir como uma importante intervenção para a proteção social, prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente, e, também, para melhoria do desempenho escolar e da permanência na escola, principalmente em territórios mais vulneráveis.

(...)

A Educação Integral, nesta proposta em construção, não replica o mesmo da prática escolar, mas amplia tempos, espaços e conteúdos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	563
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

buscando constituir uma educação cidadã, com contribuições de outras áreas sociais e organizações da sociedade civil. (p. 25)

E acrescenta, adiante, que:

A formulação de uma proposta de Educação Integral está implicada na oferta dos serviços públicos requeridos para atenção integral, conjugada à proteção social, o que pressupõe políticas integradas (intersectoriais, transversalizadas) que considerem, além da educação, outras demandas dos sujeitos, articuladas entre os campos da educação, do desenvolvimento social, da saúde, do esporte, da inclusão digital e da cultura. (p. 28)

O texto faz referência, ainda, à necessidade de superação da desarticulação predominante entre políticas públicas que, malgrado destinarem-se ao mesmo público-alvo, são planejadas e implantadas de forma totalmente independente entre si, ainda quando promovidas por órgãos que integram o mesmo ente da Federação, resultando em esforços redundantes e dispersos e, conseqüentemente, em desperdício dos já extremamente escassos recursos destinados às políticas sociais.

Para o debate acerca da Educação Integral, do ponto de vista das ações preconizadas pelo Ministério da Educação, a intersectorialidade impõe-se como necessidade e tarefa, que se devem ao reconhecimento da desarticulação institucional e da pulverização na oferta das políticas sociais, mas também ao passo seguinte desse reconhecimento, para articular os componentes materiais e ideais que qualifiquem essas políticas. Por isso, é preciso ressaltar a intersectorialidade como característica de uma nova geração de políticas públicas que orientam a formulação de uma proposta de Educação Integral." (p. 43)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	564
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Destarte, urge:

Promover essa aproximação entre as diversas arenas da vida cotidiana significa, por sua vez, articular diversos setores das políticas públicas, fazendo uso dos diversos equipamentos sociais. Neste sentido, o Projeto de Educação Integral, ora proposto, dá concretude ao princípio da transversalidade das políticas públicas, que deveria estar incorporado às concepções curriculares da Educação Básica. É necessário promover maior articulação entre as atividades desenvolvidas no campo da educação formal, pelos estabelecimentos de ensino e órgãos de gestão - e os demais setores - saúde, cultura, esporte, lazer, justiça, assistência social, entre outros. (p. 45)

Ora, considerando que o imperativo da articulação entre políticas públicas não diz respeito exclusivamente às que são implantadas pelo mesmo ente da Federação, e tendo em vista que ações de natureza assistencial são executas predominantemente pelas Administrações municipais, por força da atribuição de competências estabelecida na Constituição Federal (Título III), parece-nos que quanto mais disperso o local de residência dos estudantes atendidos pelas escolas de tempo integral, menores as possibilidades de que tais unidades se insiram em cadeias amplas e articuladas de serviços públicos, em âmbito local. Se parte substancial dos estudantes provierem de bairros distantes ou de outros municípios, a integração da escola com os equipamentos públicos localizados na região poderá não garantir o encaminhamento célere e eficaz dos estudantes que necessitem de outros tipos de atendimento, em razão da regionalização que orienta a organização da maior parte das políticas públicas. Destarte, a composição do corpo discente das PEI por estudantes que não residem nas proximidades da escola fragiliza a proposta de educação integral defendida pelo MEC, na medida em que restringe os sentidos que podem ser hauridos através da utilização de recursos comunitários no desenvolvimento da aprendizagem, e dificultam a articulação da escola com outras políticas



públicas, sobretudo daquelas sob responsabilidade das Administrações municipais.

7.1. Realização de atividades pedagógicas em espaços externos às escolas e participação de integrantes da comunidade em projetos desenvolvidos em suas próprias dependências

De acordo com as informações fornecidas pelas próprias unidades do PEI abordadas por esta fiscalização, seis delas (12,5%) não realizaram, durante o ano letivo de 2015, qualquer atividade de natureza pedagógica em equipamentos - públicos ou privados - ou outros espaços externos a suas próprias instalações prediais. A maior parte das escolas selecionadas, entretanto, promoveu de um a dez projetos cujo desenvolvimento não se cingiu às suas dependências físicas, conforme indicado no gráfico abaixo:

Gráfico 46: Atividades pedagógicas desenvolvidas em espaços externos à escola - PEI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Outras, porém, recorreram a este expediente pedagógico com frequência, como as unidades Professora Carolina Augusta Seraphim, Professor Celso Henrique Tozzi e Professor Joel Antônio de Lima Genésio, que efetuaram, respectivamente, 28, 29 e 30 ações em espaços externos. Evidentemente, o fato de ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

566

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

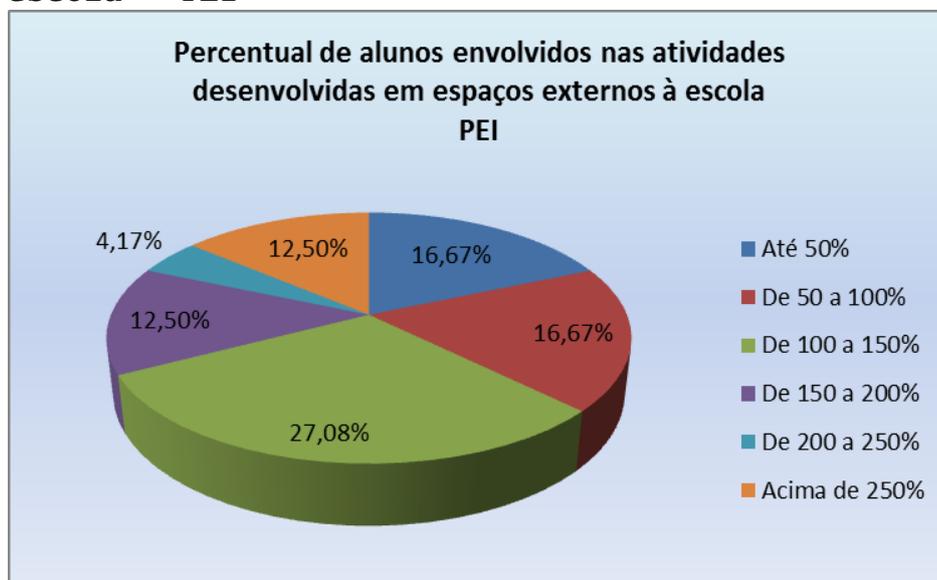
Proc.

ministrada além dos muros da escola não garante, automaticamente, que a atividade tenha concorrido de maneira significativa para o estreitamento dos vínculos e a ampliação dos diálogos que a unidade estabelece com a comunidade da qual é parte. Dadas as restrições de tempo e de qualificação técnica desta equipe de fiscalização, não nos foi possível encetar análises qualitativas acerca dos registros disponíveis das ações mencionadas - alguns deles, inclusive, bastante detalhadas e informativas. De qualquer maneira, consideramos, nesta questão de fiscalização, que a simples realização deste tipo de atividade pode ser considerada um indicativo, ainda que impreciso, dos esforços de exploração dos recursos comunitários para a elaboração e desenvolvimento das propostas pedagógicas das escolas. Mesmo quando realizadas além dos limites do território da comunidade, as ações externas representam alternativas potencialmente estimulantes às aulas e demais atividades educativas que são amiúde ministradas nas salas de aulas e outras instalações da escola, propiciando aos educandos a fruição de experiências capazes de fortalecer ou despertar seu interesse pelas áreas de conhecimentos envolvidas, além de satisfazer a estratégia 6.4 do Plano Nacional de Educação, que, como já mencionado acima, requer "a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários".

Entretanto, é possível que mesmo tendo recorrido a outros espaços diversas vezes, nem todos as turmas da escola tenham participado das respectivas experiências educativas, ou o tenham apenas uma ou duas vezes, ao longo de todo o ano letivo. Por essa razão, de modo a conferir maior densidade às informações referidas acima, solicitamos às unidades do programa a indicação da quantidade de estudantes envolvidos em cada uma dessas oportunidades. Como o gráfico abaixo revela, em aproximadamente um terço delas (16,67% + 16,67%) parte dos alunos matriculados não participou sequer de uma única atividade dessa natureza. Se somarmos-as àquelas cujos projetos pedagógicos não recorreram senão a suas próprias instalações e recursos internos (ver Gráfico anterior), concluímos que as instituições em que o número de educandos envolvidos foi inferior ao de matriculados corresponde a 45% da amostragem selecionada.



Gráfico 47: Percentual de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas em espaços externos à escola - PEI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Convém ressaltar ainda que, entre as que promoveram atividades externas em 2015, em cerca de 40% delas o número de alunos participantes não foi superior ao equivalente a duas vezes o de matriculados, embora tenham garantido pelos menos uma oportunidade por estudante (27,08% + 12,50%). Ou seja, as unidades em que o recurso a equipamentos públicos ou privados - localizados na própria comunidade ou fora dela - resultou em mais de duas experiências dessa natureza por aluno, ao longo de 2015, correspondem a uma fração restrita das escolas abordadas pela fiscalização: 17%, aproximadamente. Entre elas, destacam-se, mais uma vez, as escolas Professor Joel Antônio de Lima Genésio, Professor Celso Henrique Tozzi e Professora Carolina Augusta Seraphim, cujos projetos envolveram um número de discentes 4, 5 e 8 vezes maior que o de matriculados, respectivamente.

Se o estreitamento das interações entre as escolas e as comunidades onde estão inseridas pode ser logrado mediante o desenvolvimento de experiências pedagógicas em outros espaços de convivência comunitária, o mesmo objetivo pode ser perseguido através da participação de profissionais e moradores dessas localidades em ações realizadas nas dependências



das próprias escolas. Isto é, assim como a escola pode expandir seu raio de atuação para além de seus portões, pode abri-los às contribuições daqueles que se dispuserem a prestá-las, à luz das diretrizes e objetivos traçados nas respectivas propostas político-pedagógicas. Destarte, as unidades selecionadas informaram, outrossim, a quantidade de eventos realizados em 2015 que contaram com a participação de agentes não integrantes de seus quadros profissional e discente. Como podemos observar no gráfico seguinte, em pouco menos de 15% das escolas não foram promovidas atividades beneficiadas por esse tipo de colaboração. O percentual das que o fizeram em dez ou mais ocasiões corresponde a um terço da amostragem. As que mais lançaram mão deste recurso em 2015 foram as escolas Coronel José Levy, Dr. Nestor Sampaio de Bittencourt, Conde de Parnaíba e Jornalista Paulo de Castro Ferreira Júnior, com participações de 24, 25, 26 e 28 agentes que não figuram em seus quadros regulares.

Gráfico 48: Atividades pedagógicas que contaram com a participação de agentes externos - PEI



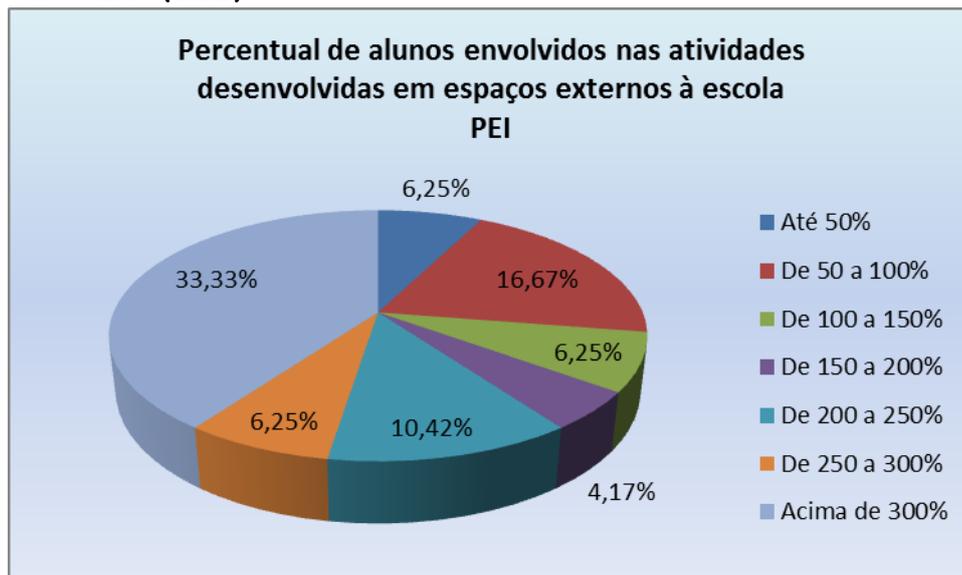
Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Mais uma vez, convém atentarmos, além da quantidade de eventos realizados, para o número de alunos que deles participaram, a fim de obtermos um panorama mais aprofundado acerca das interações urdidas entre as escolas e suas respectivas comunidades. Neste caso, a soma das que não promoveram nenhum evento às que, embora tendo-os realizados, envolveram um contingente de participantes inferior ao dos alunos



matriculados, totaliza 23% da amostragem. Já as escolas cujas atividades reuniram, ao longo de 2015, um número pelo menos três vezes superior ao dos integrantes de seus corpos discentes perfazem um terço das unidades vinculadas ao PEI abordadas por esta fiscalização. Dentre estas, as escolas Dr. Nestor Sampaio Bittencourt, Professora Carolina Augusta Seraphim (mais uma vez) e Alexandre Von Humboldt foram as que mais promoveram a participação de agentes externos em projetos pedagógicos desenvolvidos em suas dependências, reunindo um número de alunos equivalente a aproximadamente dez, oito e sete vezes, respectivamente, o de matriculados nesses estabelecimentos.

Gráfico 49: Percentual de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas em espaços externo à escola (PEI)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A

Como podemos constatar, ainda que o número consolidado de eventos desenvolvidos, total ou parcialmente, em ambientes externos às dependências da escola, 421, tenha sido praticamente idêntico ao dos que se serviram da colaboração de membros da comunidade local, 414 (ver Quadro às fls. 630 e 632 do Apêndice), estes últimos alcançaram um contingente quase duas vezes maior de alunos (245,44% e 136,16% dos matriculados). Destarte, este segundo tipo de integração constituiu, em 2015, a via que mais concorreu para a consecução dos objetivos mencionados na introdução do presente capítulo, ainda que boa parte das unidades consideradas,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	570
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

à luz dos critérios aqui assumidos, tenha desenvolvido suas propostas pedagógicas a partir quase exclusivamente de seus próprios recursos materiais e humanos, negligenciando, ao menos parcialmente, as diretrizes - traçadas pelo PNE e pelo documento referência sobre educação em tempo integral elaborado pelo MEC - que recomendam a imersão das escolas no contexto social da comunidade onde encontram-se situadas e a cujos integrantes devem servir.

Embora algumas das situações acima indicadas revelem, independentemente de quaisquer comparações, contrastes acentuados em relação às recomendações do MEC e às diretrizes do PNE, convém contrastá-las com as realidades observadas nas escolas da rede ETI. Para tanto, optamos por não abordar as dedicadas exclusivamente aos anos iniciais do ensino Fundamental, porquanto as peculiaridades da fase de desenvolvimento dos alunos deste segmento do ensino podem implicar condições desiguais de realização de atividades em equipamentos externos à escola. Ou seja, é possível que os cuidados a que fazem jus crianças com dez anos ou menos favoreçam ou embaracem a promoção de ações pedagógicas em outros espaços, além daqueles delimitados pelos muros da escola. De qualquer maneira, é provável que encerrem especificidades que prejudiquem as comparações com as etapas seguintes da Educação Básica.

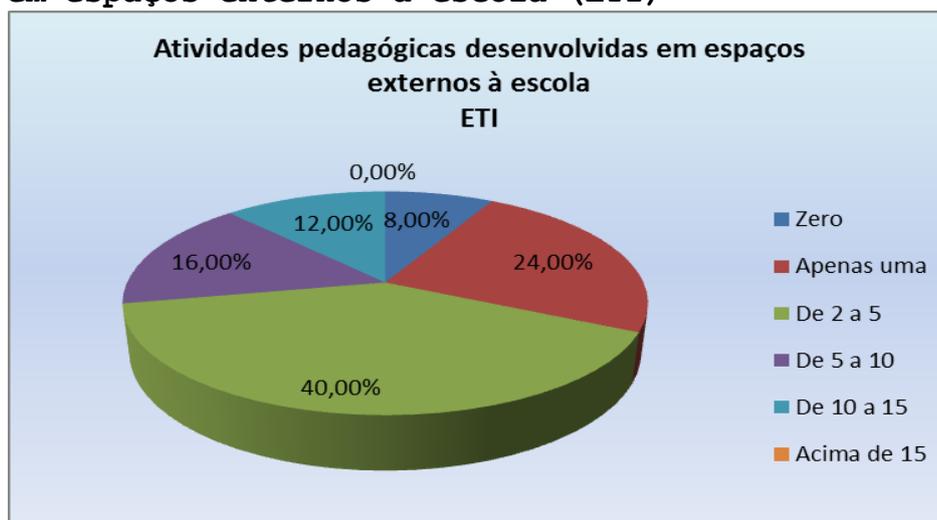
Como podemos observar no gráfico seguinte, o percentual das escolas que, em 2015, não realizaram qualquer ação em outros equipamentos públicos ou privados, 8%, foi inferior ao observado entre os estabelecimentos vinculados ao PEI, 12,50% (ver Gráfico 46). A maioria das ETI abrangidas por esta fiscalização promoveu de uma a cinco experiências dessa natureza. Por outro lado, nenhuma delas explorou em mais de quinze oportunidades os espaços e equipamentos públicos localizados nas circunscrições da comunidade onde se localizam, ao passo que 16,67% das vinculadas ao outro modelo o fizeram. No geral, os 48 estabelecimentos do PEI aqui considerados realizaram no ano passado 421 ações, o que corresponde a aproximadamente nove por unidade. Já as promovidas pelas ETI selecionadas totalizaram, em 2015, 112 atividades, ou seja, menos de 5 por escola.

Os projetos pedagógicos das escolas do Programa Educação Integral recorreram a espaços



externos, portanto, duas vezes mais do que as da rede ETI.

Gráfico 50: Atividades pedagógicas desenvolvidas em espaços externos à escola (ETI)



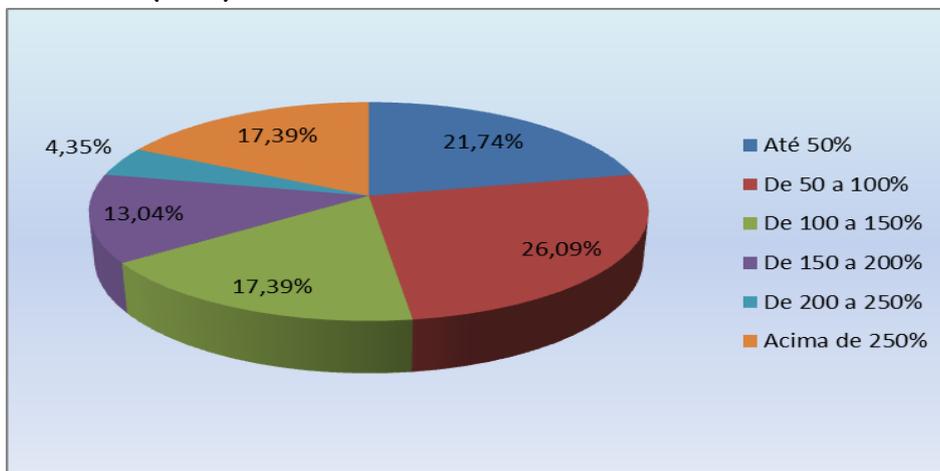
Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

Com relação à quantidade de alunos envolvidos nessas atividades, os dados relativos às ETI são, no geral, semelhantes aos informados pelas PEI. Nestas, o percentual daquelas cujas ações não alcançaram sequer metade de seus corpos discentes foi de 16,67%; nas primeiras, 21,74%. Por outro lado, das instituições do PEI selecionadas, cerca de 17% proporcionaram a seus alunos duas ou mais experiências educativas em espaços externos a suas dependências, enquanto pouco mais de 20% das ETI o fizeram (4,35% + 17,39%). Destas, destaca-se a unidade Dr. Moacyr Teixeira, localizada em Estrela do Norte, cujas ações envolveram um número de participantes equivalente a doze vezes o de alunos matriculados na unidade em 2015.

No geral, o percentual de estudantes presentes nas atividades desenvolvidas pelas unidades do projeto ETI foi superior ao das pertencentes ao outro modelo de educação integral: 161% e 136,16%, respectivamente.

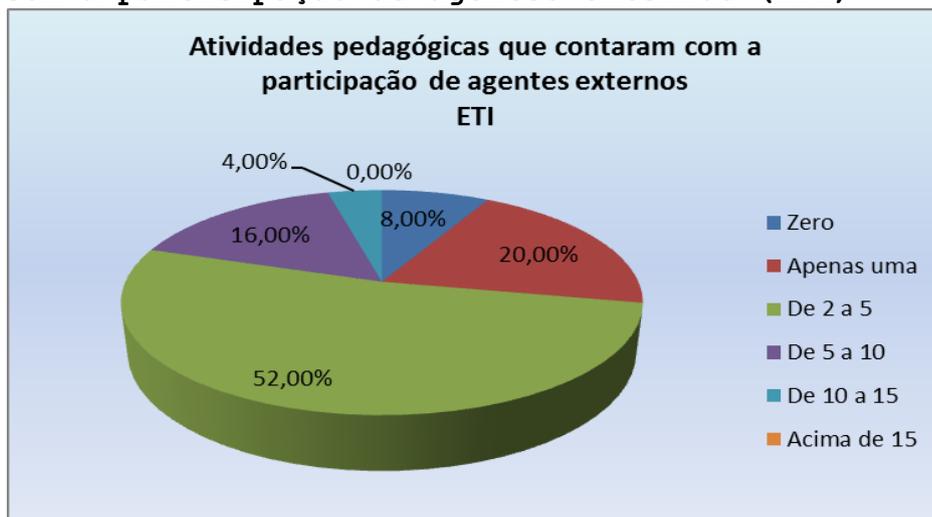


Gráfico 51: Percentual de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas em espaços externos à escola (ETI)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

Gráfico 52: Atividades pedagógicas que contaram com a participação de agentes externos (ETI)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

7.2. Distância entre o endereço das escolas e o de residência dos alunos nelas matriculados

Em relação à distribuição espacial dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino, as análises seguintes abordaram apenas as unidades do PEI e as respectivas escolas de período parcial às quais se dirigiram os discentes das primeiras que, podendo, preferiram nelas não permanecer a partir de sua absorção pelo programa, de modo que as comparações não recaíssem sobre regiões submetidas a dinâmicas urbanas excessivamente distintas. Além disso, eliminamos da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	573
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

amostragem as unidades que mantêm turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em razão dos seguintes fatores:

- ✓ De acordo com Censo Escolar de 2014, realizado pelo INEP, esta modalidade de ensino é oferecida em 1407 escolas da rede pública estadual de ensino, o que corresponde a 25% de seus 5666 estabelecimentos;
- ✓ Conseqüentemente, as distâncias entre unidades que possuem EJA são consideravelmente superiores às que separam as escolas de ensino regular;
- ✓ Por essa razão, os estudantes do EJA tendem a percorrer trajetos mais extensos entre suas residências e a escola onde estão matriculados;
- ✓ Destarte, proceder às análises seguintes sem excluí-los da amostragem poderia distorcer a distância média entre as escolas e a moradia dos respectivos alunos matriculados no ensino regular.

O Quadro 30 revela que a distância média, **em linha reta**, entre a residência dos alunos e o endereço das respectivas instituições PEI aqui consideradas é de 4,80 km. Ou seja: considerando-se todos os alunos matriculados nessas unidades, concluímos que a área média abrangida por cada uma delas⁴¹ é de aproximadamente 72,34 km². Para avaliarmos a magnitude do território abarcado, convém contrastá-lo com as dimensões espaciais de alguns distritos da Capital paulista. Jaraguá, Cidade Tiradentes e Campo Limpo, por exemplo, possuem áreas de 27,6, 15 e 12,8km², respectivamente. Na média, os distritos do Município de São Paulo abrangem uma área de 15,75 km² cada. As dimensões de apenas dois deles são superiores à superfície recoberta pelos estabelecimentos PEI ora analisados: Parelheiros e Marsilac, com 153,5 e 200 km² (ver Quadro às fls. 633 a 635 do Apêndice). No Estado de São Paulo, inclusive, há municípios cujos limites territoriais perfazem áreas inferiores a 72,34 km², como os de Francisco Morato (49,00 km²), Osasco (64,954 km²) e Águas de Lindoia (60,126 km²). Como se vê, **o corpo discente de diversas instituições vinculadas ao PEI não é constituído, predominantemente, por alunos que residem no mesmo bairro onde se situa a escola - e, menos ainda, em suas imediações**. Evidentemente, esta afirmação não é válida para todas as unidades relacionadas no quadro abaixo: a distância média em linha reta percorrida pelos

⁴¹ O cálculo aqui efetuado foi o da área do círculo cujo centro é a escola e o raio, a distância média entre o endereço desta e os dos alunos nelas matriculados ($A = \pi \times r^2$).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	574
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

alunos de duas delas, Jornalista Paulo de Castro Ferreira Júnior e Professora Eunice Romeiro Bueno, não atinge sequer 1,5 km. Entretanto, em dez delas - ou seja, 62,5% da amostragem selecionada - o deslocamento realizado por seus alunos é superior a 3 km, o que corresponde a uma área de 28,26 km², quase duas vezes a área média dos distritos da Capital paulista.

Quadro 30: Distância média da residência dos alunos em relação às escolas onde estão matriculados (PEI)

Escola	Distância Média (km) ⁴²
ANTONIO BERRETA PROF	7,96
CONDE DO PARNAIBA	7,44
ALEXANDRE VON HUMBOLDT	7,18
ANTONIO ALVES CRUZ PROFESSOR	7,12
LAURO GOMES DE ALMEIDA	5,33
ZULMIRA DE ALMEIDA LAMBERT PROFESSORA	3,84
NESTOR DE CAMARGO PREFEITO	3,78
JAMIL KHAUAN PROFESSOR	3,46
CAROLINA AUGUSTA SERAPHIM PROFESSORA	3,42
RYOITI YASSUDA	3,06
SUELY MARIA CACAO AMBIEL BATISTA PROFESSORA	2,65
NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT DOUTOR	2,58
JARDIM RIVIERA	2,49
PRISCILA FERNANDES DA ROCHA	2,19
PAULO DE CASTRO FERREIRA JR JORNALISTA	1,35
EUNICE BUENO ROMEIRO PROFESSORA	1,04
Média Geral	4,80

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-A

⁴² Na relação transmitida pela SEE, a distância entre a escola e a residência de alguns de seus alunos era de centenas de quilômetros; em alguns casos, superior a 10.000 km. Ainda que pouco frequentes, essas distâncias provocavam distorções significativas no cálculo da área média abrangida pelas escolas selecionadas. Por essa razão, optamos por excluir da relação todos os alunos que, de acordo com o banco de dados da Secretaria, residiam a mais de 60 km das unidades onde estavam matriculados (tanto das PEI quanto das de período parcial de aula).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	575
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

Sobre as escolas de período parcial - às quais ocorreram números elevados de alunos oriundos das unidades PEI selecionadas - verificamos que, embora em três delas (23,08%) a distância média seja superior a 3 km, no geral, a residência dos estudantes localiza-se a 2,46 km, em linha reta, das instituições onde permaneceram matriculados em 2015. Esta distância corresponde a uma área de 19 km², que equivale a quase quatro vezes menos do que a das escolas vinculadas ao Programa Educação Integral. Destarte, enquanto os distritos onde se situam as escolas relacionadas no Quadro 31 coincidem, de maneira geral, com o de residência da maior parte de seus alunos, na maioria das PEI acima mencionadas, seus corpos discentes são integrados por diversos estudantes oriundos de regiões não compreendidas pelos distritos onde aquelas se localizam. Ou seja, os alunos atendidos não estão, necessariamente, imersos no mesmo contexto comunitário, o que, como argumentado na introdução deste capítulo, fragiliza a consistência de propostas pedagógicas que objetivem aprofundar os diálogos entre as escolas e as comunidades que as envolvem, seja por meio da reflexão sobre os problemas e potencialidades que caracterizam o entorno, seja por meio da promoção de atividades que explorem espaços externos à escola ou, ainda, ensejem a participação de agentes não integrantes da equipe escolar no desenvolvimento de seus projetos pedagógicos.

Quadro 31: Distância média da residência dos alunos em relação às escolas onde estão matriculados (escolas próximas)

Escola	Distância Média (km)
ANTENOR SOARES GANDRA DOUTOR	5,77
FRANCISCO JOAO LEME	4,24
CESARIO MOTTA DR	3,51
ELCIO JOSE PEREIRA COTRIM PROF	2,54
MARIO TAVARES DOUTOR	2,32
JOAO BATISTA LEME PROFESSOR	2,20
NEVES PRADO MONTEIRO	2,14
MARIA IVONE MARTINS ROSA PROFESSORA	2,00
ANNA CALVO DE GODOY PROFESSORA	1,66



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.nº	576
Proc.	TCA-17.941/026/15

OSWALDO DOS SANTOS SOARES PROFESSOR DOUTOR	1,48
ALBERTO AUGUSTO PASTOR	1,31
JOAQUIM FERNANDO PAES DE BARROS NETO	1,27
OSCALIA GOES CORREA SANTOS PROFESSORA	1,18
Média Geral	2,46

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2016-A

8. Taxas de Rotatividade nos modelos ETI e PEI e participação de seus professores no planejamento e magistério das disciplinas de ambos os segmentos curriculares

De acordo com Lapo e Bueno (2003), a "rotatividade gera uma falta de vínculo do professor com a escola, o que pode trazer graves consequências para um tão necessário e almejado ensino de qualidade" (p. 71). Além disso, compromete a eficácia das atividades de formação continuada dos docentes, pois fragiliza o desenvolvimento diacrônico dos exercícios de reflexão coletiva sobre as práticas e os projetos pedagógicos elaborados pela comunidade escolar.

Vale ressaltar que a rotatividade está intimamente associada à presença de professores temporários na rede, os quais dificilmente permanecem no mesmo estabelecimento por mais de um ano letivo. A esse respeito, o Conselho Nacional de Educação, ao tratar da carreira docente nas redes públicas de ensino, afirma que:

para além do fato de ser uma norma constitucional, como forma mais justa de ingresso dos trabalhadores do setor público, no caso específico do magistério o concurso público de provas e títulos tem relação direta com a qualidade de ensino. Hoje, um a cada cinco professores em todo o Brasil é admitido em caráter temporário. (...) Trata-se de uma situação insustentável, que fragmenta o projeto político-pedagógico e, de certa forma, compromete a qualidade de ensino, tendo em vista a rotatividade dos docentes entre as diversas unidades escolares. (Parecer CEB/CNE nº 09/2009, p. 21)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	577
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

E, mais adiante, conclui: "Assim, é importante que os sistemas discutam um dispositivo que garanta a realização de concurso sempre que a vacância no quadro permanente de profissionais do magistério na rede de ensino público alcance percentual de 10% em cada grupo de cargos ou quando professores temporários estejam ocupando estes cargos por dois anos consecutivos." (p. 22).

Esse mesmo percentual foi adotado pelo Plano Nacional de Educação como limite para a participação de professores não efetivos em instituições das redes públicas de ensino, ao definir as estratégias que concorrerão para o cumprimento da Meta 18, que trata do plano de carreira dos profissionais do magistério:

18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

No caso das ETI, portanto, além da taxa de rotatividade docente nos últimos três anos, verificaremos a proporção de professores temporários que integram o corpo docente desses estabelecimentos, atentando especialmente para a ocorrência de ambos os problemas entre os que desenvolvem as oficinas pedagógicas.

Como a presença de professores não estáveis nas unidades do PEI encontra-se praticamente descartada, tendo em vista os critérios de seleção estabelecidos pelo programa, a presente questão buscará apurar, nesses casos, somente a ocorrência de rotatividade, verificando, ainda, o interesse manifestado por docentes das escolas regulares em atuar no novo modelo de educação integral, ou seja: se os benefícios proporcionados pelo programa - regime de dedicação exclusiva, bônus na remuneração mensal, maior



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	578
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

oferta de insumos pedagógicos, etc. - garantem o preenchimento de todas as vagas disponíveis, assegurando a formação de cadastros de reservas⁴³ para reposição célere dos professores que, por qualquer motivo - aposentadoria, incompatibilidade de perfil profissional, solicitação de desligamento - têm cessada sua designação para lecionar nessas unidades.

8.1. Rotatividade e participação de professores temporários na composição dos corpos docentes das unidades vinculadas ao Projeto ETI

As informações transmitidas pelas unidades ETI abrangidas por esta fiscalização, consolidadas, indicam que, dentre as que oferecem matrículas para as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, as taxas de rotatividade registradas nos períodos 2012-13, 2013-14 e 2014-2015 foram de 39,03%, 40,94%, 41,61%, respectivamente. Ou seja, durante todo o intervalo considerado, 40% dos professores que integravam o corpo docente desses estabelecimentos no início de um ano letivo deixaram de fazê-lo até o princípio do seguinte. Nas unidades dedicadas às séries dos anos iniciais do Ensino Fundamental, embora envolvam um número menor de docentes por turma, a taxa de rotatividade observada foi apenas ligeiramente inferior: 34,06%, 39,49% e 36,89%, nos mesmos períodos indicados acima (2012-13, 2013-14 e 2014-15). A instabilidade dos corpos docentes das unidades do Projeto Educação em Tempo Integral revelou-se superior, inclusive, à observada nas escolas de anos iniciais cujas aulas são ministradas em período parcial, as quais, de acordo com

⁴³ A Resolução SE n° 58, de 17 de outubro de 2014 prevê a formação de um cadastro de reserva de professores para as unidades do Programa Educação Integral:

Artigo 4° - O processo seletivo de credenciamento dos integrantes do Quadro do Magistério, de que trata esta resolução, terá as seguintes etapas:

(...)

II - Entrevista: para avaliação dos candidatos inscritos, até atingir número suficiente para preenchimento das vagas existentes e composição de um cadastro-reserva.

(...)

§ 2° - No cálculo do número de candidatos inscritos e avaliados, necessário para o preenchimento das vagas e para a composição do cadastro-reserva, a que se refere o inciso II deste artigo, considerar-se-á, por unidade escolar, a quantidade de 15 (quinze) vagas de professor e de 3 (três) vagas de gestor escolar, observada a relação de 2 (dois) candidatos por vaga.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

579

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

a fiscalização realizada por esta Corte de Contas em 2014, apresentavam taxas de rotatividade, para os intervalos de 2011-12, 2012-13 e 2013-14, de 23,26%, 28,03% e 32,70% (TCESP, 2015). Vale ressaltar que este levantamento envolveu uma amostragem estatisticamente representativa e, portanto, expressa, sem embargo das distorções inerentes ao método, as realidades que condicionam o funcionamento de toda a rede pública estadual de ensino.

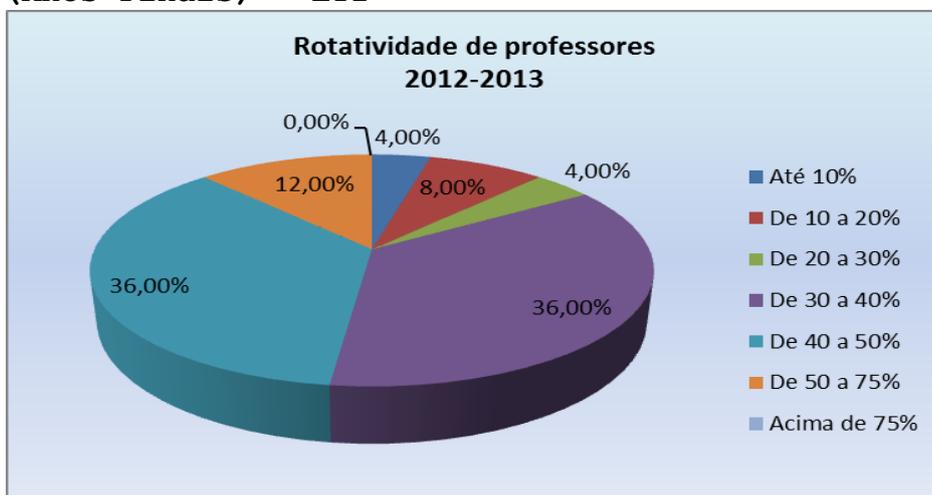
Evidentemente, os resultados assim apresentados dissimulam diferenças expressivas entre os estabelecimentos selecionados, tendo em vista que em alguns deles os professores que abandonaram a escola ao longo do ano letivo ou ao final dele não representam senão uma pequena fração do corpo docente, enquanto em outros, em apenas um único período, a proporção daqueles que o fizeram corresponde a mais de dois terços dos professores. Entre as escolas que oferecem matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental, por exemplo, a escola Professora Narbal Fontes, localizada na Zona Norte de São Paulo, manteve, no início de 2013, todos os docentes que nela lecionaram durante o ano de 2012. Conquanto entre 2013 e 2014, tenha registrado uma taxa de rotatividade de pouco mais de 15%, no período seguinte este índice recuou para aproximadamente 6%, demonstrando que seu corpo docente manteve-se substancialmente inalterado ao longo do período abrangido por esta fiscalização. Por outro lado, na escola Professor Jamil Pedro Sawaya, situada na Zona Leste paulistana, a proporção dos que, nos inícios de 2013, 2014 e 2015, já figuravam no corpo docente da unidade no ano letivo imediatamente anterior, foi, em todos eles, inferior a 50% (ver Quadro às fls. 636 do Apêndice).

Já entre escolas ETI que atendem alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escola Professora Benedita de Rezende, na Região Leste da Capital Paulista, cujas taxas de rotatividade, entre 2012 a 2015, oscilaram entre 10 a 15% (ver Quadro às fls. 637 do Apêndice), destaca-se pela estabilidade de seu corpo docente, ao passo que a unidade Maestro Nelson de Castro, localizada no município de Tupã, Oeste do Estado, encontra-se entre aquelas em que mais da metade dos professores foi substituída entre anos letivos 2012-13, 2013-14 e 2014-15.



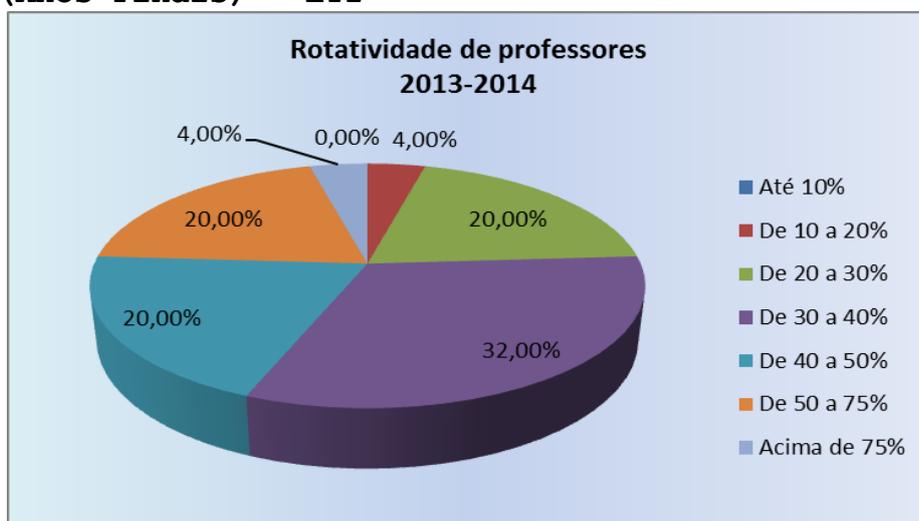
Tendo em vista as observações acima, os gráficos seguintes objetivam representar de maneira simplificada a heterogeneidade que caracteriza a rede de escolas do projeto ETI, no que tange à instabilidade da composição de seus corpos docentes. Como podemos observar, o percentual de escolas - tanto das que acolhem apenas alunos dos anos iniciais, quanto das que se dedicam exclusivamente aos estudantes dos anos finais - em que a taxa de rotatividade é de 40% ou mais jamais é inferior ao das que não ultrapassam os 20%.

Gráfico 53: Rotatividade de professores 2012-2013 (Anos Finais) - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

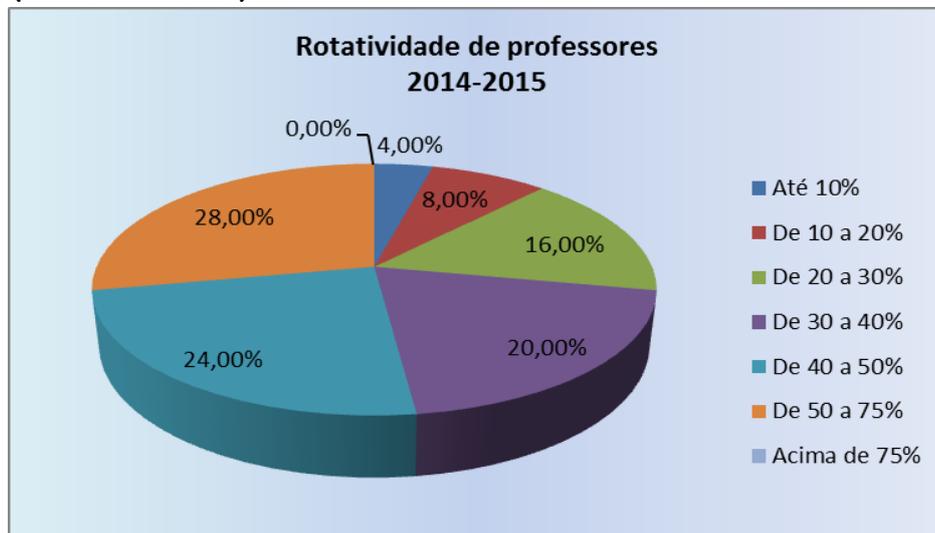
Gráfico 54: Rotatividade de professores 2013-2014 (Anos Finais) - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

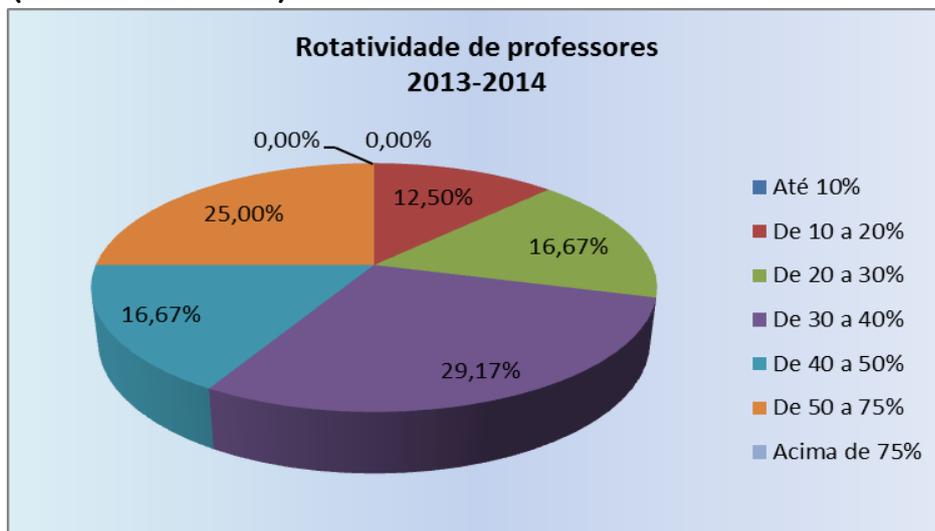


Gráfico 55: Rotatividade de professores 2014-2015 (Anos Finais) - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

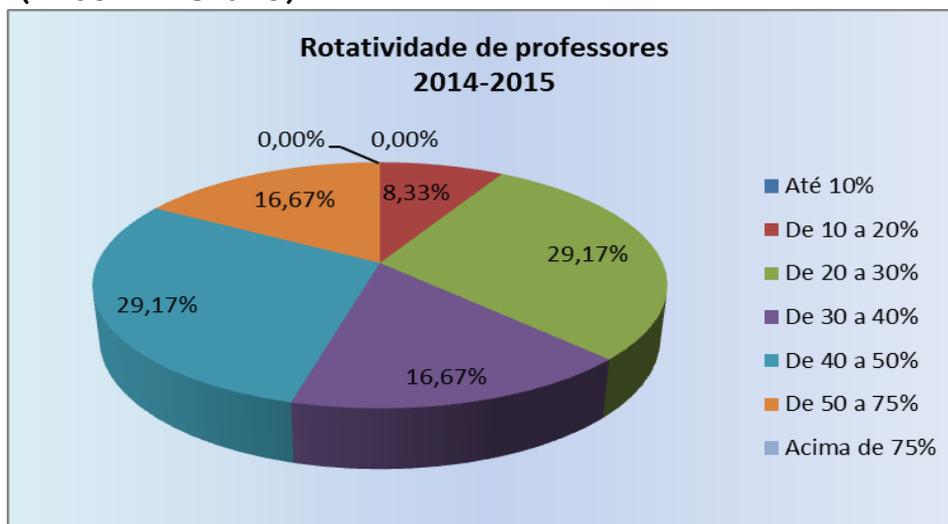
Gráfico 56: Rotatividade de professores 2013-2014 (Anos Iniciais) - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B



**Gráfico 57: Rotatividade de professores 2014-2015
(Anos Iniciais) - ETI**



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

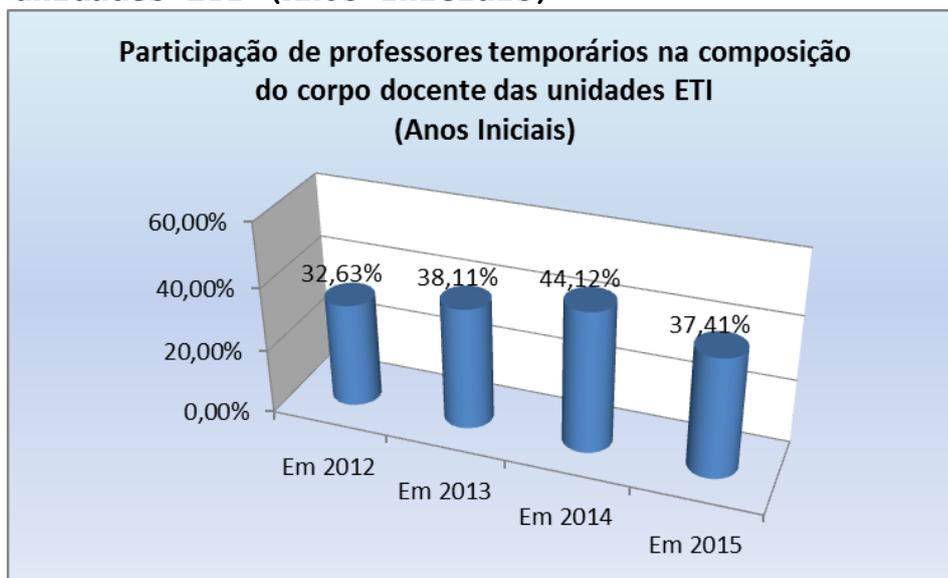
Como já indicado na introdução deste capítulo, a instabilidade dos corpos docentes está intimamente associada à participação de professores temporários em sua composição. Ou seja, quanto menor a proporção daqueles cujo vínculo de trabalho reveste a garantia da estabilidade, maiores as possibilidades de que o corpo docente sofra alterações expressivas entre anos letivos consecutivos, malgrado a Lei Complementar nº 1.215, de 30 de outubro de 2013, permitir que um mesmo professor, que lecionou sob contrato temporário na rede pública estadual, celebre um novo ajuste, para atuar no mesmo estabelecimento de ensino, após o decurso de apenas 40 dias do encerramento da vigência do anterior. Efetivamente, entre as escolas do projeto abrangidas por esta fiscalização, o percentual dos temporários que não figuraram no corpo docente da mesma unidade por mais de um ano letivo, foi aproximadamente duas vezes maior do que o de professores estáveis. De maneira geral, independentemente do segmento do Ensino Fundamental em que se concentram as matrículas oferecidas, nos estabelecimentos vinculados à rede ETI a taxa de rotatividade dos docentes dessa categoria foi de, aproximadamente, 60%, em todos os períodos considerados.

**Quadro 32: Taxa de rotatividade segundo o vínculo empregatício do professor - ETI**

Período	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Estáveis	Temporários	Estáveis	Temporários
2012-13	22,84%	55,23%	30,55%	55,56%
2013-14	26,80%	58,39%	29,77%	58,01%
2014-15	19,34%	57,93%	28,23%	64,56%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

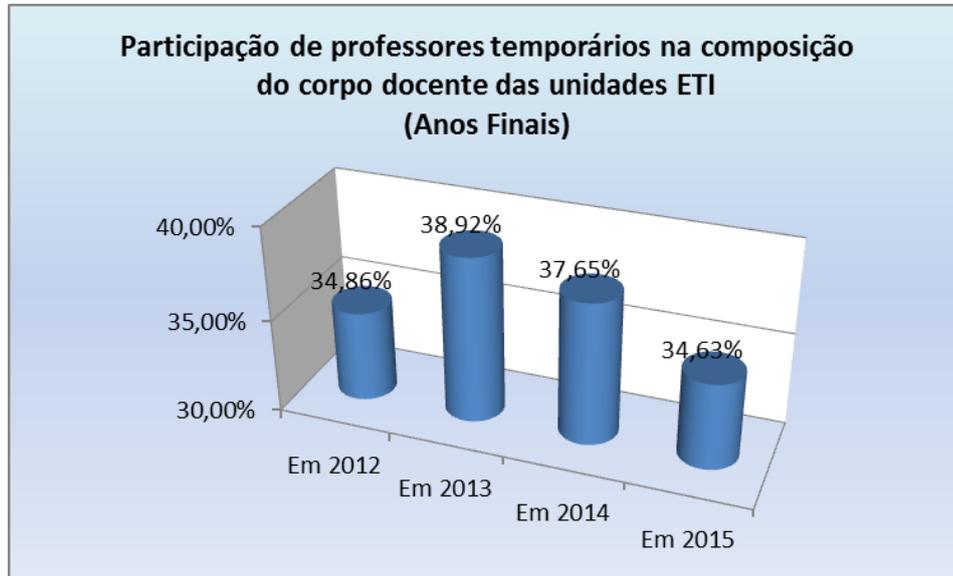
Tendo em vista os resultados acima indicados, é importante atentarmos, neste momento, para participação de professores temporários na composição do corpo docente das unidades do projeto ETI. Como demonstrado nos gráficos seguintes, nos quatro anos para os quais dispomos das informações necessárias, tanto nas ETI dos anos iniciais quanto nas dos anos finais, os professores não estáveis representaram aproximadamente um terço do quadro geral. Em 2014, nas unidades dedicadas unicamente às primeiras séries do Ensino Fundamental, os temporários corresponderam a pouco menos da metade dos docentes que lecionaram nesses estabelecimentos (44,12%).

Gráfico 58: Participação de Professores temporários na composição do corpo docente das unidades ETI (Anos Iniciais)

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B



Gráfico 59: Participação de Professores temporários na composição do corpo docente das unidades ETI (Anos Finais)



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

Para, mais uma vez, demonstrar a forma desigual com que o problema incide sobre as diversas unidades que integram a rede do Projeto Escolas de Tempo Integral, os quadros abaixo apresentam a distribuição das escolas por faixas de participação de professores temporários na composição dos respectivos corpos docentes. É possível observarmos que em um percentual significativo de estabelecimentos - em todos os anos considerados, mas especialmente em 2013 e 2014 - os estáveis não respondiam sequer pela metade do total de professores contratados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

585

Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Quadro 33: Participação de professores temporários na composição do corpo docente das unidades do Projeto ETI (Anos Finais)

ETI - Anos Finais								
Participação de professores temporários	Escolas							
	2012		2013		2014		2015	
Até 10%	0	0,00%	0	0,00%	2	8,00%	1	4,00%
De 10 a 20%	4	16,00%	2	8,00%	1	4,00%	2	8,00%
De 20 a 30%	8	32,00%	6	24,00%	5	20,00%	6	24,00%
De 30 a 40%	5	20,00%	8	32,00%	8	32,00%	8	32,00%
De 40 a 50%	6	24,00%	4	16,00%	5	20,00%	5	20,00%
Acima de 50%	2	8,00%	5	20,00%	4	16,00%	3	12,00%
Total	25	100,0%	25	100,0%	25	100,0%	25	100,0%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

Quadro 34: Participação de professores temporários na composição do corpo docente das unidades do Projeto ETI (Anos Iniciais)

ETI - Anos iniciais								
Participação de professores temporários	Escolas							
	2012		2013		2014		2015	
Até 10%	1	4,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
De 10 a 20%	3	12,00%	3	12,00%	2	8,00%	1	4,00%
De 20 a 30%	6	24,00%	4	16,00%	3	12,00%	4	16,00%
De 30 a 40%	8	32,00%	5	20,00%	4	16,00%	10	40,00%
De 40 a 50%	3	12,00%	7	28,00%	8	32,00%	6	24,00%
Acima de 50%	3	12,00%	5	20,00%	7	28,00%	3	12,00%
Total	25	100,0%	25	100,0%	25	100,0%	25	100,0%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	586
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Vale ressaltar, ainda, que o contingente de professores temporários responsáveis pela parte diversificada do currículo - isto é, que lecionam disciplinas específicas do modelo ETI, não ministradas nas unidades em que o atendimento aos alunos ocorre em um único turno de aula - é proporcionalmente maior do que o de professores incumbidos das disciplinas da base curricular nacional. Enquanto o vínculo de trabalho de cerca de três quartos destes é estável, menos da metade dos encarregados das oficinas desfrutam dessa mesma condição, conforme podemos observar no quadro seguinte:

Quadro 35: Participação de professores temporários por segmento curricular (ETI)

Ano	Anos Iniciais				Anos Finais			
	Base Nacional Comum		Oficinas		Base Nacional Comum		Oficinas	
2012	100	23,36%	148	44,58%	188	29,01%	117	51,54%
2013	141	31,06%	170	46,96%	230	34,90%	116	50,43%
2014	152	33,33%	197	58,81%	218	30,58%	137	59,57%
2015	93	24,28%	164	53,95%	154	25,33%	131	60,93%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

Entretanto, a taxa de rotatividade dos professores responsáveis pela parte diversificada do currículo não foi, entre 2012 e 2015, superior à dos que lecionaram disciplinas da base curricular nacional, a despeito da maior presença de professores temporários entre os do primeiro grupo. Como demonstra o Quadro 36, embora inexista diferenças significativas entre ambos os componentes curriculares nas escolas ETI dedicadas às séries iniciais do Ensino Fundamental, nas dos anos finais, a substituição de professores das oficinas, ao longo do período considerado, foi inferior à de docentes da base curricular nacional:

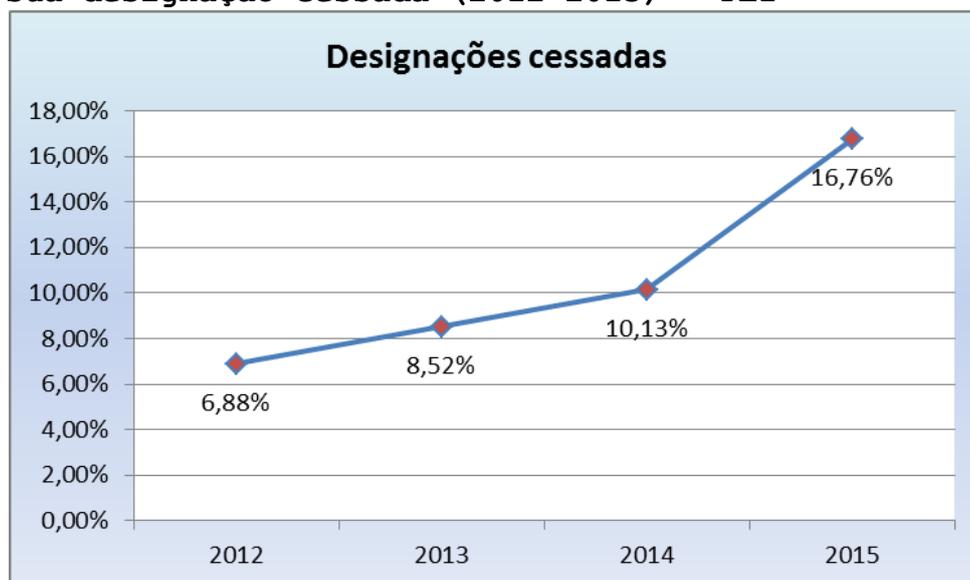
**Quadro 36: Taxa de rotatividade - por segmento curricular - ETI**

Período	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Base Nacional Comum	Oficinas	Base Nacional Comum	Oficinas
2012-13	31,15%	32,93%	39,69%	32,75%
2013-14	36,16%	39,61%	41,94%	32,35%
2014-15	36,83%	35,08%	41,84%	33,77%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

8.2. Rotatividade nas unidades vinculadas ao PEI

Com relação ao PEI, o gráfico seguinte demonstra que a taxa de rotatividade de professores em suas unidades cresceu todos os anos, desde o início do funcionamento do programa. Em 2015, o percentual dos professores cuja designação foi cessada apresentou um crescimento de pouco mais de 60%, atingindo 16,76% dos docentes.

Gráfico 60: Percentual de professores que tiveram sua designação cessada (2012-2015) - PEI

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

588

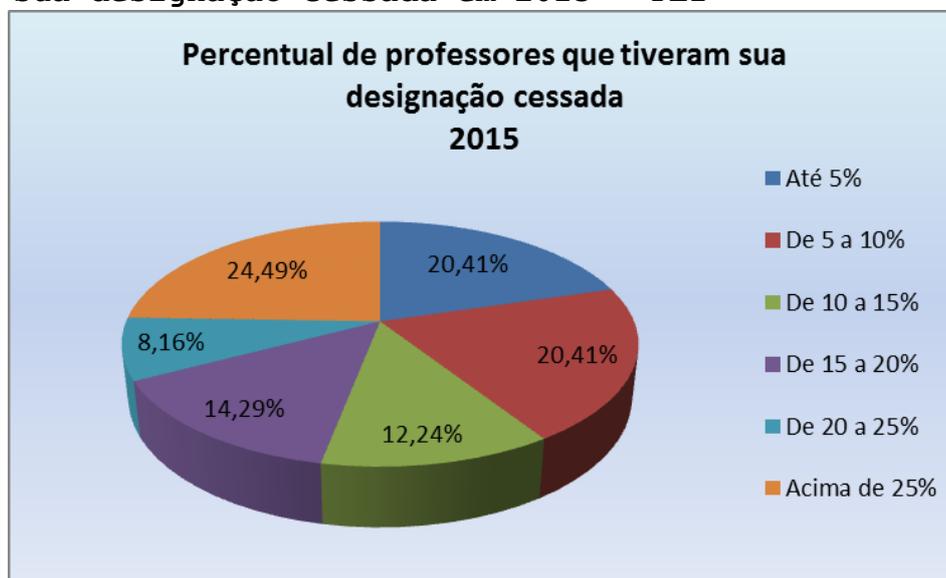
Fl.nº _____

TCA-17.941/026/15

Proc. _____

Conquanto, no geral, permaneçam significativamente abaixo do registrado em unidades do Projeto Educação em Tempo Integral e em escolas de período de aula parcial, algumas PEI atingiram patamares equivalentes aos desses estabelecimentos em 2015. Uma a cada quatro escolas do programa tiveram mais de 25% de seu corpo docente substituído, como podemos observar no gráfico abaixo. A instabilidade do corpo docente fragiliza, s.m.j., a efetividade do modelo instituído pelo programa, cuja proposta se destina a estimular o fortalecimento do envolvimento dos docentes com comunidade escolar da qual são parte - através inclusive do instituto do regime de dedicação exclusiva - e a estreitar as relações que entretecem com seus educandos, por meio, entre outros canais, do exercício da Tutoria e do desenvolvimento dos Projetos de Vida. Por essa razão, quanto maior a instabilidade tanto do grupo de profissionais, quanto do de estudantes, menores as possibilidades de que o Programa Educação Integral promova níveis superiores de aprendizagem.

Gráfico 61: Percentual de professores que tiveram sua designação cessada em 2015 - PEI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-A



9. Organização da grade horária dos dois modelos de educação integral e participação dos professores das PEI no desenvolvimento das disciplinas da parte diversificada do currículo

No PEI, visando promover a interdisciplinaridade dos conteúdos e métodos de trabalho das atividades educacionais, as disciplinas eletivas devem ser planejadas e ministradas necessariamente por, no mínimo, dois professores, responsáveis por áreas curriculares distintas, tal como especificam as Diretrizes do Programa (s/d):

“As Disciplinas Eletivas, de organização semestral, são propostas e elaboradas por grupos de ao menos dois professores de disciplinas distintas. O tema é de livre escolha professores, desde que se trate de um assunto relevante e que seja abordado de modo a aprofundar os conteúdos da Base Nacional Comum.” (p. 29)

Vale lembrar, como já mencionado, que o programa não admite que parte dos professores se concentre unicamente nas disciplinas da base curricular comum, enquanto os demais se responsabilizam apenas pelas disciplinas eletivas; todos os docentes devem atuar em ambos os segmentos curriculares. De acordo com a Lei Complementar nº 1.164/12, as atribuições confiadas aos professores das unidades PEI envolvem, necessariamente, a participação na elaboração e condução dos cursos da parte diversificada do currículo, assim como o exercício do papel de tutor dos alunos, a elaboração de guias de aprendizagem, entre outras responsabilidades:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	590
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Artigo 7º - São atribuições específicas dos professores das Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral, além daquelas inerentes ao respectivo cargo ou função-atividade:

I - elaborar o seu programa de ação com os objetivos, metas e resultados de aprendizagem a serem atingidos;

(*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012.

II - organizar, planejar e executar sua tarefa institucional de forma colaborativa e cooperativa visando ao cumprimento do plano de ação das Escolas;

III - planejar, desenvolver e atuar na parte diversificada do currículo e nas atividades complementares;

(*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012.

IV - incentivar e apoiar as atividades de protagonismo juvenil, na forma da lei;

(*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012.

V - realizar, obrigatoriamente, a totalidade das atividades de trabalho pedagógico coletivas e individuais no recinto da respectiva escola;

(*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012.

VI - atuar em atividades de tutoria aos alunos;

VII - participar das orientações técnico-pedagógicas relativas à sua atuação na Escola e de cursos de formação continuada;

VIII - auxiliar, a critério do Diretor e conforme as diretrizes dos órgãos centrais, nas atividades de orientação técnico-pedagógicas desenvolvidas nas Escolas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

591

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

IX - elaborar Plano Bimestral e Guias de Aprendizagem, sob a orientação do Professor Coordenador de Área;

(*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012.

X - produzir material didático-pedagógico em sua área de atuação e na conformidade do modelo pedagógico próprio da Escola;

XI - substituir, na própria área de conhecimento, sempre que necessário, os professores da Escola em suas ausências e impedimentos legais.

O desempenho de funções que não figuram entre as atribuições dos docentes que atuam em escolas de tempo parcial - como a elaboração de disciplinas eletivas - justificam, juntamente com o regime de dedicação exclusiva a uma única unidade do programa, a concessão da GDPI, que corresponde a 75% do valor da remuneração mensal atribuída aos profissionais do magistério. É importante notar que a expressão "Dedicação Plena e Integral" não se refere, parece-nos, unicamente à impossibilidade de atuar em outras escolas da rede, porquanto envolve a fidelidade ao modelo instituído ao Programa Educação Integral, que requer a observância irrestrita de suas diretrizes e o cumprimento de todas as responsabilidades correspondentes. Ou seja, para que o professor dedique-se integralmente a esse modelo de educação integral, deve cumprir todas as atribuições que lhe foram confiadas, desempenhando-as à luz das concepções pedagógicas e organizacionais que embasaram a criação do programa.

Por essa razão, no caso das PEI, a presente questão buscou verificar se, de fato, nenhum professor se cinge às disciplinas da Base Nacional Comum, participando da elaboração de, pelo menos, um dos cursos da parte diversificada do currículo.

No tocante à organização da grade curricular das escolas de tempo integral (PEI e ETI), é importante enfatizar que as disciplinas da base nacional comum devem ser intercaladas com as da parte diversificada do currículo, de modo a adensar os vínculos e os diálogos que estabelecem entre si,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	592
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

contribuindo para que os progressos de uma concorram para o desenvolvimento da outra, de maneira integrada. A separação estrita em turnos de aula distintos, sobretudo quando os docentes que lecionam em um período não são os mesmos que atuam no outro, pode favorecer a autonomização da parte diversificada, mantendo-a alheia às competências e habilidades perseguidas pela Base Nacional Comum. Nestas circunstâncias, a extensão da jornada escolar tende a não proporcionar ganhos significativos de aprendizagem.

No caso das ETI, ainda que não obrigatória, a alternância entre as aulas deve ser observada sempre que as condições de organização dos recursos humanos da escola o permitir, conforme estabelece a Resolução SE-85, de 19 de dezembro de 2013:

Art.3º - Na elaboração do horário escolar, a direção da escola deverá observar:

(...)

Parágrafo único - As aulas dos diferentes componentes que integram a base nacional comum e a parte diversificada do currículo deverão ser distribuídas, sempre que possível, alternadamente ao longo dos turnos de funcionamento da unidade escolar, de forma a compor o horário das aulas de cada turno - manhã e tarde com disciplinas e oficinas curriculares.

Nas PEI, embora inexista orientação expressa nesse sentido, parece-nos, pelos motivos mencionados acima, que as disciplinas eletivas devem, igualmente, ser ministradas entre as aulas da base curricular nacional. Neste modelo, o cumprimento de tal recomendação é favorecido não apenas pelo fato de seus docentes atuarem exclusivamente em uma única unidade, por 40 horas semanais, como também pela obrigação de todos participarem da elaboração e oferecimento das disciplinas da parte diversificada do currículo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	593
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

Destarte, a presente questão de fiscalização verificará se a organização da grade horária das escolas dos dois modelos de educação integral- ETI e PEI - promove a separação de ambos os segmentos curriculares em turnos de aula distintos.

9.1. Professores designados para unidades do PEI que não ministram disciplinas da parte diversificada do currículo

Em 20 (41,67%) das escolas PEI abordadas nesta fiscalização há, pelo menos, um professor que não ministra aulas da parte diversificada do currículo, concentrando sua atuação exclusivamente na condução de disciplinas da base curricular nacional. No total, são 42 docentes nessa situação, o que corresponde a 5,1% dos designados para as unidades selecionadas. Conquanto, no geral, esse percentual seja pouco expressivo, em algumas escolas a quantidade de professores que não participam diretamente do desenvolvimento do segmento curricular diversificado representa um percentual significativo de seu corpo docente. É o caso das unidades indicadas no quadro abaixo, como a escola Jornalista Paulo de Castro Ferreira Júnior, na qual aproximadamente um terço dos professores não ministrou senão disciplinas da base curricular nacional no segundo semestre de 2015.

Quadro 37: Professores das PEI que lecionam disciplinas da parte diversificada

Escola	Professores		
	Total	Não lecionam disciplinas da parte diversificada	
Padre Arlindo Vieira	14	4	28,57%
Desembargador Edgard de Moura Bittencourt	16	3	18,75%
Professor Joaquim Ferreira Pedro	14	4	28,57%
Coronel José Levy	16	3	18,75%
Jornalista Paulo de Castro Ferreira Júnior	17	6	35,29%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

594

Fl.nº

TCA-17.941/026/15

Proc.

Ainda que a situação geral identificada corresponda quase integralmente à condição considerada ideal, vale reforçar a necessidade de que todos os professores se envolvam no planejamento e na condução das disciplinas de ambos os segmentos curriculares, tendo em vista que, s.m.j., a concessão da gratificação ampara-se no desempenho de atribuições que não são exercidas pelos docentes das demais unidades da rede pública estadual de ensino. Dentre as quais a mais intimamente associada à educação integral, parece-nos, é justamente o magistério de disciplinas que não integram a base curricular nacional, malgrado o objetivo último de ambos os segmentos curriculares seja o desenvolvimento das mesmas competências e habilidades. Isto porque, enquanto a maior parte das tecnologias educacionais empregadas pelo modelo PEI possa ser reproduzida nas turmas de período parcial, conforme indicado pelos próprios professores, a introdução de novas disciplinas, sem prejuízo das já estabelecidas, não o pode, por razões óbvias.

9.2. Estruturação da grade horária das unidades vinculadas ao PEI e ao Projeto ETI

A respeito da estruturação da grade horária das escolas vinculadas aos modelos de educação integral existentes na rede pública estadual, as informações reunidas por esta fiscalização revelam que em todas as unidades do PEI as aulas da parte diversificada são ministradas de maneira intercalada com as das disciplinas que integram a base curricular nacional. Ou seja, as aulas do primeiro segmento não são reunidas em um único período, enquanto as do segundo concentram-se exclusivamente no outro. Ao contrário, aulas de Projeto de Vida e Orientações de Estudo, por exemplo, são ministradas antes e depois de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, História etc., tanto no período matutino quanto no vespertino. Esta organização, que concorre de maneira decisiva para a harmonização e a complementariedade dos conteúdos e finalidades educacionais perseguidas por ambos os segmentos curriculares, é amplamente favorecido pelo fato de que os professores que ministram as disciplinas de um são os mesmos que lecionam as do outro. Como já indicado anteriormente, a grande maioria dos docentes das PEI participam tanto da elaboração e condução dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	595
Fl.nº	TCA-17.941/026/15
Proc.	

cursos da parte diversificada quanto do magistério das disciplinas da base curricular nacional.

Nas instituições do projeto ETI, no entanto, prevalece a divisão dos componentes curriculares em turnos distintos e exclusivos, a despeito da orientação expressa no § único, art. 3º, da Resolução SE-85/13. Enquanto em 43,48% das unidades dedicadas exclusivamente aos anos finais do Ensino Fundamental as oficinas curriculares foram ministradas, em 2015, em um único período (sempre no vespertino), entre as que atendem alunos dos anos iniciais essa organização foi observada por 86,36% das escolas abordadas nesta fiscalização (ver Quadro às fls. 638 e 639 do Apêndice).

Ao contrário do observado nas PEI, cujos docentes atuam sob o Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI), nas ETI a maioria dos professores incumbidos das oficinas não ministra, na mesma unidade, disciplinas da base curricular nacional, como indicado no quadro abaixo. Nas escolas dedicadas aos anos finais do Ensino Fundamental, o percentual dos que o fizeram foi ligeiramente inferior a 50%, em todos os anos considerados. Já entre as que atendem exclusivamente estudantes dos anos iniciais, a fração representada por esses docentes correspondeu, no mesmo período, a apenas 20%, aproximadamente.

Quadro 38: Professores das oficinas que também ministram aulas de disciplinas da base curricular nacional - ETI

Ano	Anos Iniciais			Anos Finais		
	Total	Atuam nos dois segmentos curriculares		Total	Atuam nos dois segmentos curriculares	
2012	331	68	20,54%	229	105	45,85%
2013	349	71	20,34%	237	118	49,79%
2014	320	59	18,44%	230	104	45,22%
2015	298	55	18,46%	215	98	45,58%
Total	1298	253	19,49%	911	425	46,65%

Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

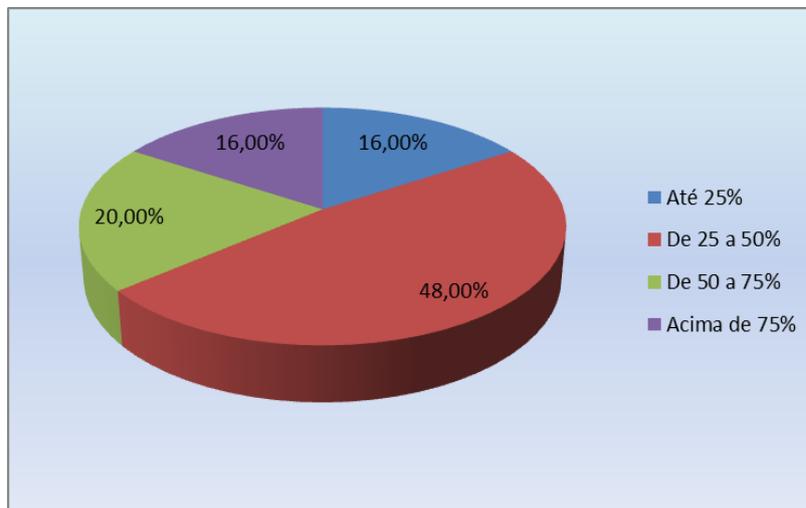
DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	596
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

Vale enfatizar que em uma a cada quatro escolas ETI dos anos iniciais a nenhum dos professores que ministraram, em 2015, oficinas da parte diversificada foram atribuídas aulas da base curricular nacional. Nas dos anos finais, tal situação ocorreu em apenas uma das instituições de ensino selecionadas, a unidade Aurélio Arrobas Martins (ver Quadros às fls. 640 e 641 do Apêndice).

A fim de representar as situações díspares que caracterizam os diversos estabelecimentos vinculados ao projeto ETI, os gráficos seguintes demonstram a distribuição dessas unidades em faixas percentuais de professores de oficinas que lecionaram disciplinas do outro componente curricular:

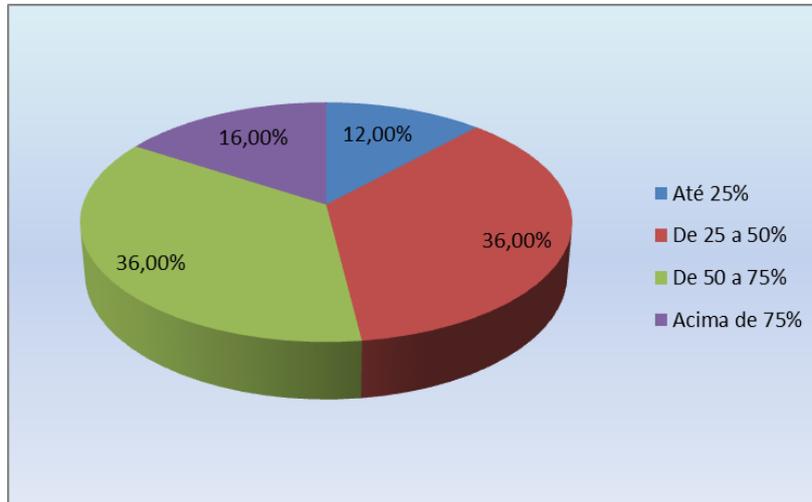
Gráfico 62: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2012 - Anos Finais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

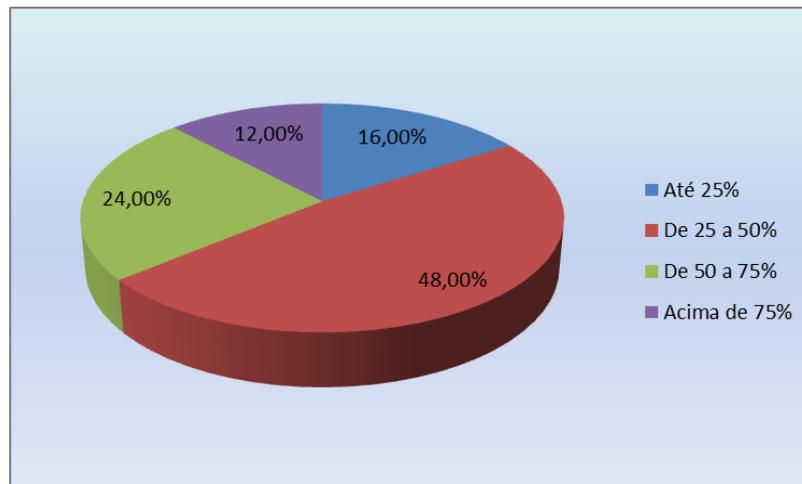


Gráfico 63: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2013 - Anos Finais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

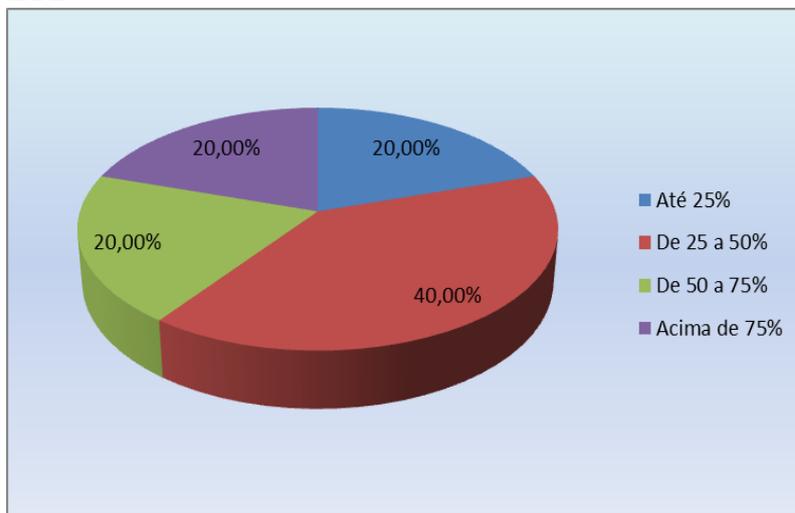
Gráfico 64: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2014 - Anos Finais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

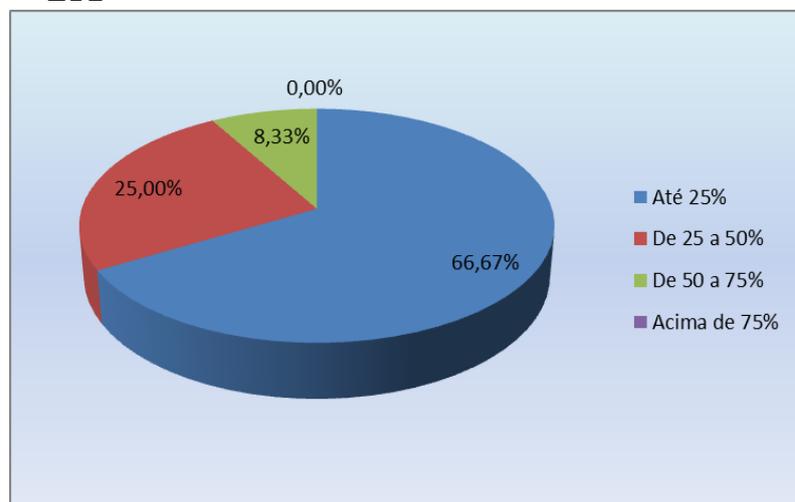


Gráfico 65: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2015 - Anos Finais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

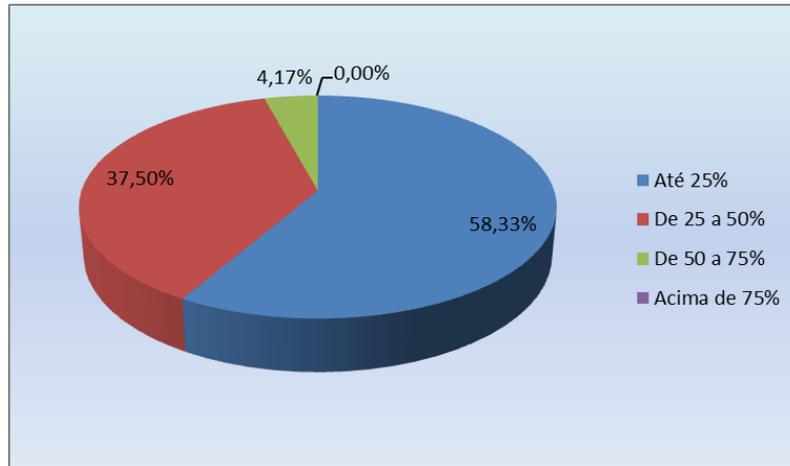
Gráfico 66: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2012 - Anos Iniciais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

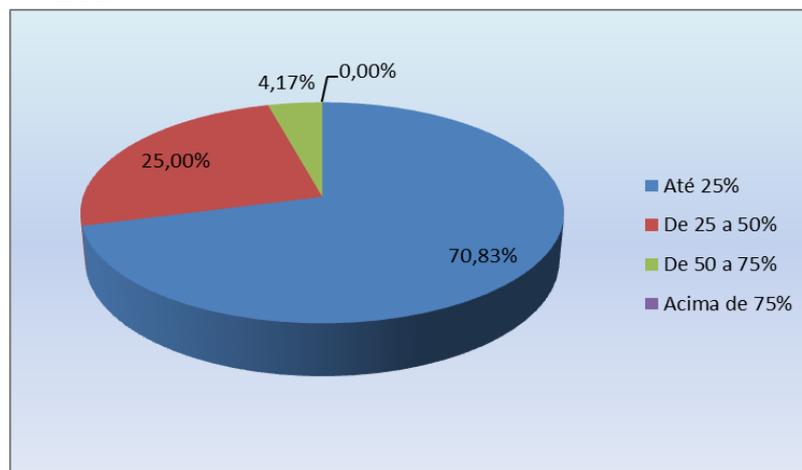


Gráfico 67: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2013 - Anos Iniciais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

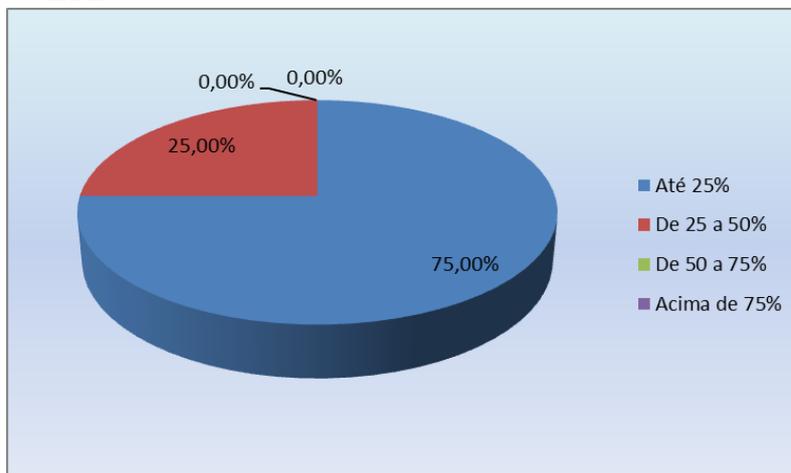
Gráfico 68: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2014 - Anos Iniciais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B



Gráfico 69: Percentual de professores de oficinas que também lecionam a base curricular nacional 2015 - Anos Iniciais - ETI



Fonte: Respostas à Requisição de Documentos nº 01/2015-B

Os dois fatores acima comentados - (1) separação dos componentes curriculares em turnos distintos de aula e (2) a atribuição das oficinas a professores que não ministram disciplinas da base curricular nacional - encerram condições pouco propícias à integração dos segmentos que constituem a proposta político-pedagógica das unidades do projeto ETI, fragilizando as relações que estabelecem entre si. Nesse contexto, assomam os riscos de que as oficinas curriculares sejam desenvolvidas de maneira excessivamente autônoma, adotando estratégias e assumindo finalidades que não coincidem necessariamente com as perseguidas pelos professores da base nacional comum. A ocorrência desta possibilidade solapa, em alguma medida, o potencial inerente à educação em tempo integral, redundando na obtenção de níveis de aprendizagem inferiores aos que seriam alcançados caso às escolas do ETI fossem asseguradas as mesmas condições conferidas às do PEI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.nº	601
Proc.	TCA-17.941/026/15

O quadro seguinte, elaborado com base tanto em normas e diretrizes traçadas pela Secretaria da Educação quanto nos apontamentos efetuados no presente relatório, sintetiza as principais diferenças entre os dois modelos de educação em tempo integral existentes na rede pública estadual de ensino:

Quadro 39: Características resumidas dos modelos de educação em tempo integral da rede pública estadual de ensino

Modelos de escolas que oferecem ensino em tempo integral na rede estadual pública de ensino		
Características	Programa Ensino Integral (PEI)	Escola de Tempo Integral (ETI)
Número de unidades	257	236
Alunos matriculados	44.047	50.290
Etapas do ensino obrigatório abrangidas	Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental
Oferta de eventos de formação profissional	As Diretorias de Ensino abordadas por esta fiscalização ofereceram, em 2015, 363 eventos de formação e aperfeiçoamento profissional para docentes de unidades do PEI, e 909 para os integrantes de suas equipes de gestão escolar	As Diretorias de Ensino abordadas por esta fiscalização ofereceram, em 2015, 91 eventos de formação e aperfeiçoamento profissional para docentes de unidades do ETI, e 139 para os integrantes de suas equipes de gestão escolar
Acompanhamento exercido pelos supervisores de ensino	Em 2015, os supervisores de ensino realizaram, em média, aproximadamente 27 visitas a unidades do PEI	Em 2015, os supervisores de ensino realizaram, em média, aproximadamente 12 visitas a unidades do ETI
Grade curricular	As disciplinas da base nacional comum e da parte diversificada do currículo são oferecidas de maneira intercalada ao longo dos dois períodos de atividade	Na maior parte das escolas, as disciplinas da base nacional comum são oferecidas todas num único período, enquanto as que compõem a parte diversificada se concentram no outro, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.n°	602
Proc.	TCA-17.941/026/15

		despeito das orientações que recomendam maior integração entre os componentes curriculares
Integração entre os componentes curriculares	As disciplinas que integram a parte diversificada do currículo devem necessariamente dialogar com os conteúdos das disciplinas da base curricular nacional	Integração desejável, mas nem sempre efetivada em razão da desarticulação entre os docentes responsáveis pelas disciplinas da base nacional comum e os que oferecem as disciplinas da parte diversificada
Processo de avaliação individual de docentes e gestores escolares	Ocorre regularmente (Avaliação 360), podendo acarretar a cessação da designação do docente para atuar em escolas PEI	Não há
Inclusão das escolas no projeto	Depende de manifestação favorável da comunidade escolar e do atendimento de uma série de condições estruturais	Depende apenas da manifestação favorável da comunidade escolar
Localização da unidade	Não há exigências a esse respeito	Unidades devem localizar-se preferencialmente em regiões de baixo IDH
Temas das disciplinas que integram a parte diversificada do currículo	Além de componentes previamente definidos, a grade curricular é constituída por disciplinas eletivas, cujo tema é livremente definido por pelo menos dois professores	Exaustivamente definidos em Resolução da Secretaria
Custo por aluno	R\$ 6.091,00 (34,15% superior ao custo per capito nas escolas "convencionais")	R\$ 4.802,00 (5,76% superior ao custo per capito nas escolas "convencionais")
Regime de atuação	Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI), em razão do qual a jornada de trabalho de professores e membros da equipe de gestão escolar é cumprida exclusivamente na unidade escolar para a	Equivalente ao dos demais professores da rede



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

Fl.n°	603
Proc.	TCA-17.941/026/15

	qual foram designados	
Benefícios adicionais	Gratificação equivalente a 75 % do valor da remuneração do cargo ou função-atividade correspondente	Não há
Requisitos exigidos para atuar em unidades do programa/projeto	Possuir experiência mínima de três anos no magistério público estadual e diploma de licenciatura plena e ser titular de cargo efetivo ou ocupante de função-atividade	Não há
Participação de professores temporários no corpo docente	Corpos docentes constituídos exclusivamente por docentes estáveis	Em 2015, os professores temporários correspondiam a 37,41% dos corpos docentes das escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental, e 34,63%, nas de anos finais
Rotatividade dos professores	Mitigada pela vedação à alteração da sede de professores cujo período de atuação na unidade para a qual foram designados seja inferior a três anos	Estabilidade do corpo docente comprometida pela elevada participação de professores temporários na oferta das disciplinas que integram a parte diversificada do currículo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	604
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

10. Conclusão

As evidências reunidas neste trabalho demonstram que as escolas vinculadas ao Programa Educação Integral obtiveram, tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Médio, índices de desempenho no SARESP significativamente superiores aos registrados pela maioria das escolas de turno parcial de aula da rede pública estadual de ensino. Além disso, o modelo pedagógico e de gestão introduzido pelo PEI, assim como as condições materiais necessárias ao seu pleno desenvolvimento, obtiveram ampla aprovação dos professores, coordenadores pedagógicos e diretores que atuam em suas unidades. Tal modelo tem induzido, inclusive, mudanças nas práticas pedagógicas adotadas pelos docentes em sala de aula. Cabe-nos enfatizar, ainda, que a parte diversificada do currículo contribui, segundo os respondentes da pesquisa, para o desenvolvimento das habilidades e competências perseguidas pelas disciplinas da base nacional comum, revelando que as matérias e conteúdos de ambos os segmentos compõem uma proposta curricular coesa.

Entretanto, sem embargo das indubitáveis qualidades do programa, a fiscalização reuniu evidências de que o desempenho das PEI no SARESP não representa, propriamente, uma evolução em relação aos resultados alcançados pelos mesmos estabelecimentos em edições anteriores, pois não apenas as instalações físicas, como também as próprias comunidades escolares foram profundamente modificadas desde o primeiro ano de funcionamento do programa.

Além disso, verificamos que o corpo discente dessas unidades reúnem, em proporções superiores ao observado em escolas localizadas nas mesmas regiões, características que normalmente associam-se a desempenhos acadêmicos mais elevados, como as indicadas nos itens abaixo:

- ✓ Os alunos matriculados nas unidades do programa são, **desde o início**, mais motivados e comprometidos com seu próprio desenvolvimento acadêmico do que os estudantes das demais unidades da rede;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	605
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

- ✓ Seus pais participam de maneira mais ativa da formação acadêmica de seus filhos e do desenvolvimento da respectiva comunidade escolar, se comparados aos responsáveis pelos alunos que frequentam escolas de período parcial de aula;
- ✓ A maior parte das PEI abordadas por esta fiscalização realiza com frequência simulados que objetivam preparar seus estudantes para as provas do SARESP;
- ✓ As PEI concentram, proporcionalmente, um número menor de alunos cujas famílias beneficiam-se de programas de transferência de renda.
- ✓ A fração dos alunos em situação de defasagem idade-série que permaneceu na unidade foi inferior a dos que preferiram continuar seus estudos em outras escolas, de período parcial de aula;
- ✓ Parte dos alunos que solicitaram transferência para outras escolas o fez em razão de suas dificuldades em corresponder às exigências estabelecidas pelo modelo PEI. Tanto que o desempenho acadêmico da maior parte deles esteve aquém do limite mínimo de aproveitamento em, pelo menos, uma das duas disciplinas utilizadas para cálculo do IDESP: Língua Portuguesa e Matemática.

Além disso, a distribuição espacial das unidades do Programa não observa - ou o faz apenas marginalmente - a Estratégia 6.2 do Plano Nacional de Educação, que preconiza a instalação de escolas de período integral de aula em distritos e bairros caracterizados pela vulnerabilidade, predominantemente.

Além dos recursos pedagógicos e das instalações prediais que as distinguem e, conseqüentemente, implicam custos operacionais mais elevados, as PEI são privilegiadas ainda na distribuição de outros recursos, em prejuízo das demais unidades da rede. No ano de 2015 a média geral de visitas dos supervisores de ensino às unidades vinculadas ao programa foi aproximadamente duas vezes maior que a registrada nas escolas de turno parcial de aula e nas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	606
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

integrantes do projeto ETI. Ademais, o número de eventos de formação e aperfeiçoamento profissional dirigidos **especificamente** aos membros das equipes escolares dos estabelecimentos PEI foi, no mesmo período, muitas vezes superior aos reservados a docentes e gestores que atuam nas escolas ETI.

As informações recolhidas nesta fiscalização revelam, ainda, a existência de indícios de que a instalação de unidades do PEI reflete negativamente sobre os resultados de aprendizagem logrados pelas unidades localizadas em suas imediações, sobretudo no Ensino Médio, tendo em vista que o desempenho no SARESP da maior parte das escolas para as quais se dirigiram os alunos que preferiram ou não puderam permanecer nas PEI, bem como daquelas de cujos corpos docentes provieram os professores designados para atuar no programa, **declinou** entre o advento no programa e a edição de 2014 do exame.

A despeito da diretriz instituída pela Estratégia 6.4 do PNE e por outros documentos técnicos elaborados pelo MEC, a fiscalização concluiu que tanto no PEI quanto do projeto ETI, as unidades cujo desenvolvimento da proposta pedagógica envolveu, em 2015, o estreitamento das interações estabelecidas com a comunidade da qual é parte - seja através da realização de atividades pedagógicas em espaços externos (públicos ou privados), seja através da participação de agentes comunitários em projetos desenvolvidos nas dependências da própria escola - representaram uma fração bastante limitada da amostragem selecionada.

Ademais, parte expressiva dos estudantes atendidos pelo PEI não residem nas proximidades da escola onde estão matriculados, o que fragiliza o aprofundamento das propostas de interação entre a escola e a comunidade onde está localizada, além de prejudicar a articulação da instituição com outros serviços e políticas públicas de alcance local.

As unidades do ETI, por sua vez, não contam com diversos recursos materiais disponíveis nas unidades do PEI, que favorecem a diversificação e o aprofundamento das experiências pedagógicas proporcionadas aos estudantes. Além disso, a maior parte das tecnologias pedagógicas introduzidas pelo PEI - como a Tutoria, o Projeto de Vida, o Clube Juvenil etc. - não integram o modelo pedagógico do projeto ETI, o qual,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	607
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

afora as disciplinas da parte diversificada do currículo, pouco se diferencia do seguido pelas escolas de turno parcial de aula. Por fim, os docentes e membros das equipes de gestão escolar desses estabelecimentos não são alcançados pelos benefícios concedidos aos profissionais designados para as escolas do PEI, como o Regime e a Gratificação de Dedicção Plena e Integral.

A estas condições pode ser atribuída, entre outros fatores, a elevada taxa de rotatividade observada nas unidades do ETI abordadas por esta fiscalização. Entre os anos de 2012 e 2015. Nas dedicadas aos anos finais do Ensino Fundamental, por exemplo, aproximadamente 40% dos professores que integravam o corpo docente desses estabelecimentos no início de um ano letivo deixaram de fazê-lo até o princípio do seguinte. Enquanto o Programa Educação Integral não permite que professores temporários sejam designados para atuar em suas unidades, nos últimos quatro anos, aproximadamente um terço dos docentes em atividades nas ETI não eram estáveis.

Por fim, se nas PEI as aulas da parte diversificada são ministradas de maneira intercalada com as da base curricular nacional, nas instituições do projeto ETI prevalece a divisão em turnos distintos, a despeito da orientação expressa no § único, art. 3º, da Resolução SE-85/13 e dos obstáculos que tal separação encerra para a integração de ambos os segmentos curriculares.

11. Proposta de encaminhamento

Diante do exposto, os autos são submetidos à consideração superior, s.m.j., com as seguintes propostas de encaminhamento:

- 1) Estabeleça as próximas unidades do Programa Educação Integral em bairros e distritos caracterizados pela elevada vulnerabilidade socioeconômica de seus moradores;
- 2) Estude a elaboração de outras estratégias, auxiliares das tecnologias pedagógicas já introduzidas pelo programa, que garantam a permanência de todos os estudantes matriculados em suas unidades, sobretudo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	608
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

dos que apresentam dificuldades em corresponder às exigências acadêmicas estabelecidas pelo modelo;

- 3) Estude a viabilidade de políticas de concessão de bolsas que impeçam a transferência dos alunos que, premidos pela necessidade de contribuir com sua renda familiar, passam a dedicar-se a atividades de natureza profissional, inviabilizando sua permanência nos estabelecimentos do programa;
- 4) Estabeleça como critério principal para a atribuição das matrículas nas unidades do PEI, quando o número de interessados for superior ao de vagas disponíveis, a distância mínima entre a residência daqueles e a localização da escola;
- 5) Introduza nas unidades do projeto ETI, quando possível, as tecnologias e métodos pedagógicos que integram o modelo do Programa Educação Integral, como a Tutoria, o Projeto de Vida, as disciplinas eletivas, o Clube Juvenil etc.;
- 6) E, finalmente, estude a promoção de estratégias que viabilizem a distribuição alternada, nos dois turnos de aula, das disciplinas da base comum e da parte diversificada do currículo, em todas as unidades do projeto ETI.

DCG-4, em 20 de abril de 2016.

Mário Henrique Farbelow
Assistente Técnico de Gabinete II

Lilian Cristina M. Robles
Agente da Fiscalização Financeira
Chefe Respondendo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	609
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

12. Referências

AMBROSETTI, Neusa B. & RIBEIRO, Maria Teresa de M. *A Escola como Espaço de Trabalho e Formação dos Professores*, in: Formação Continuada de Professores, VIII Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores, UNESP, 2005, p. 43. Disponível em <http://www.unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepfe/LinksArquivos/9eixo.pdf>

ALVES, Maria Teresa G. & FRANCO, Creso. *A Pesquisa em Eficácia Escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar*, in: BROOKE, Nigel & SOARES, José Francisco. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

BARROS, Kátia O. de. *A Escola de Tempo Integral como Política Pública Educacional: a experiência de Goianésia - GO (2001-2006)*. Brasília: Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/45/TDE-2008-06-02T142430Z-2630/Publico/Dissert_Katia%20Barros.pdf

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRZEZINSKI, Iria (org.). *LBD/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos*. São Paulo: Cortez, 2014.

CARNOY, Martin *et al.* *A Vantagem Acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola*; trad. port. Carlos Szlak. São Paulo: Ediouro, Fundação Lemann, 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	610
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

COLEMAN, James S. *Desempenho nas Escolas Públicas*, in: BROOKE, Nigel & SOARES, José Francisco. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

FELÍCIO, Fabiana de. *Fatores Associados ao Sucesso Escolar: levantamento, classificação e análise dos estudos realizados no Brasil*. São Paulo: Fundação Itaú Social, s/data. Disponível em: http://www.fundacaoitausocial.org.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/fase_ultima_versao.pdf

FELÍCIO, Fabiana & FERNANDES, Reynaldo, *O Efeito da Qualidade da Escola Sobre o Desempenho Escolar: uma avaliação do ensino fundamental no estado de São Paulo*, s/data. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A157.pdf>

GADOTTI, Moacir. *Educação Integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

HARGREAVES, Andy & FINK, Dean. *Liderança Sustentável: desenvolvendo gestores da aprendizagem*; trad. port. Adriano Moraes Migliavacca - Porto Alegre: Artmed, 2007.

LEHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos Meios Populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997

MURILLO, F. Javier & MUÑOZ-REPISO, Mercedes et al. *A Qualificação da Escola: um novo enfoque*; trad. port. Naila Tosca de Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PERRENOUD, Philippe. *Dez Novas Competências Para Ensinar*; trad. port. Patrícia Chittoni Ramos - Porto Alegre: Artmed. 2000.

RAVITCH, Diane. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*; trad. port. Marcelo Duarte - Porto Alegre: Sulina, 211.

SÃO PAULO. *Diretrizes do Programa Ensino Integral*. São Paulo: Secretaria da Educação, s/data. Disponível em <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/342.pdf>

SÃO PAULO. *Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012: Institui o Regime de Dedicção Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicção Plena e Integral -*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	611
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral, e dá outras providências.

SÃO PAULO. *Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012*: Dispõe sobre o Programa Ensino Integral em escolas públicas estaduais e altera a Lei Complementar nº 1.164, de 2012, que instituiu o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. *Lei Complementar nº 1.215, de 30 de outubro de 2013*: Altera a Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

SÃO PAULO. *Resolução SE nº 89, de 09 de dezembro de 2005*: Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral.

SÃO PAULO. *Resolução SE nº 85, de 19 de dezembro de 2013*: Dispõe sobre a reorganização curricular do ensino fundamental, na Escola de Tempo Integral - ETI, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. *Resolução SE nº 38, de 30 de julho de 2014*: Altera Matrizes curriculares constantes dos Anexos A e B da Resolução SE nº 85, de 19-12-2013, que dispõe sobre a reorganização curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Escola de Tempo Integral - ETI, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. *Resolução SE nº 52, de 02 de outubro de 2014*: Dispõe sobre a organização e o funcionamento das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, de que trata a Lei Complementar 1.164, de 4 de janeiro de 2012, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. *Resolução SE nº 58, de 17 de outubro de 2014*: Dispõe sobre o processo seletivo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral, e dá providências correlatas.

SHORE, Cris, verbete: Comunidade, in: OUTHWAITE, William & BOTTOMORES, Tom, *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, trad. port. Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves - Rio de Janeiro: Zahar, 1996.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	612
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. *O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*, trad. port. João Batista Kreuch - Petrópolis: Vozes, 2005.

TCESP. *Relatório de Fiscalização de Natureza Operacional Sobre as Condições Oferecidas nas Unidades Escolares Estaduais*. São Paulo: 2015.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula & BITAR, Sandra. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. *Estudos Avançados* [online], 2003, vol.17, n.47, pp.97-128. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a06v1747.pdf>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR

	613
Fl.nº	_____
	TCA-17.941/026/15
Proc.	_____



Diretorias de Ensino

Relação de Escolas Abrangidas pela Fiscalização	
Diretoria de Ensino 1	Americana
Diretoria de Ensino 2	Andradina
Diretoria de Ensino 3	Araraquara
Diretoria de Ensino 4	Barretos
Diretoria de Ensino 5	Caieiras
Diretoria de Ensino 6	Campinas Leste
Diretoria de Ensino 7	Capivari
Diretoria de Ensino 8	Carapicuíba
Diretoria de Ensino 9	Catanduva
Diretoria de Ensino 10	Centro Oeste
Diretoria de Ensino 11	Fernandópolis
Diretoria de Ensino 12	Guaratinguetá
Diretoria de Ensino 13	Itapeçerica da Serra
Diretoria de Ensino 14	Itapeva
Diretoria de Ensino 15	Itapevi
Diretoria de Ensino 16	Itu
Diretoria de Ensino 17	Jundiaí
Diretoria de Ensino 18	Leste 1
Diretoria de Ensino 19	Leste 2
Diretoria de Ensino 20	Limeira
Diretoria de Ensino 21	Norte 1
Diretoria de Ensino 22	Presidente Prudente
Diretoria de Ensino 23	Pindamonhangaba
Diretoria de Ensino 24	São Bernardo do Campo
Diretoria de Ensino 25	São José do Rio Preto
Diretoria de Ensino 26	São José dos Campos
Diretoria de Ensino 27	Santo André
Diretoria de Ensino 28	Santos
Diretoria de Ensino 29	São Vicente
Diretoria de Ensino 30	Sorocaba
Diretoria de Ensino 31	Sumaré
Diretoria de Ensino 32	Taubaté

PEI - 2012/2013

Relação de Escolas Abrangidas pela Fiscalização	
Escola 1	AFONSO CAFAR
Escola 2	ALEXANDRE VON HUMBOLDT
Escola 3	ALICE MARQUES DA SILVA ROCHA
Escola 4	ALTAMIR GONÇALVES
Escola 5	ANTONIO ABLAS FILHO DR
Escola 6	ANTONIO ALVES CRUZ PROF
Escola 7	ANTONIO BERRETA PROF
Escola 8	ARLINDO VIEIRA PADRE
Escola 9	AYRES DE MOURA PROF
Escola 10	CARLOS MAXIMILIANO PEREIRA DOS SANTOS
Escola 11	CAROLINA AUGUSTA SERAPHIM PROFA
Escola 12	CELSO HENRIQUE TOZZI PROF
Escola 13	CONDE DE PARNAÍBA
Escola 14	EDGARD DE MOURA BITTENCOURT DESEMBARGADOR
Escola 15	EMILIO ROMI COMENDADOR
Escola 16	ENIO VILAS BOAS PROF
Escola 17	EUNICE BUENO ROMEIRO PROFA
Escola 18	FAUSTINA PINHEIRO SILVA PROFA
Escola 19	ILZA ILMA MOELLER COPPIO PROFA
Escola 20	ISAIAS LUIZ MATIAZZO
Escola 21	JAMIL KHAUAN PROF
Escola 22	JARDIM RIVIERA
Escola 23	JAYME DE BARROS CAMARA DOM
Escola 24	JOAQUIM FERREIRA PEDRO PROF
Escola 25	JOAQUIM MARQUES DA SILVA SOBRINHO TTE
Escola 26	JOEL ANTONIO DE LIMA GENESIO PROF
Escola 27	JOSE LEVY CEL
Escola 28	LAURO GOMES DE ALMEIDA
Escola 29	LEILA MARA AVELINO PROFESSORA
Escola 30	MANOEL GRANDINI CASQUEL DR
Escola 31	MANUEL CABRAL
Escola 32	MARIA JOSE MAIA DE TOLEDO PROFA
Escola 33	NARCISO BERTOLINO CAP
Escola 34	NESTOR DE CAMARGO PREFEITO
Escola 35	NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT DR
Escola 36	NEWTON CAMARA LEAL BARROS
Escola 37	OACYR ANTONIO ELLERO PROF
Escola 38	OLIVEIRA GOMES COMENDADOR
Escola 39	PAULO DE CASTRO FERREIRA JUNIOR JORNALISTA
Escola 40	PRICILLA FERNANDES DA ROCHA
Escola 41	RAUL FERNANDES CHANCELER
Escola 42	RAUL PILLA DEPUTADO
Escola 43	RUDGE RAMOS
Escola 44	RYOITI YASSUDA
Escola 45	SUELY MARIA CAÇÃO
Escola 46	TERCIO MORAES PEREIRA VER
Escola 47	VALOIS SCORTECCI
Escola 48	VILA ALBERTINA (EXPEDITO CAMARGO FREIRE)
Escola 49	WALTER RIBAS DE ANDRADE
Escola 50	ZULMIRA DE ALMEIDA LAMBERT PROFA

PEI - 2014

Relação de Escolas Abrangidas pela Fiscalização	
Escola 1	CASIMIRO DE ABREU
Escola 2	OSWALDO ARANHA
Escola 3	OSWALDO CRUZ
Escola 4	ANISIO JOSE MOREIRA
Escola 5	MARREY JUNIOR DR
Escola 6	GENESIO BOAMORTE DR
Escola 7	SALVADOR DE LEONE
Escola 8	CLARICE COSTA CONTI PROFA
Escola 9	DALVA VIEIRA ITAVO PROFA
Escola 10	MMDC
Escola 11	TEOTONIO ALVES PEREIRA
Escola 12	BRISABELLA ALMEIDA NOBRE PROFA
Escola 13	JOSE GERALDO DE LIMA PROF
Escola 14	MARCIANO DE TOLEDO PIZA PROF
Escola 15	LEONOR MENDES DE BARROS
Escola 16	AMADEU OLIVERIO PROF
Escola 17	CRISTINA FITTIPALDI PROFA
Escola 18	ESCOLASTICA ROSA DE ALMEIDA PROFA
Escola 19	CARLOS LENCASTRE PROF
Escola 20	ANIGER FRANCISCO DE MARIA MELILLO DOM

ETI - ANOS FINAIS

Relação de Escolas Abrangidas pela Fiscalização	
Escola 1	ANTONIO BEZERRA DE ARAUJO PREFEITO
Escola 2	ANTONIO KASSAWARA KATUTOK
Escola 3	ARY GOMES CORONEL
Escola 4	AURELIO ARROBAS MARTINS
Escola 5	CECILIA MEIRELES
Escola 6	ELOI LOPES FERRAZ DOUTOR
Escola 7	FERNANDO NOBRE
Escola 8	GABRIEL GONCALVES PROFESSOR
Escola 9	GINEZ CARMONA MARTINEZ DOUTOR
Escola 10	JAMIL PEDRO SAWAYA PROF
Escola 11	JERONYMO TRAZZI
Escola 12	JOSE ANTONIO DE CASTILHO
Escola 13	JOSE BELUCIO
Escola 14	JOSE DE MOURA REZENDE MINISTRO
Escola 15	JOSE PEDRO DE MORAES
Escola 16	MANOEL BENTO DA CRUZ
Escola 17	MARILENE DE LURDES LISBOA SINGH PROFESSORA
Escola 18	MARIO PEREIRA PINTO
Escola 19	MOACYR TEIXEIRA DOUTOR
Escola 20	NARBAL FONTES PROFESSORA
Escola 21	NORA MONSENHOR
Escola 22	RENER CARAM PROFESSOR
Escola 23	ROMULO PERO PROFESSOR
Escola 24	ROSA SALLES LEITE PENTEADO PROFA
Escola 25	VICENTE PAULO ZANCHETTA PROFESSOR

ETI - ANOS INICIAIS

Relação de Escolas Abrangidas pela Fiscalização	
Escola 1	AMAURY PACHECO PROF
Escola 2	ANNITA ATALLA PROFESSORA
Escola 3	AUGUSTO DE MACEDO COSTA DOUTOR
Escola 4	BAIRRO DO TOME
Escola 5	BENEDITA DE REZENDE PROFA
Escola 6	BENEDITO ESTEVAM DOS SANTOS DOUTOR
Escola 7	CECILIANO JOSE ENNES PROFESSOR
Escola 8	ELIDE APPARECIDA CARLOS PROFESSORA
Escola 9	FORTUNATO PANDOLFI ARNONI
Escola 10	FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL
Escola 11	GERALDO TRISTAO DE LIMA PROFESSOR
Escola 12	HOMERO THON
Escola 13	JACANA ALTAIR PEREIRA GUERRINI PROFESSORA
Escola 14	JOAO BATISTA DE CAMARGO BARROS CEL
Escola 15	JOAO PINHEIRO CORREA
Escola 16	JOAQUIM DA FONSECA SARAIVA
Escola 17	LAERT JOSE TARALLO MENDES PROF
Escola 18	LAURA EMMIE PYLES PROFA
Escola 19	MILDRE ALVARES BIAGGI PROFESSORA
Escola 20	NELSON DE CASTRO MAESTRO
Escola 21	NEWTON SILVA TELLES PROFESSOR
Escola 22	OCTACILIO DE OLIVEIRA PADRE
Escola 23	SILVIO DE ALMEIDA PROF
Escola 24	SUZANA RIBEIRO SANDOVAL PROFA
Escola 25	THEODORO DE MORAES PROFESSOR

Escolas próximas às PEI 2012/13

Relação de Escolas Abrangidas pela Fiscalização	
Escola 1	Anhanguera
Escola 2	Antenor Gandra Doutor
Escola 3	João Pedro Cardoso Doutor
Escola 4	Sebastião Gusmão Prof.
Escola 5	Arnolfo Azevedo
Escola 6	Silvestre de Lima Cel.
Escola 7	Raul Venturelli Doutor
Escola 8	Fioravente Zampol
Escola 9	Jamil Saad
Escola 10	João Batista Leme
Escola 11	Maria Luiza Medeiros
Escola 12	Oscália Góes Correa Santos
Escola 13	Pastor Alberto Augusto
Escola 14	Oswaldo dos Santos Soares Prof.
Escola 15	Pio Telles Prof.
Escola 16	Ulisses de Oliveira Valente Prof.
Escola 17	Júlia Calhau Rodrigues Profa.
Escola 18	Maria Ivone M. Rosa Profa.
Escola 19	Roberto Garcia Losz
Escola 20	Tide Setubal

Alunos beneficiários de programas de transferência de renda (2015)

Escolas PEI	Alunos matriculados	Beneficiários		IDESP		Escolas próximas	Alunos matriculados	Beneficiários		Diferença	IDESP	
				EF	EM						EF	EM
ALEXANDRE VON HUMBOLDT	404	42	10,40%		3,93	Anhanguera	796	114	14,32%	37,76%	2,58	2,27
ARLINDO VIEIRA PADRE	208	81	38,94%		2,74	E.E. DR. RAUL VENTURELLI	1271	490	38,55%	-1,00%	3,15	2,4
AYRES DE MOURA PROF	531	61	11,49%	3,13		Profª Pio Telles Peixoto	739	101	13,67%	18,97%	2,64	1,59
CELSO HENRIQUE TOZZI PROF	379	24	6,33%		3,92	EE. PROFª JULIA CALHAU RODRIGUES	764	109	14,27%	125,30%		2,31
CONDE DE PARNAÍBA	393	13	3,31%		3,96	EE DR. ANTENOR S. GANDRA	850	68	8,00%	141,85%		2,55
EMILIO ROMI COMENDADOR	418	22	5,26%		4,01	EE. Profª Ulisses de Oliveira valente	848	99	11,67%	121,82%	3,94	1,85
ILZA ILMA MOELLER COPPIO PROFA	320	35	10,94%		3,88	EE MARIA LUIZA DE GUIMARÃES MEDEIROS	781	265	33,93%	210,22%		0,99
JOAQUIM FERREIRA PEDRO PROF	261	97	37,16%	2,62		E.E. Arnolfo Azevedo	1033	421	40,76%	9,66%	1,98	1,66
JOSE LEVY CEL	185	32	17,30%		4,91	E E Jamil Abrahão Saad	982	170	17,31%	0,08%	2,96	2,5
MANOEL GRANDINI CASQUEL DR	409	105	25,67%	3,14		EE. Fioravante Zampol	969	233	24,05%	-6,34%	1,8	1,28
PARQUE SANTO ANTONIO I / LEILA MARA AVELINO PROFESSORA	302	40	13,25%	3,80		EE PROF MARIA IVONE M. ROSA	1170	360	30,77%	132,31%	2,5	1,92
RAUL FERNANDES CHANCELER	280	13	4,64%		4,24	OSCALIA GOES CORREA SANTOS	950	83	8,74%	88,18%	2,56	2,25
RAUL FERNANDES CHANCELER	280	13	4,64%		4,24	JOAO BATISTA LEME	1537	115	7,48%	61,15%	3,27	2,89
RAUL FERNANDES CHANCELER	280	13	4,64%		4,24	ROBERTO GARCIA LOSZ	650	82	12,62%	171,72%	1,88	2,19
RAUL PILLA DEPUTADO	238	68	28,57%	2,88		EE TIDE SETUBAL	869	212	24,40%	-14,61%	2,81	1,51
RYOITI YASSUDA	356	24	6,74%		3,72	EE DR JOÃO PEDRO CARDOSO	374	74	19,79%	193,49%	1,99	1,08
VALOIS SCORTECCI	257	43	16,73%	3,30		E.E. Cel. Silvestre de Lima	636	99	15,57%	-6,97%	2,96	1,64
ZULMIRA DE ALMEIDA LAMBERT PROFA	336	17	5,06%		3,08	EE. PROFª OSWALDO DOS SANTOS SOARES	310	33	10,65%	110,40%	3,01	2,2
TOTAL	5277	717	13,59%			TOTAL	15529	3128	20,14%			

DA	Rendimento por Raça/Cor										Total (R\$)
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		
	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	
Moema	49.941	7.636,96	633	3.157,35	1.958	7.544,11	2.730	3.676,57	35	4.256,43	7.384,73
Morumbi	21.626	8.329,35	1.142	1.388,60	799	5.659,10	3.926	1.542,12	154	801,56	6.959,73
Jardim Paulista	54.439	7.020,31	1.098	2.517,36	2.028	6.199,19	4.170	3.109,88	45	4.411,36	6.647,48
Alto de Pinheiros	24.443	6.579,97	665	2.063,02	921	5.357,36	1.790	2.501,58	9	6.977,78	6.169,36
Itaim Bibi	56.856	6.296,55	945	2.732,60	1.890	5.640,79	3.929	2.756,51	24	4.423,75	6.004,91
Pinheiros	37.652	5.911,35	1.161	2.126,89	1.939	4.574,82	3.750	2.526,57	30	1.677,70	5.466,61
Vila Mariana	72.844	5.513,73	1.660	2.764,66	8.213	6.057,24	6.023	2.972,17	96	4.456,44	5.339,15
Consolação	35.944	5.465,52	1.072	2.794,60	1.239	5.541,95	3.512	2.695,96	29	2.501,38	5.164,51
Campo Belo	35.314	5.504,23	849	1.934,14	1.733	5.189,35	3.556	2.189,84	19	4.391,32	5.133,28
Santo Amaro	38.354	5.112,08	871	2.653,23	1.763	5.030,57	3.927	2.535,13	37	2.585,41	4.834,04
Vila Leopoldina	20.229	5.210,43	519	1.830,01	1.055	4.800,42	2.314	1.857,87	24	1.591,79	4.794,89
Perdizes	67.699	5.015,51	1.691	2.248,91	2.044	5.242,61	5.132	2.361,42	80	2.616,26	4.780,31
Barra Funda	8.194	4.252,55	313	1.896,98	281	4.859,14	1.084	1.837,03	15	2.464,00	3.927,67
Saúde	66.352	3.951,03	2.352	2.125,20	12.176	4.367,06	7.013	2.093,34	70	2.051,37	3.810,18
Lapa	38.020	3.886,17	1.033	1.979,74	1.219	4.163,21	3.537	1.921,46	41	2.493,78	3.689,18
Vila Andrade	40.321	5.279,06	3.383	1.132,80	1.312	6.278,18	23.418	1.013,17	54	1.706,63	3.631,95
Bela Vista	37.746	3.863,64	2.552	1.868,12	2.295	4.166,46	8.134	1.899,62	82	1.930,50	3.459,55
Tatuapé	51.139	3.421,93	1.258	2.819,23	1.984	3.524,85	5.234	2.302,31	36	1.930,97	3.313,50
Butantã	27.780	3.423,19	1.560	1.822,64	2.484	3.507,28	3.950	1.851,74	35	2.669,89	3.185,22
Santa Cecília	45.271	3.516,11	2.666	1.880,92	1.709	3.615,62	9.145	1.718,89	88	2.439,57	3.164,21
Santana	62.695	3.376,45	2.706	1.855,58	2.501	3.805,06	8.224	1.751,00	68	1.643,44	3.159,52
Liberdade	30.877	3.441,62	1.579	1.706,17	7.497	3.472,91	6.410	1.568,76	43	3.304,00	3.128,80
Vila Sônia	43.918	3.569,42	3.134	1.470,09	3.487	3.627,03	13.972	1.184,97	57	1.938,95	2.953,22
Campo Grande	45.282	3.237,62	2.678	1.806,28	2.057	3.537,22	10.633	1.815,82	55	2.141,45	2.934,59
Mooça	41.976	3.076,20	1.049	1.881,25	1.234	3.619,54	4.510	1.662,85	60	1.433,67	2.931,70
Socorro	15.634	3.003,52	792	2.573,06	1.079	3.156,52	3.961	2.356,37	38	1.253,68	2.873,05
Cambuci	17.811	2.902,09	937	1.686,32	1.185	3.725,13	3.836	1.519,13	58	1.260,19	2.668,57
Ipiranga	50.019	2.749,29	2.789	1.423,46	2.377	3.295,52	10.804	1.265,37	58	2.268,45	2.469,80
Cursino	45.592	2.639,07	3.785	1.345,85	5.732	3.558,84	11.814	1.197,24	42	1.566,12	2.389,66
Rio Pequeno	43.737	2.727,17	4.999	1.292,50	2.994	3.467,86	16.371	1.241,64	178	1.624,39	2.295,56
Água Rasa	43.520	2.348,39	1.325	1.434,32	1.254	2.296,82	5.611	1.457,49	41	2.339,51	2.227,14
Vila Formosa	43.543	2.355,34	2.618	1.303,34	1.030	2.862,01	8.669	1.206,68	20	1.191,50	2.136,78
Belém	20.899	2.351,98	1.074	1.609,11	716	2.585,48	5.401	1.217,84	109	1.058,53	2.107,39
Mandaqui	47.795	2.312,79	3.960	1.443,09	1.267	2.678,02	11.587	1.394,71	44	1.763,09	2.101,77
República	27.615	2.334,71	2.794	1.731,69	1.573	1.918,54	9.663	1.494,63	177	1.384,89	2.080,65
Jaguaré	18.687	2.428,61	1.627	1.256,32	1.240	3.075,68	7.772	1.171,84	61	1.488,52	2.056,68
Jabaquara	83.030	2.408,61	9.793	1.239,18	7.680	3.093,78	33.640	1.185,62	146	1.362,12	2.055,01
Carrão	38.642	2.148,94	2.295	1.465,73	3.538	2.127,04	6.442	1.390,51	47	1.544,57	2.020,23
Tucuruvi	49.059	2.136,03	3.314	1.519,12	1.767	2.354,29	8.731	1.391,72	61	987,7	2.005,30
Vila Prudente	50.152	2.107,93	2.051	1.265,72	1.565	2.237,41	9.055	1.209,29	17	1.929,41	1.954,13
Vila Guilherme	26.294	2.109,34	1.340	1.426,44	555	2.491,01	5.780	1.215,42	62	885,65	1.934,62
Casa Verde	34.864	2.136,55	4.579	1.195,99	2.233	2.046,48	9.682	1.226,81	139	972,15	1.874,83
Penha	58.226	1.789,51	4.448	1.346,55	1.824	2.087,60	13.861	1.272,51	80	1.192,50	1.679,35
Pirituba	66.609	1.860,50	5.893	1.303,92	1.147	2.494,50	23.487	1.168,35	89	1.441,58	1.666,66
São Domingos	32.666	1.883,84	2.682	1.180,91	582	2.308,96	11.830	1.092,21	21	1.499,52	1.653,40
Vila Matilde	45.003	1.755,84	4.530	1.261,80	2.142	1.855,36	11.228	1.305,64	56	1.484,29	1.643,15
Bom Retiro	10.722	1.748,99	816	1.168,88	2.627	2.427,20	4.812	1.065,93	88	1.207,73	1.642,71
Jaguara	10.825	1.745,24	777	1.421,62	180	2.235,58	3.044	1.299,64	12	1.349,25	1.642,51
Freguesia do Ó	59.192	1.788,01	5.965	1.235,51	957	2.337,03	19.144	1.216,19	74	1.465,92	1.626,98
Pari	6.540	1.903,93	534	981,9	395	2.300,32	3.115	1.006,05	41	1.131,95	1.606,11
Limão	32.167	1.787,08	4.993	1.190,80	708	2.046,39	10.298	1.153,49	52	1.017,06	1.593,00
Sacomã	95.268	1.764,70	8.734	1.273,50	3.442	2.219,32	35.776	1.097,99	165	1.129,31	1.578,61
Brás	11.781	1.692,77	1.186	1.349,68	561	1.933,80	5.001	1.122,28	83	762,42	1.520,73
São Lucas	61.814	1.586,29	3.964	1.291,97	1.889	1.684,53	16.266	1.158,35	55	2.258,75	1.491,51
Raposo Tavares	28.673	1.751,73	5.261	1.108,36	1.050	2.489,03	19.275	1.065,56	40	1.004,38	1.459,53
Vila Maria	42.293	1.654,05	3.346	1.038,41	909	2.210,93	17.242	954,11	197	787,53	1.438,49
Sé	8.288	1.482,56	940	1.173,82	1.226	1.815,09	4.965	1.208,80	17	916,76	1.401,49
Aricanduva	36.048	1.477,10	3.143	1.188,28	1.515	1.627,65	10.803	1.084,60	41	1.195,12	1.381,44
Ponte Rasa	33.421	1.498,58	4.068	1.105,34	1.275	1.731,42	14.253	1.094,99	46	936,87	1.365,13

DA	Rendimento por Raça/Cor										Total (R\$)
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		
	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	Pessoas	R\$	
Tremembé	63.115	1.590,85	7.567	1.054,75	1.355	1.848,63	32.838	940,69	136	1.241,12	1.351,78
Parque do Carmo	20.311	1.516,31	2.523	1.122,83	426	2.174,68	11.219	1.032,12	12	1.958,83	1.338,32
Campo Limpo	58.527	1.536,25	9.594	1.132,33	1.770	2.210,98	45.256	1.055,79	179	1.129,56	1.323,83
Jaçanã	32.669	1.461,16	4.450	1.047,01	596	2.323,09	13.030	1.006,64	44	1.005,55	1.317,99
Cachoeirinha	43.616	1.452,64	8.041	1.076,25	969	1.806,31	24.766	1.011,57	122	1.260,63	1.276,79
Cidade Lider	41.157	1.375,25	5.662	1.169,82	983	1.662,88	20.870	1.074,71	80	1.045,39	1.270,83
Cidade Dutra	56.853	1.439,82	8.791	1.070,48	1.539	1.808,08	39.045	1.043,91	78	1.152,51	1.268,98
Vila Medeiros	48.174	1.361,72	5.619	1.097,91	1.044	1.586,27	19.863	1.067,56	128	830,64	1.266,05
Cangaíba	45.252	1.390,39	6.114	1.104,17	983	1.581,71	22.069	1.040,05	135	970,15	1.264,97
Artur Alvim	38.624	1.315,91	6.725	1.152,67	907	1.459,72	16.336	1.098,68	39	1.548,72	1.243,95
Cidade Ademar	69.296	1.495,82	14.017	967,75	1.885	2.189,89	55.728	926,29	129	966,15	1.227,13
Ermelino Matarazzo	33.418	1.307,70	4.785	1.111,69	735	1.628,75	21.248	1.029,09	77	1.006,75	1.197,43
Itaquera	57.075	1.301,36	10.755	1.131,37	1.287	1.632,85	37.451	1.026,39	113	1.007,08	1.191,38
São Mateus	48.945	1.252,08	5.846	1.094,44	1.408	1.467,47	23.907	1.029,36	56	935,18	1.177,72
São Miguel	26.731	1.250,64	3.687	1.001,37	637	1.477,32	17.553	988,51	51	845,14	1.139,74
Jardim São Luís	68.898	1.254,94	12.917	989,43	1.263	1.475,07	61.943	966,79	142	1.467,67	1.110,48
Jaraguá	49.850	1.177,57	9.389	1.022,89	493	1.774,62	34.994	968,49	120	828,58	1.087,78
José Bonifácio	34.296	1.133,07	7.480	1.059,36	497	1.138,77	23.919	977,14	64	1.156,11	1.068,52
Vila Jacuí	36.177	1.192,65	6.410	927,29	687	1.457,31	28.632	919,53	86	927,67	1.062,61
Capão Redondo	63.243	1.150,93	13.744	962,82	1.120	1.330,85	62.314	927,31	185	1.113,72	1.034,82
Pedreira	34.389	1.171,10	6.975	910,65	708	1.477,65	31.064	895,9	56	975,04	1.032,30
Guaianases	25.184	1.158,56	5.856	933,1	272	1.236,88	20.974	886,61	38	1.081,79	1.024,67
Sapopemba	87.365	1.096,23	10.957	952,93	1.035	1.183,41	52.061	911,26	126	1.125,71	1.022,94
Anhanguera	16.433	1.119,58	2.630	956,55	197	1.180,74	14.900	919,8	43	1.136,44	1.020,39
Perus	19.227	1.090,14	3.344	946,5	289	1.110,24	15.010	915,99	75	855,95	1.008,28
Vila Curuçá	35.852	1.097,13	6.513	927,5	733	1.300,92	32.078	893,29	57	925,09	997,39
Brasilândia	66.156	1.082,73	15.977	913,72	1.011	1.568,74	52.254	865,29	155	1.036,25	982,56
São Rafael	35.731	1.046,29	5.297	881,61	456	1.005,41	26.846	836,49	124	845,27	950,63
Itaim Paulista	47.263	978,02	10.673	894,41	710	1.114,82	47.788	853,46	127	772,42	914,45
Iguatemi	28.613	963,82	4.752	929,14	376	1.044,31	26.067	849,32	61	928,72	911,68
Grajaú	74.763	966,77	18.155	894,68	1.343	997,63	84.376	860,72	195	941,87	909,62
Jardim Helena	27.721	967,3	5.298	879,08	346	1.031,58	29.230	833,66	57	898,46	897,78
Parelheiros	25.290	985,92	5.470	833,38	582	1.136,36	28.227	808,08	183	631,34	888,32
Jardim Ângela	55.454	959,41	14.576	864,04	1.048	1.022,88	70.959	835,19	153	826,23	887,97
Cidade Tiradentes	42.576	895,21	14.437	892,56	453	830,04	41.558	831,8	128	1.120,55	868,24
Lajeado	33.424	914,26	8.068	837,21	366	901,16	36.731	818,84	144	690,99	861,38
Marsilac	1.863	825,06	276	793,82	58	865,31	1.522	704,15	23	490,7	772,15
Total	3.944.872	2.463,91	443.291	1.144,90	156.599	3.250,63	1.767.868	1.068,13	7.462	1.325,98	1.999,11

Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo

Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de anos de estudo, segundo os Distritos Administrativos do Município de São Paulo, 2000

Distritos Administrativos	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes																
	Total	Grupos de anos de estudo															
		Sem instrução e menos de 1 ano (A)	1 a 3 (B) anos	A+B	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados								
São Paulo.....	2 985 977	181 960	6,09%	349 101	11,69%	531.061	17,79%	920 362	30,82%	490 876	16,44%	617 162	20,67%	420 386	14,08%	6 130	0,21%
Jardim Paulista.....	32 712	98	0,30%	459	1,40%	557	1,70%	2 111	6,45%	2 492	7,62%	8 047	24,60%	19 451	59,46%	54	0,17%
Moema.....	26 371	98	0,37%	366	1,39%	464	1,76%	1 898	7,20%	1 912	7,25%	6 102	23,14%	15 863	60,15%	132	0,50%
Pinheiros.....	23 253	166	0,71%	526	2,26%	692	2,98%	2 415	10,39%	2 152	9,25%	5 843	25,13%	12 085	51,97%	66	0,28%
Consolação.....	21 781	142	0,65%	592	2,72%	734	3,37%	1 984	9,11%	2 203	10,11%	6 197	28,45%	10 538	48,38%	125	0,57%
Itaim Bibi.....	29 566	226	0,76%	795	2,69%	1.021	3,45%	2 903	9,82%	2 552	8,63%	7 666	25,93%	15 233	51,52%	191	0,65%
Vila Mariana.....	43 351	352	0,81%	1 165	2,69%	1.517	3,50%	4 205	9,70%	3 823	8,82%	11 173	25,77%	22 511	51,93%	122	0,28%
Perdizes.....	35 576	364	1,02%	1 039	2,92%	1.403	3,94%	4 008	11,27%	3 333	9,37%	9 265	26,04%	17 443	49,03%	124	0,35%
Alto de Pinheiros.....	13 696	114	0,83%	427	3,12%	541	3,95%	1 554	11,35%	1 485	10,84%	3 295	24,06%	6 649	48,55%	172	1,26%
Santo Amaro.....	18 898	218	1,15%	633	3,35%	851	4,50%	2 509	13,28%	1 924	10,18%	5 208	27,56%	8 393	44,41%	13	0,07%
Saúde.....	39 748	571	1,44%	1 539	3,87%	2.110	5,31%	5 745	14,45%	4 100	10,31%	11 010	27,70%	16 742	42,12%	41	0,10%
Santa Cecília.....	26 151	335	1,28%	1 129	4,32%	1.464	5,60%	3 770	14,42%	3 413	13,05%	8 330	31,85%	9 111	34,84%	63	0,24%
Bela Vista.....	24 697	323	1,31%	1 064	4,31%	1.387	5,62%	3 371	13,65%	2 945	11,92%	7 395	29,94%	9 551	38,67%	48	0,19%
Campo Belo.....	21 503	375	1,74%	941	4,38%	1.316	6,12%	2 741	12,75%	1 878	8,73%	5 762	26,80%	9 795	45,55%	11	0,05%
Santana.....	36 125	576	1,59%	1 719	4,76%	2.295	6,35%	6 916	19,14%	4 379	12,12%	10 842	30,01%	11 632	32,20%	61	0,17%
Liberdade.....	21 941	435	1,98%	1 047	4,77%	1.482	6,75%	3 302	15,05%	2 568	11,70%	6 785	30,92%	7 788	35,50%	16	0,07%
Lapa.....	19 867	336	1,69%	1 010	5,08%	1.346	6,78%	3 991	20,09%	2 550	12,84%	5 772	29,05%	6 191	31,16%	17	0,09%
Butantã.....	16 388	319	1,95%	849	5,18%	1.168	7,13%	2 798	17,07%	1 908	11,64%	4 194	25,59%	6 256	38,17%	64	0,39%
Tatuapé.....	25 791	499	1,93%	1 381	5,35%	1.880	7,29%	5 953	23,08%	3 109	12,05%	7 499	29,08%	7 333	28,43%	17	0,07%
Mooca.....	20 629	389	1,89%	1 181	5,72%	1.570	7,61%	4 607	22,33%	2 824	13,69%	6 091	29,53%	5 520	26,76%	17	0,08%
República.....	20 810	395	1,90%	1 210	5,81%	1.605	7,71%	3 824	18,38%	3 491	16,78%	7 181	34,51%	4 608	22,14%	101	0,49%
Morumbi.....	9 578	259	2,70%	517	5,40%	776	8,10%	995	10,39%	1 165	12,16%	2 040	21,30%	4 373	45,66%	229	2,39%
Barra Funda.....	4 480	102	2,28%	263	5,87%	365	8,15%	730	16,29%	475	10,60%	1 329	29,67%	1 574	35,13%	7	0,16%
Campo Grande.....	27 243	785	2,88%	1 701	6,24%	2.486	9,13%	5 229	19,19%	3 931	14,43%	8 137	29,87%	7 327	26,89%	133	0,49%
Cambuci.....	8 924	245	2,75%	579	6,49%	824	9,23%	2 097	23,50%	1 400	15,69%	2 604	29,18%	1 996	22,37%	3	0,03%
Belém.....	11 678	279	2,39%	909	7,78%	1.188	10,17%	3 274	28,04%	1 803	15,44%	3 241	27,75%	2 139	18,32%	33	0,28%
Tucuruvi.....	29 696	958	3,23%	2 196	7,39%	3.154	10,62%	7 843	26,41%	4 738	15,96%	8 667	29,19%	5 269	17,74%	25	0,08%
Vila Leopoldina.....	7 933	330	4,16%	552	6,96%	882	11,12%	1 610	20,29%	994	12,53%	2 044	25,77%	2 294	28,92%	109	1,37%
Socorro.....	11 423	424	3,71%	950	8,32%	1.374	12,03%	2 945	25,78%	1 763	15,43%	2 988	26,16%	2 343	20,51%	10	0,09%
Paí.....	4 408	179	4,06%	353	8,01%	532	12,07%	1 420	32,21%	833	18,90%	1 093	24,80%	521	11,82%	9	0,20%
Mandaqui.....	30 027	1 204	4,01%	2 486	8,28%	3.690	12,29%	7 614	25,36%	4 529	15,08%	8 544	28,45%	5 583	18,59%	67	0,22%
Bom Retiro.....	8 213	276	3,36%	734	8,94%	1.010	12,30%	2 177	26,51%	1 312	15,97%	2 404	29,27%	1 301	15,84%	9	0,11%
Vila Guilherme.....	15 122	488	3,23%	1 390	9,19%	1.878	12,42%	4 724	31,24%	2 472	16,35%	3 970	26,25%	2 025	13,39%	53	0,35%
Ipiranga.....	30 647	1 172	3,82%	2 694	8,79%	3.866	12,61%	8 561	27,93%	4 970	16,22%	7 636	24,92%	5 539	18,07%	75	0,24%
Cursino.....	30 209	1 331	4,41%	2 596	8,59%	3.927	13,00%	7 693	25,47%	4 859	16,08%	7 522	24,90%	6 143	20,33%	65	0,22%
Casa Verde.....	24 395	928	3,80%	2 279	9,34%	3.207	13,15%	7 255	29,74%	4 260	17,46%	6 334	25,96%	3 290	13,49%	49	0,20%

Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo

Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de anos de estudo, segundo os Distritos Administrativos do Município de São Paulo, 2000

Distritos Administrativos	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes																
	Total	Grupos de anos de estudo															
		Sem instrução e menos de 1 ano (A)	1 a 3 (B) anos	A+B	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados								
Água Rasa.....	26 554	1 107	4,17%	2 443	9,20%	3.550	13,37%	8 145	30,67%	4 096	15,43%	6 586	24,80%	4 144	15,61%	33	0,12%
Carrão.....	22 992	1 023	4,45%	2 098	9,12%	3.121	13,57%	7 093	30,85%	3 681	16,01%	5 829	25,35%	3 226	14,03%	42	0,18%
Penha.....	37 451	1 511	4,03%	3 588	9,58%	5.099	13,62%	11 828	31,58%	6 401	17,09%	9 392	25,08%	4 649	12,41%	82	0,22%
Brás.....	8 167	288	3,53%	861	10,54%	1.149	14,07%	2 130	26,08%	1 329	16,27%	2 206	27,01%	1 344	16,46%	9	0,11%
Sé.....	7 676	420	5,47%	666	8,68%	1.086	14,15%	2 068	26,94%	1 563	20,36%	2 098	27,33%	851	11,09%	10	0,13%
Vila Matilde.....	29 824	1 362	4,57%	3 014	10,11%	4.376	14,67%	9 723	32,60%	5 106	17,12%	7 488	25,11%	3 090	10,36%	41	0,14%
Jaguara.....	7 488	362	4,83%	784	10,47%	1.146	15,30%	2 687	35,88%	1 387	18,52%	1 744	23,29%	483	6,45%	41	0,55%
Vila Sônia.....	24 830	1 423	5,73%	2 412	9,71%	3.835	15,45%	5 680	22,88%	3 156	12,71%	5 276	21,25%	6 806	27,41%	77	0,31%
Vila Formosa.....	27 766	1 369	4,93%	2 927	10,54%	4.296	15,47%	9 214	33,18%	4 542	16,36%	6 427	23,15%	3 251	11,71%	36	0,13%
Freguesia do Ó.....	41 818	1 935	4,63%	4 644	11,11%	6.579	15,73%	12 980	31,04%	7 377	17,64%	10 288	24,60%	4 536	10,85%	58	0,14%
Limão.....	23 353	1 287	5,51%	2 413	10,33%	3.700	15,84%	7 480	32,03%	3 934	16,85%	5 719	24,49%	2 491	10,67%	29	0,12%
São Domingos.....	23 542	1 189	5,05%	2 637	11,20%	3.826	16,25%	7 326	31,12%	4 242	18,02%	5 376	22,84%	2 743	11,65%	29	0,12%
Vila Prudente.....	31 187	1 718	5,51%	3 369	10,80%	5.087	16,31%	9 485	30,41%	5 110	16,39%	7 291	23,38%	4 157	13,33%	57	0,18%
Artur Alvim.....	31 595	1 552	4,91%	3 709	11,74%	5.261	16,65%	11 035	34,93%	6 169	19,53%	7 240	22,92%	1 816	5,75%	74	0,23%
Jabaquara.....	62 416	3 668	5,88%	6 729	10,78%	10.397	16,66%	16 831	26,97%	9 588	15,36%	14 328	22,96%	11 168	17,89%	104	0,17%
Pirituba.....	46 902	2 580	5,50%	5 262	11,22%	7.842	16,72%	14 753	31,45%	8 410	17,93%	11 321	24,14%	4 497	9,59%	79	0,17%
José Bonifácio.....	28 621	1 502	5,25%	3 302	11,54%	4.804	16,78%	10 239	35,77%	5 883	20,55%	6 552	22,89%	1 094	3,82%	49	0,17%
Aricanduva.....	26 109	1 510	5,78%	3 080	11,80%	4.590	17,58%	9 318	35,69%	4 720	18,08%	5 566	21,32%	1 867	7,15%	48	0,18%
São Lucas.....	40 861	2 331	5,70%	4 897	11,98%	7.228	17,69%	13 510	33,06%	7 229	17,69%	9 439	23,10%	3 367	8,24%	88	0,22%
Jaçanã.....	24 412	1 477	6,05%	2 887	11,83%	4.364	17,88%	8 530	34,94%	4 287	17,56%	5 370	22,00%	1 814	7,43%	47	0,19%
Cangaíba.....	38 394	2 292	5,97%	4 572	11,91%	6.864	17,88%	13 325	34,71%	6 933	18,06%	8 579	22,34%	2 635	6,86%	58	0,15%
Ponte Rasa.....	27 640	1 681	6,08%	3 274	11,85%	4.955	17,93%	9 167	33,17%	5 102	18,46%	6 395	23,14%	1 993	7,21%	28	0,10%
Sacomã.....	66 238	4 042	6,10%	8 057	12,16%	12.099	18,27%	21 470	32,41%	11 241	16,97%	14 523	21,93%	6 791	10,25%	114	0,17%
Jaguareé.....	12 359	980	7,93%	1 351	10,93%	2.331	18,86%	3 214	26,01%	1 597	12,92%	2 834	22,93%	2 372	19,19%	11	0,09%
Cidade Lider.....	31 125	2 108	6,77%	3 882	12,47%	5.990	19,24%	11 182	35,93%	5 935	19,07%	6 299	20,24%	1 668	5,36%	51	0,16%
Rio Pequeno.....	31 135	1 984	6,37%	4 055	13,02%	6.039	19,40%	8 664	27,83%	4 533	14,56%	6 812	21,88%	5 038	16,18%	49	0,16%
Vila Medeiros.....	40 015	2 657	6,64%	5 256	13,14%	7.913	19,78%	13 692	34,22%	7 170	17,92%	8 622	21,55%	2 591	6,48%	27	0,07%
Cidade Tiradentes.....	49 677	3 200	6,44%	6 691	13,47%	9.891	19,91%	20 024	40,31%	11 319	22,79%	7 775	15,65%	635	1,28%	33	0,07%
Jaraguá.....	38 423	2 640	6,87%	5 027	13,08%	7.667	19,95%	14 659	38,15%	7 890	20,53%	7 160	18,63%	943	2,45%	104	0,27%
Ermelino Matarazzo.....	29 241	2 066	7,07%	3 910	13,37%	5.976	20,44%	10 532	36,02%	5 584	19,10%	5 711	19,53%	1 407	4,81%	31	0,11%
Itaquera.....	53 442	3 821	7,15%	7 130	13,34%	10.951	20,49%	19 419	36,34%	10 176	19,04%	10 222	19,13%	2 559	4,79%	115	0,22%
Vila Maria.....	32 386	2 437	7,52%	4 206	12,99%	6.643	20,51%	11 647	35,96%	5 358	16,54%	6 143	18,97%	2 516	7,77%	79	0,24%
Tremembé.....	43 878	3 432	7,82%	5 620	12,81%	9.052	20,63%	15 319	34,91%	7 394	16,85%	8 201	18,69%	3 818	8,70%	94	0,21%
São Mateus.....	41 911	3 012	7,19%	5 682	13,56%	8.694	20,74%	15 054	35,92%	8 611	20,55%	7 865	18,77%	1 558	3,72%	129	0,31%
Raposo Tavares.....	24 617	1 734	7,04%	3 409	13,85%	5.143	20,89%	8 408	34,16%	4 462	18,13%	4 849	19,70%	1 693	6,88%	62	0,25%
Cidade Dutra.....	51 091	3 730	7,30%	7 221	14,13%	10.951	21,43%	17 042	33,36%	9 506	18,61%	10 200	19,96%	3 265	6,39%	127	0,25%

Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo

Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de anos de estudo, segundo os Distritos Administrativos do Município de São Paulo, 2000

Distritos Administrativos	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes																
	Total	Grupos de anos de estudo															
		Sem instrução e menos de 1 ano (A)	1 a 3 (B) anos	A+B		4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados							
Campo Limpo.....	52 178	4 224	8,10%	7 154	13,71%	11.378	21,81%	18 286	35,05%	9 444	18,10%	9 538	18,28%	3 363	6,45%	169	0,32%
Anhanguera.....	9 376	683	7,28%	1 382	14,74%	2.065	22,02%	3 795	40,48%	1 882	20,07%	1 444	15,40%	177	1,89%	13	0,14%
Parque do Carmo.....	16 886	1 401	8,30%	2 369	14,03%	3.770	22,33%	6 231	36,90%	3 173	18,79%	2 971	17,59%	725	4,29%	16	0,09%
Cachoeirinha.....	39 761	3 362	8,46%	5 526	13,90%	8.888	22,35%	14 195	35,70%	6 863	17,26%	7 481	18,81%	2 300	5,78%	34	0,09%
São Miguel.....	26 660	2 290	8,59%	3 754	14,08%	6.044	22,67%	9 216	34,57%	5 008	18,78%	5 055	18,96%	1 320	4,95%	17	0,06%
Jardim São Luís.....	66 008	5 253	7,96%	9 983	15,12%	15.236	23,08%	23 632	35,80%	12 169	18,44%	11 636	17,63%	3 215	4,87%	120	0,18%
Sapopemba.....	76 110	6 159	8,09%	11 684	15,35%	17.843	23,44%	30 077	39,52%	14 854	19,52%	11 117	14,61%	2 107	2,77%	112	0,15%
Perus.....	18 733	1 664	8,88%	2 785	14,87%	4.449	23,75%	7 721	41,22%	3 514	18,76%	2 528	13,49%	507	2,71%	14	0,07%
Cidade Ademar.....	65 772	6 094	9,27%	9 949	15,13%	16.043	24,39%	22 856	34,75%	11 666	17,74%	10 980	16,69%	4 133	6,28%	94	0,14%
Guaianases.....	25 598	2 089	8,16%	4 156	16,24%	6.245	24,40%	10 250	40,04%	4 819	18,83%	3 767	14,72%	485	1,89%	32	0,13%
Capão Redondo.....	64 567	5 899	9,14%	10 306	15,96%	16.205	25,10%	24 323	37,67%	11 871	18,39%	9 765	15,12%	2 297	3,56%	106	0,16%
Vila Jacuí.....	37 257	3 448	9,25%	6 032	16,19%	9.480	25,44%	13 790	37,01%	6 765	18,16%	5 913	15,87%	1 250	3,36%	59	0,16%
São Rafael.....	33 055	2 926	8,85%	5 491	16,61%	8.417	25,46%	13 677	41,38%	6 288	19,02%	4 210	12,74%	418	1,26%	45	0,14%
Pedreira.....	33 605	3 079	9,16%	5 483	16,32%	8.562	25,48%	12 783	38,04%	6 397	19,04%	4 716	14,03%	1 098	3,27%	49	0,15%
Vila Curuçá.....	38 603	3 328	8,62%	6 547	16,96%	9.875	25,58%	14 692	38,06%	7 168	18,57%	5 771	14,95%	1 059	2,74%	38	0,10%
Brasilândia.....	65 478	6 144	9,38%	10 624	16,23%	16.768	25,61%	25 247	38,56%	11 826	18,06%	9 533	14,56%	2 005	3,06%	99	0,15%
Itaim Paulista.....	55 024	5 349	9,72%	8 886	16,15%	14.235	25,87%	21 659	39,36%	10 335	18,78%	7 630	13,87%	1 121	2,04%	44	0,08%
Vila Andrade.....	20 992	1 929	9,19%	3 545	16,89%	5.474	26,08%	4 770	22,72%	2 241	10,68%	2 898	13,81%	5 500	26,20%	109	0,52%
Jardim Helena.....	36 594	3 866	10,56%	6 323	17,28%	10.189	27,84%	14 236	38,90%	6 559	17,92%	4 858	13,28%	718	1,96%	34	0,09%
Grajaú.....	86 223	8 537	9,90%	16 087	18,66%	24.624	28,56%	35 303	40,94%	15 641	18,14%	9 353	10,85%	1 065	1,24%	237	0,27%
Lajeado.....	40 553	4 320	10,65%	7 728	19,06%	12.048	29,71%	16 963	41,83%	6 678	16,47%	4 413	10,88%	422	1,04%	29	0,07%
Iguatemi.....	25 954	2 754	10,61%	5 031	19,38%	7.785	30,00%	10 762	41,47%	4 629	17,84%	2 566	9,89%	197	0,76%	15	0,06%
Jardim Ângela.....	64 950	6 825	10,51%	12 670	19,51%	19.495	30,02%	26 610	40,97%	11 055	17,02%	6 498	10,00%	1 150	1,77%	142	0,22%
Parelheiros.....	25 960	3 219	12,40%	4 818	18,56%	8.037	30,96%	10 801	41,61%	4 221	16,26%	2 431	9,36%	450	1,73%	20	0,08%
Marsilac.....	2 114	397	18,78%	452	21,38%	849	40,16%	842	39,83%	244	11,54%	154	7,28%	18	0,85%	7	0,33%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Visitas às escolas realizadas pelos supervisores de ensino em 2015

Diretoria de Ensino	PEI					ETI					Unidades de período parcial					Total		
	Unidades		Visitas		Média	Unidades		Visitas		Média	Unidades		Visitas		Média	Unidades	Visitas	Média
Americana	11	13,25%	206	15,79%	18,73	5	6,02%	33	2,53%	6,60	67	80,72%	1066	81,69%	15,91	83	1305	15,72
Andradina	3	10,00%	65	10,67%	21,67	2	6,67%	35	5,75%	17,50	25	83,33%	509	83,58%	20,36	30	609	20,30
Araraquara	7	10,29%	144	36,09%	20,57	4	5,88%	15	3,76%	3,75	57	83,82%	240	60,15%	4,21	68	399	5,87
Barretos	3	8,57%	111	17,02%	37,00	5	14,29%	60	9,20%	12,00	27	77,14%	481	73,77%	17,81	35	652	18,63
Caieiras	6	7,06%	214	12,62%	35,67	0	0,00%	0	0,00%	0,00	79	92,94%	1482	87,38%	18,76	85	1696	19,95
Campinas Leste	5	5,95%	208	20,78%	41,60	3	3,57%	19	1,90%	6,33	76	90,48%	774	77,32%	10,18	84	1001	11,92
Capivari	1	2,44%	60	9,24%	60,00	2	4,88%	12	1,85%	6,00	38	92,68%	577	88,91%	15,18	41	649	15,83
Carapicuíba	2	2,33%	51	3,52%	25,50	2	2,33%	33	2,28%	16,50	82	95,35%	1366	94,21%	16,66	86	1450	16,86
Catanduva	2	7,14%	55	10,91%	27,50	1	3,57%	85	16,87%	85,00	25	89,29%	364	72,22%	14,56	28	504	18,00
Centro Oeste	11	10,00%	401	45,01%	36,45	5	4,55%	85	9,54%	17,00	94	85,45%	405	45,45%	4,31	110	891	8,10
Fernandópolis	1	3,57%	40	8,15%	40,00	13	46,43%	155	31,57%	11,92	14	50,00%	296	60,29%	21,14	28	491	17,54
Guaratinguetá	6	6,00%	148	10,65%	24,67	1	1,00%	36	2,59%	36,00	93	93,00%	1206	86,76%	12,97	100	1390	13,90
Itapecerica da Serra	3	4,55%	43	4,27%	14,33	7	10,61%	88	8,75%	12,57	56	84,85%	875	86,98%	15,63	66	1006	15,24
Itapeva	3	13,04%	69	13,40%	23,00	0	0,00%	0	0,00%	0,00	20	86,96%	446	86,60%	22,30	23	515	22,39
Itapevi	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Itu	1	1,72%	32	2,21%	32,00	2	3,45%	45	3,11%	22,50	55	94,83%	1370	94,68%	24,91	58	1447	24,95
Jundiaí	5	6,67%	56	7,98%	11,20	2	2,67%	11	1,57%	5,50	68	90,67%	635	90,46%	9,34	75	702	9,36
Leste 1	1	1,10%	13	0,92%	13,00	1	1,10%	34	2,40%	34,00	89	97,80%	1367	96,68%	15,36	91	1414	15,54
Leste 2	3	3,03%	104	5,78%	34,67	1	1,01%	6	0,33%	6,00	95	95,96%	1688	93,88%	17,77	99	1798	18,16
Limeira	10	12,50%	258	19,83%	25,80	0	0,00%	0	0,00%	0,00	70	87,50%	1043	80,17%	14,90	80	1301	16,26
Norte 1	4	3,77%	196	44,24%	49,00	1	0,94%	13	2,93%	13,00	101	95,28%	234	52,82%	2,32	106	443	4,18
Presidente Prudente	5	10,20%	78	39,59%	15,60	0	0,00%	0	0,00%	0,00	44	89,80%	119	60,41%	2,70	49	197	4,02
Pindamonhangaba	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
São Bernardo do Campo	7	8,24%	300	17,86%	42,86	1	1,18%	30	1,79%	30,00	77	90,59%	1350	80,36%	17,53	85	1680	19,76
São José do Rio Preto	5	8,62%	131	8,65%	26,20	1	1,72%	30	1,98%	30,00	52	89,66%	1354	89,37%	26,04	58	1515	26,12
São José dos Campos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Santo André	6	6,67%	180	20,16%	30,00	17	18,89%	103	11,53%	6,06	67	74,44%	610	68,31%	9,10	90	893	9,92
Santos	5	5,38%	63	5,06%	12,60	1	1,08%	12	0,96%	12,00	87	93,55%	1171	93,98%	13,46	93	1246	13,40
São Vicente	6	6,90%	125	11,31%	20,83	3	3,45%	29	2,62%	9,67	78	89,66%	951	86,06%	12,19	87	1105	12,70
Sorocaba	6	6,12%	65	4,97%	10,83	0	0,00%	0	0,00%	0,00	92	93,88%	1243	95,03%	13,51	98	1308	13,35
Sumaré	5	6,76%	159	20,05%	31,80	1	1,35%	6	0,76%	6,00	68	91,89%	628	79,19%	9,24	74	793	10,72
Taubaté	6	12,50%	173	21,36%	28,83	3	6,25%	55	6,79%	18,33	39	81,25%	582	71,85%	14,92	48	810	16,88
TOTAL	139	6,75%	3748	12,83%	26,96	84	4,08%	1030	3,53%	12,26	1835	89,16%	24432	83,64%	13,31	2058	29210	14,19

Número de alunos matriculados por turma no ano imediatamente posterior à conversão da unidade de referência em PEI

Escola	Anos Iniciais							Anos Finais										Ensino Médio																																		
	Até 24	De 25 a 30	De 31 a 35	De 36 a 40	De 41 a 45	Acima de 45	Total	Média	Até 30	De 31 a 35	De 36 a 40	De 41 a 45	De 46 a 50	Acima de 50	Total de turmas com mais 30	Total de turmas com mais 40	Total	Média	Até 30	De 31 a 35	De 36 a 40	De 41 a 45	De 46 a 50	Acima de 50	Total de turmas com mais 30	Total de turmas com mais 40	Total	Média																								
Anhanguera	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	66,67%	6	42,50	0	0,0%	0	0,0%	11	25,6%	19	44,2%	10	23,3%	3	7,0%	43	100,0%	32	74,42%	43	43,70														
Antenor Gandra Doutor	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	6	85,71%	0	0,00%	7	33,43	1	3,8%	4	15,4%	10	38,5%	9	34,6%	1	3,8%	1	3,8%	25	96,15%	11	42,31%	26	39,42												
João Pedro Cardoso Doutor	0	0,0%	0	0,0%	3	33,3%	4	44,4%	2	22,2%	0	0,0%	9	38,67	0	0,0%	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,00%	2	50,00%	4	40,00	0	0,0%	0	0,0%	1	14,3%	0	0,0%	3	42,9%	3	42,9%	7	100,00%	6	85,71%	7	48,71		
Sebastião Gusmão Prof.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!										
Arnolfo Azevedo	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	1	5,6%	8	44,4%	6	33,3%	2	11,1%	1	5,6%	0	0,0%	17	94,4%	3	16,67%	18	36,61	0	0,0%	11	35,5%	14	45,2%	4	12,9%	1	3,2%	1	3,2%	31	100,00%	6	19,35%	31	37,77
Silvestre de Lima Cel.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0,0%	2	15,4%	9	69,2%	1	7,7%	1	7,7%	0	0,0%	13	100,00%	2	15,38%	13	39,23	0	0,0%	0	0,0%	2	18,2%	5	45,5%	4	36,4%	0	0,0%	11	100,00%	9	81,82%	11	44,18
Raul Venturilli Doutor	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	6	27,3%	10	45,5%	4	18,2%	1	4,5%	0	0,0%	1	4,5%	16	72,73%	2	9,09%	22	27,50	8	20,5%	2	5,1%	24	61,5%	4	10,3%	1	2,6%	0	0,0%	31	79,49%	5	12,82%	39	31,82
Fioravente Zampol	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0,0%	0	0,0%	10	58,8%	6	35,3%	1	5,9%	0	0,0%	17	100,00%	7	41,18%	17	40,88	0	0,0%	0	0,0%	1	5,3%	3	15,8%	9	47,4%	6	31,6%	19	100,00%	18	94,74%	19	48,63
Jamil Saad	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	3	12,0%	9	36,0%	13	52,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	22	88,00%	0	0,00%	25	34,84	0	0,0%	0	0,0%	4	44,4%	2	22,2%	2	22,2%	1	11,1%	9	100,00%	5	55,56%	9	43,67
João Batista Leme	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	71,4%	2	28,6%	0	0,0%	7	39,43	0	0,0%	1	9,1%	9	81,8%	1	9,1%	0	0,0%	0	0,0%	11	100,00%	1	9,09%	11	37,82	0	0,0%	0	0,0%	6	21,4%	11	39,3%	10	35,7%	1	3,6%	28	100,00%	22	78,57%	28	43,68		
Maria Luiza Medeiros	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!												
Oscáia Góes Correa Santos	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	5	38,5%	8	61,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	8	61,54%	0	0,00%	13	31,23	7	43,8%	5	31,3%	4	25,0%	0	0,0%	0	0,0%	9	56,25%	0	0,00%	16	31,13		
Pastor Alberto Augusto	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!												
Oswaldo dos Santos Soares Prof.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0,0%	1	10,0%	6	60,0%	3	30,0%	0	0,0%	0	0,0%	10	100,00%	3	30,00%	10	38,80	1	8,3%	2	16,7%	3	25,0%	3	25,0%	2	16,7%	1	8,3%	11	91,67%	6	50,00%	12	40,75
Pio Telles Prof.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!												
Ulisses de Oliveira Valente Prof.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0,0%	0	0,0%	8	66,7%	4	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	12	100,00%	4	33,33%	12	39,67	0	0,0%	2	11,1%	2	11,1%	10	55,6%	3	16,7%	1	5,6%	18	100,00%	14	77,78%	18	43,11
Júlia Calhau Rodrigues Profa.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!												
Maria Ivone M. Rosa Profa.	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	2	11,1%	3	16,7%	9	50,0%	4	22,2%	0	0,0%	0	0,0%	16	88,89%	4	22,22%	18	36,94	0	0,0%	3	12,5%	12	50,0%	3	12,5%	2	8,3%	4	16,7%	24	100,00%	9	37,50%	24	41,88
Roberto Garcia Losz	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	11	61,1%	7	38,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	38,89%	0	0,00%	18	28,22	3	60,0%	1	20,0%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	40,00%	0	0,00%	5	28,40
Tide Setubal	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	2	12,5%	3	18,8%	7	43,8%	4	25,0%	0	0,0%	0	0,0%	14	87,50%	4	25,00%	16	37,06	1	4,8%	2	9,5%	1	4,8%	4	19,0%	9	42,9%	4	19,0%	20	95,24%	17	80,95%	21	45,14
TOTAL	2	11,1%	0	0,0%	3	16,7%	9	50,0%	4	22,2%	0	0,0%	18	37,06	31	14,8%	57	27,1%	86	41,0%	31	14,8%	4	1,9%	1	0,5%	179	85,24%	36	17,14%	210	37,59	29	7,8%	43	11,6%	103	27,8%	100	27,0%	63	17,0%	33	8,9%	342	92,18%	196	52,83%	371	40,72		

Participação da comunidade e de outros agentes no cotidiano escolar - PEI

Escola	Total de alunos matriculados na unidade em 2015	Atividades em espaços externos				Participação de agentes externos			
		Total de atividades	Total de alunos envolvidos	Média de alunos por atividade	% de alunos envolvidos	Total de atividades	Total de alunos envolvidos	Média de alunos por atividade	% de alunos envolvidos
AFONSO CAFAR	312	4	148	37,00	47,44%	4	714	178,50	228,85%
ALEXANDRE VON HUMBOLDT	404	10	440	44,00	108,91%	11	3040	276,36	752,48%
ALICE MARQUES DA SILVA ROCHA	333	0	0	#DIV/0!	0,00%	0	0	#DIV/0!	0,00%
ALTAMIR GONÇALVES	237	11	310	28,18	130,80%	17	548	32,24	231,22%
ANTONIO ABLAS FILHO DR	257	0	394	#DIV/0!	153,31%	4	270	67,50	105,06%
ANTONIO ALVES CRUZ PROF	336	7	390	55,71	116,07%	7	767	109,57	228,27%
ANTONIO BERRETA PROF	236	0	0	#DIV/0!	0,00%	7	1310	187,14	555,08%
ARLINDO VIEIRA PADRE	208	12	517	43,08	248,56%	12	1270	105,83	610,58%
AYRES DE MOURA PROF	531	8	391	48,88	73,63%	9	2356	261,78	443,69%
CARLOS MAXIMILIANO PEREIRA DOS SANTOS	364	8	486	60,75	133,52%	2	360	180,00	98,90%
CAROLINA AUGUSTA SERAPHIM PROFA	248	28	2084	74,43	840,32%	18	1968	109,33	793,55%
CELSO HENRIQUE TOZZI PROF	379	29	2018	69,59	532,45%	17	1199	70,53	316,36%
CONDE DE PARNAÍBA	393	23	923	40,13	234,86%	26	1866	71,77	474,81%
EDGARD DE MOURA BITTENCOURT DESEMBARGADOR	290	0	0	#DIV/0!	0,00%	0	0	#DIV/0!	0,00%
EMILIO ROMI COMENDADOR	418	10	642	64,20	153,59%	8	378	47,25	90,43%
ENIO VILAS BOAS PROF	303	4	296	74,00	97,69%	3	270	90,00	89,11%
EUNICE BUENO ROMEIRO PROFA	288	17	396	23,29	137,50%	8	361	45,13	125,35%
FAUSTINA PINHEIRO SILVA PROFA	181	1	40	40,00	22,10%	2	130	65,00	71,82%
ILZA ILMA MOELLER COPPIO PROFA	320	10	452	45,20	141,25%	6	419	69,83	130,94%
ISAIAS LUIZ MATIAZZO	313	4	472	118,00	150,80%	1	90	90,00	28,75%
JAMIL KHAUAN PROF	*	*	*	*	*	*	*	*	*
JARDIM RIVIERA	313	0	0	#DIV/0!	0,00%	0	0	#DIV/0!	0,00%
JAYME DE BARROS CAMARA DOM	323	7	251	35,86	77,71%	9	1345	149,44	416,41%
JOAQUIM FERREIRA PEDRO PROF	261	1	45	45,00	17,24%	0	0	#DIV/0!	0,00%
JOAQUIM MARQUES DA SILVA SOBRINHO TTE	569	6	690	115,00	121,27%	5	1407	281,40	247,28%
JOEL ANTONIO DE LIMA GENESIO PROF	310	30	1285	42,83	414,52%	22	917	41,68	295,81%
JOSE LEVY CEL	185	18	650	36,11	351,35%	24	998	41,58	539,46%

Participação da comunidade e de outros agentes no cotidiano escolar - PEI

Escola	Total de alunos matriculados na unidade em 2015	Atividades em espaços externos				Participação de agentes externos			
		Total de atividades	Total de alunos envolvidos	Média de alunos por atividade	% de alunos envolvidos	Total de atividades	Total de alunos envolvidos	Média de alunos por atividade	% de alunos envolvidos
LAURO GOMES DE ALMEIDA	406	2	225	112,50	55,42%	3	1260	420,00	310,34%
LEILA MARA AVELINO PROFESSORA	302	4	260	65,00	86,09%	9	666	74,00	220,53%
MANOEL GRANDINI CASQUEL DR	409	20	770	38,50	188,26%	5	215	43,00	52,57%
MANUEL CABRAL	404	26	1108	42,62	274,26%	19	2076	109,26	513,86%
MARIA JOSE MAIA DE TOLEDO PROFA	191	12	374	31,17	195,81%	13	1044	80,31	546,60%
NARCISO BERTOLINO CAP	273	12	48	4,00	17,58%	0	0	#DIV/0!	0,00%
NESTOR DE CAMARGO PREFEITO	364	1	10	10,00	2,75%	2	70	35,00	19,23%
NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT DR	192	6	322	53,67	167,71%	25	2047	81,88	1066,15%
NEWTON CAMARA LEAL BARROS	261	5	145	29,00	55,56%	3	250	83,33	95,79%
OACYR ANTONIO ELLERO PROF	233	1	23	23,00	9,87%	1	233	233,00	100,00%
OLIVEIRA GOMES COMENDADOR	183	9	224	24,89	122,40%	28	864	30,86	472,13%
PAULO DE CASTRO FERREIRA JUNIOR JORNALISTA	255	0	0	#DIV/0!	0,00%	5	806	161,20	316,08%
PRICILLA FERNANDES DA ROCHA	406	11	505	45,91	124,38%	0	0	#DIV/0!	0,00%
RAUL FERNANDES CHANCELER	280	4	142	35,50	50,71%	12	444	37,00	158,57%
RAUL PILLA DEPUTADO	238	5	86	17,20	36,13%	0	0	#DIV/0!	0,00%
RUDGE RAMOS	269	2	120	60,00	44,61%	3	125	41,67	46,47%
RYOITI YASSUDA	356	15	996	66,40	279,78%	17	2019	118,76	567,13%
SUELY MARIA CAÇÃO	403	6	452	75,33	112,16%	22	1020	46,36	253,10%
TERCIO MORAES PEREIRA VER	*	*	*	*	*	*	*	*	*
VALOIS SCORTECCI	257	8	259	32,38	100,78%	4	514	128,50	200,00%
VILA ALBERTINA (EXPEDITO CAMARGO FREIRE)	425	14	605	43,21	142,35%	15	1084	72,27	255,06%
WALTER RIBAS DE ANDRADE	431	7	502	71,71	116,47%	3	267	89,00	61,95%
ZULMIRA DE ALMEIDA LAMBERT PROFA	336	3	181	60,33	53,87%	3	285	95,00	84,82%
TOTAL	15186	421	20677	#DIV/0!	136,16%	414	37272	#DIV/0!	245,44%

Participação da comunidade e de outros agentes no cotidiano escolar - ETI

Escola	Total de alunos matriculados na unidade em 2015	Atividades em espaços externos				Participação de agentes externos			
		Total de atividades	Total de alunos envolvidos	Média de alunos por atividade	% de alunos envolvidos	Total de atividades	Total de alunos envolvidos	Média de alunos por atividade	% de alunos envolvidos
ANTONIO BEZERRA DE ARAUJO PREFEITO	108	9	258	28,67	238,89%	7	1302	186,00	1205,56%
ANTONIO KASSAWARA KATUTOK	110	0	0	#DIV/0!	0,00%	4	720	180,00	654,55%
ARY GOMES CORONEL	255	2	30	15,00	11,76%	3	536	178,67	210,20%
AURELIO ARROBAS MARTINS	353	14	1431	102,21	405,38%	0	0	#DIV/0!	0,00%
CECILIA MEIRELES	133	12	186	15,50	139,85%	4	100	25,00	75,19%
ELOI LOPES FERRAZ DOUTOR	87	1	11	11,00	12,64%	8	1039	129,88	1194,25%
FERNANDO NOBRE	207	1	40	40,00	19,32%	2	408	204,00	197,10%
GABRIEL GONCALVES PROFESSOR	302	1	180	180,00	59,60%	0	0	#DIV/0!	0,00%
GINEZ CARMONA MARTINEZ DOUTOR	214	3	79	26,33	36,92%	2	170	85,00	79,44%
JAMIL PEDRO SAWAYA PROF	157	8	276	34,50	175,80%	3	140	46,67	89,17%
JERONYMO TRAZZI	88	5	393	78,60	446,59%	5	455	91,00	517,05%
JOSE ANTONIO DE CASTILHO	53	3	72	24,00	135,85%	7	680	97,14	1283,02%
JOSE BELUCIO	220	5	198	39,60	90,00%	1	180	180,00	81,82%
JOSE DE MOURA REZENDE MINISTRO	332	4	280	70,00	84,34%	7	1935	276,43	582,83%
JOSE PEDRO DE MORAES	61	2	68	34,00	111,48%	1	122	122,00	200,00%
MANOEL BENTO DA CRUZ	245	4	190	47,50	77,55%	11	1950	177,27	795,92%
MARILENE DE LURDES LISBOA SINGH PROFESSORA	85	1	90	90,00	105,88%	4	299	74,75	351,76%
MARIO PEREIRA PINTO	349	6	1309	218,17	375,07%	5	590	118,00	169,05%
MOACYR TEIXEIRA DOUTOR	145	15	1739	115,93	1199,31%	5	1136	227,20	783,45%
NARBAL FONTES PROFESSORA	327	1	90	90,00	27,52%	1	250	250,00	76,45%
NORA MONSENHOR	290	4	580	145,00	200,00%	3	1050	350,00	362,07%
RENER CARAM PROFESSOR	219	0	0	#DIV/0!	0,00%	1	380	380,00	173,52%
ROMULO PERO PROFESSOR	391	4	216	54,00	55,24%	5	1642	328,40	419,95%
ROSA SALLES LEITE PENTEADO PROFA	210	6	358	59,67	170,48%	1	210	210,00	100,00%
VICENTE PAULO ZANCHETTA PROFESSOR	75	1	40	40,00	53,33%	5	380	76,00	506,67%
TOTAL	5016	112	8114	#DIV/0!	161,76%	95	15674	#DIV/0!	312,48%

Distritos da Cidade de São Paulo				
Subprefeituras	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Aricanduva	Aricanduva	6,6	89.622	13.579
	Carrão	7,5	83.281	11.104
	Vila Formosa	7,4	94.799	12.811
	TOTAL	21,5	267.702	12.451
Butantã	Butantã	12,5	54.196	4.336
	Morumbi	11,4	46.957	4.119
	Raposo Tavares	12,6	100.164	7.950
	Rio Pequeno	9,7	118.459	12.212
	Vila Sônia	9,9	108.441	10.954
	TOTAL	56,1	428.217	7.633
Campo Limpo	Campo Limpo	12,8	211.361	16.513
	Capão Redondo	13,6	268.729	19.759
	Vila Andrade	10,3	127.015	12.332
	TOTAL	36,7	607.105	16.542
Capela do Socorro	Cidade Dutra	29,3	196.360	6.702
	Grajaú	92	360.787	3.922
	Socorro	12,90	37.783	2.929
	TOTAL	134,2	594.930	4.433
Casa Verde	Cachoeirinha	13,3	143.523	10.791
	Casa Verde	7,1	85.624	12.060
	Limão	6,3	80.229	12.735
	TOTAL	26,7	309.376	11.587
Cidade Ademar	Cidade Ademar	12	266.681	22.223
	Pedreira	18,7	144.317	7.717
	TOTAL	30,7	410.998	13.388
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	15	211.501	14.100
Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	8,7	113.615	13.059
	Ponte Rasa	6,4	93.894	14.671
	TOTAL	15,1	207.509	13.742
Freguesia do Ó	Brasilândia	21	264.918	12.615
	Freguesia do Ó	10,5	142.327	13.555
	TOTAL	31,5	407.245	12.928
Guaianases	Lajeado	9,2	103.996	12.093
	Guaianazes	8,6	164.512	17.882
	TOTAL	17,8	268.508	15.085
Ipiranga	Cursino	12,8	109.088	8.523
	Ipiranga	10,5	106.865	10.178
	Sacomã	14,2	247.851	17.454
	TOTAL	37,5	463.804	12.368
Itaim Paulista	Itaim Paulista	12	224.074	18.673
	Vila Curuçá	9,7	149.053	15.366
	TOTAL	21,7	373.127	17.195
	Cidade Líder	10,2	126.597	12.411
	Itaquera	14,6	204.871	14.032

Distritos da Cidade de São Paulo				
Subprefeituras	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Itaquera	José Bonifácio	14,1	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,4	68.258	4.432
	TOTAL	54,3	523.848	9.647
Jabaquara	Jabaquara	14,1	223.780	15.871
Jaçanã	Jaçanã	7,8	94.609	12.129
	Tremembé	56,3	197.258	3.504
	TOTAL	64,1	291.867	4.553
Lapa	Barra Funda	5,6	14.383	2.568
	Jaguara	4,6	24.895	5.412
	Jaguaré	6,6	49.863	7.555
	Lapa	10	65.739	6.574
	Perdizes	6,1	111.161	18.223
	Vila Leopoldina	7,2	39.485	5.484
	TOTAL	40,1	305.526	7.619
M'Boi Mirim	Jardim Ângela	37,4	295.434	7.899
	Jardim São Luís	24,7	267.871	10.845
	TOTAL	62,1	563.305	9.071
Mooca	Água Rasa	6,9	84.963	12.313
	Belém	6	45.057	7.510
	Brás	3,5	29.265	8.361
	Mooca	7,7	75.724	9.834
	Pari	2,9	17.299	5.965
	Tatuapé	8,2	91.672	11.180
	TOTAL	35,2	343.980	9.772
Parelheiros	Marsilac	200	8.258	41
	Parelheiros	153,5	131.183	855
	TOTAL	353,5	139.441	394
Penha	Artur Alvim	6,6	105.269	15.950
	Cangaíba	16	136.623	8.539
	Penha	11,3	127.820	11.312
	Vila Matilde	8,9	104.967	11.792
	TOTAL	42,8	474.659	11.090
Perus	Anhanguera	33,3	65.859	1.978
	Perus	23,9	80.187	3.355
	TOTAL	57,2	164.046	2.553
Pinheiros	Alto de Pinheiros	7,7	43.117	5.600
	Itaim Bibi	9,9	92.570	9.351
	Jardim Paulista	6,1	88.692	14.540
	Pinheiros	8	65.364	8.171
	TOTAL	31,7	289.743	9.140
Pirituba	Jaraguá	27,6	184.818	6.696
	Pirituba	17,1	167.931	9.821
	São Domingos	10	84.843	8.484
	TOTAL	54,7	437.592	8.000

Distritos da Cidade de São Paulo				
Subprefeituras	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Santana	Mandaqui	13,1	107.580	8.212
	Santana	12,6	118.797	9.428
	Tucuruvi	9	98.438	10.938
	TOTAL	34,7	324.815	9.361
Santo Amaro	Campo Belo	8,8	65.752	7.472
	Campo Grande	13,1	100.713	7.688
	Santo Amaro	15,6	71.560	4.587
	TOTAL	37,5	238.025	6.347
São Mateus	Iguatemi	19,6	127.662	6.513
	São Rafael	13	143.992	11.934
	São Mateus	13,2	155.140	10.908
	TOTAL	45,8	426.794	9.319
São Miguel	São Miguel	9,1	135.043	14.840
	Jardim Helena	7,5	92.081	12.277
	Vila Jacuí	7,7	142.372	18.490
	TOTAL	24,3	369.496	15.206
Sapopemba	Sapopemba	13,5	284.524	21.076
Sé	Bela Vista	2,6	69.460	26.715
	Bom Retiro	4	33.892	8.473
	Cambuci	3,9	36.948	9.474
	Consolação	3,7	57.365	15.504
	Liberdade	3,7	69.092	18.674
	República	2,3	56.981	24.774
	Santa Cecília	3,9	83.717	21.466
	Sé	2,1	23.651	11.262
	TOTAL	26,2	431.106	16.454
Vila Maria/Vila Guilherme	Vila Guilherme	6,9	54.331	7.874
	Vila Maria	11,8	113.463	9.616
	Vila Medeiros	7,7	129.919	16.873
	TOTAL	26,4	297.713	11.277
Vila Mariana	Moema	9	83.368	9.263
	Saúde	8,9	130.780	14.694
	Vila Mariana	8,6	130.484	15.173
	TOTAL	26,5	344.632	13.005
Vila Prudente	São Lucas	9,9	142.347	14.378
	Vila Prudente	9,9	104.242	10.529
	TOTAL	19,80	246.589	12.454

Fonte: INFOCIDADE

Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758

Rotatividade - segundo o vínculo empregatício do professor - Anos Finais

Escola	2012-2013									2013-2014									2014-2015																										
	Estáveis			Temporários			Total			Estáveis			Temporários			Total			Estáveis			Temporários			Total																				
	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total																		
ANTONIO BEZERRA DE ARAUJO PREFEITO	17	68,00%	8	32,00%	25	4	57,14%	3	42,86%	7	21	65,63%	11	34,38%	32	18	75,00%	6	25,00%	24	5	50,00%	5	50,00%	10	23	67,65%	11	32,35%	34	19	70,37%	9	33,33%	27	2	25,00%	6	75,00%	8	21	60,00%	15	42,86%	35
ANTONIO KASSAWARA KATUTOK	8	100,00%	0	0,00%	8	1	20,00%	4	80,00%	5	9	69,23%	4	30,77%	13	8	80,00%	2	20,00%	10	5	38,46%	7	53,85%	13	13	56,52%	9	39,13%	23	8	80,00%	2	20,00%	10	3	33,33%	6	66,67%	9	11	57,89%	8	42,11%	19
ARY GOMES CORONEL	15	55,56%	12	44,44%	27	10	62,50%	6	37,50%	16	25	58,14%	18	41,86%	43	17	80,95%	4	19,05%	21	12	60,00%	8	40,00%	20	29	70,73%	12	29,27%	41	32	86,49%	5	13,51%	37	11	68,75%	5	31,25%	16	43	81,13%	10	18,87%	53
AURELIO ARROBAS MARTINS	29	63,04%	17	36,96%	46	9	47,37%	9	47,37%	19	38	58,46%	26	40,00%	65	19	70,37%	8	29,63%	27	8	66,67%	4	33,33%	12	27	69,23%	12	30,77%	39	25	92,59%	2	7,41%	27	6	27,27%	16	72,73%	22	31	63,27%	18	36,73%	49
CECILIA MEIRELES	5	62,50%	3	37,50%	8	7	46,67%	8	53,33%	15	12	52,17%	11	47,83%	23	5	83,33%	1	16,67%	6	11	61,11%	7	38,89%	18	16	66,67%	8	33,33%	24	7	77,78%	2	22,22%	9	6	54,55%	5	45,45%	11	13	65,00%	7	35,00%	20
ELOI LOPES FERRAZ DOUTOR	8	66,67%	4	33,33%	12	1	12,50%	7	87,50%	8	9	45,00%	11	55,00%	20	9	50,00%	9	50,00%	18	1	16,67%	5	83,33%	6	10	41,67%	14	58,33%	24	8	57,14%	6	42,86%	14	4	50,00%	4	50,00%	8	12	54,55%	10	45,45%	22
FERNANDO NOBRE	10	66,67%	5	33,33%	15	7	58,33%	5	41,67%	12	17	62,96%	10	37,04%	27	11	73,33%	4	26,67%	15	8	42,11%	11	57,89%	19	19	55,88%	15	44,12%	34	12	60,00%	8	40,00%	20	6	30,00%	14	70,00%	20	18	45,00%	22	55,00%	40
GABRIEL GONCALVES PROFESSOR	14	87,50%	2	12,50%	16	4	80,00%	1	20,00%	5	18	85,71%	3	14,29%	21	14	100,00%	0	0,00%	14	5	50,00%	5	50,00%	10	19	79,17%	5	20,83%	24	14	70,00%	6	30,00%	20	4	80,00%	1	20,00%	5	18	72,00%	7	28,00%	25
GINEZ CARMONA MARTINEZ DOUTOR	8	61,54%	5	38,46%	13	2	100,00%	0	0,00%	2	10	66,67%	5	33,33%	15	6	46,15%	7	53,85%	13	1	50,00%	1	50,00%	2	7	46,67%	8	53,33%	15	9	64,29%	5	35,71%	14	4	57,14%	3	42,86%	7	13	61,90%	8	38,10%	21
JAMIL PEDRO SAWAYA PROF	11	52,38%	10	47,62%	21	10	40,00%	15	60,00%	25	21	45,65%	25	54,35%	46	11	64,71%	6	35,29%	17	12	40,00%	18	60,00%	30	23	48,94%	24	51,06%	47	14	60,87%	9	39,13%	23	6	20,00%	24	80,00%	30	20	37,74%	33	62,26%	53
JERONYMO TRAZZI	4	33,33%	8	66,67%	12	2	50,00%	2	50,00%	4	6	37,50%	10	62,50%	16	5	71,43%	2	28,57%	7	1	20,00%	4	80,00%	5	6	50,00%	6	50,00%	12	6	66,67%	3	33,33%	9	1	33,33%	2	66,67%	3	7	58,33%	5	41,67%	12
JOSE ANTONIO DE CASTILHO	10	83,33%	2	16,67%	12	6	46,15%	7	53,85%	13	16	64,00%	9	36,00%	25	8	100,00%	0	0,00%	8	4	50,00%	4	50,00%	8	12	75,00%	4	25,00%	16	6	54,55%	4	36,36%	11	4	44,44%	5	55,56%	9	10	50,00%	9	45,00%	20
JOSE BELUCIO	13	61,90%	8	38,10%	21	7	38,89%	11	61,11%	18	20	51,28%	19	48,72%	39	14	63,64%	8	36,36%	22	3	20,00%	12	80,00%	15	17	45,95%	20	54,05%	37	12	70,59%	5	29,41%	17	6	50,00%	6	50,00%	12	18	62,07%	11	37,93%	29
JOSE DE MOURA REZENDE MINISTRO	26	74,29%	9	25,71%	35	3	30,00%	6	60,00%	10	29	64,44%	15	33,33%	45	23	69,70%	10	30,30%	33	9	45,00%	11	55,00%	20	32	60,38%	21	39,62%	53	23	67,65%	11	32,35%	34	8	36,36%	14	63,64%	22	31	55,36%	25	44,64%	56
JOSE PEDRO DE MORAES	12	63,16%	7	36,84%	19	1	33,33%	2	66,67%	3	13	59,09%	9	40,91%	22	13	86,67%	2	13,33%	15	1	16,67%	5	83,33%	6	14	66,67%	7	33,33%	21	13	81,25%	3	18,75%	16	0	0,00%	4	100,00%	4	13	65,00%	7	35,00%	20
MANOEL BENTO DA CRUZ	10	76,92%	3	23,08%	13	0	0,00%	4	100,00%	4	10	58,82%	7	41,18%	17	11	57,89%	8	42,11%	19	2	50,00%	2	50,00%	4	13	56,52%	10	43,48%	23	16	76,19%	5	23,81%	21	2	100,00%	0	0,00%	2	18	78,26%	5	21,74%	23
MARILENE DE LURDES LISBOA SINGH PROFES	7	58,33%	5	41,67%	12	1	33,33%	2	66,67%	3	8	53,33%	7	46,67%	15	11	91,67%	1	8,33%	12	1	25,00%	3	75,00%	4	12	75,00%	4	25,00%	16	13	81,25%	3	18,75%	16	1	100,00%	0	0,00%	1	14	82,35%	3	17,65%	17
MARIO PEREIRA PINTO	18	90,00%	2	10,00%	20	3	18,75%	13	81,25%	16	21	58,33%	15	41,67%	36	16	76,19%	5	23,81%	21	4	33,33%	8	66,67%	12	20	60,61%	13	39,39%	33	17	62,96%	10	37,04%	27	2	9,52%	19	90,48%	21	19	39,58%	29	60,42%	48
MOACYR TEIXEIRA DOUTOR	18	78,26%	5	21,74%	23	9	69,23%	4	30,77%	13	27	75,00%	9	25,00%	36	19	76,00%	6	24,00%	25	12	85,71%	2	14,29%	14	31	79,49%	8	20,51%	39	22	81,48%	5	18,52%	27	7	53,85%	6	46,15%	13	29	72,50%	11	27,50%	40
NARBAL FONTES PROFESSORA	20	100,00%	0	0,00%	20	6	100,00%	0	0,00%	6	26	100,00%	0	0,00%	26	17	85,00%	3	15,00%	20	5	83,33%	1	16,67%	6	22	84,62%	4	15,38%	26	23	95,83%	1	4,17%	24	7	87,50%	1	12,50%	8	30	93,75%	2	6,25%	32
NORA MONSENHOR	20	68,97%	9	31,03%	29	5	50,00%	5	50,00%	10	25	64,10%	14	35,90%	39	15	57,69%	11	42,31%	26	7	41,18%	10	58,82%	17	22	51,16%	21	48,84%	43	13	52,00%	12	48,00%	25	6	26,09%	17	73,91%	23	19	39,58%	29	60,42%	48
RENER CARAM PROFESSOR	20	60,61%	13	39,39%	33	1	16,67%	5	83,33%	6	21	53,85%	18	46,15%	39	24	82,76%	5	17,24%	29	4	33,33%	8	66,67%	12	28	68,29%	13	31,71%	41	23	85,19%	4	14,81%	27	5	50,00%	5	50,00%	10	28	75,68%	9	24,32%	37
ROMULO PERO PROFESSOR	29	78,38%	8	21,62%	37	10	37,04%	17	62,96%	27	39	60,94%	25	39,06%	64	27	67,50%	13	32,50%	40	7	28,00%	18	72,00%	25	34	52,31%	31	47,69%	65	34	65,38%	18	34,62%	52	6	19,35%	25	80,65%	31	40	48,19%	43	51,81%	83
ROSA SALLES LEITE PENTEADO PROFA	19	67,86%	9	32,14%	28	3	18,75%	13	81,25%	16	22	50,00%	22	50,00%	44	14	56,00%	11	44,00%	25	2	12,50%	14	87,50%	16	16	39,02%	25	60,98%	41	15	53,57%	13	46,43%	28	5	29,41%	12	70,59%	17	20	44,44%	25	55,56%	45
VICENTE PAULO ZANCHETTA PROFESSOR	7	77,78%	2	22,22%	9	6	85,71%	1	14,29%	7	13	81,25%	3	18,75%	16	0	0,00%	10	100,00%	10	0	0,00%	8	100,00%	8	0	0,00%	18	100,00%	18	5	71,43%	2	28,57%	7	0	0,00%	4	100,00%	4	5	45,45%	6	54,55%	11
TOTAL	358	69,65%	156	30,35%	514	118	43,70%	150	55,56%	270	476	60,71%	306	39,03%	784	335	70,23%	142	29,77%	477	130	41,67%	181	58,01%	312	465	58,94%	323	40,94%	789	389	71,77%	153	28,23%	542	112	35,44%	204	64,56%	316	501	58,39%	357	41,61%	858

Rotatividade - segundo o vínculo empregatício do professor - Anos Iniciais

Escola	2012-2013												2013-2014												2014-2015																						
	Estáveis			Temporários			Total			Estáveis			Temporários			Total			Estáveis			Temporários			Total																						
	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total	Ficaram	Saíram	Total																				
AMAURY PACHECO PROF	12	85,71%	2	14,29%	14	4	50,00%	4	50,00%	8	16	72,73%	6	27,27%	22	12	92,31%	1	7,69%	13	3	27,27%	8	72,73%	11	15	62,50%	9	37,50%	24	13	81,25%	3	18,75%	16	4	28,57%	10	71,43%	14	17	56,67%	13	43,33%	30		
ANNITA ATALLA PROFESSORA	21	91,30%	1	4,35%	23	3	37,50%	5	62,50%	8	24	77,42%	6	19,35%	31	20	71,43%	7	25,00%	28	4	80,00%	1	20,00%	5	24	72,73%	8	24,24%	33	22	95,65%	1	4,35%	23	7	50,00%	7	50,00%	14	29	78,38%	8	21,62%	37		
AUGUSTO DE MACEDO COSTA DOUTOR	15	71,43%	6	28,57%	21	2	33,33%	4	66,67%	6	17	62,96%	10	37,04%	27	15	83,33%	3	16,67%	18	12	85,71%	3	21,43%	14	27	84,38%	6	18,75%	32	16	88,89%	2	11,11%	18	4	18,18%	17	77,27%	22	20	50,00%	19	47,50%	40		
BAIRO DO TOME	4	44,44%	4	44,44%	9	4	44,44%	5	55,56%	9	8	44,44%	9	50,00%	18	8	72,73%	3	27,27%	11	5	41,67%	7	58,33%	12	13	56,52%	10	43,48%	23	3	33,33%	5	55,56%	9	5	41,67%	7	58,33%	12	8	38,10%	12	57,14%	21		
BENEDITA DE REZENDE PROFA	23	92,00%	2	8,00%	25	5	62,50%	3	37,50%	8	28	84,85%	5	15,15%	33	20	95,24%	1	4,76%	21	5	62,50%	3	37,50%	8	25	86,21%	4	13,79%	29	17	100,00%	0	0,00%	17	9	75,00%	3	25,00%	12	26	89,66%	3	10,34%	29		
BENEDITO ESTEVAM DOS SANTOS DOUTOR	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0
CECILIANO JOSÉ ENNES PROFESSOR	17	70,83%	4	16,67%	24	7	41,18%	7	41,18%	17	24	58,54%	11	26,83%	41	15	62,50%	7	29,17%	24	15	62,50%	8	33,33%	24	30	62,50%	15	31,25%	48	13	86,67%	2	13,33%	15	12	41,38%	16	55,17%	29	25	56,82%	18	40,91%	44		
ELIDE APPARECIDA CARLOS PROFESSORA	24	77,42%	7	22,58%	31	3	50,00%	3	50,00%	6	27	72,97%	10	27,03%	37	12	46,15%	14	53,85%	26	4	50,00%	4	50,00%	8	16	47,06%	18	52,94%	34	16	76,19%	5	23,81%	21	4	80,00%	1	20,00%	5	20	76,92%	6	23,08%	26		
FORTUNATO PANDOLFI ARNONI	12	80,00%	3	20,00%	15	1	20,00%	4	80,00%	5	13	65,00%	7	35,00%	20	12	92,31%	1	7,69%	13	1	50,00%	1	50,00%	2	13	86,67%	2	13,33%	15	11	91,67%	1	8,33%	12	1	33,33%	2	66,67%	3	12	80,00%	3	20,00%	15		
FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL	21	87,50%	3	12,50%	24	11	68,75%	5	31,25%	16	32	80,00%	8	20,00%	40	23	92,00%	2	8,00%	25	6	30,00%	14	70,00%	20	29	64,44%	16	35,56%	45	22	95,65%	1	4,35%	23	6	42,86%	8	57,14%	14	28	75,68%	9	24,32%	37		
GERALDO TRISTAO DE LIMA PROFESSOR	7	87,50%	1	12,50%	8	7	53,85%	6	46,15%	13	14	66,67%	7	33,33%	21	8	88,89%	1	11,11%	9	6	40,00%	9	60,00%	15	14	58,33%	10	41,67%	24	9	100,00%	0	0,00%	9	8	50,00%	8	50,00%	16	17	68,00%	8	32,00%	25		
HOMERO THON	16	72,73%	6	27,27%	22	3	18,75%	13	81,25%	16	19	50,00%	19	50,00%	38	16	72,73%	6	27,27%	22	2	10,00%	18	90,00%	20	18	42,86%	24	57,14%	42	12	70,59%	5	29,41%	17	5	33,33%	10	66,67%	15	17	53,13%	15	46,88%	32		
JACANA ALTAIR PEREIRA GUERRINI PROFESSORA	8	88,89%	1	11,11%	9	2	66,67%	1	33,33%	3	10	83,33%	2	16,67%	12	9	100,00%	0	0,00%	9	2	40,00%	3	60,00%	5	11	78,57%	3	21,43%	14	11	68,75%	5	31,25%	16	3	42,86%	4	57,14%	7	14	60,87%	9	39,13%	23		
JOAO BATISTA DE CAMARGO BARROS CEL	20	95,24%	1	4,76%	21	7	63,64%	4	36,36%	11	27	84,38%	5	15,63%	32	17	73,91%	6	26,09%	23	10	76,92%	3	23,08%	13	27	75,00%	9	25,00%	36	16	88,89%	2	11,11%	18	10	55,56%	8	44,44%	18	26	72,22%	10	27,78%	36		
JOAO PINHEIRO CORREA	8	66,67%	4	33,33%	12	2	20,00%	7	70,00%	10	10	45,45%	11	50,00%	22	7	77,78%	2	22,22%	9	7	50,00%	7	50,00%	14	14	60,87%	9	39,13%	23	6	66,67%	3	33,33%	9	5	41,67%	7	58,33%	12	11	52,38%	10	47,62%	32		
JOAQUIM DA FONSECA SARAIVA	23	88,46%	3	11,54%	26	5	55,56%	4	44,44%	9	28	80,00%	7	20,00%	35	19	70,37%	8	29,63%	27	6	60,00%	4	40,00%	10	25	67,57%	12	32,43%	37	12	80,00%	3	20,00%	15	11	64,71%	6	35,29%	17	23	71,88%	9	28,13%	32		
LAERT JOSE TARALLO MENDES PROF	6	54,55%	5	45,45%	11	9	64,29%	5	35,71%	14	15	60,00%	10	40,00%	25	9	60,00%	6	40,00%	15	6	66,67%	3	33,33%	9	15	62,50%	9	37,50%	24	14	82,35%	3	17,65%	17	3	33,33%	6	66,67%	9	17	65,38%	9	34,62%	26		
LAURA EMMIE PYLES PROFA	9	52,94%	8	47,06%	17	6	31,58%	13	68,42%	19	15	41,67%	21	58,33%	36	13	76,47%	4	23,53%	17	6	35,29%	11	64,71%	17	19	55,88%	15	44,12%	34	12	85,71%	2	14,29%	14	5	23,81%	16	76,19%	21	17	48,57%	18	51,43%	35		
MILDRE ALVARES BIAGGI PROFESSORA	6	85,71%	1	14,29%	7	2	20,00%	8	80,00%	10	8	47,06%	9	52,94%	17	5	50,00%	5	50,00%	10	4	30,77%	9	69,23%	13	9	39,13%	14	60,87%	23	5	50,00%	5	50,00%	10	1	7,69%	12	92,31%	13	6	26,09%	17	73,91%	23		
NELSON DE CASTRO MAESTRO	4	30,77%	9	69,23%	13	1	14,29%	6	85,71%	7	5	25,00%	15	75,00%	20	5	45,45%	6	54,55%	11	1	14,29%	6	85,71%	7	6	33,33%	12	66,67%	18	5	62,50%	3	37,50%	8	3	42,86%	4	57,14%	7	8	53,33%	7	46,67%	15		
NEWTON SILVA TELLES PROFESSOR	18	78,26%	5	21,74%	23	4	19,05%	17	80,95%	21	22	50,00%	22	50,00%	44	16	76,19%	5	23,81%	21	1	4,76%	20	95,24%	21	17	40,48%	25	59,52%	42	18	85,71%	2	9,52%	21	3	15,79%	16	84,21%	19	21	52,50%	18	45,00%	40		
OCTACILIO DE OLIVEIRA PADRE	9	47,37%	10	52,63%	19	1	33,33%	2	66,67%	3	10	45,45%	12	54,55%	22	6	33,33%	12	66,67%	18	5	23,81%	16	76,19%	21	11	28,21%	28	71,79%	39	7	46,67%	8	53,33%	15	5	38,46%	8	61,54%	13	12	42,86%	16	57,14%	28		
SILVIO DE ALMEIDA PROF	19	70,37%	8	29,63%	27	4	66,67%	2	33,33%	6	23	69,70%	10	30,30%	33	19	73,08%	7	26,92%	26	4	57,14%	3	42,86%	7	23	69,70%	10	30,30%	33	16	72,73%	6	27,27%	22	3	42,86%	4	57,14%	7	19	65,52%	10	34,48%	29		
SUZANA RIBEIRO SANDOVAL PROFA	23	74,39%	8	25,81%	31	0	0,00%	3	100,00%	3	23	67,65%	11	32,35%	34	18	64,29%	10	35,71%	28	3	37,50%	5	62,50%	8	21	58,33%	15	41,67%	36	24	80,00%	6	20,00%	30	8	66,67%	4	33,33%	12	32	76,19%	10	23,81%	42		
THEODORO DE MORAES PROFESSOR	18	94,74%	1	5,26%	19	10	90,91%	1	9,09%	11	28	93,33%	2	6,67%	30	18	90,00%	2	10,00%	20	6	42,86%	8	57,14%	14	24	70,59%	10	29,41%	34	14	77,78%	3	16,67%	18	11	64,71%	6	35,29%	17	25	71,43%	9	25,71%	35		
TOTAL	343	76,05%	103	22,84%	451	103	43,10%	132	55,23%	239	446	64,64%	235	34,06%	690	322	72,52%	119	26,80%	444	124	41,61%	174	58,39%	298	446	60,11%	293	39,49%	742	314	79,90%	76	19,34%	393	136	41,46%	190	57,93%	328	450	62,41%	266	36,89%	721		

Organização da grade horário das unidades vinculadas ao Projeto ETI (Anos Iniciais)		
Escola	Disciplinas intercaladas?	
	SIM	NÃO
AMAURY PACHECO PROF		X
ANNITA ATALLA PROFESSORA		X
AUGUSTO DE MACEDO COSTA DOUTOR	X	
BAIRRO DO TOME		X
BENEDITA DE REZENDE PROFA		X
BENEDITO ESTEVAM DOS SANTOS DOUTOR		
CECILIANO JOSE ENNES PROFESSOR		X
ELIDE APPARECIDA CARLOS PROFESSORA		X
FORTUNATO PANDOLFI ARNONI	X	
FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL		X
GERALDO TRISTAO DE LIMA PROFESSOR		X
HOMERO THON		X
JACANA ALTAIR PEREIRA GUERRINI PROFESSORA	X	
JOAO BATISTA DE CAMARGO BARROS CEL		X
JOAO PINHEIRO CORREA		X
JOAQUIM DA FONSECA SARAIVA		X
LAERT JOSE TARALLO MENDES PROF		X
LAURA EMMIE PYLES PROFA		X
MILDRE ALVARES BIAGGI PROFESSORA		X
NELSON DE CASTRO MAESTRO		X
NEWTON SILVA TELLES PROFESSOR		
OCTACILIO DE OLIVEIRA PADRE		X
SILVIO DE ALMEIDA PROF		X
SUZANA RIBEIRO SANDOVAL PROFA		
THEODORO DE MORAES PROFESSOR		X
TOTAL	3	19
	13,64%	86,36%

Organização da grade horário das unidades vinculadas ao Projeto ETI (Anos Finais)		
Escola	Disciplinas intercaladas?	
	SIM	NÃO
ANTONIO BEZERRA DE ARAUJO PREFEITO		x
ANTONIO KASSAWARA KATUTOK	x	
ARY GOMES CORONEL	x	
AURELIO ARROBAS MARTINS	x	
CECILIA MEIRELES		x
ELOI LOPES FERRAZ DOUTOR	x	
FERNANDO NOBRE	x	
GABRIEL GONCALVES PROFESSOR	x	
GINEZ CARMONA MARTINEZ DOUTOR		x
JAMIL PEDRO SAWAYA PROF		x
JERONYMO TRAZZI	x	
JOSE ANTONIO DE CASTILHO		x
JOSE BELUCIO		x
JOSE DE MOURA REZENDE MINISTRO		
JOSE PEDRO DE MORAES	x	
MANOEL BENTO DA CRUZ		x
MARILENE DE LURDES LISBOA SINGH PROFESSORA		x
MARIO PEREIRA PINTO	x	
MOACYR TEIXEIRA DOUTOR	x	
NARBAL FONTES PROFESSORA		
NORA MONSENHOR		x
RENER CARAM PROFESSOR		x
ROMULO PERO PROFESSOR	x	
ROSA SALLES LEITE PENTEADO PROFA	x	
VICENTE PAULO ZANCHETTA PROFESSOR	x	
TOTAL	13	10
	56,52%	43,48%

Professores que lecionam nos dois segmentos curriculares - Anos Finais

Escola	2012					2013					2014					2015				
	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas
ANTONIO BEZERRA DE ARAUJO PREFEITO	36	3	1	2,78%	33,33%	43	3	1	2,33%	33,33%	41	4	2	4,88%	50,00%	34	4	2	5,88%	50,00%
ANTONIO KASSAWARA KATUTOK	13	6	5	38,46%	83,33%	22	8	4	18,18%	50,00%	21	6	5	23,81%	83,33%	15	7	4	26,67%	57,14%
ARY GOMES CORONEL	43	16	8	18,60%	50,00%	41	13	6	14,63%	46,15%	53	14	6	11,32%	42,86%	59	12	7	11,86%	58,33%
AURELIO ARROBAS MARTINS	64	6	0	0,00%	0,00%	73	14	1	1,37%	7,14%	50	10	1	2,00%	10,00%	47	14	0	0,00%	0,00%
CECILIA MEIRELES	23	7	0	0,00%	0,00%	24	9	4	16,67%	44,44%	20	6	4	20,00%	66,67%	20	7	3	15,00%	42,86%
ELOI LOPES FERRAZ DOUTOR	21	7	7	33,33%	100,00%	24	7	4	16,67%	57,14%	22	6	3	13,64%	50,00%	19	5	2	10,53%	40,00%
FERNANDO NOBRE	27	11	4	14,81%	36,36%	34	16	9	26,47%	56,25%	40	11	6	15,00%	54,55%	29	11	4	13,79%	36,36%
GABRIEL GONCALVES PROFESSOR	22	9	2	9,09%	22,22%	24	7	2	8,33%	28,57%	25	10	4	16,00%	40,00%	26	12	9	34,62%	75,00%
GINEZ CARMONA MARTINEZ DOUTOR	15	6	2	13,33%	33,33%	15	7	4	26,67%	57,14%	21	9	2	9,52%	22,22%	19	9	2	10,53%	22,22%
JAMIL PEDRO SAWAYA PROF	46	6	1	2,17%	16,67%	47	11	1	2,13%	9,09%	53	14	1	1,89%	7,14%	36	11	6	16,67%	54,55%
JERONYMO TRAZZI	16	6	4	25,00%	66,67%	12	6	6	50,00%	100,00%	12	5	5	41,67%	100,00%	15	6	3	20,00%	50,00%
JOSE ANTONIO DE CASTILHO	25	10	5	20,00%	50,00%	17	7	6	35,29%	85,71%	20	10	4	20,00%	40,00%	15	7	6	40,00%	85,71%
JOSE BELUCIO	39	21	9	23,08%	42,86%	38	20	8	21,05%	40,00%	29	11	5	17,24%	45,45%	31	12	2	6,45%	16,67%
JOSE DE MOURA REZENDE MINISTRO	45	18	7	15,56%	38,89%	54	19	8	14,81%	42,11%	55	15	10	18,18%	66,67%	41	16	7	17,07%	43,75%
JOSE PEDRO DE MORAES	22	6	4	18,18%	66,67%	21	4	4	19,05%	100,00%	20	4	4	20,00%	100,00%	19	4	4	21,05%	100,00%
MANOEL BENTO DA CRUZ	17	6	3	17,65%	50,00%	24	8	4	16,67%	50,00%	23	9	4	17,39%	44,44%	23	7	1	4,35%	14,29%
MARILENE DE LURDES LISBOA SINGH PROFESSORA	15	5	4	26,67%	80,00%	16	7	6	37,50%	85,71%	17	5	3	17,65%	60,00%	14	5	4	28,57%	80,00%
MARIO PEREIRA PINTO	38	13	7	18,42%	53,85%	33	11	7	21,21%	63,64%	48	16	7	14,58%	43,75%	34	12	5	14,71%	41,67%
MOACYR TEIXEIRA DOUTOR	38	10	4	10,53%	40,00%	36	9	5	13,89%	55,56%	43	9	4	9,30%	44,44%	43	9	3	6,98%	33,33%
NARBAL FONTES PROFESSORA	26	7	5	19,23%	71,43%	26	7	5	19,23%	71,43%	31	7	5	16,13%	71,43%	34	8	5	14,71%	62,50%
NORA MONSENHOR	39	13	4	10,26%	30,77%	43	14	8	18,60%	57,14%	48	18	6	12,50%	33,33%	29	10	5	17,24%	50,00%
RENER CARAM PROFESSOR	39	10	6	15,38%	60,00%	41	10	4	9,76%	40,00%	37	9	3	8,11%	33,33%	39	10	4	10,26%	40,00%
ROMULO PERO PROFESSOR	65	14	6	9,23%	42,86%	65	4	0	0,00%	0,00%	83	8	1	1,20%	12,50%	44	6	1	2,27%	16,67%
ROSA SALLES LEITE PENTEADO PROFA	43	8	3	6,98%	37,50%	41	12	8	19,51%	66,67%	45	10	7	15,56%	70,00%	31	6	5	16,13%	83,33%
VICENTE PAULO ZANCHETTA PROFESSOR	16	5	4	25,00%	80,00%	18	4	3	16,67%	75,00%	12	4	2	16,67%	50,00%	13	5	4	30,77%	80,00%
TOTAL	793	229	105	13,24%	45,85%	832	237	118	14,18%	49,79%	869	230	104	11,97%	45,22%	729	215	98	13,44%	45,58%

Professores que lecionam nos dois segmentos curriculares - Anos Iniciais

Escola	2012					2013					2014					2015				
	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas	Total	Oficinas	Atua nos 2 segmentos	% geral	% de profs de oficinas
AMAURY PACHECO PROF	22	8	3	13,64%	37,50%	24	10	5	20,83%	50,00%	30	11	3	10,00%	27,27%	19	7	0	0,00%	0,00%
ANNITA ATALLA PROFESSORA	31	12	0	0,00%	0,00%	33	16	0	0,00%	0,00%	37	16	0	0,00%	0,00%	35	16	0	0,00%	0,00%
AUGUSTO DE MACEDO COSTA DOUTOR	27	13	0	0,00%	0,00%	32	12	0	0,00%	0,00%	40	13	0	0,00%	0,00%	30	10	0	0,00%	0,00%
BAIRRO DO TOME	18	8	0	0,00%	0,00%	23	8	0	0,00%	0,00%	21	10	0	0,00%	0,00%	15	7	0	0,00%	0,00%
BENEDITA DE REZENDE PROFA	31	19	11	35,48%	57,89%	27	16	12	44,44%	75,00%	26	16	10	38,46%	62,50%	26	15	7	26,92%	46,67%
BENEDITO ESTEVAM DOS SANTOS DOUTOR	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	0	0	#DIV/0!	#DIV/0!
CECILIANO JOSE ENNES PROFESSOR	44	21	7	15,91%	33,33%	45	20	5	11,11%	25,00%	40	18	4	10,00%	22,22%	35	18	4	11,43%	22,22%
ELIDE APPARECIDA CARLOS PROFESSORA	37	8	0	0,00%	0,00%	34	8	1	2,94%	12,50%	28	8	2	7,14%	25,00%	22	8	0	0,00%	0,00%
FORTUNATO PANDOLFI ARNONI	20	9	0	0,00%	0,00%	14	6	0	0,00%	0,00%	15	4	0	0,00%	0,00%	17	7	0	0,00%	0,00%
FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL	39	16	6	15,38%	37,50%	44	17	5	11,36%	29,41%	36	16	4	11,11%	25,00%	36	18	5	13,89%	27,78%
GERALDO TRISTAO DE LIMA PROFESSOR	21	13	0	0,00%	0,00%	24	13	0	0,00%	0,00%	26	13	0	0,00%	0,00%	25	12	2	8,00%	16,67%
HOMERO THON	38	15	3	7,89%	20,00%	42	15	4	9,52%	26,67%	33	13	2	6,06%	15,38%	31	14	1	3,23%	7,14%
JACANA ALTAIR PEREIRA GUERRINI PROFESSORA	13	6	2	15,38%	33,33%	15	9	2	13,33%	22,22%	24	12	2	8,33%	16,67%	22	12	3	13,64%	25,00%
JOAO BATISTA DE CAMARGO BARROS CEL	32	16	3	9,38%	18,75%	35	19	5	14,29%	26,32%	33	16	5	15,15%	31,25%	27	14	4	14,81%	28,57%
JOAO PINHEIRO CORREA	21	13	7	33,33%	53,85%	23	14	4	17,39%	28,57%	21	14	5	23,81%	35,71%	19	9	2	10,53%	22,22%
JOAQUIM DA FONSECA SARAIVA	34	19	3	8,82%	15,79%	31	17	4	12,90%	23,53%	26	16	4	15,38%	25,00%	36	19	5	13,89%	26,32%
LAERT JOSE TARALLO MENDES PROF	25	12	1	4,00%	8,33%	24	15	1	4,17%	6,67%	26	12	2	7,69%	16,67%	27	17	1	3,70%	5,88%
LAURA EMMIE PYLES PROFA	35	13	4	11,43%	30,77%	33	12	3	9,09%	25,00%	34	17	1	2,94%	5,88%	24	12	1	4,17%	8,33%
MILDRE ALVARES BIAGGI PROFESSORA	18	9	1	5,56%	11,11%	23	10	3	13,04%	30,00%	23	8	0	0,00%	0,00%	20	8	4	20,00%	50,00%
NELSON DE CASTRO MAESTRO	23	15	3	13,04%	20,00%	20	8	3	15,00%	37,50%	17	7	2	11,76%	28,57%	16	8	2	12,50%	25,00%
NEWTON SILVA TELLES PROFESSOR	44	17	0	0,00%	0,00%	41	19	0	0,00%	0,00%	40	17	0	0,00%	0,00%	28	11	2	7,14%	18,18%
OCTACILIO DE OLIVEIRA PADRE	22	8	1	4,55%	12,50%	39	22	0	0,00%	0,00%	28	10	0	0,00%	0,00%	17	9	1	5,88%	11,11%
SILVIO DE ALMEIDA PROF	33	21	8	24,24%	38,10%	33	23	7	21,21%	30,43%	29	18	7	24,14%	38,89%	21	14	7	33,33%	50,00%
SUZANA RIBEIRO SANDOVAL PROFA	35	23	1	2,86%	4,35%	37	25	1	2,70%	4,00%	42	20	1	2,38%	5,00%	38	17	1	2,63%	5,88%
THEODORO DE MORAES PROFESSOR	29	17	4	13,79%	23,53%	32	15	6	18,75%	40,00%	35	15	5	14,29%	33,33%	33	16	3	9,09%	18,75%
TOTAL	692	331	68	9,83%	20,54%	728	349	71	9,75%	20,34%	710	320	59	8,31%	18,44%	619	298	55	8,89%	18,46%